

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE - CPDA**

TESE

**As Cooperativas Populares e Seus Desafios, Limites e
Possibilidades: Casos de Cooperativas da Cidade do
Rio de Janeiro**

Benedito Anselmo Martins de Oliveira

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**AS COOPERATIVAS POPULARES E SEUS DESAFIOS, LIMITES E
POSSIBILIDADES: CASOS DE COOPERATIVAS DA CIDADE DO RIO
DE JANEIRO**

BENEDITO ANSELMO MARTINS DE OLIVEIRA

Sob a Orientação do Professor
Nelson Giordano Delgado

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2006

334.098153 Oliveira, Benedito Anselmo Martins
048c de

T

As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades : casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro / Benedito Anselmo Martins de Oliveira - 2006.
175 f.

Orientador: Nelson Giordano Delgado.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 126-133.

1. Cooperativismo - Brasil - Teses. 2. Cooperativas populares - Rio de Janeiro - Teses. 3. Economia solidária - Teses. I. Delgado, Nelson Giordano. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E
SOCIEDADE - CPDA.**

BENEDITO ANSELMO MARTINS DE OLIVEIRA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade.

TESE APROVADA EM 14 /12/2006

Dr. Nelson Giordano Delgado – UFRRJ-CPDA
(Orientador)

Dr. John Wilkinson – UFRRJ-CPDA

Dr. Paul Israel Singer - USP

Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf – UFRRJ-CPDA

Dra. Sylvia Leser de Mello - USP

AGRADECIMENTOS

Para realização deste trabalho contei com a ajuda, compreensão, dedicação e apoio de várias pessoas e organizações. Foram das mais variadas formas estas participações. Algumas muito diretas e outras não tão explícitas assim. Algumas serviram para me ‘policar’, para que eu não passasse por aqueles momentos de desatenção com o trabalho, pois num processo de elaboração de teses, normalmente, isto ocorre. Outras, para me incentivar, utilizando o argumento de que a defesa e sua divulgação poderiam ajudar como mais uma das referências nas reflexões acerca do cooperativismo popular e da economia solidária. Para mim, o que importou mesmo foi poder contar com as diferentes contribuições e, como foram inúmeras, eu não me sentiria a vontade para listá-las, pois poderia correr o risco de esquecer alguma. Aproveito, portanto, para agradecer a todas as formas de apoios que recebi e dizer que jamais as esquecerei.

Porém, eu gostaria de deixar registrado aqui o meu agradecimento aos integrantes da Coordenação Nacional, da Coordenação Executiva e da Secretaria Executiva do FBES; aos integrantes da Rede de ITCP’s; aos integrantes da ITCP da COPPE/UFRJ - pela recepção no Rio de Janeiro; aos professores, professoras, funcionários e funcionárias do CPDA/UFRRJ; e, em destaque, ao apoio que me foi dado, para o desenvolvimento da fase de campo, pelo Programa de Apoio à Pesquisa Discente, através do Convênio: CPDA/UFRRJ – ACTIONAID/BRASIL - NEAD/MDA. Programas como estes chegam a ser vitais ao desenvolvimento de algumas pesquisas. Também quero agradecer ao CNPQ, pelo apoio dado, através da bolsa de estudo, concedida pelo PICDT - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica. E ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis - DECAC/UFESJ pela minha liberação para o estudo.

Agradecer ao meu orientador, o Professor Nelson Giordano Delgado, pelo apoio dado durante toda a história desta tese.

Quero agradecer aos membros das Cooperativas Populares que me receberam alegres e com uma disponibilidade incomum, durante todo o processo de coleta de dados.

Por último quero agradecer, especialmente a minha Companheira Maroca, aos meus filhos Daniel, Éder, Cecília e Juliana, que, sem dúvida, são os maiores parceiros neste meu caminhar.

RESUMO

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de Oliveira. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades:** casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 245 p Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Este trabalho foi realizado com a principal intenção de se entender as formas como as cooperativas populares atuam, se articulam e se desenvolvem. O que se pôde observar foi que elas, sobretudo aquelas que atuam em áreas onde tradicionalmente os trabalhadores e trabalhadoras foram conduzidos a um estado de vida que combina precarização de trabalho e o sub-emprego, desempenham uma valiosa ação como agentes de transformação local. Por atuarem neste processo e por serem constituídas por pessoas que habitam em lugares onde residem as camadas populares da sociedade, as cooperativas que daí emergem, são chamadas de cooperativas populares. Precisamente, neste estudo, estamos nos referindo a cinco cooperativas populares da cidade do Rio de Janeiro, que atuam nas comunidades do Caju, Andaraí, Ilha do Governador, Mangueira e Morro dos Macacos, em Vila Isabel. Uma importante descoberta feita nesta pesquisa foi a de que ao atuarem na perspectiva de ajudar a minimização do desemprego e a exclusão social em suas comunidades e, principalmente, ao se articularem umas com as outras, essas cooperativas ajudam a construir e reproduzir capital social. Por outro lado, outra descoberta não menos valiosa, foi a de que essas cooperativas estão agindo como atores consideráveis no desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Neste sentido, essas cooperativas podem ser reconhecidas como agentes aliados de outros movimentos sociais como, por exemplo, o de luta pela reforma agrária, de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar, de luta pela recuperação de empresas falimentares, etc. Observando-se estas questões, se pode considerar que essas cooperativas estão atuando e reforçando, em certa medida, práticas de enfrentamentos que outros movimentos sociais estão fazendo no sentido de minimizarem a expansão e o desenvolvimento do liberalismo e sua atual estratégia de globalização capitalista. Estratégia esta, que tem causado, conforme se observa em determinadas estatísticas econômicas, o aumento da pobreza, do desemprego e da exclusão social.

Palavras chave: Cooperativismo Popular, Economia Solidária, Capital Social, Proteção Social

ABSTRACT

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de Oliveira. **As Cooperativas Populares e Seus Desafios, Limites e Possibilidades:** casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 245. 2006. 245 p Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

This work was carried out with the purpose to understand the way popular cooperatives work, articulate and develop. It was observed that, mainly those in the traditional areas where works were taken to a kind of life that combines work precariousness and very low salary job, performing various actions as local changing agents. For acting in this process and by being constituted by people living in places where common social layers dwell, the cooperative that comes from those places are called common cooperatives. In this study, we refer to five common cooperatives in Rio de Janeiro city acting in the following communities: Caju, Andaraí, Ilha do Governador, Mangueira and Morro dos Macacos in Vila Isabel. An important discovery in this research was that helping the unemployment minimization and the social exclusion in those communities and mainly articulation one with another, those cooperatives help build and reproduce social capital. On the other hand, another discovery no less valuable than the other, was that those cooperatives are acting as considerable agents in the economy of solidarity development in Brazil. That way those cooperatives can be recognized as good agents from other groups such as, for example, agrarian reform struggle, strengthening of the family farming struggle, family farms recovering struggle, etc. Paying attention to those questions, those cooperatives can be considered as acting and reinforcing, in some way, confrontation practices that other social groups are doing in the way to decrease the liberalism expansion and development, and its present strategy of capitalist globalization. This strategy has been causing, as has been observed in some economical statistics the increase of poverty, unemployment and social exclusion.

Key words: Common Cooperativism, Economy of Solidarity, Social Capital, Social Protection.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de cooperativas existentes no Brasil, de 1902 a 1965	31
Quadro 2	Número de associados existentes nas cooperativas brasileiras, de 1902 a 1965	32
Quadro 3	Evolução do número de membros, do capital e do volume de vendas da Sociedade Limitada dos Pioneiros de Rochdale	38
Quadro 4	Variação e participação dos principais produtos exportados pelas cooperativas (2003/2004)	40
Quadro 5	Características das Empresas Capitalistas e de autogestão	41
Quadro 6	Evolução dos princípios do cooperativismo a partir das decisões dos congressos internacionais organizados pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI)	55

LISTA GRÁFICOS

Gráfico 1	Vê vantagens em trabalhar numa empresa autogestionária/cooperativa comparado com o trabalho em uma empresa convencional?	58
Gráfico 2	Se sim qual a principal vantagem?	58

LISTA DE ABREVIACOES

ABC	Região do ABC, Representada pelas Cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, na Região Metropolitana de São Paulo
ABCRED	Associao Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares.
ACTIONAID/BRASIL	Agência de apoio a projetos, programas e campanhas que possuem por finalidade a promoo de desenvolvimento local nas áreas de maior pobreza e desigualdade social
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANCOSOL	Associao nacional do cooperativismo de crédito da economia familiar e solidária
CNM	Confederao Nacional dos Metalúrgicos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Entidades no Combate a Fome e pela Vida (Rede Nacional MDE Mobilizao Nacional)
COPPE	Coordenao dos Programas de Engenharia da UFRJ
CONCRAB	Confederao das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOTRAM	Cooperativa de Trabalhadores de Manguinhos
CPDA	Curso de Pós-Graduao em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
CUT	Central única dos Trabalhadores
DECAC	Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da UFSJ
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconmicos
DRT's	Delegacias Regionais do Trabalho
EFR	Escola Francesa de Regulao
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FASE	Federao de órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEES's	Fóruns Estaduais de Economia Solidária

FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB	Organizações das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organização das Cooperativas Estaduais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PICDT	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONINC	Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Cooperativas Populares
REDE DE ITCP's	Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UNICAFES	União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNITRABALHO	Rede de Universidades com Caráter de Fundação, que atua no campo dos estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho e no processo de incubagem de empreendimentos da economia solidária.

APRESENTAÇÃO

Este estudo teve como um dos principais objetivos buscar a compreensão das dinâmicas das cooperativas populares entendendo, sobretudo, o seu funcionamento interno e suas interações externas.

Esses objetivos foram formulados tendo como pontos cardeais as questões norteadoras da pesquisa, definidas a partir das necessidades de investigação das vinculações dessas cooperativas aos processos de luta contra o desemprego, a pobreza e a exclusão social. E, ao mesmo tempo, entender o modo como esses processos podem contribuir para o fortalecimento da economia solidária e o processo de uso, produção e reprodução de capital social.

Esta tese está estruturada de uma maneira que possibilite dar ao leitor, uma fácil condição de compreensão das fases que compõem este estudo. Deste modo, optou-se por uma forma onde já na introdução se faz a apresentação ou contextualização sobre a temática, sempre tendo a preocupação de fazer uma problematização inicial sobre ela. É também nesta parte introdutória que se explica a maneira como a pesquisa foi realizada e se faz a apresentação básica de quais foram as cooperativas populares investigadas.

No capítulo primeiro, são feitas reflexões teóricas nas quais tenta-se inserir as ações e reações dos movimentos sociais atuais contra a globalização capitalista. Dentre estes movimentos apresenta-se o da economia solidária. Com isto se busca fazer um elo deste movimento específico, com outros que estão compondo o campo dos movimentos que enfrentam e se contrapõem a própria dinâmica e aos efeitos causados pelo neoliberalismo. Esta contraposição vem sendo feita num campo de ação e reação, do qual também são atores os movimentos que defendem o desenvolvimento e a estrutura econômica liberal. Com esta intenção, tenta-se fazer uma relação destes enfrentamentos com o processo de desenvolvimento das economias-mundo capitalistas. Este processo possibilitou se dar mais evidência acerca da questão dos duplos movimentos, que vão estar presentes em todas as reflexões e debates sugeridos nesta tese.

O cooperativismo como instrumento de proteção e mudança social, apresentando seus desdobramentos como instrumentos de desenvolvimento, tanto nas economias socialistas quanto capitalistas, são apresentadas no capítulo dois. Ainda neste capítulo se faz uma reconstituição da história do movimento cooperativista brasileiro, focalizando, especificamente, a gênese das cooperativas populares. A intenção, com esta reconstituição, é tentar fazer uma ligação da trajetória histórica do cooperativismo brasileiro com todo o atual processo de enfrentamento entre os tipos de práticas cooperativistas que, no momento, são desenvolvidas no Brasil e que estão sinalizando para um cenário de duplo movimento.

No terceiro capítulo são apresentados os desafios, limites e possibilidades das cooperativas populares dialogarem, efetivamente, com a economia solidária. A partir desta apresentação se pôde visualizar, com mais nitidez, como as cooperativas analisadas, ao dialogarem, ou seja, ao interagirem com outras formas de práticas da economia solidária, impulsionam um processo de produção, uso e reprodução de capital social. Para além disto, os resultados da pesquisa, que são analisados neste capítulo, proporcionaram, num primeiro momento, a compreensão de como as cooperativas populares interagindo com outras formas de exercícios da economia solidária, e num outro, utilizando capital social, podem atuar reforçando práticas de proteção e mudança social, basicamente aquelas que são focalizadas no combate ao desemprego, a pobreza e a exclusão social.

O capítulo quatro é destinado às considerações finais. Neste momento são desenvolvidas reflexões sobre os resultados da pesquisa e, mais precisamente, são apresentadas as tendências sobre o desenvolvimento do cooperativismo popular no Brasil e a sua contribuição para o fortalecimento da economia solidária e aumento do uso, produção e

reprodução de capital social. Neste item são apresentadas, também, algumas sugestões para o desenvolvimento de novos estudos, os quais foram sendo apontados durante todo o processo de construção, desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

SUMÁRIO

RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA GRÁFICOS	v
LISTA DE ABREVIACÕES	vi
APRESENTAÇÃO	viii
INTRODUÇÃO	1
A pesquisa	6
A fase de campo	7
CAPÍTULO I - UM CENÁRIO DE MÚTIPLAS MOVIMENTOS	9
1.1 Atual situação das economias-mundo capitalista	9
1.2 Os duplos movimentos	16
CAPÍTULO II - O COOPERATIVISMO BRASILEIRO: DE SUA GÊNESE AS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	23
2.1 O cooperativismo no Brasil	23
2.1.1 O surgimento e a expansão do cooperativismo no Brasil	25
2.1.2 A atuação do estado no cooperativismo	28
2.1.3 O domínio do Estado e o surgimento da OCB	31
2.1.4 A Constituição de 1988 e o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo da OCB	35
2.2 Gênese das cooperativas populares	37
2.3 Princípios cooperativistas	48
2.4 O cooperativismo como instrumento de proteção e mudança social	59
2.4.1 O cooperativismo como instrumento de desenvolvimento	60
2.4.2 O cooperativismo nas economias capitalistas e socialistas	61
2.4.3 O cooperativismo como instrumento de proteção e mudança social	65
CAPÍTULO III - DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COOPERATIVAS POPULARES: DIÁLOGOS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA, O CAPITAL SOCIAL E AS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO E MUDANÇA SOCIAL	67
3.1 O surgimento das cooperativas populares	67
3.2 Raízes do surgimento das cooperativas populares	71
3.3 Elos entre as cooperativas populares e a economia solidária	84
3.4 Elos entre as cooperativas populares e o capital social	92
3.5 As cooperativas populares como instrumentos de proteção e mudança social	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

A evolução do cooperativismo popular e da economia solidária no Brasil estimulou o desenvolvimento de pesquisas nessas áreas. Isso tem significado, principalmente, esforços na compreensão desses fenômenos como alternativas na busca de proteção e mudanças sociais conquistadas, por um lado, a partir da construção, utilização e reprodução de capital social e, por outro, no apoio à minimização do desemprego e da exclusão social.

Nessa linha de raciocínio, para esta pesquisa, isso significa ter como preocupação maior a compreensão das estratégias que determinados grupos sociais adotam, articulando-se em redes de solidariedade.

É conveniente, entretanto, considerar que, em mínima instância, essas experiências representam uma nova tendência de organização dos trabalhadores, principalmente os que enfrentam condições de desemprego, de precarização do trabalho ou de exclusão social. Esse fato fica explicitado, por exemplo, nos debates acontecidos nas edições do Fórum Social Mundial que, para DELGADO e ROMANO (2003), representam um importante espaço para traduzir toda a diversidade das lutas e dos movimentos sociais que se opõem ao neoliberalismo, criando oportunidades para que essas lutas sejam exercidas coletivamente dentro de um cenário que favoreça diálogos entre os mais distintos atores.

Para a realização de uma pesquisa dessa natureza, foi importante abrir parêntese e considerar, brevemente, algumas informações sobre o processo de reestruturação produtiva que está em curso dentro das mais variadas organizações empresariais, especificamente a partir da década de noventa do século passado em vários países do mundo. Essas informações podem ajudar a entender as possíveis transformações estruturais no mundo do trabalho, talvez necessárias, para que as organizações populares criem estratégias inclusive no campo da sobrevivência econômica.

Nesse sentido, convém considerar que, dentre as estratégias estabelecidas pelas empresas, notadamente as de médio e grande porte, no sentido de acomodarem as novas relações de mercado provocadas pelos efeitos da chamada globalização, afetaram em cheio as relações de trabalho, exatamente porque essas estratégias foram traçadas com base em outra forma de sistema produtivo. Esse novo sistema ficou caracterizado como o fenômeno da reestruturação produtiva cujos fundamentos, conforme argumentam SOARES (1998), ANTUNES (1999 e 1995) e SÓRIA e SILVA (2000), estão ligados à necessidade do acompanhamento do desenvolvimento tecnológico, tanto no campo da robotização, da informatização, da fragmentação das plantas produtivas, como no campo das novas tecnologias gerenciais, que deram suporte à passagem do sistema taylorista-fordista de produção para o toyotismo-volvismo. Neste, enxergava-se a possibilidade de “envolver” o trabalhador no processo decisório da empresa, com o objetivo de fazê-lo comprometer-se explicitamente com a condição de “pensar como a empresa”, condição que exigiu que ele evoluísse do patamar em que se encontrava, conhecido como “vestir a camisa da empresa”.

Para a aplicação dessas estratégias de reestruturação produtiva, segundo SOARES (1998), as empresas passaram a adotar instrumentos que foram transformados em verdadeiros e indispensáveis mecanismos de sustentação empresarial. Esses instrumentos são conhecidos como reengenharia, controle total de qualidade, *just-in-time*, *kanban*, tudo isso aliado a fortes ações no campo do marketing, que provocaram a necessidade de que as empresas se transformassem em organizações proativas, ou seja, empresas que sempre estão prontas para reagir às necessidades do mercado e de suas concorrentes, conforme argumentam Bateman e SNELL (1998). Nesse estágio, torna-se necessário desenvolver certa cultura organizacional que lhes possibilite alcançar o posto de empresa com vantagem competitiva. Esta condição conduz a empresa para uma condição superior, na qual nunca copia práticas das outras; pelo

contrário, ela é sempre copiada, o que lhe dá uma vantagem maior no sentido da competição no mercado (BATEMAN e SNELL, 1998).

Todos esses instrumentos passaram a requerer das empresas estratégias estruturais/organizacionais que envolvem ações de fusões, aquisições e controles de umas empresas por outras, estabelecendo uma situação de perfeita corrida para a oligopolização do sistema produtivo/distributivo de bens e serviços em que são aplicados mecanismos de, por exemplo, *downsizing* e *rightsizing*. O primeiro significa ações planejadas de eliminação de cargos e ocupações dentro da empresa e o segundo significa um esforço, também planejado, para se conseguir um adequado tamanho para as empresas. Trata-se, portanto, de uma considerada síndrome de sobrevivência, em que se praticam as mais perfeitas táticas de competição¹.

Não é muito difícil de examinar que, deste cenário, medra o desemprego. Daí a necessidade de, para quem estuda este tipo de fenômeno, ter sempre um acompanhamento do que demonstram as pesquisas sobre os índices de desemprego e exclusão social no Brasil e no mundo. Isso, necessariamente, remete a avaliações sobre o setor formal e informal, além da necessidade de sempre estar atento às formas alternativas de geração de ocupação e renda.

Especialmente no caso brasileiro, os resultados das pesquisas sobre índices de desemprego e de renda salarial indicam que, enquanto o emprego formal tem crescido muito lentamente, ou, por vezes, negativamente, por outro lado, a taxa de ocupação total se eleva, exatamente porque o setor informal reage gerando ocupações em uma velocidade muito alta, devido a sua capacidade de absorver mão-de-obra em vários setores da chamada economia informal. Na medida em que essa força ‘marginal’ da economia brasileira cresce e se fortalece, surgem, do seu lado, formas de inserção econômica que, na maioria das vezes, se formalizam sem, no entanto, carregar com elas os elementos constitutivos da economia formal capitalista, sobretudo a busca excessiva da concorrência, da exploração do trabalho, do lucro e da propriedade individual.

Por meio de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se perceber que, no Brasil, as taxas de desemprego são preocupantes. Não exatamente porque esteja havendo uma evolução para possíveis aumentos do desemprego formal, mas pelo fato de que as taxas de emprego formal crescem num ritmo menor do que cresce a população economicamente ativa. Esse fato só pode ser revertido se o país voltar a crescer, pelo que afirma a maioria dos analistas econômicos, a taxas de, pelo menos, 6% ao ano.

As Pesquisas Mensais de Emprego, ou PME, estão entre as mais observadas sobre estas questões. Elas são realizadas pelo IBGE e demonstram as tendências sobre emprego e desemprego em seis das principais regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Nas avaliações desses dados, vê-se que, enquanto a desocupação oscila, no decorrer dos anos, muito lentamente para queda, a taxa de ocupação total oscila muito irregularmente, durante alguns dos meses do ano, para uma elevação. No entanto, isso pode não significar uma sinalização para um cenário de estagnação positiva do avanço da ocupação formal, mas pode ser explicado exatamente porque o setor informal reage, gerando novas opções de ocupação. Essa análise pode ser reforçada pelas avaliações que se podem fazer em torno dos resultados da Pesquisa Nacional sobre a Economia Informal Urbana, que demonstram que:

“No Brasil, em outubro de 2003, existiam 10.335.962 empresas informais que ocupavam 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não-remunerados. Verificou-se uma variação de 9% no número de

¹ Para melhor leitura sobre este assunto, observar BATEMAN; SNELL (1998)

empresas informais, enquanto o crescimento dos postos de trabalho nelas existentes cresceu 8% em relação à pesquisa anterior” (IBGE, 2005:23).

Pelas contribuições que apresenta POCHMANN (2004), nos últimos anos, cerca de 30% dos postos de trabalho abertos foram por conta própria, sem remuneração e empregadores, ou seja, pela economia informal.

Isso não significa negar que, nos últimos quatro anos, o volume de empregos formais não tenha crescido em relação aos anos anteriores, BRASIL (2006). O que se pretende assegurar é que eles cresceram em proporções menores do que cresceu a população economicamente ativa.

São dados como estes que nos remetem a observações sobre o poderio do setor informal brasileiro e, sobretudo, da economia que nem chega a aparecer nas amostras das pesquisas. Isso porque tratam-se de “empreendimentos” nos quais os trabalhadores nem se consideram como ocupados, pois desempenham atividades econômicas tidas como “sem classificação”, como é o caso, por exemplo, os vendedores ambulantes. Outro exemplo que pode ser citado é o dos vendedores que atuam em feiras livres que, além de representar grande parcela de trabalhadores, sem estas atividades, detectadas em praticamente todo o território brasileiro, teriam dificuldades em encontrar outro modo de sobrevivência econômica. Trata-se de uma espécie de ‘economia subterrânea’ que, em alguns casos, chega a ser vital para determinados grupos de pessoas.

Essa situação agravou-se na última década do século passado, quando os empregos formais gerados não acompanharam o crescimento da população economicamente ativa. Conforme argumenta NAKANO (2000), essa década foi chamada de “a década do desemprego”, quando, além das informações apresentadas acima, “*inúmeros fenômenos que já existiam anteriormente tornaram-se mais evidentes, a exemplo das micro e pequenas empresas, do trabalho informal e das cooperativas. Fenômenos que ganharam maior relevância, merecendo novas análises políticas de intervenção*” (Op. Cit.: 65)

Retomando as discussões sobre reestruturação produtiva, o desemprego, como resultante deste processo, pode ser agora considerado como um fenômeno bastante presente, dando sustentação para os processos de terceirização (considerada uma forma de contratação indireta de mão-de-obra), de quarteirização (conhecida como uma forma de controle indireto da contratação indireta de mão-de-obra) e de quinteirização (conhecida como a forma direta de controlar a contratação indireta de mão-de-obra)².

Se, para as empresas, a reestruturação produtiva promoveu o aperfeiçoamento do sistema produtivo e provocou um incremento à lucratividade, para os trabalhadores, este mesmo processo promoveu a diminuição dos postos de trabalho e ou, em alguns casos, a precarização do emprego.

É nesse cenário que as estatísticas sobre o mundo do trabalho apontam para taxas muito altas de desemprego e para o aumento dos índices de pobreza e exclusão social, em todos os continentes. A gravidade dessa situação tem provocado a movimentação dos mais variados atores sociais, na tentativa de encontrar saídas para problemas que refletem no conjunto da sociedade.

Quando se fala de pobreza e exclusão social, pode-se perceber que, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a

² As práticas de terceirização, quarteirização e quinteirização estão se transformando em ferramentas ou estratégias de gestão cada vez mais constantes nas grandes empresas, sobretudo nas transnacionais, segundo CARAVANTES et al. (2005). Outras referências sobre este assunto podem ser encontradas em BARAÚNA (1997). No setor público, a prática da quinteirização já passa a ser considerada uma preocupação, segundo pareceres de juríacos, conforme apresenta PAMPLONA FILHO (2006).

pobreza, hoje, atinge três bilhões de pessoas no mundo. Esse universo compreende aqueles que sobrevivem com menos de dois dólares por dia (KLIKSBURG, 2002). No Brasil, estima-se que pelo menos cinquenta milhões de pessoas se encontrem nesta situação (PNUD, 2006).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que cerca de um terço da população brasileira, o que corresponde a 54 milhões de pessoas, é pobre e que um oitavo da população, cerca de 22 milhões de pessoas, pode ser considerada muito pobre ou indigente. Segundo o IPEA, pode ser considerada pobre aquela pessoa que tem renda domiciliar *per capita* mensal de menos de meio salário mínimo (IPEA, 2005).

Quanto à exclusão social no Brasil, para POCHMANN e AMORIM (2003), 42% do total de 5.507 municípios brasileiros, que representam 21% da população brasileira, situam-se em áreas associadas à exclusão social, e apenas os habitantes de 200 municípios (3,6% do total), que representam 26% do total da população, vivem em localidades que com padrão de vida que pode ser considerado adequado. Estas constatações levaram os autores a perceber que fazem parte dessa massa de excluídos tanto os brasileiros que já tiveram experiências de inclusão quanto os que nunca viveram esta condição, como, por exemplo, aqueles que nunca usufruíram a condição de ter tido um emprego adequado. Os autores consideram como excluídas as pessoas que não possuem, ou possuem de forma bastante precária, o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação.

Uma das alternativas para buscar a reversão dessa grave situação é, segundo NAKANO (2000), reforçar as práticas do cooperativismo, que se apresentam como importantes saídas. O que se revela como interessante é o fato de que este tipo de alternativa não é tão recente. De acordo com COLE (1964), durante o século XIX, presenciou-se, como decorrência da chamada Revolução Industrial, um cenário de desemprego, de precarização do trabalho e exclusão social, cujos efeitos, guardadas as suas condições, são parecidos com os atuais; naquela época, o cooperativismo foi uma alternativa importante para ajudar na resolução desses problemas. Isto reforça a idéia de que o exercício do cooperativismo continua servindo de campo alternativo para os trabalhadores buscarem condições de resistirem, por exemplo, às crises cíclicas do capitalismo, das quais falam BRAUDEL (1996) e ARRIGHI (1996), bem como para, nessas resistências, procurarem formas alternativas de exercitarem a cooperação com solidariedade, como argumentam SINGER (2002) e SANTOS (2002).

De forma mais articulada, foi a partir da última década do século XX que o cooperativismo tornou-se item das agendas de vários movimentos de trabalhadores do mundo inteiro, inclusive o sindical, alimentado, principalmente, pelas buscas de tentativas de minimizar a exclusão social e a pobreza, causadas pelos índices altos de desemprego e precarização do trabalho. Isso, portanto, justifica a indicação que apresenta COLE (1964), dizendo que o cooperativismo sempre foi um instrumento apresentado e exercitado pelos trabalhadores para encontrar saídas para enfrentar ondas de desemprego e pobreza.

Recolocar o cooperativismo no debate sobre a busca de alternativas ao desemprego e à exclusão social, na atualidade, pode significar relacioná-lo com as práticas de economia solidária no Brasil. A articulação brasileira em torno desta temática conduziu à instalação de redes nacionais - em alguns casos, com articulações internacionais - que se mobilizam para sedimentar as práticas e reforçar uma construção teórica. É importante ressaltar que a economia solidária já tem um grande universo de experiências empíricas, conforme demonstram as informações constantes de ATLAS (2006). Também possui uma demarcação teórica que é demonstrada pelos mais variados estudos e pesquisas realizadas sobre o assunto, como se pode ver em obras como SINGER (2002) e KRAYCHETE, LARA e COSTA (2000). Em uma outra frente, relaciona-se com distintos movimentos sociais articulados a partir dos diferentes fóruns instalados em várias partes do Brasil e do mundo. Por exemplo, pode-se

citar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), instalado oficialmente no encerramento da III Plenária Nacional de Economia Solidária, em 29 de junho de 2003³.

O FBES está conseguindo aglutinar variadas vertentes de compreensão sobre economia solidária, cujos pensamentos podem ser encontrados resumidamente, por exemplo, em CATTANI (2003) e cujas atividades estão fortemente relacionadas com buscas de formas de minimização da pobreza, articuladas ao compromisso de distribuir renda e instalar processos de exercício de democracia. De acordo com os documentos básicos deste Fórum, por economia solidária⁴ se compreende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, mas trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, as justiças econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Ela se fundamenta na cultura da cooperação da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista (documento base para a III Plenária Nacional de Economia Solidária - 27 a 29/06/03. Ver, sobre isso, www.fbes.org.br).

No atual estágio da economia solidária no Brasil, cada vez mais se pode perceber que a sua construção está se dando com a importante contribuição das práticas cooperativistas, sobretudo do cooperativismo popular, inserido em vários setores da economia. O cooperativismo popular⁵ é considerado um tipo de cooperativismo que, além de buscar exercitar os princípios básicos e históricos do cooperativismo⁶, se aproxima, exclusivamente, das camadas populares da sociedade, ou seja, trabalhadores desempregados, em vias de desemprego, em situação precária de trabalho e daqueles que buscam alternativas de complementação de renda.

Mas, sobretudo, esta prática cooperativista tem servido de campo para os trabalhadores e ou a população de baixa renda buscarem espaços para atuar dentro de uma orientação que remete ao exercício efetivo, da cooperação e da solidariedade, numa perspectiva de alcançar proteção e mudança social. Neste caso, a cooperação é uma ação política que pode ser compreendida como algo que privilegia as práticas de autogestão e a distribuição coletiva dos resultados dos negócios feitos pelas cooperativas populares. A solidariedade pode ser compreendida como valores que as pessoas possuem e cujas ações reforçam a ajuda e a confiança mútua.

Nesse sentido, o cooperativismo popular se apresenta, também, como um dos campos nos quais se pode observar a formação, a construção e o desenvolvimento de capital social⁷. Sobretudo se este se apresenta como fundamento das redes que são articuladas pelas mais variadas experiências de buscas da minimização da exclusão social e do desemprego. Por capital social se compreende um conjunto de vantagens por meio das quais as pessoas, em seus grupos, se capacitam para ampliar os seus acessos a recursos materiais e imateriais, e buscarem novas relações com outros atores. Com isso, tentam garantir, sobretudo, o fortalecimento da democracia, conforme argumenta BEBBINGTON (1999).

É valioso considerar que os conceitos de economia solidária e de cooperativismo popular, aqui apresentados, são conceitos em elaboração e que as experiências existentes no Brasil, em sua franca maioria, se encontram ainda em absoluta fase de afirmação. Sendo assim, é conveniente observar as conceituações como tal, já que elas resultam das mais diversas compreensões, como, por exemplo, no caso do cooperativismo, de considerá-lo, como sugerem MAURER JUNIOR (1966) e PINHO (1962 e 1965), como uma formulação

³ Ver mais sobre este assunto no Anexo 6.

⁴ No item 3.3 será apresentada uma discussão mais detalhada acerca do debate conceitual sobre economia solidária.

⁵ A apresentação de um debate conceitual sobre cooperativismo popular será feita nos itens 3.1 e 3.2.

⁶ Ver mais detalhes sobre princípios cooperativistas no Anexo 8.

⁷ Sobre as concepções de capital social, no item 3.4 é apresentado maior detalhamento.

doutrinária que representa uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo, significando um sistema econômico cuja produção e reprodução são conduzidas por indivíduos que se aglutinam em organizações cooperativas. Ou ainda, há as que consideram que o cooperativismo não significa um fim em si mesmo, mas tratam-se de formas de produção, distribuição e reprodução de bens e serviços, que podem ser utilizadas tanto pelo capitalismo como pelo socialismo, no desenvolvimento de suas estratégias de desenvolvimento. Dentre os articuladores dessas últimas concepções, podem ser encontrados argumentos em obras de autores como SINGER e SOUZA (2000), ALENCAR (1993), OLIVEIRA (1996), BURSZTYN (1985), ALBARRAN e RAMIREZ (1989), PINHO (1977), YUNUS (1997), GUIMARÃES (1999), PONTE JUNIOR (2000), LÊNIN (1980), LUXEMBURGO (1986), KAUTSKY (1972) e MILL (2001).

As compreensões acerca do cooperativismo, acima referenciadas, podem ter origem nas teses defendidas pelos pensadores considerados socialistas utópicos, dentre eles merecem destaque ROBERT OWEN, FRANÇOIS CHARLES FOURIER e CLAUDE HENRY DE ROUVROY (o Conde de Saint-Simon)⁸. Por sua vez, pode-se considerar, segundo Cole (1964), que estes receberam influências dos livros “A República” (cerca de quatro séculos a.C.), “A Utopia” (1516, d.C.) e “A Cidade do Sol” (1623 d.C.), respectivamente escritos por PLATÃO, THOMAS MORE e CAMPANELLA.

Essas argumentações iniciais deram sustentação para a formulação da estrutura metodológica da pesquisa, que foi realizada considerando alguns questionamentos que nortearam todo o processo de investigação.

A pesquisa

As questões norteadoras foram elaboradas tendo como referência as primeiras informações sobre as cooperativas pesquisadas e as informações teóricas sobre cooperativismo popular, economia solidária e capital social, temas que foram considerados durante o processo investigativo.

Estas questões podem ser assim apresentadas:

- Estas cooperativas podem estar ajudando parcelas da população a alcançar condições para minimização do desemprego e da exclusão social?
- Estas cooperativas estão atuando para sair do isolamento e estabelecer relações mais amplas com outros setores da sociedade, com o estado e com o mercado?
- De que formas estas cooperativas se articulam com as práticas de economia solidária?
- Como estas cooperativas usam, produzem e reproduzem capital social?

Na busca de compreender as relações estabelecidas nas questões norteadoras, alguns objetivos se tornaram fundamentais. O principal deles foi entender a dinâmica das cooperativas populares analisadas, o que significou compreender o funcionamento interno, o que, simultaneamente, remeteu à compreensão de suas interações externas.

Formuladas as questões norteadoras da pesquisa, definida a necessidade de se observar quais as relações que as cooperativas populares possuem com o desenvolvimento da economia solidária e definido o capital social como instrumento analítico, partiu-se para os aprofundamentos das investigações sobre as experiências empíricas estudadas.

⁸ Ver mais detalhes no Boxe 5 do Item 2.2.

A fase de campo

A partir de dados encontrados na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram definidas quais as cooperativas populares seriam investigadas. Tomaram-se como referências aquelas que tivessem sido protagonistas, durante o maior tempo possível, do processo de discussão e de descobertas de alternativas para a geração de trabalho e a inclusão social na cidade do Rio de Janeiro. Optou-se por cooperativas populares da cidade do Rio de Janeiro, precisamente porque foi nesta cidade que, supõe-se, surgiram as primeiras cooperativas urbanas, que passaram a ser definidas como populares. Por outro lado, optou-se pelos dados da ITCP da UFRJ, pois esta incubadora foi a pioneira no trabalho de incubagem de cooperativas populares no Brasil (CTTC/Oficina Social, 2002).

De posse desses dados, foi feito um levantamento sobre as cooperativas que tivessem, pelo menos, cinco anos de atuação. Isso porque esse tempo coincide com a época em que os reflexos da grande campanha nacional contra a fome a miséria e pela vida foram sentidos, já que foi a deflagração desta campanha que estimulou mais visivelmente a criação de cooperativas populares, conforme se observa no histórico apresentado no Anexo 11.

Com a disponibilidade de tais informações, passou-se a examinar qual ou quais dessas cooperativas poderiam possuir fontes de evidência com facilidade para investigações, mais precisamente: documentos, possibilidades de se construir história oral da cooperativa, prática democrática de gestão que possibilitasse o acompanhamento do dia-a-dia organizacional e uma história que relacionasse a cooperativa com outras formas de mobilização por melhoria de vida de grupos sociais excluídos.

Esses critérios apontaram para cinco cooperativas⁹ que atuam em áreas distintas na cidade do Rio de Janeiro. São elas: a Coopmanga, que atua no complexo da Mangueira; a Royal Flash, que atua na Ilha do Governador; a Arco-Íris, que atua no complexo do Caju; a Cooperam, que atua no Andaraí e a Dinamicoop, que atua no Morro dos Macacos, em Vila Isabel.

A pesquisa foi realizada através de visitas e acompanhamentos sistemáticos, de forma que fossem geradas evidências necessárias para esclarecer as questões inicialmente elaboradas, possibilitando o alcance dos objetivos propostos.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a entrevista, a observação e a análise documental. O número de entrevistados foi definido no decorrer da pesquisa e foi determinado pelo grau de capacidade que as pessoas pudessem ter em fornecer o maior volume de informações possível. Neste caso, foram entrevistados dez cooperados, dois por cooperativa, sendo todos eles diretores ou membros do conselho fiscal e dois membros da ITCP/UFRJ, incubadora responsável pelo processo de assessoria no surgimento dessas cooperativas. Além dessas pessoas, foram entrevistadas duas que fazem parte do Fórum Carioca de Cooperativismo Popular.

Este tipo escolha dos entrevistados não considera a preocupação com a representação numérica, pois, como argumenta SALES (2005), numa pesquisa fundamentalmente qualitativa e na qual a amostra é intencional, os informantes são escolhidos pela sua capacidade e qualidade como participantes do processo de gestão e pela condição de se dispor ao debate sobre o tema que envolve a pesquisa. Segundo SALES (2005), este tipo de entrevistado tem uma representatividade mais intelectual e política. Seriam, o que se chama em antropologia, de “testemunhas privilegiadas”, sobre as quais se refere THIOLENT (1985).

Os documentos analisados foram, fundamentalmente, as atas das reuniões realizadas nas cooperativas e outras fontes, como folhetos, recortes de jornais, material de divulgação,

⁹ Detalhes sobre essas cooperativas são apresentados no Item 3. 1.

sites das cooperativas e projetos por elas elaborados. As observações aconteceram dentro das cooperativas, dando-se destaque para suas reuniões sistemáticas e outras de que participam e que envolvem relações com outras organizações de afinidade ou relacionamento.

CAPÍTULO I

UM CENÁRIO DE MÚTIPLoS MOVIMENTOS

Os enfrentamentos entre as teses que formulam modos de organização da sociedade colocam em lados opostos, várias correntes de movimentos, que podem ser observadas sob diversas formas. Uma delas pode ser representada por grupos de interesses que se preocupam em como devem ser resolvidos os problemas de desemprego, pobreza e exclusão social. Um exemplo contemporâneo bastante explícito desses embates, são os Fóruns Mundiais. De um lado situa-se o Fórum Social Mundial aglutinando forças que se contrapõem, por exemplo, a precarização do trabalho, a pobreza e a exclusão social. E, em um outro patamar localiza-se o Fórum Econômico Mundial, que aglutina as forças que, por exemplo, buscam os avanços do desenvolvimento liberal.

Conforme argumentos de ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN (1999), estes movimentos são caracterizados como movimentos anti-sistêmicos e sistêmicos e se enfrentam e evoluem de tal maneira que se desdobram e se reformulam, à medida que as transformações sociais, políticas e econômicas ocorrem. De modo que se pode afirmar, hoje em dia, que este duplo movimento, não é mais apenas o enfrentamento da classe operária com os donos do capital, mas de grupos multifacetados que carregam consigo formulações ou pensamentos sobre como se deve estruturar a sociedade, o estado e o mercado. Desta forma, este duplo movimento, apesar de ser dividido em dois grandes campos, possui várias formas de luta. No entanto, para esses autores, parece claro que um campo defende a manutenção da ordem/sistema dominante, enquanto um outro se mostra anti-sistêmico. É por isto que quando se analisam as composições dos dois grandes Fóruns citados acima, não se vê apenas operários de um lado e empresários/industriais de outro, mas, vários grupos de interesses que se articulam entre si para fazerem valer as suas teses de desenvolvimento econômico e social. Sobretudo, o que se observa são enfrentamentos de posições que buscam, em grande medida, refletir sobre quais devem ser as estratégias a serem seguidas por cada um dos ‘lados’, no sentido de dialogarem com o atual estágio do liberalismo.

1.1 Atual situação das economias-mundo capitalista

Segundo SANTOS (1999), a década de 1980 foi marcada pelo surto da ideologia neoliberal quando as políticas econômicas dos países mais ricos estiveram orientadas para uma desregulamentação de vários mercados, à privatização de algumas empresas, e ao aumento da competição internacional. Nas décadas seguintes esse processo evoluiu para predominância da chamada globalização capitalista, que implicou, basicamente no fortalecimento das economias dos países mais ricos e, por outro lado, acelerou os processos de aumento de desemprego e exclusão social nos países mais pobres.

Estes acontecimentos remetem a considerar-se que, por este modelo de desenvolvimento econômico um determinado país passa a ser considerado maior à medida que tem, também, maior chance de fazer “dinheiro rápido”, e não aquele onde há um bom desempenho produtivo e distributivo, por exemplo. Assim, o investimento não mais visa necessariamente a produção, mas sim a valorização monetária. Este processo tem causado reflexos negativos, sobretudo para os países mais pobres. Veja-se como ilustração a reorganização empresarial baseada na chamada “reengenharia”, onde os investidores observam a Empresa como uma Carteira de Crédito ou como uma Bolsa, daí o que passa a ter validade é a aliança entre o cada vez mais curto prazo para o retorno do investimento, com o

modelo mais qualificado possível de um processo de produção e distribuição (gestão empresarial), o que conduz as empresas a um patamar de perfeita impessoalidade, onde as pessoas são consideradas máquinas – processo parecido com a época áurea do fordismo/taylorismo - só que agora com uma assustadora adoção tecnológica, principalmente nos mecanismos de tomadas de decisão, que passam a dar suporte ao desenvolvimento do neo-fordismo, cujas heranças principais são o “*rebaixamento do nível salarial e instauração da mais completa precariedade do trabalho*” (CHESNAIS, 1996:293).

Neste cenário o ato de investir tem sua bússola alterada: o que na maioria das vezes se destinava a produção/distribuição/serviços, agora visa o mercado financeiro. Assim o mundo passa a ser visto de outra forma, onde os países mais desenvolvidos passam a ser vistos como aqueles que possuem maior rapidez ou facilidade de fazer circular o capital.

Por este ângulo reflexivo, pode-se dizer que estamos tratando de uma nova compreensão da dinâmica da economia capitalista. O interessante é que quem oferece os elementos para que se observe o desenvolvimento econômico desta maneira, é o próprio capitalismo. E isto tem sua origem com a crise do capitalismo americano que tem seu início em 1966, como destaca BRAGA (1993). Para este autor, esta crise causou efeitos para o capitalismo do mundo inteiro, causando déficit público, fragilidade da moeda, inflação, desequilíbrio nas balanças de pagamento, falências de corporações e de sub-sistemas financeiros. Estas crises, inerentes ao capitalismo, abrem caminho para uma dominância financeira da economia capitalista, a chamada financeirização, que passa a ser predominante, principalmente a partir dos anos 80, e que significa uma nova forma de se definir, gerir e realizar riqueza dentro do capitalismo, colocando em “confronto” o setor financeiro e o setor produtivo, ou seja, o capital bancário *versus* capital industrial/comercial. Desta maneira, a engenharia econômica passa a funcionar dentro de uma nova macroestrutura financeira, onde o desafio de sobrevivência e/ou afirmação dos “setores secundários” e dos Estados, é maior. Isto não acontece amistosamente e nem de forma mecânica, nem tampouco horizontalmente, requer mecanismos lentos e contraditórios para sua implantação. O maior reflexo é a acentuação das crises. O curioso é que estas crises tendem a reforçar a ação da financeirização e seu mecanismo de tornar fictício os capitais, favorecendo assim as instabilidades e a especulação, como argumenta BRAGA (1993).

Veja-se como exemplo, o caso da economia americana, quando de sua crise do final da chamada “idade-de-ouro”, cujos seguintes aspectos tornaram-se visíveis:

“Primeiro, a ampliação da natureza financeira e fictícia da riqueza no capitalismo central; segundo, a busca da rentabilidade acelerada; e, terceiro, o que se aplica tanto às corporações quanto à construção de posições por parte do sistema financeiro, a trajetória em direção à preponderância dos ativos líquidos e rentáveis.” (BRAGA, 1993:34).

Conforme BRAGA (1993), nos países capitalistas periféricos, a situação é mais avassaladora e menos governável, pois os desafios são imensos. Mas, independentemente de sua posição no mundo capitalista, o estado tem participações fundamentais nestas crises estimuladas pelo processo de financeirização. Com isso, BRAGA (1993), sugere que a questão que vai estar no centro do debate sobre a necessidade de “regulação” desses mecanismos, sobretudo, nos períodos de crises e instabilidades “*é a relação entre o Mercado e o Estado no processo de financeirização*” (Op. Cit.:34). Processo esse que acontece respeitando a seguinte possibilidade de dinâmica: o Estado ‘banca’ o sistema financeiro e as corporações; evita os colapsos; aceita as inovações financeiras; assegura a liquidez; controla as crises. Isso tem determinados custos que podem se revelar nas instabilidades e na permanente ameaça de novas crises. Mas, ao mesmo tempo, do lado das corporações, das

empresas e do setor bancário, força uma concorrência que se dará nos setores financeiro, industrial e comercial, evidentemente que tendendo a ser uma concorrência cada vez mais monopolística. Nesses países periféricos, sobretudo, essas concorrências necessitaram de ações do estado para evitar a oligopolização. Mesmo que essas ações sejam respaldadas por uma “autonomia relativa”, elas serão fundamentais no processo (BRAGA, 1993).

Estas articulações, por um lado, possuem as premissas do estado liberal e da auto-regulação dos mercados, premissas fundamentais para a permissão da dominância financeira. Por outro lado, liberam as corporações empresariais/financeiras para revisarem alguns conceitos clássicos da economia e reaplicá-los, como p.ex., o de que “toda oferta gera sua própria demanda”, evidentemente que agora com um velho, mas renovado, aliado, i.é., a utilização dos capitais fictícios.

Um dos bons exemplos a ser dado nestes casos é o das corporações que possuem base na indústria automobilística. Veja-se no Brasil, por exemplo, a atuação dos grupos Fiat, GM, Volkswagen, Ford, que produzem carros, controlam suas distribuições e financiam a compra de seus próprios carros. Por outra linha de ação, atuam politicamente para que o estado permita suas transações, ao mesmo tempo, como produtores, distribuidores e financiadores, ou seja, geradores de oferta e criadores de demanda. Esta autonomia que os grupos do exemplo acima conquistaram, só foi possível graças ao processo de financeirização.

Para compreensão detalhada deste processo, é preciso conhecer o funcionamento das sociedades anônimas, das bolsas e do capital bancário, e entender a ação dos trustes e cartéis, bem como a composição dos juros e o papel do Estado na economia, como apresenta HILFERDING (1985), pois estes elementos são fundamentais para, conceitualmente, poder-se compreender os capitais fictícios e a financeirização da riqueza.

Veja-se, portanto, pelas reflexões apresentadas acima, o nível que alcançou o liberalismo e as articulações que as organizações capitalistas promovem para fazê-lo ou transformá-lo num modo de produção onde, na atual conjuntura econômica mundial, se fossa uma compreensão de que não se pode criar nada que possa substituí-lo. É assim que o liberalismo surge como supremo e insubstituível.

Para que isto aconteça, a participação do estado tem sido fundamental, pois ao fazer a elaboração, desenvolvimento e aplicação de suas políticas, incorpora este sentimento, concluindo que sua participação é imprescindível e indissociável das grandes corporações multinacionais.

O grande elo de relação entre o estado e o desenvolvimento desta fase atual do liberalismo é a prática do mercado auto-regulável. Esta prática garante as organizações capitalistas, livre trânsito para aplicarem suas estratégias e construir suas dinâmicas.

Para decifrar de forma muito explícita modelos de atuação dos estados e das instituições na economia, pode-se tomar como ponto inicial à proposta do keynesianismo, porém dois exemplos conceituais importantes são o da Escola Francesa de Regulação e dos Estados Desenvolvimentistas. Não é objetivo básico desta pesquisa explicar, debater ou analisar, estas propostas, mas elas serão citadas para justificar a relação umbilical que o estado tem com a economia, cabendo aquele, em determinados casos, o papel de condutor das decisões desta.

Tratando-se dos Estados Desenvolvimentistas, por exemplo, pode-se recorrer a FIORI (1995), onde o autor relata com muita clareza como um estado, no caso tentando se “desenvolver”, se relaciona com a sua economia. No entanto, norteando-se por outros autores, pode perceber que pela interpretação do atual estágio de organização econômica mundial, HARDT e NEGRI (2001), argumentam que o papel ocupado pelo Estado é gerido por uma força maior que, como um efeito dobradiça, articula o novo e o velho, e os dois com o futuro, onde tudo depende desta articulação que os autores chamam de “Império”. Em outras

variantes interpretativas, BRAUDEL (1996), WALLERSTEIN (1984) e GIOVANNI ARRIGHI (1996) e ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN (1999), denominam de “Economias Mundo”, as quais, perpassando ciclos históricos, representam o poder de liderança econômica mundial, onde sob hegemonia de um determinado Estado Central, desenvolvia-se a economia mundial.

Para POLANYI (1980), analisando o que ele chama de as grandes transformações mundiais, a economia capitalista está estruturada num ambiente de crises onde o estado e o mercado possuem uma relação direta. Esta relação, segundo o autor, passa pela retomada liberal do estado e pela auto-regulação dos mercados.

Ao analisar a situação da economia global atual, FIORI (1997, 1999 e 2001), tem procurado justificar esta relação direta do estado com a economia, especificamente na sua participação como organizador, regulador e condutor da política econômica, ainda que em momentos de expansão do estado liberal e de auto-regulação dos mercados.

Em FIORI (1995), o autor apresenta o exemplo das estratégias desenvolvidas pelo Brasil quando de seu estágio de “Estado Desenvolvimentista”. Neste trabalho, o autor tenta colocar na agenda de debates sobre o estado (função/papel, estrutura, funcionamento, representação, caráter) a questão das crises e seus ciclos, atentando para a ação dos governos para enfrentá-las, principalmente, buscando uma preparação para o convívio com as incertezas. Isto, necessariamente deve passar pela democratização do estado e pela desconcentração de suas riquezas.

Especificamente no capítulo três desta obra, Fiori trata das estratégias de desenvolvimento do capitalismo nos estados periféricos. Estas estratégias, geralmente são articuladas sob a permissão e acompanhamento dos estados centrais. Em função desta situação de periférico, estes estados tendem a ser capturados pelas estratégias econômicas do desenvolvimentismo. Daí a denominação de Estado Desenvolvimentista. Trata-se de um estado que, em sua história, passou por fortes períodos de autoritarismo e de dominação oligárquica, herança esta que o credencia a desempenhar bem o papel de cumpridores de “planos” e “pacotes”. São estados de natureza capitalista retardatária, que busca industrialização, que tenta atrair capitais internacionais, mas que, por outro lado, são estados com um número grande de desempregados, com altos índices de exclusão social, com relações populistas, com instituições frágeis, com forte tendência ao controle regionalizado de “lideranças” políticas, com regimes bastante centralizados e, sobretudo, renda concentrada. Por este perfil, Fiori, define que os estados latino-americanos e, em especial o Brasil, são candidatos potenciais.

Neste caso, o autor apresenta o Brasil como “um caso paradigmático” de estado desenvolvimentista, que é considerado por Fiori, como sendo um caso - resguardadas as diferenças de países para países em suas rupturas dos pactos coloniais - de Estado que

“Teria seguido uma trajetória comum a dos países que, ao preservarem o sistema local de controle do sistema produtivo exportador, herdado da colônia, lograram organizar alianças políticas internas que permitiram e estabilizar uma forma, relativamente eficaz, de dominação, que assegurava suas relações com o exterior. Esse processo se deu mediante a confederação dos vários grupos sociais e regionais da antiga colônia” (Op. Cit.:73).

Estas alianças possibilitaram ao Brasil sustentar uma condição de estado de caráter híbrido, ao mesmo tempo regulador e liberal; empresário e formulador/condutor de política. Para justificar esta condição brasileira, Fiori faz uma análise política/econômica do Brasil do primeiro pós-guerra, até a década de oitenta. Esta análise inclui uma avaliação de política interna e externa.

Para mais uma forma de demonstrar a vinculação do estado com a economia, pode-se recorrer a determinadas situações históricas das crises do capitalismo, as quais serviram, também, de estímulo para que fossem construídas formulações teóricas que objetivaram a regulação das atividades econômicas, como forma de tentar estancar possibilidades de catástrofes. A formulação mais conhecida foi a da chamada Escola Francesa da Regulação.

Ela surgiu em oposição as teses neoclássicas da economia e tinha, dentre seus objetivos, a idéia de analisar os processos de transformação econômica sob a ótica da acumulação de capital, focalizando para isto a mudança estrutural e as crises, dando destaque ao papel do estado nelas. Os autores bases para sua formulação das teses desta escola, segundo POSSAS (1988), foram MARX e KEYNES. Dentre alguns dos seus principais articuladores, encontram-se A Lipietz e M. Aglietta.

Segundo ROMEIRO e SILVEIRA (1997: 465 e 466),

“Em primeiro lugar a EFR mantém a idéia de que existem diferentes níveis relevantes de abstração. Há um nível mais geral, que analisa os modos de produção e suas articulações, assumindo o primado do valor em seu sentido mais geral, ou a lei de valorização permanente, onde a teoria admite que existem diferentes formas de acumulação possíveis em cada modo de produção. O nível seguinte pressupõe que processos de acumulação podem se apresentar como regulares do ponto de vista social e econômico, geralmente delimitados por períodos de crises. Um terceiro nível é aquele que procura articular a passagem micro-macro, por meio dos estudos das formas institucionais e de suas correspondentes formas de regulação. São cinco formas institucionais e a hierarquização entre elas, constitui um modo de regulação (são elas: a moeda, a relação salarial, a forma de concorrência, o regime internacional e o estado). Este modo de regulação, combinado ao regime de acumulação, leva a um modo de desenvolvimento” ROMEIRO e SILVEIRA (1997: 465 e 466).

Estas características devem se transformar em ações para a regulação da economia numa perspectiva de evitar crises.

A EFR é um das importantes elaborações conceituais que servem de instrumentos para a demonstração de como o estado e as instituições podem atuar como elaboradores, gerenciadores, controladores e organizadores de políticas econômicas que interferem na estrutura de desenvolvimento econômico de um determinado país ou região. Desta forma, reforça a defesa de que o estado e a economia possuem uma relação direta, cabendo a ele, em muitos momentos, um papel decisivo.

Em se tratando de uma economia capitalista, esta relação tem como ponto cardinal o keynesianismo, onde o tipo de papel que o estado pode exercer na política econômica varia de acordo com o momento ou estágio de desenvolvimento capitalista daquela economia. Pode ser o papel de organizador, elaborador, ou ainda, um papel “híbrido”.

Como coordenador das atividades econômicas, o estado chama para si a maioria das decisões, por exemplo, num cenário de existência do chamado *welfare state*.

Como elaborador, ele atua como formulador e, conseqüentemente, como executor da maioria das políticas econômicas. Neste caso, a mediação é feita pela ação política e os enfrentamentos se mostram, sobretudo, no campo dos conceitos, por exemplo, entre os keynesianos e os monetaristas. Os estados autoritários servem como laboratórios deste tipo de ação do estado na economia.

Na forma “híbrida”, há uma combinação entre o estado-do-bem-estar e o planejamento estatal. Para tal atuação, o estado precisa ter uma ação de vanguarda e empresarial e deve

estar à frente das políticas de desenvolvimento. Pode-se citar como exemplo, os países que, na situação de “periféricos”, tiveram uma característica do que pode ser qualificado como Estado Desenvolvimentista.

No entanto, o estado tem tentado atuar mais como regulador das políticas econômicas, sobretudo, porque no estágio atual, existe uma tendência no mundo capitalista a fortes desequilíbrios sociais, causados pela aplicação das teses do “desenvolvimento econômico”, podendo-se destacar a questão do desemprego, do aumento da miséria e da fome, da concentração das riquezas, da ameaça da completa auto-regulação dos mercados e do aumento da exclusão social. São estes desequilíbrios sociais que tem ameaçado a estabilização da economia mundial, nesta sua atual fase de financeirização, que possui o domínio do capital financeiro do qual falava Marx, segundo CHESNAIS (1996: 290) dizendo que se tratam de:

“Banqueiros de negócios e outros senhores de finanças, que vivem de operações feitas no cenário da esfera financeira, definida como aquela em que temos D-D’, ou seja, dinheiro que gera dinheiro, um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo de produção servindo de mediação entre os dois extremos”.

Complementando, CHESNAIS (1996), afirma que:

“Em Hilferding o termo capital financeiro tem sido sensivelmente diferente. Designa a forma de capital que nasce, a partir da terceira década do século XIX, da estreita interconexão entre os grandes bancos e as grandes indústrias. No plano político, esta estreita interconexão tem efeitos relevantes, em termos de concentração de poder, nacional e internacionalmente. Na esfera econômica, suas conseqüências são medidas em termos de aumento de poder de monopólio, já resultante, já resultante do processo de concentração e centralização industriais” (Op. Cit.: 291).

Como regulador, cabe ao Estado a preservação da “ordem”, principalmente atuando sobre o consumo, o emprego e a moeda, e, em outra vertente, na implantação de políticas públicas que beneficiem os “excluídos”. Por isso, a Escola de Regulação ainda tem ajudado, sobretudo, nos países periféricos.

Com a crise que gerou a ruptura na paridade ouro-dólar e forçou, a partir da década de 70, uma retomada da auto-regulação dos mercados, o estado abre mão de condutor da política econômica e retoma sua face liberal, devendo entrar em cena somente quando for para evitar possível “caos sistêmico”. Neste caso, um dos exemplos interessantes é quando se exige a necessidade do estado manter, pelo menos, a regulação da moeda. Este tipo de regulação ainda é permitido, mas apenas por um incerto tempo, o que ainda evita um controle total da chamada “financeirização”. Contudo, pelo que se analisa da força que esta fase do capitalismo possui, quando atingir a sua capacidade máxima, poderá devastar economias de estados inteiros e ameaçar a “ordem” econômica mundial.

Se o “jogo” entre o estado e os capitalistas financeiros, for vencido por estes, aquele terá sua moeda negada e, conseqüentemente qualquer política econômica será desrespeitada. Isto pode ser evitado se o estado retomar sua confiança e disto depende uma combinação entre as normas centrais (estado) e as estratégias privadas (mercados). Se o estado recuperar sua credibilidade, a “ordem” será mantida. O contrário conduzirá para mais uma catastrófica crise do capitalismo.

Estas reflexões ajudam a sedimentar a forte ligação entre os estados, as instituições e as economias dos países. Mas, sobretudo demonstra o cenário onde atualmente são travadas as lutas do duplo movimento, ou seja, daquele que defende e tenta fazer com que esta situação avance e, de outro o movimento que se articula para tentar colocar freios a este cenário

revertendo a situação e recolocando nas agendas a necessidade de se pensar uma outra economia, um outro modo de produção, uma nova forma de organização da sociedade, do estado e do mercado.;

Este duplo movimento se enfrenta, não apenas localmente, existe uma articulação entre eles que rompe as fronteiras dos países e se transformam em movimentos mundiais divididos entre os pró-sistêmicos e os anti-sistêmicos.

Mas, sobretudo, estas reflexões servem para que se observe que este tipo de cenário só é possível, por esta assentado numa matriz de sustentação que é a tese das economias-mundo capitalista, ou seja, aquelas que conforme BRAUDEL (1996), WALLERSTEIN (1984) e ARRIGHI (1996 e 1999), são coordenadas por um determinado centro articulador econômico, político, financeiro e militar.

De acordo com BRAUDEL (1996), uma economia-mundo capitalista, possui uma tipologia que é fortalecida por pelo menos três regras: representa, respeita e significa determinados limites espaciais; necessita e sobrevive em função de um centro que cuja base é um pólo metropolitano que conta com um alto grau no processo de logística para negócios; significa um espaço onde existe uma soma de economias particulares sobre o domínio de centros econômicos ricos, em cuja hierarquização demonstra um desenho onde os ricos se sobrepõem aos pobres, numa perspectiva de otimização da concentração e da centralização das riquezas através dos monopólios. Esta hierarquia possui um ‘organizador’ que se orienta pelo lucro, pela competição e pela acumulação. Neste cenário os estados, as sociedades, as culturas forçam a civilização-mundo e a economia-mundo a se unirem e entreajudarem-se, tornando possível, no caso das economias-mundo capitalistas, o enraizamento cultural das práticas capitalistas. A economia-mundo capitalista possui transformações cronológicas e históricas, passando por ciclos nos quais sempre se observa a hegemonia de um determinado centro, que fortalece a sua economia-mundo capitalista e faz com que ela tenha controle sobre as outras economias-mundo capitalista.

Para WALLERSTEIN (1998), esta hegemonia é alcançada, quando a economia-mundo capitalista possui superioridade nas instancias agroindustrial, comercial e financeira, aliadas ou reforçadas pelo forte poder econômico e militar. Será esta superioridade que vai dar as economias-mundo capitalistas o poder de pressão para que os estados e as sociedades aceitem as suas imposições, que coincidem com aquilo que são os dois grandes mitos do capitalismo:

“One is that it is defined by the free flow of the factors of production. The second is that it is defined by the non-interference of the political machinery in the market. In fact, capitalism is defined by the partially free flow of the factors of production and by the selective interference of the political machinery in the market” (Op. cit.: 43)

No entanto é preciso fazer uma distinção entre uma economia-mundo e a economia mundial. Por economia mundial, se estende aquela que atinge a terra inteira e *“representa o mercado de todo o universo, o gênero humano, ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado”* (BRAUDEL, 1996: 12). E por economia-mundo, pode-se dizer que ela *“envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial de bastar a si próprio e, no qual, suas ligações e trocas internas conferem certa unidade hegemônica”* (BRAUDEL, 1996:12). Essa unidade hegemônica, na atualidade, pode ser representada pelo G-7 (grupos dos sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão, França, Itália e Canadá).

Por outro lado, o que se percebe é que esse duplo movimento ao qual se referem ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN (1999), pode estar, hoje, sendo representado dentro

dos atuais fóruns mundiais. De um lado, o Fórum Econômico Mundial, que reúne governantes, estudiosos e empresários de todo o mundo, para debaterem estratégias de desenvolvimento econômico, dentro das diretrizes que alimentam o pensamento liberal. De outro lado, está o Fórum Social Mundial, que segundo DELGADO e ROMANO (2003:1) representa:

“Um espaço de tradução da diversidade de lutas e de movimentos sociais contra a globalização neoliberal, no sentido de que cria a oportunidade para que o esforço político de compreensão das diferentes lutas seja exercido coletivamente e para que o diálogo entre distintos atores com visões, características e propósitos diversos possa ser construído sem que seja necessária a imposição de uma mesma língua”.

Neste sentido, ou nesta nova articulação mundial de forças que se opõem, torna-se evidente que há uma decisiva participação dos estados neste cenário. Esta participação tem, em grande medida, retomado as antigas orientações - onde os estados eram chamados para fazerem a regulação ou para promoverem a desregulamentação, mas, sobretudo, está baseado em se determinar o papel do estado nas diretrizes que os dois movimentos optam. Seja qual for a orientação majoritária, o estado terá um decisivo papel. Isto reforça as teses de que os estados não são neutros quando se está observando enfrentamentos entre os movimentos pró e anti-sistêmicos, pelo contrário, a sua participação tem sido vital.

1.2 Os duplos movimentos

Outra contribuição à discussão sobre o enfrentamento dos duplos movimentos é oferecida por Karl Polanyi (1980), segundo o qual existem dois movimentos. O primeiro deles defende, entre outras questões, a instituição do livre mercado onde o trabalho humano é visto como mercadoria, localizando-se acima de todas as formas de organização social. O segundo movimento busca atuar dentro de uma perspectiva de defesa dos trabalhadores, no sentido de realizar uma espécie de proteção social que, no entendimento do autor, tem o objetivo de destruir essa concepção de mercado e tornar impossível a sua existência enquanto reguladora das atividades humanas. Isso significa possibilitar outros tipos de relações sociais onde o processo de trabalho passasse a não ser considerado como uma simples mercadoria.

De acordo com POLANYI (1980), a partir do século dezesseis, os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes. Na verdade, sob o sistema mercantil, eles se tornaram a preocupação principal dos governos. Entretanto, não havia sinal de que os mercados passariam a controlar a sociedade humana. Pelo contrário. Os regulamentos e regimentos eram mais severos do que nunca. Estava ausente a própria idéia de um mercado auto-regulável.

Essa idéia se constitui numa invenção completa da tendência de desenvolvimento liberal. E essa tendência carece de uma economia de mercado que pode significar “*um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados. A ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável.*” (POLANYI, 1980:81)

Uma economia de mercado tem origem, portanto na expectativa de que cada ser humano tenha um comportamento tal, que vise atingir o máximo de ganhos monetários. Nela se pressupõe: determinados mercados que forneçam bens e serviços a um certo preço que a demanda acata; presença da moeda que tem poder de compra nas mãos dos que a possuem; a

produção é controlada pelos preços que imbuem os lucros; e, a distribuição depende desses preços que são pagos pelos rendimentos que a população consegue produzindo esses bens e serviços. A organização dessa economia é dada pelo preço.

Para POLANYI (1980) auto-regulação significa que toda a produção é para a venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais rendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens e serviços, mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados respectivamente de salário, aluguel e juros. Nos sistemas feudal e mercantil o trabalho e a terra não eram vistos como mercadorias e suas relações eram regulamentadas pelo estado ou pelos costumes e regras. Até a última década do séc. XVIII, o mercado livre de trabalho não foi sequer discutido e a auto-regulação estava completamente fora de cogitação na Inglaterra e na França.

“A transição para um sistema democrático e uma política representativa significou uma total reversão na tendência da época, e, da mesma forma, a mudança de mercados regulamentados para auto-reguláveis. O final do séc. XVIII representou uma transformação completa na estrutura da sociedade”.(Op. Cit.:83)

Estas transformações impulsionaram a auto-regulação do mercado que é um elemento indispensável para o funcionamento de uma economia de mercado. E esta, por sua vez só existirá se existir uma sociedade de mercado. O que caracteriza essa sociedade é que tudo é considerado mercadoria, ou seja, tudo é comprado e vendido. Conforme argumenta Sales (2005), numa economia com esta estrutura se pode comprar e vender de tudo, a mão-de-obra, os filhos, órgãos de pessoas e a própria hora e dignidade.

Embora esta economia sugira a separação da política e da economia, essas duas andam sempre juntas e o estado é o seu elo. Neste caso, o estado representa um papel de legitimador dessa ordem. Inclusive para permitir e facilitar a desregulação dos mercados, favorecendo assim o desenvolvimento capitalista.

A economia de mercado se assenta, portanto, segundo POLANYI (1980) sob três pilares:

- ✓ Tudo vira mercadoria e está sempre a venda, sobretudo o trabalho e o dinheiro;
- ✓ Todas as relações são competitivas e regidas pela lei da oferta e da procura;
- ✓ O objetivo é o lucro para acumulação de mais riqueza.

Evidentemente que uma sociedade pautada sobre estes pressupostos se demonstra completamente estratificada e em conflito.

POLANYI (1980) afirma que um dos aspectos relevantes da história do século XIX, foi a existência do que ele chamou de duplos movimentos. Para POLANYI (1980), enquanto os mercados se expandiam, redes se teciam para cercear as suas ações; enquanto a organização dos mercados mundiais reforçava seus mecanismos, surgiam movimentos que se opunham aos seus efeitos perniciosos.

Falando sobre o séc. XIX, POLANYI (1980:137) afirma que

“Durante um século a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento: o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cerceava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado”.

Esse duplo movimento segundo POLANYI (1980), pode ser personificado por dois princípios organizadores da sociedade:

- 1) O princípio do liberalismo econômico que tinha como objetivo o estabelecimento do mercado auto-regulável, utilizando como métodos o *laissez-faire* e o livre comércio. Esse princípio tinha o apoio das classes empresariais;
- 2) E o princípio da proteção social, cujo objetivo era preservar o homem, a natureza e a organização produtiva, cujos métodos eram a busca das legislações protetoras e o associativismo. Esse princípio era defendido pelas classes trabalhadoras.

Como exemplos de contramovimentos ou dos movimentos de proteção social, POLANYI (1980) cita alguns. Dentre esses, o autor destaca o owenismo e diz tratar-se de um movimento que veio a tona no início do século XIX e foi liderado por Robert Owen, na Inglaterra. O owenismo ficou conhecido na época e pelas gerações posteriores com sendo o movimento que serviu de base para o surgimento do movimento cooperativista. Um outro movimento citado por POLANYI (1980), é o Cartismo, que segundo esse autor, se trata de um movimento que elaborou uma carta de reivindicações dos trabalhadores da Inglaterra, também no primeiro quarto do séc. XIX, exigindo melhores condições de trabalho e maior participação política.

Para POLANYI (1980), foram estes movimentos que tentaram colocar um freio às tendências do mercado auto-regulável, onde o trabalho era uma mercadoria fundamental. A separação do trabalho de outras atividades normais da vida das comunidades e sua sujeição as leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas de produção e substituí-la por um outro tipo de organização que conduzia os trabalhadores a seres atomizados e individualistas. Para este autor, embora o owenismo possa ser considerado como a fonte do socialismo moderno, não “discutia”, ou pelo menos não traziam em suas plataformas de ação, a questão da propriedade e do poder de estado, ou seja, não dava ênfase principal às questões que possuíam relações com a disputa política, sobretudo com as questões ligadas a propriedade dos meios de produção e a questão da ocupação do poder de estado.

O movimento owenita, segundo POLANYI (1980), não foi em sua origem, nem político e nem da classe trabalhadora. Tratava-se de um movimento que representava os interesses de pessoas que tinham sido esmagadas pelo surgimento da fábrica. A sua força tinha origem no fato de que a sua inspiração era eminentemente prática. Por isto, através das experiências que eram propagadas, ele se demonstrava intrinsecamente vinculado ao cotidiano da classe trabalhadora, que clamava por uma boa qualidade na alimentação, na habitação, na educação, nos níveis de salário e na tentativa de se frear o desemprego. No entanto, era um movimento quase que completamente desintelectualizado. Para POLANYI (1980), o owenismo era uma espécie de fé profética, pois tinha visões que iam além da economia de mercado. Foi esta visão de extrapolar a economia de mercado que fez do owenismo o movimento iniciador do sindicalismo moderno. As vilas de cooperação, as cooperativas de produtores, as cooperativas de consumo, as práticas de mutirão para gerir as lojas cooperativas - que eram criadas pelos membros dos sindicatos profissionais, pelos artesãos e desempregados -, influenciaram bastante uma “nova vida” para os trabalhadores. Nestas iniciativas havia uma completa confiança entre as pessoas e na força que a solidariedade entre as profissões poderiam trazer numa perspectiva de vida melhor para os envolvidos.

Um traço característico do owenismo, segundo POLANYI (1980), foi sua insistência na abordagem social. Ele não rejeitava a divisão da sociedade em esferas política e econômica, em consequência rejeitava a ação política. Rejeitava também a existência de uma esfera econômica separada, porque isto necessitaria o reconhecimento do princípio do ganho e

do lucro como força organizativa da sociedade. Defendia, portanto, uma sociedade organizada a partir de unidades de produção e consumo que se autocompletavam entre si. As cooperativas de consumidores da Grã-Bretanha, que em seguida passaram a ter muitos imitadores por todo o mundo, foram as iniciativas práticas mais destacadas do owenismo. Uma de suas grandes experiências foi realizada em New Lanark.

“New Lanark lhe havia ensinado que na vida do trabalhador o salário era apenas um entre muitos fatores, como a qualidade dos preços e das mercadorias, a estabilidade no emprego (As fábricas de New Lanark conservavam os seus empregados na folha de pagamento mesmo quando não havia trabalho para eles). Mas havia muito mais nesse ajuste, A educação das crianças e dos adultos, a provisão de lazer, a dança e a música e a suposição geral de que uma moral elevada, e padrões pessoais para velhos e jovens, criavam a atmosfera na qual a população industrial como um todo atingia um novo status. Milhares de pessoas de toda a Europa e da América do Norte, visitavam New Lanark como se ela fosse uma reserva do futuro na qual fora consumado o feito impossível de dirigir um negócio fabril bem sucedido com uma população humana. E, no entanto, a firma de Owen pagava salários consideravelmente menores do que algumas cidades vizinhas. Os lucros de New Lanark derivavam principalmente da grande produtividade do trabalho em menos horas, em conseqüência de uma excelente organização e de trabalhadores repousados, vantagens que compensavam o aumento dos salários reais incluídos em provisões generosas para uma vida decente. Só esta última pode explicar os sentimentos de quase adulação que os trabalhadores tinham para com Owen. Foi a partir de experiências como essas que ele extraiu a abordagem social, isto é, maior-que-econômica, do problema da indústria.”(Op. Cit.:173).

É neste sentido que POLANYI (1980) considera que New Lanark havia ensinado a Owen e depois a seus seguidores, outras formas de se estruturar uma empresa, sem que necessariamente ela fosse orientada para o lucro e a competição. Estas lições reforçaram as teses da cooperação entre os trabalhadores e a solidariedade entre suas famílias.

Outro movimento destacado por POLANYI (1980) é o movimento cartista. Este movimento era político e muito mais fácil de se fazer entender do que o owenismo. Era um movimento que propunha enfrentamento com o estado. Diante dos não sucessos das experiências práticas do owenismo, o cartismo, propunha um conjunto de reivindicações que colocava no centro a necessidade da classe trabalhadora participar das decisões no parlamento. Estas reivindicações tinham o objetivo de prepara leis que garantissem aos trabalhadores o direito de eleger seus próprios representantes. O maior medo que a burguesia tinha deste movimento, conforme argumenta MILL (2001), é que com a idéia de que os trabalhadores elegerem seus próprios representantes, isto poderia garantir uma maioria no parlamento o que, por sua vez, garantiria que todas as leis fossem sempre criadas em benefício dos trabalhadores o que ameaçaria a propriedade dos meios de produção e forçaria o estado é ter ações de proteção social muito maiores do que as ações em benefício do mercado.

Sobre esta situação MILL (2001) afirma, analisando, na Inglaterra, o desenrolar das conquistas que a classe trabalhadora havia conquistado desde o owenismo e do cartismo, passando pela Lei de reforma de 1832 e, evidentemente, incorporando as contribuições dadas ao movimento das classes trabalhadoras pelo lançamento e repercussão do Manifesto Comunista (1848), que havia a necessidade de se pensar mais sobre isto, pois as tendências que a Lei de reforma de 1867, provocava nas instituições inglesas e que, por certo, teria repercussão para outros países, era que se teria que dar muita atenção, pois, acreditava Mill (2001) que

“O grande poder eleitoral que a lei põe ao alcance de nossas classes trabalhadoras é permanente. As circunstâncias que as levaram, até agora, a fazer uso tão limitado desse poder são essencialmente temporárias. É sabido, até mesmo pelos menos observadores, que as classes trabalhadoras têm, e é provável que tenham, objetivos políticos que lhes interessam enquanto classes trabalhadoras, e acreditam, correta ou erroneamente, que os interesses e opiniões de outras calasses poderosas são opostos aos seus. Contudo, por mais que a perseguição destes objetivos possa estar até agora retardada, por falta de organização eleitoral, por dissensões entre elas próprias ou por não terem elas reduzido ainda seus desejos a uma forma prática suficientemente definida, é tão certo quanto certo pode ser algo em política que elas não demorarão em encontrar os meios de transformar seu poder eleitoral coletivo em instrumento eficaz de promoção de seus objetivos coletivos. E quando o fizerem não será de forma desordeira e ineficaz como seria de um povo não habituado ao uso da máquina legal e constitucional, nem será pelo impulso do simples instinto de nivelamento. Os instrumentos serão a imprensa, reuniões e associações públicas e o envio ao parlamento do maior número possível de pessoas dedicadas aos objetivos das classes trabalhadoras. Os objetivos políticos serão, eles próprios, determinados por doutrinas políticas definidas; pois a política é agora cientificamente estudada do ponto de vista das classes trabalhadoras, e opiniões concebidas no interesse especial dessas classes são organizadas em sistemas e credos que demandam um lugar na plataforma da filosofia política, pelo mesmo direito que os sistemas elaborados pelos pensadores anteriores. É da maior importância que todos os que pensam levem logo em consideração o que serão provavelmente esses cr políticos populares, e que cada artigo deles seja exposto aa luz mais plena da investigação e da discussão, de forma que, se possível, quando o tempo tiver chegado, tudo o que neles esteja certo posa ser adotado, e tudo o que for errado possa ser rejeitado pelo consenso geral, e que, ao invés de um conflito hostil, físico ou apenas moral, entre o velho e o novo, as melhores partes dos dois possam ser combinadas num tecido social renovado.” (Op. Cit.: 41).

É por esta compreensão que MILL (2001) considera ser importante o enfrentamento da pobreza, pois ela é o eixo básico que sobre si gira todo o pensamento socialista. O autor afirma que a pobreza força a aniquilação da competição, a qual, por sua vez exige o fim da propriedade individual exigida pelos socialistas. Este argumento é ilustrado, conforme o autor, por situações onde os socialistas explicitam, em seus artigos, a nocividade da competição. Segundo eles a competição para os trabalhadores significa a causa dos baixos salários e a pobreza, e, para os empresários, a causa da ruína e da falência, pois há um processo de enfrentamento tão acentuado, durante a competição, que a única meta é o extermínio dos mais fracos, gerando o que MILL (2001) chama de novo feudalismo, onde o domínio das ações do mercado passa a ser dos especuladores. Esta situação coloca cada vez mais em posição de enfrentamento as classes trabalhadoras e os poderosos, o que, segundo Stuart Mill, deve ser evitado.

Retomando as considerações sobre o owenismo e o cartismo POLANYI (1980), argumenta que os reflexos desses dois movimentos, por exemplo, são diferentes de um lugar para outro. De 1789 até 1830, as mobilizações dos trabalhadores contra os efeitos nocivos do avanço da revolução industrial e do capitalismo, foram diferentes na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Itália, etc. No entanto, havia uma coisa em comum, tentar quebrar a instituição do trabalho humano como mercadoria. Neste sentido, toda a luta para proteção social objetivava proteger o trabalhador de uma possível falta de ocupação que lhe privasse a

mínima condição de existência, fato que o “novo” tecido social forçado pelo capitalismo, estava impulsionando.

Neste cenário, pode-se considerar, de acordo com POLANYI (1980), que quando o owenismo e o cartismo se consumiram, a Inglaterra tornou-se mais pobre naquela substância a partir da qual o seu ideal de uma sociedade livre poderia ter sido estruturado durante os séculos vindouros. Neste sentido, observa-se que se o movimento owenita tivesse se restringido apenas a atividades locais, de pouca monta, ele poderia ter-se tornado um monumento à imaginação criativa da raça humana. E mesmo se o cartismo jamais tivesse ido além dos limites daquele núcleo que concebera a idéia de um “feriado nacional” para obter direitos do povo, ele poderia ter demonstrado que algumas pessoas ainda podiam sonhar seus próprios sonhos e tomavam a medida de uma sociedade que havia esquecido a forma do homem. É por isto que POLANYI (1980) afirma que

“Todavia, este não foi o caso nem de um nem de outro. O owenismo não foi uma inspiração de uma seita insignificante, nem o cartismo se restringiu a uma elite política; ambos os movimentos incluíam centenas de milhares de profissionais e artesãos, operários e trabalhadores e, com seus inúmeros adeptos, podem se classificar entre os maiores movimentos sociais da história moderna” (Op. Cit.:170-171).

As argumentações acima permitem relacionar as formulações acerca do duplo movimento feitas por POLANYI (1980), com os movimentos pró e anti-sistêmicos apresentados por ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN (1999). Precisamente porque, tanto as argumentações feitas pelo primeiro, como aquelas feitas por estes últimos autores, remetem a reflexões sobre o enfrentamento entre dois campos. Embora os momentos históricos sejam distintos e, portanto, a dimensão das lutas e das articulações entre estes movimentos seja diferente, o que os unifica é a tese do enfrentamento. Enquanto POLANYI (1980) se refere ao enfrentamento como uma luta para garantir com que o trabalho não fosse tomado pelo mercado como uma mercadoria, fato que poderia causar, segundo o autor, exclusão social; por outro lado, ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN (1999), através das formulações sobre as economias-mundo capitalista, permitem destacar este enfrentamento como sendo uma ‘nova roupagem’ dos atuais movimentos sociais. A partir das reflexões sobre as economias-mundo capitalista, é mais simples compreender que não se está, na contemporaneidade, presenciando apenas dois movimentos que se opõem, mas sim, dois grandes blocos, com as suas mais variadas composições e compreensões sobre os cenários mundiais. Nessa perspectiva de análise, é que a formulação dos movimentos pró e anti-sistêmicos, ajuda a compreender melhor esse enfrentamento.

Mas, com relação ao movimento cooperativista brasileiro e a atual forma como se distinguem os modelos praticados no Brasil e na relação que um destes modelos, o cooperativismo popular, possui com a economia solidária, pode-se afirmar que o duplo movimento ao qual se refere POLANYI (1980), serve como um bom referencial teórico para se explicar essa ambigüidade.

Desta maneira, pode-se concluir que, da mesma forma que a análise dos movimentos pró e anti-sistêmicos, ajudam a refletir os grandes enfrentamentos dos blocos antagônicos mundiais, a análise do duplo movimento, ajuda a entender os menores enfrentamentos que se dão entre alguns campos específicos extraídos destes grandes enfrentamentos. Exemplificando, pode-se dizer que enquanto a primeira a análise serve para entender a relação entre o Fórum Social Mundial e o Fórum Econômico Mundial, a segunda pode servir para entender como o cooperativismo popular se contrapõe ao cooperativismo empresarial, no Brasil.

Ao se colocar o debate neste patamar e na tentativa de compreender o enfrentamento do cooperativismo popular com o cooperativismo empresarial, torna-se imprescindível, para estruturação desta tese, que se faça uma reconstituição histórica do cooperativismo brasileiro, que sinalize condições de observações destas diferenças.

Uma forma de se fazer isto é, partindo-se da história das primeiras cooperativas no Brasil e passando pelo surgimento das cooperativas populares, se observar a relação tanto do cooperativismo popular, como do cooperativismo empresarial, com os princípios cooperativistas universais e, a partir daí, se compreender, como o cooperativismo se apresenta como um forte instrumento de proteção social. A composição desta reconstituição histórica ajudará a entender a gênese das diferenças entre estes dois tipos de cooperativismo e o caráter de duplo movimento que ele apresenta no cenário brasileiro atual.

Esta recomposição e análise histórica do cooperativismo brasileiro serão feitas no capítulo seguinte. Baseado-se nestas discussões se terá mais elementos para se fazer a análise da atuação das cooperativas populares investigadas nesta pesquisa.

CAPÍTULO II

O COOPERATIVISMO BRASILEIRO: DE SUA GÊNESE AS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

2.1 O cooperativismo no Brasil

Para se fazer uma retrospectiva histórica sobre o cooperativismo no Brasil, partiu-se de duas constatações. A primeira é a que considera que determinadas instituições brasileiras, como, por exemplo, alguns sindicatos, instâncias governamentais, órgãos representativos das classes patronais, etc., possuem histórias que carregam consigo o que RIOS (1987) chama de “transplante cultural”. Isso porque vê-se que o país importou o modelo de economia baseado na mão-de-obra escrava, importou uma legislação trabalhista inspirada no fascismo italiano e, nessa tendência, o cooperativismo é implantado numa expectativa de manter a ‘ordem dominante’. Com esta linha de raciocínio, importou-se da Alemanha o modelo cooperativo de crédito e poupança, da Inglaterra o modelo da cooperativa de consumo de Rochdale e o modelo das cooperativas de serviço, com o objetivo de não interferir na organização social da produção.

A segunda constatação é a de que a importação do cooperativismo, sob essa expectativa de transplante cultural, é feita para manter intocável a concentração individual da propriedade e o modo de produção favorável à acumulação privada da renda.

Essas duas constatações são importantes para se entender o distanciamento que os movimentos sindical, popular e social guardaram em relação ao cooperativismo que, de acordo com os argumentos de RIOS (1987) e BURSZTYN (1985), sempre foi um setor predominantemente dominado por extratos sociais que não sofreram diretamente os efeitos do desemprego e da exclusão social. Ou seja, o cooperativismo era considerado ‘coisa de patrão’. Mas, por outro lado, essas constatações ajudam a observar melhor as características mutantes que o cooperativismo possui, entre elas a de seguir linhas de evolução distintas, dependendo do cenário onde surge e se desenvolve.

Nesse sentido, adquire uma plasticidade que lhe é peculiar, podendo-se afirmar que, pelo argumento de autores, como MAURER JUNIOR (1966), RIOS (1987), OLIVEIRA (1996), PINHO (1962) e BURSZTYN (1985), no Brasil, esta tendência não foi alterada. Pelo contrário, foi reforçada e sinalizou contribuições para fortalecer as mutações constitutivas que podem conduzir o cooperativismo para uma espécie de setor da economia que, em mínima instância, possui uma boa capacidade de se adaptar a permanentes mudanças que o fazem acompanhar as acomodações conjunturais e estruturais dos países ou territórios em que atua.

Em várias épocas, o cooperativismo brasileiro confirmou esta observação, configurando, assim, uma maneira muito especial de se adaptar a isso e, dessa maneira, desenhando o que MAURER JUNIOR (1966) considerou como sendo um modelo muito particular do Brasil. Talvez seja por isso que ele traz consigo determinadas contradições, principalmente aquelas que relacionam conceituação e prática. Um exemplo bastante relevante neste caso pode ser observado quando a própria Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que representa uma parcela do pensamento cooperativista nacional e que tem na prática empresarial capitalista a sua matriz orientativa, segundo OLIVEIRA (1996), define em seus documentos oficiais que a cooperativa só poderá atingir seus objetivos e

atender aos princípios cooperativistas se, na definição de suas estratégias e ações, combinar as práticas da “*auto-ajuda, da cooperação, da economia solidária e da gestão democrática*” (OCB, 1988). Dessa forma, dá uma demonstração de que, apesar do que se observa na maioria das experiências cotidianas das cooperativas vinculadas ao sistema OCB, os documentos produzidos em seus congressos e encontros estão ‘perfeitamente’ concatenados com os princípios fundantes do cooperativismo, o que demonstra uma aceitação conceitual, mas uma negação prática destes. Pois, embora defina uma cooperativa como ambiente de solidariedade, cooperação e autogestão, incentiva a prática da competitividade, do individualismo e da gestão concentrada nas ‘mãos’ de poucos dirigentes.

Essa prática pode ser ilustrada com o depoimento apresentado por FOLLMANN (1980:56), que afirma que o cooperativismo possui uma face que privilegia a dimensão empresarial que “*gera uma estratégia de atrelamento dos associados à eficiência administrativo-financeira da organização*”. Segundo este autor, a busca do êxito econômico força a maioria das cooperativas a adotarem estratégias de mercado que exigem tomadas de decisões urgentes que, muitas vezes, “*não permite(m) tempo para que se façam discussões participativas*”. Desse modo, as diretorias vão assumindo cada vez mais tarefas e concentrando decisões e informações. Ao concentrarem essas informações, os associados dessas cooperativas passam a ter pouco conhecimento da estrutura funcional da organização, neste caso:

“Quando o associado passa a não conhecer a estrutura organizacional da cooperativa, fica impossibilitado de participar efetivamente das tomadas de decisões. Torna-se um dependente e subordinado daquilo que deveria ser a sua própria empresa. A partir deste momento está obstruída a passagem que poderia leva-lo a participação” (Op. Cit.:66).

De acordo com Follmann, este processo ocorre quando a cooperativa desenvolve mais a sua estratégia econômica, passando a atuar apenas para o mercado em nome do sucesso empresarial.

Per outro lado, pode-se observar que, de forma diferente do que praticam as cooperativas que se enquadram na situação acima, ou seja, das chamadas cooperativas convencionais ou empresariais, conforme denomina DUARTE (1986), um outro tipo de cooperativismo vem sendo forjado e tem obtido um grande avanço no Brasil. Tratam-se das chamadas cooperativas populares, conforme argumenta GUIMARÃES (1998) e que representam coletivos de trabalhadoras e trabalhadores que enxergam na cooperativa não apenas uma unidade de produção e ou distribuição de bens e serviços, mas como um instrumento que ajuda na busca de melhores condições de suas vidas. Este tipo de cooperativas vem atuando de um modo que proporciona certas articulações ou práticas conjuntas que estão ajudando a dar sustentação ao desenvolvimento da economia solidária. É o que destacam os documentos e as informações que podem ser encontradas, por exemplo, nos *sites* do Fórum Brasileiro de Economia Solidário (FBES), cujo endereço é www.fbes.org.br; da União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol-Brasil), no endereço www.unisolbrasil.org.br; no portal do cooperativismo popular da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que é www.cooperativismopopular.ufrj.br ou, ainda, no *site* <http://www.fcprj.org.br/>, do Fórum Carioca de Cooperativismo Popular.

Observando um cenário onde se encontram cooperativas dos mais diferentes graus ou formas de atuação, reforça-se a necessidade de se fazer uma reconstituição histórica para se entender como se desenvolveu o cooperativismo brasileiro, buscando entender o debate em torno dos seus princípios e a implantação e avaliação de suas experiências empíricas e

tradicionais. É importante afirmar que esta releitura do cooperativismo no Brasil requer que se observem pelo menos duas questões: a primeira, relacionada ao surgimento de diferentes tipos de cooperativismo e, a segunda, a função que o Estado desempenhou na história do cooperativismo nacional.

2.1.1 O surgimento e a expansão do cooperativismo no Brasil

De acordo com PINHO (1962), o surgimento do cooperativismo no Brasil pode ser situado nos últimos anos da década de oitenta do século XIX, quando algumas pessoas que se interessavam pelas questões sociais já se preocupavam com a necessidade de organização dos trabalhadores, sobretudo, após a desorganização das relações entre os patrões e os empregados, decorrente da abolição da escravatura. Desde essa época, o cooperativismo já fora apresentado como uma das melhores soluções para atender a questões como estas, bem como para resolver outros problemas econômicos e sociais de determinados grupos de indivíduos. Desde então, no Brasil, o cooperativismo já passou a ser visto, sobretudo pelos trabalhadores, como instrumentos de amortecimento de conflitos gerados das questões sociais advindas, sobretudo, da relação entre patrões e empregados, que tinham suas origens a partir das crises geradas pelo modelo econômico aqui praticado. No entanto, mesmo visto por esse ângulo, o cooperativismo, na compreensão quase que unânime dos seus simpatizantes, era considerado algo que ajudaria a atender bem aos interesses das mais variadas classes ou segmentos sociais. Isso pode ser demonstrado quando uma revista que era editada no Rio de Janeiro, chamada Revista Financeira, publicou, em maio de 1888, um artigo que enaltecia a função do cooperativismo, dizendo que:

“As associações cooperativas fundam-se unicamente para o bem coletivo dos seus associados, desenvolvem a sociabilidade, que dá origem a recíproca benevolência e esta ao amor pelos nossos semelhantes. A cooperação mútua é, pois, um elemento de ordem, fraternidade e de justiça, um incentivo poderoso ao bem, ao processo intelectual e moral, fonte de economia e riqueza das nações” (PINHO, 1962:169-170)¹⁰.

Por sua vez, já em 1889, Santana Nery representou o Brasil num Congresso Cooperativista na França, segundo informações de um dos organizadores do evento, o senhor Charles Gide. Dessa maneira, fica demonstrada a participação brasileira na construção da história do cooperativismo mundial, o que significava sua primeira relação internacional. Logo em seguida, em 1891, surgiu a primeira cooperativa brasileira, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, no estado de São Paulo. Em 1894, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe ou Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco e, em 1897, surgiu a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (PINHO, 1962).

Um dado importante é preciso ser avaliado, pois se observa que as primeiras cooperativas que foram criadas no Brasil traziam duplos interesses, ou seja, ora eram criadas por interesses dos próprios associados, ora pelos interesses de alguns patrões. Esse duplo interesse representava, de um lado, a necessidade dos próprios trabalhadores, mas, de outro lado, demonstrava o oportunismo patronal em estimular e estar à frente na criação de cooperativas, com o objetivo de transferir para elas parte das obrigações que lhes eram próprias. Conforme afirma MAURER JUNIOR (1966), um bom exemplo a ser citado sobre o

¹⁰ Esta citação é transcrição feita pela autora da obra Ordem e Progresso, Tomo II, pág. 749, de Gilberto Freire, publicado em 1959.

interesse patronal é o caso da Cooperativa de Camaragibe, em Pernambuco. Essa cooperativa foi criada por interesse do senhor Carlos Alberto de Menezes, proprietário da fábrica cujos trabalhadores se tornaram cooperados. Segundo este patrão, a cooperativa iria ajudar no barateamento dos produtos que os trabalhadores consumiam e, assim, aliviaria o dilema vivido por estes relacionado aos baixos salários e ao alto custo de vida.

Foi com esse tipo de iniciativa que, no Brasil, foi incubado e criado um tipo característico de cooperativas que MAURER JUNIOR (1966) chama de cooperativas de classe ou cooperativas que eram criadas para atender indiretamente a uma determinada classe. Neste caso, a classe patronal. Ressalta-se, aqui, que, ao considerá-las como cooperativas de classe, o autor não está fazendo referência aos conceitos de classes sociais, mas apenas se referindo ao fato de ela servir a um determinado setor social, que não tem nenhuma relação com, por exemplo, o conceito marxista de classe.

Para este autor, essas cooperativas, que surgiram inicialmente por interesses dos patrões que se preocupavam em ajudar, com a criação de cooperativas de consumo, a amenizar a situação dificultosa pela qual passavam os trabalhadores, sobretudo, em função dos baixos salários praticados à época, tinham uma clara função em atender ao interesse da ‘classe’ patronal. Isso porque essa prática forçava os trabalhadores a mudar o eixo das reivindicações, ou seja, os trabalhadores passavam a ver não nos patrões e nas relações capital versus trabalho a problemática dos baixos salários. Havia um incentivo tácito para que os trabalhadores passassem a designar como culpado pela falta de poder aquisitivo, por exemplo, o alto preço de determinados produtos. Desse modo, a estratégia patronal era valiosa para a possibilidade de manter as relações de trabalho com se encontravam.

Porém, com o passar do tempo, elas passaram a ser constituídas pelos próprios trabalhadores, especificamente para defender seus interesses de classe, tornando-se, segundo este autor, sociedades fechadas e quase sempre ligadas a um partido político ou a um sindicato. Maurer Junior condena este tipo de cooperativas, pois, julgando-as sociedades fechadas, acredita que constituídas com estes propósitos, traem os ‘princípios rochdelianos’ de sociedade aberta. Aliás, este posicionamento cria uma das vertentes ideológicas do cooperativismo brasileiro e que possui fortes reflexos nas atuais cooperativas populares conforme será observado nos itens seguintes deste capítulo. Isso porque, ao condenar esse tipo de cooperativa, Maurer Junior tenta levantar a tese do “purismo” rochdeliano acerca do princípio da neutralidade política, esquecendo-se ele de que os Pioneiros de Rochdale, embora registrassem em seus princípios a questão da neutralidade política, religiosa, de raça, etc., eram todos trabalhadores desempregados e que estavam buscando alternativas para a sobrevivência e formas de se protegerem dos efeitos causados pelo liberalismo econômico, sobretudo as questões do desemprego e da exclusão. Foi para isso que criaram a primeira cooperativa, que era uma cooperativa de consumo e que tinha a função básica de ofertar produtos básicos a preços menores do que os de mercado, visando para isto a estratégia de adquirir produtos em quantidades altas, o que garantia preços mais baixos.

Desse modo, criticar ou condenar uma cooperativa criada por um grupo de trabalhadores, alegando que ela se transforma em sociedade fechada, não procede. Basta observar um outro princípio do cooperativismo que Maurer Junior tanto louva em seus escritos, que é o princípio da adesão livre, aquele que, precisamente, permite a entrada e a saída dos associados quando assim desejarem. Por esta via de compreensão, a denúncia de Maurer Júnior é vazia e traz em si a tese de que as cooperativas não podem ser criadas pelos trabalhadores, mas sim por grupos mistos, por exemplo, por trabalhadores e patrões, tentando assim fazer valer o velho argumento liberal de que todos são iguais e podem viver dentro da mesma organização sem conflitos de classe e de que, nestes casos, a cooperativa deverá ser organizada desta maneira.

Entretanto, Maurer Junior tem alguma razão ao criticar essas, por ele chamadas, “cooperativas classistas”. Ele argumenta que elas não poderiam ser criadas pelos patrões e “ofertadas” aos trabalhadores, mas que, sim, elas deveriam ser criadas pelas pessoas que, em harmonia, passariam a viver sob o teto da organização cooperativa.

Por outro lado, Maurer Junior critica a idéia de que os sindicatos e partidos políticos possam estar ajudando a criar cooperativas. No entanto, ele faz isso apenas porque reúne as informações de que estes partidos ou sindicatos são criados pelos próprios trabalhadores, o que caracterizaria a criação de cooperativas que absorveriam apenas uma classe.

Quando as suas argumentações passam a ser outra, por exemplo, quando ele defende a tese da ‘república cooperativa’, o faz a partir da sugestão de que se tentasse, com isso, criar um novo modo de produção, distribuição e consumo que pudesse representar uma via alternativa ao capitalismo e ao socialismo. Neste sentido, parece sugerir que o cooperativismo pode ser organizado pelo estado, o que nega a sua principal tese, a da autonomia. (MAURER JUNIOR, 1966).

Para localizar as incoerências de Maurer Junior, basta saber que ele se posicionava contra o fato de uma cooperativa ser criada por trabalhadores ligados a um sindicato, mas não era contra a uma cooperativa criada por trabalhadores sem ligação sindical. Isso poderá ser observado no decorrer deste capítulo, quando ele ressalta o que chamou da primeira cooperativa verdadeiramente popular criada no Brasil.

Estas posições de Maurer Junior, em verdade, significam uma entre as tantas variantes acerca da compreensão do cooperativismo brasileiro. Variantes estas que observaremos na seqüência deste item. A Apresentação será resumida, pois a explicitação e a compreensão profundas destas variantes não são objetivos desta pesquisa. Porém, é de fundamental importância que estas variantes sejam elencadas, para que possamos enxergar, por exemplo, que, embora no Brasil tenhamos desenvolvido um tipo de cooperativismo muito particular, ele vai permitir que o Estado se aproprie e chame para si o papel de organizador e fiscalizador das cooperativas brasileiras. Mas, ao mesmo tempo, se observa o surgimento de cooperativas que adotam, em suas estratégias, resistências a este tipo de ação do Estado. Aliás, este é o assunto que será tratado a seguir, dando-se destaque a cronologia do surgimento do cooperativismo no Brasil.

Para MAURER JUNIOR (1966), foi em 1902 que teve início o genuíno cooperativismo brasileiro, com a criação da Caixa Rural Raiffeisen, no Rio Grande do Sul¹¹. Dentre as cooperativas surgidas naquela época, destaca-se a Cooperativa Internacional da Lapa, que foi criada por um grupo de imigrantes ingleses que trabalhavam na São Paulo Railway que, depois, se transformou na Companhia Ferroviária Santos–Jundiaí, PINHO (1962) se refere a esta companhia como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com sede em Jundiaí, no estado de São Paulo). Esta cooperativa, segundo Maurer Junior, foi a primeira a ter se inspirado diretamente no movimento cooperativista inglês, pois, conforme seus argumentos, enquanto na Alemanha e na França as cooperativas surgiam para juntar classes, na Inglaterra elas surgiam apenas das classes populares. Neste caso, o autor afirma que é “*digno de nota que essa cooperativa, nascida embora entre representantes de uma classe, tenha sido a nossa primeira cooperativa verdadeiramente popular*” (MAURER JUNIOR, 1966:65).

¹¹ Tratava-se de uma cooperativa inspirada nas caixas rurais alemãs que foram pioneiras no gênero. Seu idealizador foi Friedrich Wilhelm Raiffeisen

2.1.2 A atuação do estado no cooperativismo

Para PINHO (1962) e MAURER JUNIOR (1966), foi a partir de 1932, com o Decreto 22.239 de 19 de dezembro, que passou a existir, no Brasil, uma legislação completa sobre cooperativismo. Esta legislação marca os interesses do Estado pela prática cooperativista, interesses esses que estavam ligados à necessidade de resolver os graves problemas resultantes da conjuntura econômica mundial daquela época (oriundos, sobretudo, da Primeira Grande Guerra Mundial e da crise de 1929). Foi a partir desse momento que o Estado começou a interferir no cooperativismo e usá-lo como instrumento de suas políticas e programas de desenvolvimento.

No esteio da interferência do Estado no cooperativismo, surgem as mais variadas correntes interpretativas acerca do cooperativismo brasileiro, cada uma trazendo consigo um tipo ou modelo a ser sugerido. Dentre essas correntes, pode-se destacar cinco delas. A primeira, que foi liderada por Saturnino Brito que defendia a implementação do cooperativismo sindicalista e servia aos interesses classistas; a segunda, liderada por Fábio Luiz Filho, que se opunha às idéias de Saturnino Brito e sugeria que se seguisse o modelo rochdeliano, sobretudo respeitando-se a tese da ação “apolítica”; Luiz Amaral representava uma corrente que confiava no cooperativismo como um instrumento para o desenvolvimento e a expansão do liberalismo; uma terceira vertente tinha em Waldiki Moura seu mentor e cuja tese básica era a de que o Estado teria que assumir uma função paternalista dos órgãos oficiais sobre as cooperativas, aportando recursos para que essas pudessem se desenvolver, ou seja, defendia uma tutela do Estado; a quarta, era liderada por Maurer Junior, que só acreditava no desenvolvimento do cooperativismo se ele tivesse como objetivo principal a formação do que ele chamava de ‘república cooperativa’, apresentando-se como uma via alternativa ao capitalismo e ao socialismo estatal e, finalmente, a quinta corrente que pode considerar-se como sendo liderada por Diva Benevides Pinho, que defendia o desenvolvimento e a formação de uma ‘economia cooperativista’ que poderia ter relações com o Estado, mas que possuísse, em si, uma dinâmica própria, totalmente cooperativada, com independência da orientação macroeconômica aplicada ou defendida pelo estado em que esta economia cooperativista se desenvolvesse (MAURER JUNIOR, 1966 e PINHO, 1962 e 1977).

No entanto, ao que parecem, todas essas correntes de pensamento cooperativista que se desenvolveram ou foram adaptadas ao cenário brasileiro, até a década de 1970, tiveram influência daquele que HUGON (1978) e PINHO (1962) chamaram de precursor do cooperativismo no Brasil, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. É atribuído a ele o título de um dos primeiros economistas mundiais a desenvolver idéias de uma economia nacionalista as quais contemplavam as funções das cooperativas nesse tipo de economia.

Apesar de ser considerado um liberal, o Visconde de Cairu admitia a intervenção do Estado, as limitações ao direito da propriedade privada e o princípio do interesses social. *“Seus conceitos sobre a cooperação e o associacionismo colocam-no, indubitavelmente, como precursor do cooperativismo no Brasil. Sua posição se assemelha à de Owen, que na mesma época, na Inglaterra, anuncia o movimento associacionista”* (PINHO, 1962:173).

HUGON (1978) afirma que o Visconde de Cairu elaborou uma doutrina nova acerca da economia. Citando Adam Smith, Paul Hugon afirma que, enquanto este, baseado numa reflexão sobre a Europa de três séculos de política mercantilista protecionista, elaborou a doutrina do liberalismo que seria cosmopolita e livre-cambista, Cairu, baseado nas reflexões sobre o Brasil que possuía uma história de três séculos de política colonial centrada na agricultura, elaborou a doutrina liberal protecionista que dava prioridade ao desenvolvimento da indústria e do comércio nacional. *“Graças a Cairu deve-se, pois, o fato de, concomitantemente com a entrada do Brasil na ciência política clássica, constituir-se aqui*

uma doutrina liberal que, ao invés de cosmopolita como a de Smith, é nacionalista, comercialista e industrialista” (HUGON, 1978:100). Trata-se, portanto, de uma doutrina genuinamente brasileira e que, segundo Paul Hugon, é solidamente alicerçada em uma justa apreciação das condições e das necessidades do meio no qual deveria ser adotada ou executada, representando, portanto, uma doutrina que não tenha, por exemplo, as mesmas raízes de formação econômica que teve o Brasil.

Estas considerações, por si só, embora brevemente apresentadas, sinalizam que o cooperativismo no Brasil tenderia a ter um desenvolvimento diferenciado do que ocorreu na Europa, pois as formações das estruturas econômicas e políticas foram distintas. No entanto, embora seja desenvolvido em países de estruturas econômicas e sociais distintas, o cooperativismo sempre mantém, no seu desenvolvimento, os seus princípios fundamentais. Isso remete à formulação da idéia de que, mesmo atuando em países com estruturas econômicas e sociais diferentes, o cooperativismo se desenvolve neles com os mesmos princípios, mas com características práticas diferenciadas.

Baseando-se nesta afirmação, pode-se considerar que o cooperativismo brasileiro possui características próprias e, com isso, todos os seus conflitos e desafios que até os dias de hoje o diferenciam dos modelos aplicados no restante do mundo. Vejamos, por exemplo, de que lado estaria o cooperativismo brasileiro, na distinção que faz Maurer Junior entre o cooperativismo francês e o alemão do inglês. Segundo este autor, o cooperativismo inglês não visava unificar classes e é por isso que ele o classifica como popular e, por isso, aliado da classe trabalhadora. Diferentemente, o cooperativismo alemão e o francês surgiram e se desenvolveram dentro de uma estratégia de juntar classes sendo, portanto, classificado como o verdadeiro cooperativismo, ou seja, aquele que, juntando classes, fortalece o princípio da igualdade social, racial, política, religiosa, etc.

Por outro lado, conforme apresentam PINHO (1962 e 1977), HUGON (1978) e MAURER JUNIOR (1966), o cooperativismo surgiu para ser combustível para o desenvolvimento de uma economia, cujo centro de toda a funcionalidade fosse o consumidor, transferindo, assim, a discussão do conflito entre liberalismo e socialismo que dão ênfase ao produtor (dono do capital ou trabalhador). Nessa discussão, o liberalismo surge defendendo os interesses do produtor-dono do capital e o socialismo defende o produtor-trabalhador como sendo este o verdadeiro beneficiário dos resultados do processo de desenvolvimento econômico. Essa reflexão remete às elaborações acerca da luta de classe. Para estes autores, ao centrar seu objetivo no consumidor, o cooperativismo não distingue classes, mas, sim, tenta agrupar todos numa organização que visa os interesses comuns das pessoas nela envolvidas. Para estes autores, sobretudo para MAURER JUNIOR (1966), numa cooperativa, por exemplo, de consumo, sendo o trabalhador e ou o capitalista membros da mesma organização e, portanto, ao mesmo tempo clientes e proprietários, seria eliminado o conflito de classe.

Portanto, pode-se ter uma visão clara do lado que o cooperativismo brasileiro seguiu? Pela sua trajetória, percebe-se que não se têm condições de responder a esta questão de forma precisa, haja vista que, no Brasil, as cooperativas, dependendo da situação em que foram sendo criadas, puderam servir tanto a uma vertente como a outra. Isso demonstra que a trajetória do nosso cooperativismo possibilitou o surgimento de cooperativas das mais variadas formas e servindo aos mais variados interesses, inclusive o do Estado. Desse modo, ele pode ser classificado como multifacetado e diversificado, que é o que caracteriza como sendo um modelo diferenciado e bastante peculiar. Por isso, os autores acima referidos o classificam como ‘modelo brasileiro de cooperativismo’. Esse modelo incentiva o cooperativismo multiface, ou seja, que se constitui de blocos que ora afirmam, defendem e legitimam o liberalismo, ora negam e se opõem à ordem liberal. Ou, ainda, servem para se

transformarem em políticas públicas, com o objetivo principal de garantir apoio de determinados grupos para suas ações.

Entretanto, de uma informação não se pode descolar: a gênese do cooperativismo brasileiro é diferenciada da gênese do cooperativismo europeu, muito embora carregue consigo os conflitos e desafios inerentes aos dois e que, em alguns casos, tenham, como membros fundadores, trabalhadores desempregados. É nesse sentido que PINHO (1962) afirma que, enquanto na Europa, o cooperativismo surgiu pela própria iniciativa dos trabalhadores como uma das formas de se buscar soluções para os desequilíbrios sociais e econômicos resultantes dos avanços do liberalismo, notadamente as questões do desemprego e dos baixos salários, pouco poder aquisitivo e falta de crédito, no Brasil, ele emergiu, quase meio século depois, pela iniciativa de alguns idealistas e acadêmicos e, em muitos casos, pelas iniciativas de patrões que ‘se preocupavam’ com a situação de baixa renda e de baixo poder aquisitivo de determinados agrupamentos de trabalhadores empregados nas empresas desses. Por outro lado, algumas cooperativas surgiram pela influência de imigrantes europeus que para o Brasil vieram e que tinham relação com o movimento anarquista. Como se observavam muito as questões do baixo poder aquisitivo e da falta de crédito e desemprego, as primeiras cooperativas foram, em sua maioria, do ramo do consumo, pelas questões já apresentadas e porque boa parte dos cooperativistas brasileiros da época sofria grande influência dos pensadores cooperativistas da Escola de Nimes¹², na França.

Esses pensadores acreditavam que as cooperativas de consumo eram as que poderiam atender mais diretamente a parcelas maiores de trabalhadores, já que as de produção tendiam a atender parcelas menores. Aliás, este debate dialoga com as teses de Rosa de Luxemburgo para o cooperativismo, quando diz que serão as cooperativas de consumo que darão complementação às teses do cooperativismo, pois, para a autora, apenas as de produção poderiam ser facilmente derrotadas pelas empresas capitalistas (LUXEMBURGO, 1986).

Além do mais, o cooperativismo no Brasil não vivenciou, em seu nascedouro, a efervescência da Revolução Industrial e o surgimento dos primeiros confrontos gerados pelo capitalismo entre o capital e o trabalho, ou entre os trabalhadores e a burguesia patronal que a Europa, e precisamente a Inglaterra, França, Suíça e Alemanha, vivenciou. Pelo contrário, o cooperativismo brasileiro surgiu distante deste cenário, pois sua industrialização era demasiadamente incipiente e o latifúndio era o que prevalecia no setor rural, onde a fazenda era auto-suficiente e gerida por um senhor autocrático. Isso se soma ao fato de termos um dado que pode ter ajudado no retardamento do surgimento do cooperativismo, que é o de se saber que, no Brasil, o trabalho escravo era predominante e perdurou até 1888, o que impedia qualquer possibilidade legal do exercício do associacionismo (PINHO, 1962).

Por sua vez, o Estado teve um papel inibidor dessa atividade no Brasil. Isso ocorreu não somente pela atuação do sistema monárquico que prevaleceu até 1889, mas pelo fato de o Estado desempenhar um papel de legitimador das estruturas autocráticas de poder e de alta concentração de renda nas mãos dos grandes latifundiários (BURSZTYN, 1985), o que inibia a proliferação de cooperativas no setor rural em um número compatível com o nosso tamanho territorial. Pode ter sido por causa dessa concentração de terras que, numericamente, as cooperativas não cresceram tanto neste setor. Precisamente, porque, havendo concentração de terras, os seus donos somavam poucos e, daí, a relação direta com o número pequeno de cooperativas.

No entanto, com base no diálogo que se pode criar a partir das argumentações de BURSZTYN, (1985), RIOS (1987) e FLEURY (1983), pode-se também compreender que o limite do número das cooperativas, sobretudo no setor rural, possui uma grande relação entre

¹² A Escola de Nimes, na França, era liderada por CHARLES GIDE (1847-1932), um dos mais importantes sistematizadores da doutrina cooperativista e que defendia o cooperativismo como uma atividade de unificação das classes e sem nenhuma relação com a política, conforme registra MAURER JUNIOR (1966).

as estratégias estabelecidas pelo Estado e a entidade de representação das cooperativas, a OCB. A eles interessava, na compreensão desses autores, que as cooperativas estivessem sob controle e que, sobretudo, pudesse contar, em seus quadros sociais, tanto com associados latifundiários, como minifundiários, meeiros, posseiros, etc., para transparecer que todos poderiam viver harmonicamente sob o ‘teto’ de uma única cooperativa, na qual estivesse prevalecendo a ‘unidade de classe’. Isso, em verdade, exprime o sentimento da ideologia predominante no cooperativismo brasileiro, que o considera enxergando apenas dois ângulos: o primeiro que enfoca a capacidade do cooperativismo em contribuir com o desenvolvimento econômico capitalista nacional e, o segundo, que apenas se preocupa em reforçar o seu desenvolvimento técnico. Ambos descartam a possibilidade de sua atuação como movimento de ação transformadora (FLEURY, 1983).

As atuações da OCB e do Estado no cooperativismo brasileiro, serão observados mais detalhadamente no item seguinte.

2.1.3 O domínio do Estado e o surgimento da OCB

Uma parcela considerável dos acadêmicos e animadores do surgimento das primeiras cooperativas no Brasil, embora com visões e objetivos diferentes sobre o tema, era formada por técnicos ligados a alguma estrutura do Estado ou por governantes, ou, simplesmente, por patrões que mantinham com o Estado um relacionamento muito íntimo, principalmente quando se tratava das questões rurais. O contraponto a isso era a ação dos imigrantes anarquistas e dos trabalhadores brasileiros que já se faziam parte dos sindicatos criados no início do século vinte. No entanto, a maioria dos ativistas animadores era próxima ou fazia parte do governo (PINHO, 1965).

A ação direta e explícita do Estado no cooperativismo brasileiro possui uma data base: 19 de dezembro de 1932¹³, dia em que foi publicado o Decreto 22.239. A partir desta data, nunca mais o governo deixou de atuar nesta área, sempre considerando a estratégia para elaboração e aplicação de seus projetos e programas de desenvolvimento.

Conforme se pode verificar pelos dados dos Quadros 1 e 2, o crescimento do número das cooperativas no Brasil teve incremento a partir da atuação do Estado. Dessa maneira, foi se configurando, cada vez mais, a sua interferência no desenvolvimento do cooperativismo nacional.

Quadro 1¹⁴ - Número de cooperativas existentes no Brasil, de 1902 a 1965

Categoria	1902-45*o	1950	1955	1960	1965*
Consumo	1002	1702	1726	2228	3000
Produção	1067	1461	1289	1739	2500
Crédito	366	452	438	502	1000
Outras	58	95	112	158	500
Total	2493	3710	3565	4627	7000

*o A maioria dessas cooperativas foi criada entre 1935-45 (PINHO, 1965).

*Estimativa da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura, que existia na década de 60 do século passado.

¹³ Ver mais sobre as Leis sobre o cooperativismo no Brasil no Anexo I

¹⁴ Elaborado a partir das elaborações encontradas em PINHO (1965)

Quadro 2¹⁵ - Número de associados existentes nas cooperativas brasileiras, de 1902 a 1965

Categoria	1902-45*^o	1950	1955	1960	1965*
Consumo	122.320	299.889	333.160	919.065	2.000.000
Produção	105.543	145.142	180.320	406.486	1.800.000
Crédito	73.333	126.579	173.307	503.940	1.000.000
Outras	21.973	26.547	36.875	43.659	200.000
Total	322.169	598.157	723.662	1.873.150	5.000.000

*^o A maioria dessas cooperativas foi criada entre 1935-45 (PINHO, 1965)

*Estimativa da divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura, que existia na década de 60 do século passado.

A estimativa de crescimento, acima exposta, em grande medida foi determinada graças ao interesse que se esperava despertar na sociedade, a partir da criação, pelo Estado, do Plano Nacional de Habitação e do Estatuto da Terra. O primeiro visava à construção de casas populares e o segundo, a distribuição de terras. Nos dois instrumentos tinha-se a expectativa de que fossem criadas cooperativas para impulsionar e para gerenciar os recursos repassados pelo governo aos atendidos pelos programas de “reforma agrária” e de habitação popular.

Segundo MAURER JUNIOR (1966), em julho de 1965 já se existiam 5.893 cooperativas. As ligadas à agropecuária somavam 1.776 e se transformavam no tipo de cooperativa mais presente no Brasil, passando a ser as que mais o governo dava importância, exatamente por tratarem-se de organizações do setor rural, no qual o Estado possuía interesses específicos, notadamente o de garantir a distribuição de terra que preservasse o latifúndio e a concentração de poder, o que as cooperativas criadas com o apoio do governo reproduziam muito bem.

Aliás, foram estes interesses que conduziram o governo a se transformar no grande tutor do cooperativismo rural, a partir dos anos 1930, formando, assim, o que BURSZTYN (1985) considera como sendo uma cooperocracia rural, que transformou o cooperativismo no filho predileto do Estado.

A ação do Estado dentro do cooperativismo não poderia resultar em outra coisa a não ser no aumento acelerado, mas controlado, do número de cooperativas e, conseqüentemente, de associados vinculados a estas, conforme demonstram os dados dos Quadros N° 5 e N° 6. Evidentemente, esses números poderiam ser bem maiores se as cooperativas pudessem ser criadas “livremente”, sem interferência do Estado e sem as leis controladoras criadas para manter o ‘crescimento’ do cooperativismo controlado (RIOS, 1987).

Numa avaliação acerca da entrada do Estado no incentivo à criação de cooperativas, PINHO (1962) considera que, em função do baixo nível de desenvolvimento dos brasileiros e da pouca aceitação da sociedade para acatar os princípios do cooperativismo, precisamente pelo baixo volume de informações a seu respeito, foi necessária a interferência do Estado para fazer a função de “grande despertador” para a população. Nesse caso, a autora defende que as campanhas de divulgação, os privilégios e as isenções tributárias e os apoios técnicos e creditícios fizeram com que a sociedade absorvesse a importância do cooperativismo e passasse a criá-las de forma espontânea. Desse modo, a autora justifica que, na maioria dos países subdesenvolvidos, o Estado aparece como o principal agente de desenvolvimento econômico e, por isso, ele é quem deve “*promover a criação de uma ampla rede de cooperativas a fim de acelerar o ‘salto’ para o progresso*” (Op. Cit.:246).

Porém, a autora faz algumas considerações e afirma que não vê inconveniente na criação de cooperativas pelos poderes públicos, desde que ele tenha uma participação por tempo determinado e que seja deflagrada uma forte ação de educação cooperativista para que

¹⁵ Idem

os associados passem, no futuro, a exercitar a autogestão de suas cooperativas, com autonomia em relação ao Estado. Entretanto, Pinho não considera, em nenhum momento, que os princípios cooperativistas sejam libertários e antiliberais, o que não se aproximava das formulações teóricas que eram acatadas pelos governantes da década de sessenta do século passado.

Por outro lado, autores, como RIOS (1987) e BURSZTYN (1985), afirmam que esta prática do Estado conduziu o cooperativismo para uma situação de dependência estatal e da composição de um sistema cooperativista que passou a ser visto como um dos instrumentos do governo para a aplicação de seus projetos e programas de desenvolvimento. Assim, bloqueava uma possível ação transformadora e emancipatória que as cooperativas poderiam ter assumido, caso tivessem sido constituídas sob a livre iniciativa de seus próprios interessados e, evidentemente, sem a interferência autoritária do Estado, com a aceitação de boa parte dos “líderes” cooperativistas que surgiram à época. Estes autores tentam reforçar a necessidade da autonomia do cooperativismo em relação ao Estado e denunciam que ele, ao se auto-eleger como tutor, força as cooperativas a fortalecerem, dentro de si, a reprodução do *status quo* em que a concentração de renda e de poder é visível. Por outro lado, sedimentam uma espécie de estrutura de mando que se mostra exatamente igual ao de uma relação entre patrão e empregado, em que os associados passam a ser os empregados da cooperativa e a diretoria se transforma em patrões. Essa prática BURSTZYN (1985) chama de “cooperocracia” e RIOS (1987) a caracteriza como um cooperativismo de elite. De acordo com estes autores, isso conduz à legitimação do modelo de desenvolvimento econômico liberal.

Sobre este debate, pode-se apresentar como estão ocorrendo as reações a este tipo de ação do cooperativismo convencional, ou seja, aquele ligado à OCB e às estratégias do Estado. Um desses exemplos é fornecido pelo sistema cooperativista do MST, para quem é necessário ter:

“Em vista a construção de uma cooperação que promova o desenvolvimento econômico e social e que permita a organização dos trabalhadores, sendo massiva, de enfrentamento e de resistência ao sistema capitalista. Este sistema capitalista, no caso do cooperativismo rural, é representado e defendido pela OCB, cujo fortalecimento se confunde com o surgimento e a afirmação do processo de modernização agrícola no Brasil. A OCB representa o poder cooperativo ao qual nos contrapomos e pretendemos ser alternativa. Alternativa esta que passa pela descentralização de poder e distribuição de renda dentro das cooperativas”. (Entrevista fornecida por um associado da Coprocol, OLIVEIRA, 1996:93)

Estes são alguns dos debates e desafios que se apresentam a partir da necessidade de se discutir a relação do cooperativismo com no Estado, ou vice-versa. Evidentemente, esse tipo de debate é precedido de outros, como, por exemplo, a sua relação com o mercado e com o restante da sociedade civil.

É claro que o governo e o movimento cooperativista no Brasil estavam atentos para estas discussões, no entanto, pelos baixos níveis de exercício democrático e de capital social acumulado, o Estado aproveitou este cenário e chamou para si o papel de “organizador e estimulador” desse movimento, exatamente porque incorporou a tese de que, num país subdesenvolvido, ele deve ser o principal agente do desenvolvimento, conforme demonstra PINHO (1965). É desse modo que, a partir dos anos 1930, o governo assume este papel, caracterizando, assim, uma ação considerada como desenvolvimentista, em nome de toda a sociedade e do cenário de subdesenvolvimento, apresentando-se como único ator com possibilidade de liderar os investimentos e dominar o processo de desenvolvimento do país,

muito embora isso viesse causar severos danos ao processo de exercício de democracia. Isso porque no Estado atua reproduzindo, em suas ações de condutores dos processos de desenvolvimento, a mesma estrutura hierárquica na qual predominam a liderança e o mando das oligarquias presentes nos governos, conforme argumenta FIORI (1985).

Num cenário como este, o Estado precisa ter um controle sobre todas as políticas implementadas. Para conseguir levar adiante sua política de controle sobre o cooperativismo, contou com a parceria das organizações que se denominavam representantes do movimento cooperativista brasileiro. Inicialmente, as alianças foram feitas a partir da União das Cooperativas do Estado de São Paulo (UCESP), por ser uma das primeiras organizações estaduais e, precisamente, porque São Paulo possuía o maior número de cooperativas em relação aos outros estados brasileiros. Em seguida, esse papel coube à União Nacional das Associações Cooperativas (Abcoop), que foi sucedida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a partir de sua fundação em 1969¹⁶.

Estas alianças foram sendo garantidas a partir do apoio legal dado pelo Estado que, por sua vez, ia constituindo seus aparatos estatais para controle do cooperativismo, desde o Departamento de Apoio ao Cooperativismo (DAC), passando pela Divisão de Apoio ao Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura; desde a Caixa de Crédito Cooperativo, que foi substituída pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), criado com a Lei 5.764 de 16.12.71, até a Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop), criada em 30.10.84 e vinculada ao Ministério da Agricultura, que foi substituída pelo Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop), vinculado ao mesmo Ministério e que hoje é o órgão oficial com o objetivo específico de apoiar o cooperativismo brasileiro. Recentemente, em 2004, o governo criou um grupo interministerial para discutir e apresentar diretrizes para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Esse grupo de trabalho ainda está em fase de elaboração de suas propostas.

Por quase dois terços de século, o Estado brasileiro se apoiou e aproveitou-se do cooperativismo, para desenvolver alguns de seus programas de desenvolvimento, principalmente, aquele voltado para o setor rural.

A atuação do Estado no cooperativismo, que se iniciou quando ele utilizou-se das cooperativas para levar adiante a sua proposta de ‘organizar’ a produção e a distribuição da monocultura extensiva, sobretudo o café, e depois instituindo novas culturas, como arroz, soja e trigo, além da cana-de-açúcar, serviu para dar suporte às teses das ocupações das chamadas fronteiras agrícolas. Nessa aliança entre o Estado e o cooperativismo convencional, formalizaram-se grandes cooperativas que passaram a ter um papel importante no modelo agroexportador brasileiro e no desenvolvimento dos chamados complexos agroindustriais. Estas ações contaram com fortes ajudas governamentais, pelas quais as cooperativas recebiam altas somas de recursos para desempenhar estes papéis. A partir do surgimento da OCB, em 1969, estas ações passaram a ter visibilidade maior e ficou mais evidente que esta parceria serviria para o processo de modernização agrícola brasileira¹⁷.

Além do mais, em parceria com a OCB, o Estado pode desenvolver vários de seus projetos nacionais nas áreas da pesca, da habitação, da mineração e nos projetos de colonização agrícola, que eram vinculados às plantas hídricas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Este último tinha a função de implantar e gerenciar projetos de irrigação nas áreas do chamado polígono das secas. Normalmente, esses projetos eram vinculados aos grandes açúdes que foram construídos no nordeste brasileiro.

Por outro lado, com a parceria da OCB, o Estado executou vários outros projetos de desenvolvimento, apoiados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de

¹⁶ Sobre a constituição e estrutura da OCB, consultar o site www.brasilcooperativo.org.br

¹⁷ Para mais informações sobre este processo, ver, por exemplo, autores como Moreira (1981) e Sorj (1980)

Desenvolvimento, como, por exemplo, os chamados Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, que tinham caráter interministerial e, em suas diretrizes básicas, sempre estava previsto o apoio ao cooperativismo, em muitos casos, com verbas que caracterizadas como sendo de “fundo perdido”.

Pode-se perceber, com essas informações, que o surgimento da OCB foi um importante evento para que o Estado pudesse ter no movimento cooperativista um suporte especialmente valioso para o desenvolvimento de suas políticas de desenvolvimento.

Este panorama só começa a dar sinais de mudança a partir do processo de elaboração e, posteriormente, de promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a realização do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, promovido pela OCB. Estes dois eventos apontaram novos rumos para o cooperativismo nacional.

2.1.4 A Constituição de 1988 e o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo da OCB

A sinergia entre o Estado e o movimento cooperativista no Brasil é demonstrada pela relação direta e de cumplicidade mantida entre o governo e a OCB. Este pacto foi selado com a Lei 5.764 de 16.12.71. Nos artigos 105 a 108 dessa Lei, a OCB é oficializada como a entidade representante todo o sistema cooperativista brasileiro e, com isso, adquiriu poderes de obrigar todas as cooperativas já constituídas, ou aquelas que venham a se constituir, a se vincular a esta organização, sob pena de não terem condições legais de funcionamento.

No entanto, esta mesma Lei garante ao Estado o controle sobre o cooperativismo brasileiro, por meio das ações do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) (que por força da Constituição de 1988 teve suas atividades suspensas até que elabore-se e promulgue-se outra lei para o cooperativismo nacional).

Esse relacionamento necessitou de mudanças, ou foi forçado a mudar, a partir da movimentação que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir das movimentações e dos debates acerca da nova Constituição, já se percebia a necessidade de se fazer mudanças na Lei do Cooperativismo ou, pelo menos, deixar claro, na nova Constituição, que ela carecia de transformações explícitas, principalmente nos itens que falavam da representação do sistema cooperativista e na questão da relação dele com o Estado.

A Lei 5.764 foi editada no período em que, no Brasil, estavam no comando do poder os governos militares - exatamente, em 1971 e, precisamente, sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici, um dos mais truculentos e autoritários daquela ‘dinastia’ militar que governou o Brasil nos longos anos entre 1964 e 1985. Trata-se de uma Lei que prevê controle e fiscalização das cooperativas que não podem, sob pena de intervenção, atuar fora dos padrões estabelecidos por esta Lei, pelos documentos oficiais da OCB e pelas resoluções do CNC.

Entretanto, as manifestações da sociedade civil, que clamava por mudanças econômicas e sociais e pela prática da democracia no Brasil, exigiam do governo/Estado o seu afastamento do controle sobre as organizações que as representavam. Entre estas organizações, estavam as cooperativas que, a partir do início da segunda metade dos anos 80 do século passado, já demonstravam mobilização e apoio, embora setorizados e regionalizados, ao processo de democratização nacional. Algumas cooperativas, por meio de suas lideranças, passaram a exigir um novo modelo cooperativo para o Brasil, que demonstrasse uma autonomia deste em relação ao Estado. Conseqüentemente, essas movimentações tiveram efeito dentro do próprio sistema OCB.

Como a OCB, em seus estatutos, se autodefine como sendo uma organização de representantes patronais, varias cooperativas de trabalhadores iniciaram mobilizações para que este quadro fosse redefinido. Desse modo, a necessidade de mudança, tanto da Constituição Federal como da Lei 5.764, era inevitável.

Destarte, percebeu-se um duplo movimento no cooperativismo brasileiro: um para dentro, que clamava pela reestruturação do sistema OCB, forçando mudanças em seus estatutos, de modo que a democracia fosse o incremento vital para as cooperativas, e outro para fora, que exigia do Estado o seu pronto afastamento como órgão fiscalizador e controlador do cooperativismo nacional.

Por conta desse novo cenário, uma discussão central, nesta época, era a questão da autogestão. Nesse ponto específico havia, pelo menos, duas compreensões: uma que entendia a autogestão como uma maneira de exprimir autonomia perante o Estado – posição mantida pela diretoria da OCB e pela maior parte das diretorias da organização das cooperativas dos estados e, outra, que a compreendia como sendo a possibilidade de se avançar num novo modelo de gestão para as cooperativas brasileiras, garantindo assim o princípio fundamental do cooperativismo, que é o exercício da democracia direta, representada pela possibilidade de cada um dos associados poder exercer o seu papel de autogestor. Esta última posição era mantida pelos militantes cooperativistas que utilizavam este debate para negar a intervenção do Estado, mas, ao mesmo tempo, negar a forma burocrática e verticalista como o sistema OCB conduzia o sistema cooperativista brasileiro.

Esse debate desembocou no X Congresso da OCB, em que foi vencedora a proposta defendida pelo comando que representava o pensamento da diretoria da OCB e que, majoritariamente, representava o pensamento e os desejos das chamadas cooperativas rurais que, à época, constituíam a chamada ‘Bancada Ruralista’. Essa bancada, durante os debates nas comissões e nas plenárias do Congresso Constituinte, que elaborava a Constituição de 1988, era aliada da ‘famosa’ União Democrática Ruralista, a UDR. Esse grupo ficou conhecido por defender os interesses do latifúndio nacional e por ter se posicionado contra as propostas de realização de uma reforma agrária no Brasil. Por outro lado, essa mesma bancada fazia parte do que ficou conhecido, naquele processo de preparação da Constituição de 1988, como o ‘Centrão’, reconhecido como o grupo de deputados e senadores que defendiam os interesses mais individualistas dos empresários, dos banqueiros e da burguesia rural e urbana, tentando, a todo o momento, bloquear qualquer possibilidade de que a próxima constituição favorecesse o avanço da democracia econômica e social no Brasil e de garantia das conquistas para as classes mais desabastadas.

As decisões do X Congresso, de todo modo, exigiram da OCB uma nova postura em relação ao Estado e definiram as estratégias de ação que nortearam a atuação dela nos debates da Constituição de 1988. Foi a postura das lideranças da OCB durante esse processo que forçou, em mínima instância, o fortalecimento de algumas lideranças cooperativistas independentes e que estudiosos sobre o cooperativismo brasileiro definissem melhor suas posições críticas ao cooperativismo convencional representado pelas lideranças da OCB e a questionassem a sua representatividade. Como fruto disso, podem-se tirar, pelo menos, duas conclusões: a primeira é de que a OCB deverá continuar tentando, a todo custo, a manutenção de sua posição de única representante nacional do sistema cooperativista brasileiro. A segunda é que, por força do Artigo 5º da Constituição Federal, cada vez mais, serão criadas cooperativas que não se filiarão ao Sistema OCB, caracterizando, assim, uma espécie de sistema paralelo ou contrapositor, fato que demonstrará que o cooperativismo nacional tende a ser um sistema de duplo movimento.

Ao que parece, foram debates e acontecimentos como os aqui apresentados que reforçaram o surgimento das cooperativas que atuarão num sentido contrário, ou em marcha oposta, ao que determinam as orientações da OCB. Essas cooperativas podem ser qualificadas como cooperativas populares.

2.2 Gênese das cooperativas populares

Com mais evidência e com maior intensidade a partir do início do século XIX, as formas cooperativas de produção/distribuição/consumo passaram a ser mais utilizadas, principalmente pelos trabalhadores e por parcelas de excluídos do sistema produtivo/distributivo/consumidor em hegemonia na época - o liberalismo. Como apresenta COLE (1964), o exercício dessas práticas de cooperação serviu, em grande medida, para a busca de alternativas às crises pelas quais passavam seus países, notadamente aquelas causadas pelo advento do domínio do modo capitalista de produção.

À medida que tanto os estados liberais/capitalistas como os estados de economia estatal centralizada optaram pela instrumentalização do cooperativismo para ajudar na implementação de suas políticas de desenvolvimento, o cooperativismo passou a ser qualificado como uma espécie de mecanismo de apoio à busca de solução para as crises, passando a ser adjetivado como um híbrido que pode combinar as ações do *homo economicus* - ao qual se referem os formuladores da Teoria Clássica da Administração das Organizações - com as do *homo social* - ao qual se referem os formuladores das Teorias Organizacionais das Relações Humanas¹⁸. Isso levou a que o cooperativismo pudesse ser compreendido como uma possível “terceira via”, como se percebe em MAURER JÚNIOR (1966) e PINHO (1965), regularmente muito mais aproximado dos mecanismos de mercado, onde imperam as relações de troca baseadas na oferta e na procura. Por conta disso, o cooperativismo passou a ser bastante criticado, por exemplo, no caso do Brasil, pelo movimento sindical. A concepção híbrida do cooperativismo foi construída a partir do início do século XX, notadamente quando, por exemplo, tanto a União Soviética (socialista) quanto os países capitalistas usavam dele como instrumento de complementação para suas estratégias de desenvolvimento, conforme apresenta PINHO (1965).

Exatamente no momento em que o cooperativismo passou a ser utilizado em sua concepção híbrida, constituiu-se naquilo que pode ser caracterizado como um “elo perdido”, ou seja, uma estratégia pela qual os trabalhadores depositaram enorme confiança no sentido de resolução dos problemas econômicos e sociais, sem que, no entanto, resultasse no alcance de suas expectativas. Esse processo contribuiu para a criação de uma espécie de frustração para os trabalhadores.

Essas questões podem ser explicitadas em pelo menos duas outras. Por um lado, houve frustração porque o liberalismo passou a utilizar as cooperativas como unidades de apoio ao desenvolvimento de sua estrutura econômica. Conforme demonstra PINHO (1965), um dos exemplos mais significantes dessa afirmação para o cooperativismo é a primeira cooperativa oficial, de Rochdale. Em pouco tempo, ela se transformou em uma grande empresa cooperativa, passando a atuar como uma alternativa às empresas privadas, mas mantendo alguns dos princípios básicos do liberalismo, como, por exemplo, a concorrência, muito embora ‘respeitasse’ os princípios estabelecidos para a formalização das cooperativas. Os dados relativos ao seu crescimento, desde a sua fundação até o ano de 1965, encontram-se no Quadro 3. Esses mesmos dados foram utilizados por PINHO (1965) para elaborar sua

¹⁸ Ao formular os princípios da Organização Racional do Trabalho - que são os suportes teóricos básicos da Teoria Clássica da Administração das Organizações -, Frederick Taylor considerou que o homem era estimulado para o trabalho e para a vida organizacional exclusivamente pelas recompensas salariais e pelos prêmios de produtividade, condição que o levava a ser considerado como um ser eminentemente econômico (o *homo economicus*). Por outro lado, surgiu a idéia da Organização Social do Trabalho, cujos precursores são considerados os formuladores das Teorias das Relações Humanas nas Organizações e cujos princípios se apoiavam na tese de que o homem, para ser estimulado ao trabalho e à vida organizacional, colocava em primeiro lugar a necessidade de reconhecimento social, de poder ser participativo e cooperativo e de ter condições de vivências em grupo, ou seja, precisa prioritariamente de estímulos não-econômicos. Daí o conceito de *homo social*. Os principais teóricos dessa forma de enxergar a vida organizacional são Mary Parker Follet, Chester Barnard, Elton Mayo e Kurt Lewin. Para ver mais sobre este tema observar, por exemplo, CHIAVENATO (1993).

argumentação no sentido de que esta experiência representou uma das contribuições do cooperativismo ao desenvolvimento capitalista.

Quadro 3 - Evolução do número de membros, do capital e do volume de vendas da Sociedade Limitada dos Pioneiros de Rochdale

Anos	Membros	Capital (libra)	Vendas (libra)
1844	28	28	
1845	74	181	710
1855	1400	11.032	44.902
1885	11.084	324.645	252.072
1915	21.798	380.630	458.954
1945	32.264	501.403	889.009
1965	45.864	2.530.891	4.965.863

Fonte: PINHO (1965).

Pelas argumentações desta autora, o crescimento do capital da cooperativa e o aumento de suas vendas forçaram-na a desviar-se dos seus objetivos iniciais e se transformasse numa grande empresa cooperativa.

Uma segunda questão que, num certo sentido, demonstra a frustração dos trabalhadores com o cooperativismo e pode caracterizar a gênese do ‘elo perdido’, refere-se a quando, no lançamento do Manifesto Comunista (1848), para o qual todas as propostas de ordenações econômicas e sociais - como foi a dos cooperativistas - que não contemplavam a conquista do Estado como elemento primeiro e indispensável para a implantação de um modo de produção alternativo ao capitalismo, foram consideradas como reacionárias ou utópicas, embora considerando sua importância para o desenvolvimento da luta de classes e para a formação dos movimentos socialistas e comunistas (MARX e ENGELS, 1980).

Nesse sentido MARX e ENGELS (1980) afirmam que:

“Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen, etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia. Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo de classes, assim como os elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio. (...) Todavia na confecção de seus planos, tem a convicção de defender antes de tudo os interesses da classe operária, porque é a classe mais sofredora. A classe operária só existe para eles sob esse aspecto de classe mais sofredora. Desejam melhorar as condições de vida para todos os membros da sociedade e repelem, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária, procurando atingir seu fim por meios pacíficos” (Op. Cit.:50-51)

Essa compreensão colocou, por um longo tempo e em larga medida, o cooperativismo em um lado “oposto” ao do movimento sindical e social, apesar do que apresenta Cole (1964), quando argumenta a fundamental importância das propostas dos chamados socialistas utópicos para a formação de um pensamento antiliberal, mesmo considerando que suas ações fossem sempre mais voltadas para as práticas de proteção social do que para a acumulação de forças para uma possibilidade revolucionária e de ruptura com o liberalismo, como pensavam Marx e Engels. Também do que apresenta POLANYI (1980), quando chega a afirmar que os socialistas utópicos, sobretudo Robert Owen, foram os grandes formuladores das primeiras

teses que, mais adiante se transformariam nas teses marxistas, embora reconhecendo, também, o caráter de proteção social que carregavam esses movimentos.

Karl Polanyi, especificamente, afirma que “o owenismo foi uma religião, cujo portador era a classe trabalhadora. Sua riqueza de formas e iniciativas não teve rival. Ele foi praticamente, o iniciador do movimento sindicalista moderno” (POLANYI, 1980:171). Este autor considera que o owenismo, como ficou conhecido o movimento iniciado por Robert Owen na Inglaterra, foi, sem sombra de dúvida, um dos inspiradores, também, do socialismo moderno.

O próprio ENGELS (1945) afirmou que esses socialistas, dando destaque para Owen, significaram e influenciaram fortemente o movimento comunista do mundo inteiro. Além do mais, LÊNIN (1980), depois de considerar vencida a fase de tomada do Estado pelo proletariado, por ocasião da Revolução Russa, escreveu, em 4 de janeiro de 1923:

“Com efeito, uma vez que o poder de Estado está nas mãos da classe operária e uma vez que a este poder de Estado pertencem todos os meios de produção, só nos resta efetivamente a tarefa de cooperativizar a população. Conseguindo a máxima cooperativização da população, realiza-se por si mesmo aquele socialismo que anteriormente suscitava legítimas zombarias, sorrisos e uma atitude de desprezo por parte daqueles que estavam justamente convencidos da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político, etc. Pois nem todos os camaradas se apercebem da importância gigantesca, incomensurável, que adquire agora para nós a cooperativização da Rússia” (LÊNIN, 1980:657-662).

Apesar de essas considerações partirem de importantes vertentes, o cooperativismo passou a ser considerado campo de práticas de categorias ou agrupamentos que têm dado sustentação ao liberalismo, servindo ao desenvolvimento de várias propostas da chamada “economia do desenvolvimento”, principalmente aquelas baseadas nas teses da ortodoxia científica capitalista, cujos princípios básicos são a lucratividade e a competitividade. Mas, este processo tem um suporte histórico para ajudar em sua defesa, sobretudo no Brasil, pois é fato que a franca maioria das cooperativas atua no mercado como unidades empresariais, reproduzindo o cenário de concentração de poder e renda que se observa na composição social brasileira.

Para ilustrar essa afirmação, basta observar que as cooperativas brasileiras hoje são responsáveis por boa parte das exportações nacionais, como se observa pelos dados do Quadro 4, sem, no entanto, significar que os seus cooperados dividem entre si toda a riqueza gerada por elas. O que se apura, por exemplo, por meio do sistema de informações da OCB¹⁹, é o fato de que a maioria das rendas obtidas com as operações, inclusive exportações, dessas cooperativas, serve, em alta medida, para, prioritariamente, reforçar os seus capitais. Esse fato as conduz, num processo acelerado, a se transformarem em grandes empresas agroexportadoras e detentoras de boa parcela de domínio do agronegócio brasileiro.

¹⁹ Disponível: www.brasilcooperativo.org.br Acesso em: 10 jul. 2006.

Quadro 4 - Variação e participação dos principais produtos exportados pelas cooperativas (2003/2004)

Produto	2004 (a)	2003 (b)	Variação %	Participação no volume das exportações brasileiras em % no Ano 2004
	USD	USD	a/b	
Soja e derivados	850.341.799	581.112.361	46	42
Açúcar de cana	412.600.090	274.968.087	50	21
Produção animal	379.309.017	253.128.856	50	19
Café	133.745.531	82.516.119	62	7
Demais produtos	143.880.723	108.056.045	33	7
Trigo	83.416.604	4.675.900	1.684	4
Total geral	2.003.293.765	1.304.457.368	54	

Fonte: Secretaria da Receita Federal – SRF

Elaboração: GEMERCADOS/OCB (www.brasilcooperativo.org.br).

Combinando-se os dados gerados pelo sistema de informações da OCB, chega-se à conclusão de que o faturamento estimado para o ano de 2004, para todo o sistema, é da ordem de R\$ 60 bilhões, que representa em torno de 6% do Produto Interno Bruto, o PIB nacional. Este montante dá ao cooperativismo empresarial um fôlego econômico muito vantajoso. O que se pode concluir, inicialmente, é que com, esta performance brasileira, o cooperativismo passou a ser considerado como prática apenas dos grandes proprietários rurais, por exemplo.

Vê-se, portanto, que caminhos o cooperativismo já percorreu. Nada mais compreensivo, então, que possa ser chamado, no Brasil, de “filho predileto do Estado”. Esse é o argumento de BURSZTYN (1985), referindo-se à forma como no Estado brasileiro o utilizava para reproduzir as intenções de articular uma economia que privilegiasse o crescimento econômico sem mudar estruturas sociais fundamentais, como, por exemplo, as que, no caso do setor rural, favoreciam a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

No entanto, numa outra variante, SINGER (2002) considera que, ao contrário, o cooperativismo é obra do movimento sindical e das classes trabalhadoras, fazendo referência às muitas experiências espalhadas por todo o mundo, como se pode observar em SANTOS (2002). Sobre essas experiências, podem-se citar as que Singer apresenta nesta obra de Boaventura de Sousa Santos, em um capítulo de sua autoria intitulado “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, em que analisa a reemergência da economia solidária no Brasil na década de 1990.

Singer, depois de fazer uma análise teórica e conceitual da economia solidária, mostra a grande variedade de formas que se espalham, por exemplo: a) pelos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio de seu Sistema Cooperativista dos Assentados, formado em cada assentamento por cooperativas agropecuárias, cooperativas de comercialização regional, grupos coletivos e associações. Nos estados, são criadas as centrais de cooperativas de reforma agrária e, nacionalmente, se formou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, a CONCRAB; b) pelas firmas autogestionárias, acompanhadas pela Associação Nacional dos Trabalhadores em

Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag); c) pelas cooperativas populares, que são incubadas pela Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares – (Rede de ITCP's); d) pelas cooperativas e firmas autogestionárias que se organizam em torno da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (Unisol); e) pelas experiências de economia solidária que são acompanhadas pela Cáritas Brasileira, uma instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); f) pelas experiências acompanhadas pelo movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida (ACCMV), idealizado por Herbert de Sousa, o Betinho, pelo Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome e Pela Vida (COEP), que surgiu a partir do ACCMV e g) pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que é ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), etc.

Neste capítulo, Singer analisa mais profundamente as experiências de três assentamentos de reforma agrária no estado do Paraná: Abapan, Novo Paraíso e Santa Maria e o caso da Uniforja – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, que assumiu a ex-Conforja, que era a maior empresa de forjados da América Latina, localizada em Diadema, no estado de São Paulo. Por má administração, entrou em concordata e faliu, deixando centenas de metalúrgicos em péssimas condições. Um grupo deles, assessorado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na grande São Paulo, constituiu a Conforja, uma cooperativa que depois comprou o maquinário da massa falida. A Conforja representa uma das formas de economia solidária que deu certo, tanto do ponto de vista econômico, como social e político, e reúne, atualmente, cerca de quinhentos trabalhadores.

Observando por este ângulo, SINGER (2002) afirma que o cooperativismo serviu, e serve, para ajudar na descoberta de novas formas de organização econômica e social, em que se privilegiam ações que podem sinalizar alternativas aos mecanismos excludentes do mercado auto-regulável e apresentar-se como alternativa à empresa capitalista. Nessa mesma direção, LAUSCHNER (1982) estabelece, conforme se pode ver no Quadro 5, uma diferenciação que pode ajudar a caracterizar essas organizações. Para fazer tal diferenciação, o autor qualifica a cooperativa como sendo uma empresa autogerida, pois, de acordo com suas argumentações, é o tipo de gestão que estabelece, de fato, segundo Roque Lauschner, a diferença entre ela e uma empresa concentradora de poder e renda, da qual deve seguir um caminho exatamente inverso.

Quadro 5 - Características das Empresas Capitalistas e de autogestão

INDICADORES DA FORMA SOCIAL DE PRODUÇÃO	Identificação das empresas	
	Capitalista	Autogerida
1. Quem assume a gestão, o mando e viabiliza o trabalho do empreendimento?	Capitalista	Trabalhadores industriais
2. Qual o fator de produção que é arrendado?	Trabalho	Capital
3. Qual a taxa fixa de arrendamento paga ao fator de produção?	Salário	Juros e correção monetária
4. A quem é destinado o excedente (ou “plus-valia”, ou sobretrabalho, ou lucro ou sobra líquida)?	Capitalistas	Trabalhadores industriais

Continua ...

5. Quem assume o risco do empreendimento?	Capitalistas	Trabalhadores industriais
6. Sob que forma é remunerada a renda representada pelo excedente?	- Investimento (novas ações) - Consumo (dividendos)	- Investimento social sob forma de reservas - Investimento pessoal sob forma de quotas partes dos trabalhadores - Consumo (melhorando os “adiantamentos” ou “retiradas” dos trabalhadores)
7. Qual o objetivo da atividade sócio-econômica como critério interno de racionalidade da empresa?	Beneficiar os capitalistas (gerando lucros)	Beneficiar os trabalhadores (gerando serviços)
8. Qual a suposição do modelo de estrutura?	A acumulação dos capitalistas, com subordinação do trabalho ao capital, beneficiará todos os trabalhadores	A acumulação individual e social dos trabalhadores, com subordinação do capital ao trabalho, beneficiará todos os trabalhadores
9. Qual o tipo de propriedade dos meios de produção que é mantida pelo sistema econômico?	Propriedade privada dos meios de produção e do resultado da obra coletiva baseada na “cooperação”	Propriedade individual ou pessoal dos meios de produção da posse ou exploração coletiva. O resultado da cooperação é dividido pelos cooperadores

Fonte: LAUSCHNER (1982).

As considerações mencionadas acima (SINGER, 2002) e as outras experiências brasileiras e internacionais contidas em SANTOS (2002), além das argumentações de LAUSCHNER (1982), reforçam o debate sobre o desenvolvimento do cooperativismo e suas várias fases e formas, indicando a importância e a pertinência de mais profundidade e ampliação dos estudos.

Trata-se, portanto, de um debate em permanente mutação e ainda inacabado, o que permite procurar inserir-se nas discussões construindo uma relação do cooperativismo com o owenismo, conforme apresentam COLE (1964) e POLANYI (1980), com a chamada economia solidária, conforme SINGER (2002) e com o socialismo, conforme sugere LÊNIN (1980). Evidentemente, a construção de uma compreensão desse tipo não pode surgir ‘do nada’. Ela deve vincular-se a uma reflexão que incorpore o mínimo de resgate histórico e estar relacionada aos processos de luta dos trabalhadores e da sociedade por uma melhor forma de viver, que pode significar a aproximação de novas formas de organização social e que pode representar a estrutura de um elenco de movimentos emancipatórios como se observa em SANTOS (2002). Podem, ainda, relacionar-se, intencionalmente ou não, para seguir o ponto cardeal que QUIJANO (2002) chama de “*novo imaginário anticapitalista*”, sobretudo quando tratam-se de movimentos que buscam formas alternativas econômicas de sobrevivência das categorias mais pobres, grandemente relacionadas à luta contra o desemprego, a pobreza, a exclusão social.

Um dos exemplos citados por diversos estudiosos (que serão abordados no decorrer deste texto) sobre o assunto, ou seja, dessas novas formas de organização, pode ser o que se tem considerado conceitualmente como cooperativismo popular. Na compreensão destes estudiosos, por meio desse tipo de cooperativismo, sugere-se estar exercitando a cooperação e

a autogestão, a confiança mútua e a solidariedade e, por isso, é considerado alternativo em relação às formas capitalistas de organização econômica. Por outro lado, argumentam também esses estudiosos que, se as práticas de cooperativismo popular, por meio das cooperativas que são suas organizações básicas, se articularem com outras experiências de economia solidária, formando redes e teias de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e, dessa forma, utilizarem bem os seus recursos materiais e imateriais disponíveis, ou seja, o capital social que é gerado e reproduzido por essas cooperativas populares, poderá haver uma tendência no sentido de que elas se aproximem de outros movimentos sociais chamados de progressistas, como sugere GOHN (2003) e ou emancipatórios, como sugere SANTOS (2002).

O possível sucesso dessas ‘novas formas de organização’, pelo que supõem diversos autores²⁰, pode demandar uma nova forma de ação coletiva e de definição de interesses que considere as relações internas e externas, no caso específico das cooperativas populares, como fundamentais na sedimentação do exercício da cooperação, pois, assim, ajudarão a plasmar melhor o que se está convencendo chamar de “uma outra economia”. Ou seja, na medida em que as experiências empíricas vão mostrando resultados positivos, surge a necessidade da criação e do fortalecimento de elos entre elas, que demandam, por sua vez, a necessidade de ação conjunta. Exemplos dessa argumentação podem ser observados no caso da “Justa Trama”, ilustrado no Boxe Nº 1, e no caso da criação da Central de Cooperativas Populares da Cidade do Rio de Janeiro, que se pode observar no Boxe Nº2.

BOXE Nº1 **BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO** **AGROECOLÓGICO – JUSTA TRAMA**

A cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico começou desde que trabalhadores de cooperativas do setor têxtil e confecção, há alguns anos, passaram a trocar experiências e a refletir sobre a importância de se fortalecerem e agregarem valor aos seus produtos a partir da criação de uma cadeia produtiva do setor. Após várias reuniões e debates sobre o tema, idealizaram e criaram a **cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico**.

Como primeira experiência de ação, para a estruturação da cadeia produtiva do algodão, sócios-trabalhadores se uniram para produzir cerca de 60 mil bolsas de algodão (tipo convencional) distribuídas aos participantes do **Fórum Social Mundial – 2005**. Essa ação mobilizou cooperados da Cooperativa Nova Esperança (Cones), em Nova Odessa (SP), que ficaram responsáveis pelo fio. O estágio seguinte envolveu os cooperados da Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Fiação, Tecelagem e Confecções (Textilcooper), de Santo André (SP), transformando os fios em tecido. Na etapa final da cadeia, uniram-se 35 empreendimentos de confecção da economia social e solidária de diversas regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, coordenados pela Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens) de Porto Alegre (RS), para a elaboração das bolsas. No conjunto, essa ação reuniu quase 600 trabalhadores.

A partir dessa ação, a necessidade de um projeto de uma cadeia produtiva se tornou mais sólida e a **cadeia produtiva solidária do algodão agroecológica**, que trata da integração entre os empreendimentos solidários, se tornou uma realidade. A cadeia se tornou completa com a adesão dos produtores familiares da Associação de

²⁰ Ver Cattani (2003).

Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (ADEC), nos municípios de Choró, Quixadá e Massapé (CE).

Por meio das discussões acumuladas, os trabalhadores identificaram a importância da relação entre Ser Humano e o Meio Ambiente, que se expressou por meio da opção pela **agroecologia**. A produção agroecológica – feita com o emprego de técnicas de conservação do solo e da água e de controle de pragas com produtos naturais inofensivos aos(as) trabalhadores(as) – é isenta de qualquer produto químico sintético, o que é radicalmente diferente da produção convencional, em que se aplicam os mais perigosos pesticidas encontrados no mercado que aumentam os níveis de contaminação do solo e das fontes de água, causando enormes prejuízos à saúde humana e animal. O cultivo do algodão agroecológico estabelece uma relação na qual não se prejudica a natureza e em que os maiores beneficiários são aqueles que atuam direta ou indiretamente na sua produção.

Por sua grande resistência à seca, o algodoeiro agroecológico arbóreo constitui uma das mais importantes opções de cultivo em **convivência com o semi-árido**, podendo fixar o homem ao campo e gerar trabalho e renda estáveis e dignas no meio rural. Além da utilização da fibra do algodão para a produção de fios destinados à confecção de tecidos, o beneficiamento do caroço pode ser utilizado para a produção do óleo bruto, torta e linter, bem como a folhagem do algodão para alimentação animal, compondo um conjunto de estratégias de sobrevivência com grande importância social e econômica.

Como um dos seus elementos centrais, a cadeia produtiva busca valorizar a **solidariedade e a cooperação** entre os trabalhadores dos diversos setores que a compõem. Essa cadeia solidária permite uma melhor comercialização (negociação entre as pessoas envolvidas) ao longo de suas etapas de produção, o que propicia melhores remunerações, pois não há espaço para os atravessadores, o que gera uma equitatividade entre os parceiros chegando até o consumidor final.

A **cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico** se dá, atualmente, em cinco etapas:

A **primeira etapa** do processo ocorre no âmbito da ADEC, que organiza a produção e a comercialização em consórcio agroecológico do algodão, milho, feijão, gergelim e o nim (tipo de árvore) para o controle de pragas, com o apoio técnico do Esplar e numa parceria os respectivos sindicatos de trabalhadores rurais, abrangendo, atualmente, cerca de 170 agricultores(as) familiares.

A **segunda etapa** é na Cones, empresa recuperada pelos trabalhadores, composta por 120 cooperados que realizam tanto a fiação do algodão convencional (herbáceo) quanto a do algodão agroecológico (arbóreo) por entenderem a importância deste para o meio ambiente.

A **terceira etapa** ocorre na Textilcooper, outra empresa recuperada pelos trabalhadores, composta por 90 cooperados que produzem e comercializam cobertores de acrílico e de mantas de algodão convencional. Por meio de uma assessoria da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi elaborado um projeto para a Fundação Banco do Brasil para a compra de um tear circular, a fim de confeccionarem tecidos finos de algodão, necessários para a cadeia

produtiva.

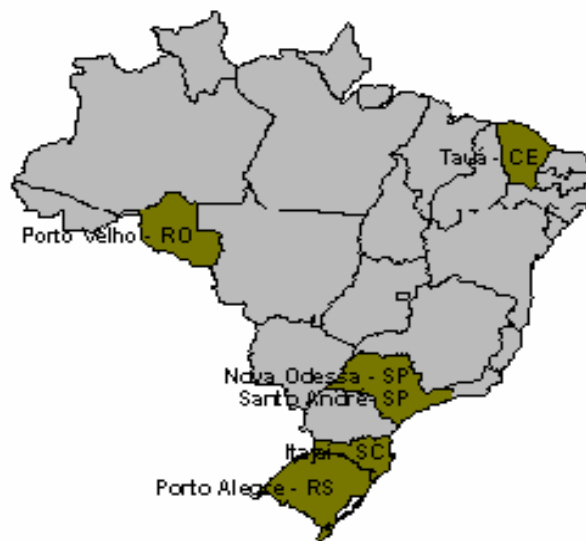
A **quarta etapa** compreende uma rede de empreendimentos do setor de confecção coordenados pela Univens, composta por 23 cooperados que produzem camisetas, bolsas, jalecos, calças, etc., em algodão e poliviscose, com serviços de serigrafia e pela Fio Nobre (Itajaí, SC), empresa autogestionária formada por sete trabalhadores que produzem cordões e fios diversos para confecção, além de roupas artesanais.

Para finalizar o processo da cadeia produtiva, a **quinta etapa** acontece na Cooperativa Assai, na região da Amazônia, que desenvolve o **tingimento natural** e as **sementes** para o acabamento das peças.

Para a comercialização dos produtos produzidos pela **Cadeia Produtiva Solidária do Algodão Ecológico**, foi criada a marca **Justa Trama**, que é o resultado da luta, da capacidade de organização e do sonho de aproximadamente 700 trabalhadores e trabalhadoras de diversas regiões do Brasil.

Ao comprar um produto da **Justa Trama**, o consumidor também estará contribuindo para a construção de uma outra economia, baseada em valores da autogestão, da solidariedade e da inclusão; estará levando uma roupa inteiramente produzida de forma coletiva e agroecológica, radicalmente diferente da produção convencional.

A cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico atinge alguns estados brasileiros, conforme se pode observar no mapa abaixo:



Fonte: (Dados da Pesquisa – Agosto de 2006)

Dada a importância de exemplos como este, uma equipe brasileira, formada por representantes desta experiência, está mantendo contatos com o Ministério da Economia popular (MINEP) da República Bolivariana da Venezuela, por meio de seu Escritório de Cooperação Internacional, para discutir a possibilidade de tentar recriá-la naquele país. Esse fato representa uma relação internacional que, de alguma medida, reforça a expansão das redes solidárias, tanto no âmbito local, regional, nacional como no internacional.

BOXE Nº2
BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA CENTRAL DE COOPERATIVAS POPULARES DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O aumento da criação das cooperativas populares na cidade do Rio de Janeiro ganhou reforço a partir de 1995. Naquele ano surgiu um bom número de novas cooperativas na cidade, reforçadas ou estimuladas pela experiência exitosa da primeira cooperativa popular, a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos (Cootram), fundada no ano anterior. Esse fato incentivou os cooperados a criarem uma central de cooperativas populares na cidade do Rio de Janeiro.

Esta Central deveria ter o objetivo principal de se transformar em uma representação jurídica das cooperativas populares, mas, sobretudo, iria *“promover o desenvolvimento dessas cooperativas e também fazer o papel de buscar descobrir postos de ocupação e trabalho para que estas cooperativas pudessem colocar seus cooperados. Também teria a função de buscar recursos para promover a capacitação desses cooperados. Por outro lado, também deveria montar uma espécie de central de comércio, onde as cooperativas de produção pudessem oferecer seus produtos. Ou seja, ao mesmo tempo, ela iria representar politicamente as cooperativas populares, buscar postos de trabalho e capacitar os cooperados que eram vinculados às cooperativas de trabalho e criar um centro de comércio para as cooperativas de produção”* (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005, entrevista com um cooperado da Cooperan).

Com estas idéias, o grupo de representantes da maioria das cooperativas populares da cidade do Rio de Janeiro, que estava se reunindo com o apoio da ITCP da UFRJ, intensificaram-se os trabalhos para o surgimento desta Central. *“No início, isso funcionava como uma espécie de fórum de troca de experiências e de discussão conjunta de nossos problemas, acertos e desafios. Uma vez por mês nos reuníamos na Incubadora. Era uma coisa muito boa e funcionava da seguinte forma: por exemplo, se uma cooperativa realizava um contrato, então, ela informava para as outras as formas do contrato, as dificuldades para consegui-lo, as estratégias desenvolvidas para atingi-lo, enfim, as responsabilidades assumidas. Então, era uma forma da gente ‘tá’ se vendo, trocando informações e buscando exercer nosso poder. Foi essa espécie de fórum que estimulou a criação de nossa Central”* (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005, entrevista com um cooperado da Arco-Íris).

Percebe-se que esta central foi sendo conquistada na medida em que as próprias cooperativas sentiam necessidade de criar uma representação própria, autogerida, independente. Isso demandou uma série de encontros e muita troca de informação.

“Após uma série de encontros, a criação da Central pôde ser consolidada em 2001, quando foi eleita a nossa primeira diretoria. O primeiro diretor administrativo foi o Augusto da Arco-Íris, lá do complexo de favelas do Caju” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005, entrevista com um cooperado da Cooperan).

“Hoje, o presidente da Central é o Marquinhos, lá da Cooperan; o diretor financeiro é o Robson, daqui da Arco Íris; o diretor administrativo é o Maurício, da Cajcoop de Madureira. A sede da central é aqui no Galpão, onde fica a sede de nossa cooperativa.

A Arco-Íris ajudou muito a Central no seu início, principalmente na articulação de parceiros para criar alguns programas como o Limpeza de Caixa D'água – que se trata de um projeto de preparação e qualificação profissional para que nossos cooperados sejam profissionalizados na limpeza de caixas d'água e o Programa de Manutenção em Telefonia, que prepara nossos cooperados para trabalharem com manutenção de linhas e aparelhos telefônicos. Esse último é uma parceria com o Sindicatos dos Trabalhadores em Telecomunicações da Cidade do Rio de Janeiro” (Dados da Pesquisa, janeiro a dezembro de 2005, entrevista com um cooperado da Arco-Íris).

Esta Central teve uma importância grande na trajetória das cooperativas populares, sobretudo abrindo várias portas para que as cooperativas pudessem se afirmar como instrumentos de representação política, em suas comunidades, como afirmaram todos os entrevistados sobre o assunto, durante a pesquisa. Depois de um certo tempo, passou a ocorrer o fim de vários contratos de trabalho, forçados por pressão do Ministério Público a todas as cooperativas de trabalho, com base em denúncias da prática de terceirização branca e de ação de “cooperगतos” ou “cooperfraudes” (cooperativas de fachada, ou seja, agências de emprego com o nome de cooperativas). Esse fato foi estimulado, inclusive, pelas cooperativas populares e pelas incubadoras, já que a proliferação deste tipo de cooperativas estava em franca expansão no Brasil, prejudicando a atuação das cooperativas populares. No entanto, como se o “tiro saísse pela culatra”, as cooperativas foram também atingidas por essas ‘fiscalizações’ e, se não foram fechadas, como as cooperगतos o foram, de certa maneira afetadas pelo receio que as empresas e, na maioria dos casos, os órgãos públicos, passaram a ter de uma possível ‘investigação’ de fiscais do Ministério do Trabalho e do Ministério Público. Foi por isso, e por outras questões internas, que a Central passou a ter um novo papel na representação destas cooperativas. Mas, basicamente, o que se pretendeu foi criar uma nova estratégia da central.

“Diante dos fatos que ocorreram, eu, que tinha assumido a presidência da Central, pedi ao grupo de representantes das cooperativas filiadas que tentássemos criar outra estratégia para Central. Era preciso ultrapassar esta fase e visualizar um novo espaço. Começar a visualizar outros caminhos. Eu não consigo ver uma central funcionando com as cooperativas, a ela filiadas, com dificuldades. Não tem como manter uma central assim. E como ela não pode ser de cima para baixo, ela tem que ser autogerida, assim como devem ser as suas filiada. É preciso dar força às cooperativas para que elas se reforcem para poder fortalecer a nossa central. Se a central surgiu com a mobilização das cooperativas populares, com os encontros que elas promoveram, dentro de um processo de formação que discutia uma proposta de criação de um órgão representativo, então, ela surgiu da base. Surgiu de uma base fortalecida. E, por isso, teve representatividade. Se agora a base está enfraquecida, a central também se enfraquece. Nesse sentido, o momento, agora, é de buscar reforçar as cooperativas. Esse reforço só virá quando elas ampliarem ou retomarem a conquista de mais contratos de trabalho. Nesse caso, temos que enfrentar o Ministério Público em alguns processos e fazer uma campanha de divulgação do trabalho das cooperativas. Esse trabalho está muito difícil. Estamos tendo pouco apoio externo nisso. Mas, a nossa central está aí, ela não tá morta não!” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005, entrevista de um cooperado da Cooperan).

O acompanhamento dessas discussões requer uma revisão sobre o que se está considerando sobre essas temáticas que - em função de um 'novo perfil' assumido pelos movimentos sociais, adquirido desde as manifestações de Seattle/1998 e Nova York/2002, passando pelas articulações nos I e II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/2001 e 2002 - podem ser consideradas como formulações importantes de análise. Isso porque elas apresentam valiosas linhas programáticas e propositivas, defendem as culturas locais, reivindicam ética na política e cobrem áreas do cotidiano consideradas de difícil acesso por outras formulações. Essas temáticas alimentam movimentos sociais que estão à margem do instituído e ousam, conforme argumenta GOHN (2003:17):

“Ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito em que estão envolvidos; ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios do localismo; ter autonomia priorizando a cidadania: construindo-a onde não existe e resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia com pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações e nas parcerias através de políticas públicas”.

Diante dessa perspectiva de análise, é conveniente observar as discussões que se situam no entorno da temática do cooperativismo, da economia solidária e, posteriormente, sobre capital social e sobre a forma como as cooperativas populares atuam na perspectiva de proteger socialmente seus integrantes.

2.3 Princípios cooperativistas

Em mínima instância, pelos argumentos acima expostos, o cooperativismo pode ser considerado como o que determinados grupos sociais utilizam no objetivo de redesenhar padrões culturais, sobretudo aqueles que se referem a hábitos relacionados com os mecanismos de produção/distribuição de bens e serviços, conforme afirma THOMPSON (1997). Dessa maneira, é importante demonstrar a aliança que o cooperativismo possui com determinadas mudanças de comportamento que são orientadas por princípios fundamentais que sedimentam, sobretudo, nas ações de cooperação e solidariedade, temas que serão abordados mais adiante. Antes, porém, é importante que se apresentem algumas das concepções acerca do cooperativismo, pelo fato de tratar-se de um tema que enfrenta um estado constante de 'redefinições' ou debates permanentes.

É importante considerar que, antes da formação efetiva dessas concepções, alguns autores, conforme veremos a seguir, costumam estabelecer três grandes variantes do pensamento cooperativista, a saber: uma que defende que o cooperativismo serve apenas para ajudar a melhor desenvolver o liberalismo, portanto, trata-se de um mecanismo liberal; uma segunda, que acredita ser o cooperativismo uma maneira de se organizar economicamente e socialmente, de forma que possa abrir caminhos para o desenvolvimento do socialismo e uma outra variante que acredita ser o cooperativismo uma espécie de 'terceira via', ou uma via alternativa aos modos de produção capitalista e socialista. As compreensões que estas variantes possuem sobre o cooperativismo, que atua em vários setores, conforme pode-se ver no Anexo 7, vão ser importantes, sobretudo, para que, durante a avaliação dos dados levantados nesta pesquisa, se possa observar de qual delas mais se aproximam as atuais práticas das cooperativas populares, ou se não se aproximam de nenhuma delas, desse modo,

apontando para uma nova direção, ou uma nova variante. Por isso deve ser conveniente observar que, no prefácio do livro “A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas” (1965), da Professora Diva Pinho Benevides, Paul Hugon afirma que:

“A doutrina cooperativa encontrou sua forma sistemática no fim do século XIX. Todavia, desde o início daquele século um vasto movimento de idéias e realizações já a preparava. Esse movimento, inspirado no associativismo, apresentara-se como reação profundamente humana contra os abusos da concorrência do capitalismo industrial liberal da época. Suas origens foram concretizadas nas múltiplas realizações de New Harmony de Owen, das Unions Shops de William King, dos Falanstérios de Fourier, de Considérant, de Michel Derrion e – a partir de 1832 – também dos Saint-Simonianos. Desde o começo o ideal cooperativista consistiu essencialmente na organização de um meio social e economicamente harmonioso no qual o antagonismo de interesses individuais fosse substituído pela colaboração e pela associação” (PINHO, 1965: 11).

Segundo PINHO (1965), a doutrina cooperativista surgiu, basicamente, em oposição e em consequência das práticas da doutrina liberal individualista que teve sua origem a partir da Revolução Industrial. Por outro lado, pode-se perceber que o cooperativismo também foi utilizado como forma de sustentação às economias planificadas pelo Estado, como argumentam ALBARRAN e RAMIREZ (1989), para ilustrar o papel que ele exerceu no processo de reordenação econômica e social de Cuba. Há também uma variante, como, por exemplo, a que sugere MAURER JUNIOR (1966), que o considere como sendo uma doutrina humanitarista que nega, ao mesmo tempo, o liberalismo e o socialismo. Trata-se, portanto, de uma suposta *terceira-via*, o que passaria a definir o cooperativismo como um sistema econômico próprio com um fim em si mesmo, caracterizando, assim, um modo de produção alternativo.

Para visualizar melhor essas três variantes, convém fazer uma breve decomposição delas, explicando suas características e estratégias, para que, assim, possamos ter um determinado parâmetro que possa servir, de certa maneira, como um balizador para as análises das atuações das cooperativas nos dias de hoje, sobretudo as chamadas cooperativas populares.

Para a primeira variante, que entende o cooperativismo como sendo uma ferramenta para o desenvolvimento liberal, pode-se recorrer a PINHO (1965) e apresentar o que a autora apresenta como sendo as contribuições do cooperativismo ao desenvolvimento capitalista. Segundo PINHO (1965), o apoio ao capitalismo, dado pelo cooperativismo, se dá em dois níveis: num primeiro, que ela chama de atomizado, ou seja, com contribuições específicas e desconectadas de outras experiências e, num outro nível, que ela chama de molecular, ou seja, que possui toda uma forma integrada de apoio ao desenvolvimento econômico. Essas duas formas de apoio, PINHO (1965) resume em ações que podem ser vistas nos Boxes números 3 e 4:

BOXE N°3 **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES COOPERATIVISTAS NO REGIME CAPITALISTA –** **ATOMIZADO**

Realizações pré-cooperativas:

- ✓ colônias comunitárias agrícolas: normalmente tratavam-se de grupos pré-cooperativos criados por interesse de religiosos, que se dedicavam a atividades restritas a determinadas comunidades. Nelas havia um alto grau de solidariedade entre as pessoas. Buscava-se o bem do grupo e uma forma de fazer isso era unirem-se para terem mais

- chance de competição no mercado;
- ✓ colônias comunitárias não agrícolas, que se organizavam sem interesse religioso, mas unicamente com o interesse de fortalecer um grupo de pessoas ou comunidades, para que tivessem mais chances de garantir a sobrevivência no mercado. Segundo suas estratégias, o grupo unido teria mais chances de inserção no mercado.

Realizações cooperativas:

- ✓ cooperativas de consumo, de crédito, de produção e de administração de bens públicos: essas cooperativas, rurais ou urbanas, de caráter religioso ou não, são muito importantes para o fortalecimento do capitalismo, pois elas representavam, para a população, uma forma jurídica própria que, diferentemente das empresas, tinha como base a propriedade coletiva. No entanto, essa propriedade era restrita à atuação daquele grupo, sem, no entanto, questionar a propriedade individual das empresas. Como atuavam em vários campos, tinham presença em quase todos os ramos da economia. Essas cooperativas ajudaram, em grande medida, a diminuir o desemprego e a falta de poder aquisitivo das pessoas.

BOXE Nº4

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES COOPERATIVISTAS NO REGIME CAPITALISTA – MOLECULAR

Realizações do setor privado:

- ✓ as cooperativas de caráter religioso tiveram grande expansão em vários países do mundo e passaram a ter uma função articulada entre si, participando, assim, de vários ramos da atividade econômica, alcançando altos níveis de sucesso. Embora tivessem articulações entre si, essas articulações se davam apenas no campo da definição de estratégias para atuação no mercado. Não se interessando, portanto, e, enquanto cada vez mais alcançavam índices de sucesso, isso era mais nítido, por questões que envolvessem atividades políticas e, sobretudo, por debates que envolvessem o desenvolvimento do capitalismo ou do socialismo. Como a maioria delas atuava em países capitalistas, se transformaram em importantes peças no desenvolvimento desta economia, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando passaram a servir como contraponto socialista. Nesse momento, atendiam ao discurso de que o cooperativismo era uma forma de ajudar seus membros a se desenvolverem socialmente, de forma ‘independente’ do Estado;
- ✓ as cooperativas de caráter não religioso também tiveram o mesmo papel, só que, diferentemente das ‘cooperativas religiosas’, que atuavam mais no setor rural, estas atuavam no setor urbano e se transformaram em fortes aliadas do capitalismo do desenvolvimento das atividades industriais, de consumo e de crédito.

Realizações do setor público

- ✓ como o exemplo das cooperativas acima, as chamadas “Régies” cooperativas passaram a ter um papel muito importante na gestão de determinados serviços públicos, como, por exemplo, o do transporte e o da distribuição de energia. A troca de experiência internacional reforçou muito a ação dessas cooperativas ‘públicas’, o que lhes deu muito valor nas estratégias de ação dos governos dos países capitalistas.

Reforçando a forma como o cooperativismo pode ser compreendido como um instrumento de apoio ao capitalismo, DUARTE (1985:11) acrescenta que:

“o cooperativismo agrícola se desenvolveu (no estado do Rio Grande do Sul) como um mecanismo que viabilizou a transformação capitalista da agricultura,

subordinado as políticas governamentais e ao capital financeiro, ou seja, ao capital bancário e industrial, e não como um sistema econômico alternativo como propunham os pioneiros cooperativistas”.

Em relação à segunda variante, pode-se recorrer, por exemplo, a ALBARRAN e RAMIREZ (1989), para quem o cooperativismo pode ser um instrumento muito valioso para a estruturação do socialismo. As autoras chegam a esta conclusão depois de analisarem a grande contribuição que, segundo elas, o cooperativismo deu na reestruturação econômica de Cuba e na defesa da revolução, sendo, portanto um instrumento, ao mesmo tempo, de organização social, econômica e política. No entanto, afirmam que este cooperativismo teve que passar por redefinições já que, no capitalismo, ele é definido e praticado de outra maneira. Nesse sentido, elas afirmam que:

“A lo largo de la historia, la práctica ha demostrado que la producción cooperativa en el sistema capitalista no constituye una solución a los problemas de la liase campesina. Es decir, para que se produzca un movimiento cooperativo generalizado es necesaria la transformación de la estructura agraria que destruya las relaciones de explotación, tal como sucedió en Cuba. La idea del cooperativismo está presente en las primeras medidas agrarias de la revolución; sin embargo, la creación de cooperativas no se difunde de inmediato. Al inicio, las cooperativas creadas en las zonas de los antiguos latifundios azucareros y ganaderos, tuvieron una base social que no correspondía a sus formas típicas, compuestas por la unión de campesinos individuales. Esto es, se formaron, en lo fundamental, con obreros agrícolas” (ALBARRAN e RAMÍREZ, 1989:180-181).

Esse tipo de argumentação possui reflexos aqui no Brasil, de maneira muito específica, conforme se pode perceber em OLIVEIRA (1996), quando apresenta o seguinte depoimento de um dos cooperados vinculados à Cooperativa de Produção Coletiva (Coprocol), que funciona na Área I do Assentamento Pirituba II, no município de Itapeva, estado de São Paulo:

“Existe uma diferença entre as nossas cooperativas e as tradicionais. A diferença básica é que pra nós o que vale é o trabalho e não o capital. Então dentro das nossas cooperativas não se valoriza a terra, não se valoriza o capital, o que tem valor é o trabalho, a participação das pessoas no trabalho, na produção. Através do trabalho é que você gera riqueza, gera renda. É por isto que a renda tem que ser distribuída com quem trabalha. À medida que você vai valorizando o trabalho das pessoas, você vai criando incentivo para que as pessoas participem mais do trabalho, da produção. Então isso é nossa intenção, ou seja, criar um novo modelo, uma nova mentalidade de cooperação, exatamente baseada na valorização do trabalho. E isso conduz, necessariamente, a busca de uma mudança social, para que possamos construir uma nova sociedade” (Op. Cit.: 84).

Antes de se falar na terceira variante, é importante apresentar aqui dois argumentos que possuem uma enorme validade para se pensar no cooperativismo como uma forma de ajudar na transição entre uma sociedade capitalista e uma sociedade socialista. Estes depoimentos, por si só, reforçam a importância do cooperativismo na luta dos trabalhadores, sejam lutas para destruir o modo de produção capitalista e colocar em seu lugar o modo de produção socialista, sejam lutas para enfrentar problemas gerados, sobretudo, pelo

capitalismo, quando produz um grande volume de desempregados. Nesse caso, o cooperativismo seria uma forma de se proteger contra este fenômeno.

Os argumentos são os seguintes:

“As cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção (...) O que resulta que a cooperativa só pode assegurar sua existência no seio da economia capitalista quando suprime, por um rodeio, a contradição que recebe entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência. Só pode fazer assegurando antecipadamente um mercado, um círculo constante de consumidores. A cooperativa de consumo fornece uma via. Eis a razão da falência das cooperativas de produção autônomas, cuja existência só pode ser assegurada por uma cooperativa de consumo” (LUXEMBURGO, 1986:87 - 88).

“Não passa pela cabeça de ninguém negar a importância das cooperativas. Trata-se de saber se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês em todos os casos em que a grande exploração é superior a pequena, e até onde vai essa superioridade. É quimérico esperar que o camponês passe à produção cooperativa, mais isto quer simplesmente dizer que a cooperativa, na sociedade capitalista, não pode ser um meio de o camponês se aproveitar de todas as vantagens da grande exploração e de assim consolidar e fortificar a sua propriedade camponesa. essa coluna vacilante da sociedade atual. O camponês que tiver reconhecido que só pode salvar-se pela produção agrícola cooperativa compreenderá também que uma produção deste gênero só poderá ser realizada na altura em que o proletariado tiver força para modificar a forma da sociedade em conformidade com os seus interesses. Alas, nessa altura, ele será socialista” (KAUTSKY, 1972:176-177).

Sobre a terceira variante, uma boa referência para se apresentar esta proposta são as observações que faz MAURER JUNIOR (1966), ao defender o que ele chama de cooperativismo integral ou economia humana. Para este autor, o socialismo e o capitalismo possuem, em sua gênese, ou como componente central da base de apoio ideológico, a produção. É por isso que, segundo este autor, acontece e se acirra a luta entre as classes, sobretudo entre os capitalistas – produtores/proprietários – e os trabalhadores – produtores/não proprietários. Nesse sentido, ele argumenta que se deveria desenvolver uma nova cultura econômica que tivesse na sua origem e na sua elaboração teórica, prática e ideológica, o consumidor. Só assim se poderia pensar em uma sociedade justa e sem egoísmo, onde podem imperar a solidariedade e a cooperação.

Sobre o postulado da primazia do consumidor é que Maurer Junior defende a tese de que a cooperação genuína deve ser desenvolvida a partir dos desejos e interesses dos consumidores que, segundo ele, são idênticos, tanto para os ricos como para os pobres (capitalistas ou trabalhadores). Nesse caso, ele sugere que se desenvolva uma economia à base da estruturação de cooperativas para todos os setores econômicos, uma verdadeira sociedade cooperativista, em que, por meio de seu desenvolvimento, podem-se conseguir uma economia a serviço do consumo, a humanização e a justa remuneração do trabalho.

“Esse cooperativismo não pode ser uma solução parcial, destinada a minorar um pouco os efeitos perniciosos de um sistema cruel e desumano, como este que domina o mundo moderno. Antes ele deve constituir-se num vasto programa social e cultural, todo ele alicerçado na afirmação da primazia do homem, de seus direitos e

necessidades, porque é isto o que significa, em última análise, a primazia do consumidor e o justo tratamento dispensado ao trabalho, Nem capitalismo, nem comunismo, mas cooperativismo genuíno e integral, eis o alvo por que devem lutar todos aqueles que desejam uma reforma profunda e duradoura de nossa civilização desorientada” (MAURER JUNIOR, 1966:19).

Apresentadas as três variantes mais comentadas, até a década de 1980, acerca das possibilidades de exercício do cooperativismo, torna-se valioso que se recorra aos socialistas utópicos, como, por exemplo, Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc, Proudhon e Robert Owen, cujas idéias forneceram as bases para o exercício do cooperativismo e que podem ser resumidas no Boxe número 5.

BOXE Nº5

RESUMO DAS PRINCIPAIS IDÉIAS DE ALGUNS DOS SOCIALISTAS ÚTÓPICOS

Conde Claude Saint-Simon (1760-1825)

Socialista utópico francês, era um liberal avançado e revolucionário, educado por D'Alembert, com uma formação racionalista. Lançou uma idéia muito interessante: suponha que, um dia, o ferreiro, o pedreiro, o operário, o agricultor, enfim, todos os trabalhadores, parassem de trabalhar de repente. Pense no que aconteceria. O caos. Os ricos não teriam o que vestir, comer, beber. Estaria provada a importância dos operários. Agora imagine se todos os patrões, os donos dos bancos, das fábricas deixassem de existir. O que aconteceria? Os operários continuariam trabalhando normalmente. Porém, não haveria mais ninguém para sugar e explorar seu árduo trabalho. A sociedade idealizada por Saint-Simon era a seguinte: não haveria mais os ociosos (militares, clero, nobreza...) nem a exploração do homem pelo próprio homem. Essa sociedade seria dividida em três classes - os sábios, os proprietários e os que não tinham posses - e seria governada por um conselho de sábios e artistas. Essas idéias estão em seu livro *Cartas de um Habitante de Genebra*. Em outro livro, *O Novo Cristianismo*, defendia uma religiosidade diferente do protestantismo e do cristianismo. Essa religiosidade, somada à racionalidade humana, poderia resultar num mundo industrialista e justo.

Charles Fourier (1772-1837)

Socialista utópico francês, filho de comerciantes, absorveu algumas idéias de Rousseau: o homem nasce puro e bom, a sociedade e as instituições o corrompem. Fourier propôs uma sociedade baseada nas *falanges e falanstérios*, fazendas coletivas agroindustriais, em que todos desempenhariam suas tarefas em proveito da comunidade. Nessa sociedade, criar-se-ia a falange, com até dois mil homens, que trabalhariam para um fundo comum. A divisão das riquezas produzidas seria feita considerando-se a quantidade e a qualidade do trabalho de cada indivíduo. Cada falange possuiria seu edifício comum, o *falanstério*, que abrigaria todos os membros e onde seriam instalados os bens coletivos da comunidade (cozinha, biblioteca, etc.). Fourier alegava que os falanstérios superariam as desarmonias capitalistas, mas nunca conseguiu financiar seu projeto.

Louis Blanc (1811-1882)

Outro socialista utópico francês. Teve importante participação na Revolução de 1848, quando suas idéias foram colocadas em prática, devido à associação entre liberais e

socialistas, na tentativa de derrubar a monarquia. São elas: seriam criadas associações profissionais de trabalhadores de um mesmo ramo de produção, as oficinas nacionais, financiadas pelo Estado. O lucro seria dividido entre o Estado, os associados e para fins assistenciais. Enfim, como líder do proletariado, exigia que o Estado se apoderasse do sistema econômico para garantir trabalho e justiça para todos. Porém, os liberais e os socialistas romperam e o Estado fechou as oficinas nacionais, começou a perseguir os socialistas e anulou todas as reformas feitas em benefício da classe operária.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Socialista utópico francês e precursor do anarquismo. Defendia a diminuição da ação governamental capitalista e religiosa e a liquidação do Estado. Queria uma sociedade de pequenos produtores livres e iguais, em que os trabalhadores fariam uso do financiamento dos bancos de trocas, sem juros, para comprar os meios de produção. Em seu livro, *O Que é a Propriedade*, afirmava que a propriedade privada era um roubo.

Robert Owen (1773 - 1858)

Socialista utópico inglês, casou-se com uma mulher muito rica e se tornou dono de várias indústrias, e nelas aplicou suas idéias. Diminuiu a jornada diária de trabalho para dez horas, salários aumentados, seus funcionários tinham creches e escolas para seus filhos, além de hospitais. Suas indústrias tornaram-se um modelo de legislação social e seus lucros não pararam de crescer. Feliz e satisfeito com esses resultados começou a defender a criação de uma sociedade comunista com o fim da propriedade privada. Mas essas idéias e atitudes de Owen não estavam agradando a aristocracia inglesa, que o baniou da Grã-Bretanha. Foi para os Estados Unidos e fundou a cidade de New Harmony. Porém quando regressou à Inglaterra suas cooperativas estavam falidas. Owen observou de perto as condições desumanas dos trabalhadores e revoltou-se contra as perspectivas vindas com o progresso. Acreditava ser impossível formar-se um ser humano superior num sistema egoísta e explorador.

Fonte: Elaborado a partir de consultas ao site http://mac_macp.vilabol.uol.com.br, acesso em 07/09/2006.

As idéias desses pensadores influenciaram, também, os chamados “Pioneiros de Rochdale” (artesãos que residiam no distrito de Lancashire, na Inglaterra, que criaram, em 1843, uma cooperativa de consumo que, para alguns autores, como Pinho, 1962 e 1965, representa, oficialmente, a primeira cooperativa). Durante o processo de criação desta cooperativa, seus fundadores estabeleceram o que, a partir dali, passou a ser chamado dos “Princípios de Rochdale” e que servem de pontos cardeais ao cooperativismo até os dias de hoje. Estes princípios, ao longo do tempo, sofreram algumas mudanças, como se pode ver no Quadro 6.

Quadro 6 - Evolução dos princípios do cooperativismo a partir das decisões dos congressos internacionais organizados pela Aliança Cooperativista Internacional²¹ (ACI)

PARIS, 1937	VIENA, 1966	MANCHESTER, 1995
1 – Adesão livre	1– Adesão livre	1 – Adesão voluntária e livre
2 – Gestão democrática	2 – Gestão democrática	2 – Gestão democrática
3 – Retorno “pró-rata” das operações	3 – Distribuição das sobras	3 – Participação econômica dos membros
4 – Juros limitados ao capital	4 – Taxa limitada de juros ao capital	-----
-----	-----	4 – Autonomia e independência
5 – Vendas a dinheiro	-----	-----
6 – Desenvolvimento da educação em todos os níveis	5 – Constituição de um fundo para a educação dos cooperandos e do público em geral	5 – Educação, formação e informação.
-----	6 – Ativa cooperação entre as cooperativas em todos os planos	6 - Intercooperação
7 – Neutralidade política, racial e religiosa.	-----	-----
-----	-----	7 – Interesse pela comunidade

Fonte: PIMENTEL, Maria Aparecida de Macedo. A trajetória de uma escola cooperada: do ideal cooperativista a realidade de mercado. São Carlos; Ufscar, 2006, 148 p (Dissertação de mestrado)

Os princípios podem ser explicados, resumidamente, da seguinte forma: 1) adesão voluntária e livre: as cooperativas estão sempre abertas a novos membros que aceitem trabalhar no modo cooperativista e aceitem as responsabilidades de sócio, sem nenhum tipo de discriminação; 2) gestão democrática: as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados, de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; 3) a participação econômica dos membros: todos os associados são responsáveis pela formação do capital social e inicial da cooperativa por meio do depósito de sua quota-parte, atuando também tanto como proprietários solidários, quanto como participantes eventuais nas decisões sobre as distribuições de proveitos, mas, sobretudo, participando ativamente das atividades econômicas; 4) a autonomia e a independência, em relação ao Estado e as outras organizações: as cooperativas são organizações autônomas, controladas apenas pelos seus sócios; isso quer dizer que as cooperativas podem fazer parcerias com outras organizações ou órgãos, mas não devem permitir a interferência de não sócios em sua administração e gestão; 5) o compromisso com a educação, formação e informação dos membros da cooperativa: para lhes facultar uma participação efetiva, todos os cooperantes devem ajudar na estruturação da sua cooperativa, para que ela possa ter condições de proporcionar capacitação, treinamento profissional e oferecer informações para que todos os sócios possam desempenhar bem seu trabalho e também possam administra-la com eficiência; 6) a cooperação entre outras

²¹ Para mais detalhes acessar o site www.aci.org

cooperativas por meio de organizações locais, nacionais e mundiais; 7) a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa: as cooperativas e seus associados devem buscar ser referências nas comunidades onde se localizam e, por isso, as ações devem ser de integração e voltadas para o bem-estar dos cooperados e da comunidade, bem como devem contribuir com a preservação do meio-ambiente, a educação e a vida social e cultural de sua comunidade.

A demonstração das variantes interpretativas, a síntese do pensamento dos chamados socialistas utópicos e a apresentação dos princípios cooperativistas formam um bom elenco de informações e argumentos para que se possa compreender o cooperativismo e, ao mesmo tempo, situar-se em um dos debates que ele provoca, que é sobre as formas e os tipos de sistemas econômicos nos quais o cooperativismo se insere.

Conforme se observou nos capítulos anteriores e nas reflexões inicialmente apresentadas neste capítulo, as cooperativas são importantes instrumentos ou agentes para a transformação de determinados cenários sociais e econômicos. E, considerando-se o contexto atual da luta dos movimentos sociais, sobretudo dos que lutam por proteção social para determinadas parcelas da sociedade que sofrem com o desemprego e a exclusão, elas têm surgido como alternativas para a resolução desses problemas. Esta reflexão aproxima as atuais práticas das cooperativas populares do surgimento das primeiras cooperativas. Ou seja, pode-se considerar, baseando-se nas informações históricas que fornecem, por exemplo, POLANYI (1980), THOMPSON (1997) e COLE (1964), que várias experiências atuais, como sinalizam GAIGER (2004), VIEITZ e DAL RI (2001) e IBASE/ANTEAG (2004), possuem relação direta com as experiências associativistas/cooperativistas que surgiram à época que os primeiros autores relatam, sobretudo quando se refere a formas de reação a crises do liberalismo, representando formas de proteção social para os integrantes dessas organizações.

Neste caso, se pode afirmar que o aparecimento das primeiras cooperativas se confunde com as lutas dos trabalhadores e da sociedade, à época, contra os mecanismos de exploração e exclusão que o capitalismo proporcionava, sobretudo com o advento da Revolução Industrial, da mesma maneira que as cooperativas populares contemporâneas emergem da necessidade que parcelas das classes trabalhadoras têm de sobreviver. Este processo está diretamente relacionado com a questão da desocupação. Seu surgimento traz consigo o registro de que se trata de um fenômeno que, em sua origem, representa as aspirações de pessoas pobres em situação de desemprego e exclusão social.

Dois registros podem ser apresentados para ilustrar estas afirmações. O primeiro é apresentado por HOBBSBAWM (1988), quando diz que o movimento operário, no período da primeira metade do século XIX, foi formado pela ação, dentre outras, das cooperativas que, segundo o autor, ajudavam a construção de um novo tipo de sociedade. Para ele, surgia ali o movimento operário, que trazia algo de novo, expresso da seguinte maneira:

“O verdadeiramente novo no movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe. Os pobres não mais se defrontavam com os ricos. Uma classe específica, a classe operária, trabalhadores ou proletariado, enfrentava a dos patrões ou capitalistas. A revolução francesa deu confiança a esta nova classe; a revolução industrial provocou nela uma necessidade de mobilização permanente. Uma existência decente não podia ser obtida simplesmente por meio de um protesto organizacional que servisse para restabelecer a sociedade perturbada temporariamente. Era necessária uma eterna vigilância, organização e atividade do movimento - o sindicato, a sociedade cooperativa ou mútua, instituições trabalhistas, jornais, agitação. Mas a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia, encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas idéias e em oposição às de

seus opressores. Seria uma sociedade cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista” (op. cit.:235)

THOMPSON (1997) reforça a vinculação da luta dos trabalhadores daquela época com a noção do surgimento de uma nova sociedade, afirmando que:

“O que estava em questão não era tanto a máquina, e sim a motivação do lucro; não as dimensões da empresa industrial, mas o controle do capital social por detrás. Os pequenos mestres-de-obra e os operários da construção, que se indignavam com o repasse do controle da maior parcela dos lucros para os construtores ou empreiteiros, não julgavam que a solução fosse uma multidão de pequenos empresários. Antes queriam que a cooperação das especialidades envolvidas na construção civil se refletissem num controle social cooperativo” (op.cit.: 408)

Nesse sentido, o que se pode observar é que os trabalhadores da primeira metade do século XIX inauguraram um movimento que, ao mesmo tempo, exigia uma nova forma de organização da produção e que reconsiderasse a questão, tanto da posse quanto da gestão dessa posse. Fatos que, analisados juntamente, remetem à discussão da cooperação no seu sentido mais estrito, ou seja, referindo-se ao modo de como cooperar para produzir e de como se apropriar coletivamente dos resultados dessa cooperação. Esta questão é a que centraliza, além da relação destas unidades de produção com no Estado, o debate acerca dos tipos de cooperativismo.

Do mesmo modo, como na primeira metade do século XIX, estes fenômenos ocorrem atualmente, podendo-se dizer que a repetição, guardadas as devidas proporções e condições materiais e imateriais, faz com que as cooperativas populares se apresentem como agentes que, considerando-se o quadro de desemprego e de exclusão social, pautam suas atividades em atender ao desejo de melhoria de vida dos trabalhadores que dessas cooperativas se aproximam.

Este cenário pode ser ilustrado com as considerações apresentadas por Ibase/Anteag (2002), quando afirma que: *“É nesse ambiente de desemprego e subemprego que se desenrolam iniciativas em que trabalhadores desempregados ou na iminência de perderem o emprego, se associam na geração de recursos para a reprodução da vida” (Op. Cit.: 32).*

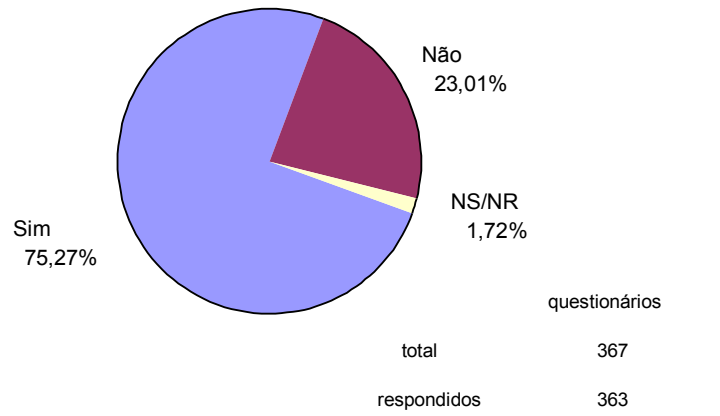
Dessas articulações emergem empreendimentos que, segundo IBAES/ANTEAG, *“portam uma lógica econômica distinta da capitalista, pois fundada na solidariedade, cooperação e reciprocidade” (Op. Cit.: 33).*

Para demonstrar estas afirmações, IBASE/ANTEAG (2002), com base em pesquisa realizada com cooperativas e associações que fazem a gestão e o controle de empresas recuperadas²², afirmam que, para 75,27% dos entrevistados, trabalhar com a cooperativa é mais vantajoso, conforme mostra o Gráfico 1.

²² Por empresa recuperada, compreende-se aquela que passou por um processo falimentar e que resultou na transferência do controle dessa empresa para os seus trabalhadores. Para maiores informações: (Tauile, 2005).

GRÁFICO 1

Vê vantagens em trabalhar numa empresa autogestionária/cooperativa comparado com o trabalho em uma empresa convencional?

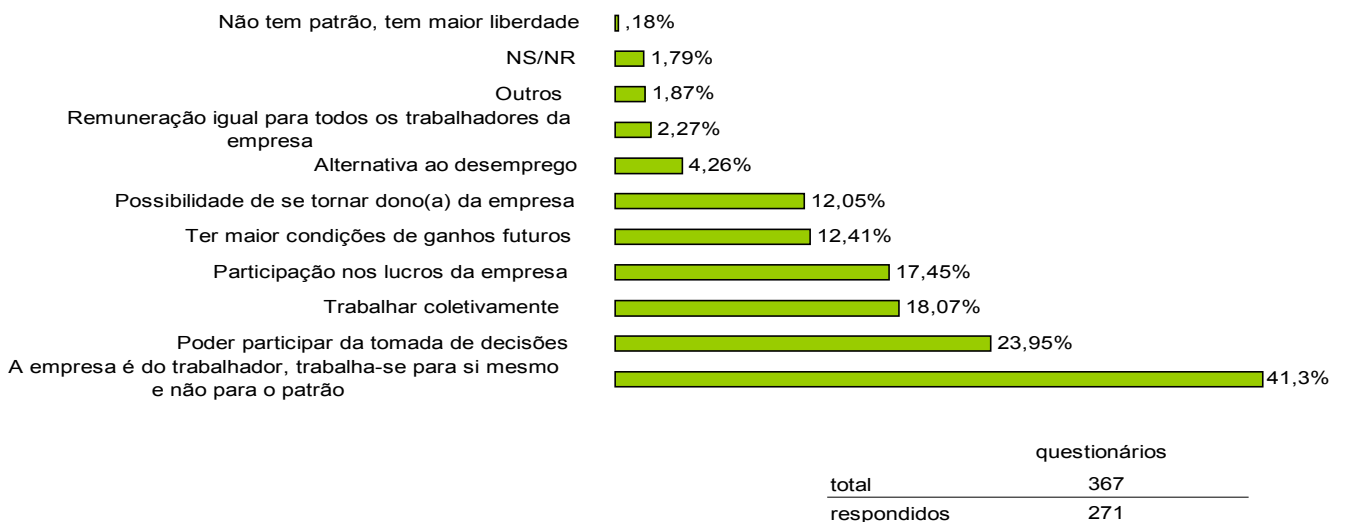


Fonte: IBASE/ANTEAG (2004)

Por outro lado, percebeu-se, nesta pesquisa, que, para 41,3% dos trabalhadores entrevistados e para 23,95% deles, bem como para 18,07%, respectivamente, trabalhar numa empresa cooperativa é mais vantajoso porque a empresa é do próprio trabalhador, pode-se participar da tomada de decisões e trabalha-se coletivamente. Isso quando perguntados sobre a principal vantagem em relação à questão respondida para a elaboração do Gráfico 2

GRÁFICO 2

Se sim, qual a principal vantagem?



Fonte: IBASE/ANTEAG (2004)

O paralelo entre as origens das primeiras cooperativas e a origem do cooperativismo popular no Brasil, aprofundado nos itens anteriores, bem como a relação que este cooperativismo pode ter, ou não, com as três variantes interpretativas do cooperativismo que foram apresentadas neste item, ajudaram na compreensão de que as cooperativas populares estão contribuindo para o plasmar de um novo tipo de cooperativismo, que enfrenta desafios, sobretudo, no que se refere a sua atuação enquanto instrumento de proteção e mudança social.

2.4 O cooperativismo como instrumento de proteção e mudança social

Analisar o cooperativismo num contexto onde se observem ligações com outros movimentos sociais, é uma tarefa bastante complexa, precisamente porque o cooperativismo pode ora atuar empresarialmente, com todas as características de uma empresa capitalista; ora atuar como organizações autogeridas e com um grau de capacidade de exercer a solidariedade e a cooperação, numa perspectiva que não priorize a competição e a acumulação de lucros.

No entanto, estabelecer uma relação direta ou linear do exercício do cooperativismo com os movimentos sociais, requer em mínima instância, afirmar num primeiro momento, que o cooperativismo, historicamente, tem tido uma relação muito estreita com o liberalismo e com o desenvolvimento capitalista, conforme afirma PINHO (1965).

O cooperativismo empresarial é exercitado por cooperativas que utilizam-se de práticas empresariais, tratando-se de uma forma de organização que pratica concorrência, sem necessariamente, ter que praticar competição. Isto significa uma organização que, em muitos casos, é controlada por um pequeno grupo que, em nome de todos os associados exerce o comando das ações da cooperativa, tendo as mesmas práticas de uma diretoria de empresa capitalista, sem ter a personalidade jurídica de uma Sociedade Anônima - S. A. Trata-se de uma organização que embora privilegie um pequeno grupo de “representantes”, fala em nome de um coletivo, o que sugere tratar-se de uma organização que não é sinônimo de uma empresa de propriedade individual ou sociedade de ações, na qual o capital é o principal fator a ser remunerado, mas que atua promovendo concentração de poder e renda, que são características das empresas capitalistas (RIOS, 1987 e FLEURY, 1983).

Por outro lado, pode-se encontrar, não raramente, cooperativas atuando numa tendência nítida de se contrapor a todas estas ações do chamado cooperativismo empresarial.

Essa ambigüidade do cooperativismo, traz dificuldades de relacionamento do cooperativismo com os movimentos sociais, principalmente nos países capitalistas. No caso do Brasil, isto é muito explícito, pois, por exemplo, para o movimento sindical o cooperativismo representava até meados do última década do século XX, um tipo de organização patronal, sobretudo quando se tratava de questões ligadas a economia e desenvolvimento do setor rural. Aliás, foi isto que conduziu BURSZTYN (1985), a afirmar que o cooperativismo era o ‘filho predileto do estado, e RIOS (1985), a denunciar que no Brasil predominava uma espécie de “cooperativismo patronal”.

Por outro lado, também se encontram dados que demonstram que as cooperativas foram fortes instrumentos para enfrentar, ou pelo menos driblar, a ação dos governos militares, especificamente na década de 60 do século passado, quando estes decretaram a intervenção nos sindicatos rurais. Neste caso, as cooperativas, por serem consideradas como organizações livres, eram formadas por trabalhadores rurais, especificamente na região nordeste, para atuarem como uma espécie de organização que ao mesmo tempo assume características tanto de uma cooperativa como de um sindicato, pois aquela, na ausência deste, passava a defender os interesses sociais e políticos dos trabalhadores (FASE, 1982; OLIVEIRA, 1986).

Experiências como a citada acima, ajudaram a iniciar a desmistificação do estigma de que, no Brasil, cooperativa era “coisa de patrão”. Mas esta desmistificação, não somente no Brasil, começou a acontecer à medida que foram surgindo cada vez mais cooperativas criadas e geridas pelos próprios trabalhadores e passaram a atuar no enfrentamento das políticas de desenvolvimento que produziam concentração de poder e renda e geravam desemprego, pobreza e exclusão social. Vários desses exemplos podem ser encontrados, tanto no setor rural, como no urbano, em, por exemplo, FLORÃO (1995), GORGEN e STÉDILLE (1991), OLIVEIRA (1996), HECKERT (2003), PONTE JUNIOR (2000), GUIMARÃES (1999), SINGER e SOUZA (2000).

2.4.1 O cooperativismo como instrumento de desenvolvimento

O surgimento do cooperativismo proporcionou aos formuladores de propostas e programas de desenvolvimento, a sua inclusão como sendo um importante instrumento para melhorias sociais e econômicas para as populações de baixa renda ou de pouco poder aquisitivo, mas, imaginava-se isto, pensando nas cooperativas como unidades de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, que pudessem ajudar a que trabalhadores e pequenos produtores/proprietários - rurais e urbanos - tivessem condições de, conjuntamente, produzirem, distribuírem e consumirem, cada vez mais, maiores quantidades dos bens e serviços produzidos por eles, mas, sobretudo, pela grande indústria. Estas idéias foram utilizadas por formuladores de programas de desenvolvimento tanto de países capitalistas, como naqueles de orientação socialista, como se pode observar em PINHO (1965). Evidentemente que em uma vertente e noutra os fins não eram necessariamente iguais, mas o fato é que o cooperativismo sempre esteve dentre as sugestões de políticas de desenvolvimento.

A inspiração para estas propostas tem sua gênese nas teses de Robert Owen, que pode ser considerado como o primeiro formulador de uma proposta de desenvolvimento que incluísse o trabalho cooperativo agrupado em aldeias, como um plano estratégico de desenvolvimento. Plano este apresentado ao governo inglês em 1817, como pode-se observar em COLE (1964) e SINGER (2002).

Outra fonte de inspiração para se pensar no cooperativismo como instrumento de desenvolvimento, pode-se encontrar em MILL (2001), quando este sugere que os governos comecem a se preocupar em utilizar em suas estratégias de desenvolvimento, as idéias cooperativistas, pois elas podem sintetizar o que existe de bom no socialismo e no capitalismo. Estas considerações foram feitas por John Stuart Mill, ao destacar o avanço que as teses dos socialistas ingleses e franceses estavam tendo no seio da classe trabalhadora, na segunda metade do século XIX, sobretudo, porque estas teses traziam consigo as idéias de uma sociedade baseada na propriedade coletiva e na ausência de competitividade. Ou seja, exatamente, contrárias as teses fundamentais do liberalismo que são a propriedade individual e a competição.

Numa outra variante, LÊNIN (1980), sugere que o cooperativismo deve ser o grande instrumento para se alcançar no desenvolvimento econômico da União Soviética sendo, portanto, elemento indispensável à participação das cooperativas na sustentação do desenvolvimento do socialismo.

Estas informações com compreensões políticas tão distintas, reforçam a tese da aceitação quase que unânime, do cooperativismo como instrumento para promoção do desenvolvimento nos mais diferentes países, conforme apresenta PINHO (1965).

Nos dias atuais esta tese se confirma ao se perceber que o cooperativismo possui ações em quase todo o mundo, conforme pode-se observar no *site* da Aliança Cooperativista Internacional (www.ica.coop). Informações como estas permitem assegurar que o

cooperativismo pode ser um elemento estratégico para a elaboração de política se programas de desenvolvimento, atuando no sentido de ajudar na organização da produção, do consumo e na distribuição de bens e serviços. Para ilustrar essas ações pode-se observar que em vários países o cooperativismo possui participação nas estratégias de desenvolvimento, por exemplo, um em cada três canadenses está ligado a uma cooperativa; a Alemanha possui mais de dez mil organizações como estas nos mais variados ramos de atividade econômica; no Brasil, as cooperativas empresariais são responsáveis por um faturamento de sessenta bilhões de reais, que representa cerca de seis por cento do PIB – Produto Interno Bruto brasileiro (www.brasilcooperativo.org.br) e, por outro lado, são responsáveis por boa parte da produção agropastoril dos assentamentos de reforma agrária, através do Sistema CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (www.concrab.org.br), e por boa parte da produção oriunda da agricultura familiar através da atuação da UNICAFES – União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (www.unicafes.org.br); no Uruguai, metade das mil e trezentas cooperativas, são cooperativas habitacionais que são responsáveis por boa parte da política de habitação popular naquele país; na Rússia, quarenta milhões de pessoas são cooperativadas; no mundo existem hoje em torno de oitocentos milhões de cooperados, conforme informações contidas no *site* www.ica.coop; e, em Cuba, as cooperativas foram as grandes responsáveis pelo processo de sustentação da revolução cubana em relação as questões da reforma agrária (ALBARRAN e RAMIREZ, 1989).

2.4.2 O cooperativismo nas economias capitalistas e socialistas

Evidentemente que as formas associativas/cooperativas de produzir, distribuir e consumir não são exclusivas da sociedade moderna ou contemporânea. A história da humanidade registra inúmeros exemplos de comunidades que viveram nas mais diversas regiões do mundo, sob condições de convivência onde a cooperação e o associacionismo foram fundamentais para que estas tivessem vida em comum. Isso remonta desde as sociedades de auxílio mútuo existentes na Grécia e na Roma da idade média. Também pode-se dar como exemplo os relatos sobre as comunidades indígenas latino-americanas, especificamente as que formaram o que ficou sendo conhecida como Os Sete Povos das Missões (São Nicolau, fundada em 1626; São Miguel, fundada em 1630; São Luís, fundada em 1687; São Borja, fundada em 1690; São Lourenço, fundada em 1691; São João, fundada em 1698; e, Santo Ângelo, fundada em 1710) que ocupavam uma área de dezoito mil quilômetros quadrados e, durante mais de um século, cerca de “*cem mil habitantes viviam da pesca, caça, da pastagem, da lavoura, do artesanato e do comércio. A produção do algodão, da cana, do fumo, do linho, da erva-mate, dos cereais e das frutas, escoava-se para Buenos Aires e Assunção. O campo pertencia a coletividade e as colheitas eram repartidas igualmente por todos*”. (MONIZ, 1978:85 e 86).

Além deste exemplo que tem relação com as tribos indígenas, pode-se apresentar outros que existiram no Brasil e que envolveram negros, que é o caso do Quilombo de Palmares, e que envolveram populações diversas como é o caso de Canudos. Estes dois exemplos, além do dos Povos das Sete Missões, representam para MONIZ (1978), experiências vivas de como comunidades reproduziram os princípios da vida em comum e das formas coletivistas de vida, que em muitos momentos foram chamadas de utópicas.

Para Moniz,

“A história tem seus ardis que, decerto, não correspondem ao acaso, e sim às forças internas, resultantes da mecânica e da dinâmica do processo a que se encontra sujeita. A utopia iniciou-se na renascença com o livro de Thomas More, inspirado nas narrativas de Américo Vespúcio que descrevia a vida natural dos índios no Novo

Mundo, afirmando que se existisse em alguma parte paraíso terrestre não estaria longe dali. A Utopia originou-se confessadamente das viagens de Américo Vespúcio ao Brasil; dela, por sua vez, originou-se a Cidade do Sol, de Campanella, e A Tempestade de Shakespeare. Todas estas obras representam a fuga ideológica dos humanistas num período histórico de transição entre o regime feudal e o regime burguês. Ambos se apoiavam na defesa da propriedade privada. A Utopia era a negativa desta instituição, pois a substituía pela propriedade comunal. A comunidade indígena servia de inspiração e exemplo. Este novo mundo sem classes e sem estado fascinou os pensadores dos séculos XVI, XVII e XVIII, de Montaigne a Rousseau. Por fim, a Utopia, no começo do século XIX passou dos livros para as tentativas de Fourier e de Owen. Foi a época dos Falanstérios e da Nova Harmonia. O socialismo idealista encontrou na utopia a sua fonte de inspiração. E o socialismo utópico foi precursor do socialismo científico passando das conjecturas ideais ao Manifesto Comunista de Marx e Engels.” (MONIZ, 1978:92).

No entanto, pelos registros contidos em COLE (1964) e THOMPSON (1997), bem como em HOBBSAWM (1988), pode-se assegurar que apenas depois da chamada Revolução Industrial, foi que surgiu o movimento cooperativista. Este movimento, segundo Maurer JUNIOR (1966), teve um quádruplo berço: Inglaterra e Suíça, num primeiro momento, e depois na Alemanha e França. “*Enquanto na Inglaterra e na Suíça, surgiam e se disseminavam as cooperativas de consumo, na Alemanha se formavam as primeiras cooperativas de crédito e na França se ensaiavam as primeiras cooperativas de produção*” (Op. Cit.:25).

Observa-se que, embora os tipos de cooperativismo tenham surgido nos países citados acima, sua evolução e desenvolvimento se deu por todo o mundo. Da mesma maneira, embora o cooperativismo, em geral, tenha surgido em países capitalistas, a sua multiplicação ocorreu também em países não capitalistas.

No entanto, a partir de quando alguns teóricos começaram a formular a idéia de que o cooperativismo possuía algo de inédito e que só dizia respeito a seu próprio desenvolvimento e funcionamento, se passou a defender o que se pode chamar de economia cooperativista. Este algo de inédito foi resumido em uma frase por Charles Gide - um dos teóricos do cooperativismo em sua etapa de disseminação -: “O consumidor é o centro de todo”. A partir desta premissa, HUGON (1978), afirma que se passou a defender que: “*Do ponto de vista econômico, a organização da produção em regime de livre-concorrência acarreta um desperdício de forças e de produtos; do ponto de vista social, a repartição atribui ao empreendedor uma importante cota de lucro, o que torna impossível a realização de justiça nos preços.*” (Op. Cit.:300).

Para remediar este desperdício e esta injustiça, o cooperativismo, de acordo com o autor acima citado, assume o princípio de que o que deve ser centro na produção e na economia é o consumidor e não o produtor.

Desta forma: “*Afasta-se da escola clássica que se preocupa, sobretudo, com a produção, e do socialismo, cujo centro de interesse é o assalariado: desloca, assim, o cooperativismo este centro para o consumidor em geral.*” (Op. Cit.:300). Por este raciocínio, os consumidores, organizados em cooperativas, iriam, pouco a pouco, assumindo a produção e realizando entre si o comércio de bens e serviços; eliminando, assim, o atravessador ou intermediário. Uma vez cumprida esta evolução, o agrupamento cooperativista teria atingido o fim proposto, ou seja, ter feito do consumidor o senhor da produção, com a vitória do interesse geral na luta contra as empresas privadas. E, por outro lado, realizado o seu ideal sem violência e sem luta de classe, como imaginavam e defendiam os socialistas.

Baseado nesta vertente que defende o cooperativismo como uma doutrina alternativa tanto ao socialismo quanto ao capitalismo, o que se presencia na atualidade é a defesa de alguns autores da realização de uma economia totalmente cooperativada, caracterizando-se, portanto, nesta via alternativa. Desta maneira pode-se perceber a defesa, por exemplo, do Regime Cooperativo Integral, como defende MAURER JUNIOR, (1966); de uma Economia Cooperativista, conforme argumenta PINHO (1965); ou de um Estado Cooperativo, como argumenta LAUSCHNER (1984).

Numa outra variante, RODRIGUES (1998), admitindo o fim do socialismo, sugere que o cooperativismo assuma seu espaço no capitalismo globalizado, sendo, portanto, transformado em um dos setores da economia liberal.

Em outra vertente, bebem vários autores, como, por exemplo, SINGER (2002), que acreditam que o cooperativismo pode significar um importante caminho para substituição do modo de produção capitalista. Além desta variante, surgem outras, que embora não neguem por completo as formulações da anterior, afirmam que o cooperativismo é um dos valiosos componentes na luta contra os movimentos pró-sistêmicos, transformando-se assim em importantes instrumentos de luta por emancipação, um exemplo de autores que partilham estas idéias é SANTOS (2002).

De todo modo, a implementação das experiências cooperativas, que lograram maior ou menor sucesso, foi o que marcou boa parcela do século passado, tanto em países capitalistas como em países socialistas. O fato mais interessante é que depois da passagem do século XX para o século XXI, essas experiências continuaram e, uma das maneiras de explicar este fenômeno, que agora parece adquirir um novo vigor, é todo um contexto marcado pela crise da sociedade salarial e o aprofundamento da reestruturação produtiva capitalista, que continuam provocando, segundo LIMA (1999:73), *“profundas transformações na produção, decorrentes de inovações tecnológicas e organizacionais, com crescimento do desemprego estrutural, crise fiscal dos estados, mundialização dos mercados e fim das experiências socialistas no leste europeu”*.

Conforme o esboço histórico elaborado acima, não seria muito difícil deduzir que o cooperativismo tem condições de estar servindo como instrumento de sustentação para economias que possuem bases ideológicas e estruturais diferentes. E também é utilizado como ferramenta amortecedora de conflitos e, sobretudo, de alto poder para o desenvolvimento de estratégias de proteção social. É neste sentido, que observando a ambigüidade que possui o cooperativismo, pode-se destacar a sua forma própria de servir a profundas transformações econômicas e sociais. Veja-se que no seu surgimento, por exemplo, a partir dos pioneiros de Rochdale, o cooperativismo já surgiu para tentar proteger socialmente um grupo de tecelões desempregados - que foi o caso da primeira cooperativa oficialmente criada, em Rochdale na Inglaterra, em vinte e um de dezembro de mil oitocentos e quarenta e quatro (MAURER JUNIOR, 1966). Na atualidade, estas práticas cooperativas de proteção social continuam ocorrendo, conforme afirma LIMA (1999 e 2004).

Talvez seja pela sua função ambígua, que o cooperativismo, segundo FOLLMANN (1980), possui, pelo menos, não apenas um, mas dois conceitos e, conseqüentemente, duas estratégias: por um lado, privilegia a dimensão empresarial e nesta procura reforçar suas estratégias de competição econômica, eficiência administrativa e financeira, e busca lucro. Por outro lado, privilegia a dimensão comunitária, o que implica em adotar estratégias de participação e autonomia criativa dos associados. A estratégia de unir estes dois conceitos é desafiante quando se fala em mudança social dentro de um país com economia de mercado. No entanto, parece ser fundamental que este desafio seja enfrentado, sobretudo se percebermos que na atualidade a maioria dos estados possui este tipo de desenho econômico. Mesmo que necessariamente, não se precise fazer a união das duas práticas, é importante que se aprofundem as investigações sobre seus resultados.

BENECKE (1980), reforçando o debate sobre a dicotomia, afirma que as cooperativas se movimentam em dois pólos: um que tem como foco a questão econômica e outro que tem como ponto cardeal à questão sócio-político ideológico. Segundo este autor, nos países capitalistas desenvolvidos o primeiro pólo é o que define a ação da cooperativa. Porém, nos países sub-desenvolvidos o foco de ação das cooperativas é desenvolver o nível de ação sócio-político dos cooperados. Trata-se de uma organização com dupla natureza. No entanto, as experiências, na maioria dos casos demonstram que: *“As cooperativas cumprem sua possível função social somente depois de haverem obtido êxito em sua atividade econômica. Por este motivo, predomina nas reflexões sobre suas estratégias o papel econômico da cooperativa”*. (Op. Cit.: 82). Para este autor, o que poderá ajudar o problema da dupla face é a elaboração de critérios de identidade para as cooperativas, pois, a partir disto, se pode estruturar uma organização de ‘uma só cara’, eliminando a dupla identidade que, segundo ele, tem ajudado a destruir os princípios fundamentais do cooperativismo, sobretudo, nos países capitalistas desenvolvidos.

Algumas outras demonstrações das relações do cooperativismo com o socialismo e com o capitalismo, podem ser observadas em PINHO (1965). A autora elabora suas concepções partindo do princípio de que o exercício do cooperativismo varia de acordo com o país onde atua. Portanto, a atuação de uma cooperativa em economias onde a iniciativa privada e individual predomina ou em economias que se baseiam ou buscam a prática da propriedade coletiva, são distintas. Do mesmo modo, a autora afirma que dependendo do grau de desenvolvimento de um país, o desempenho do cooperativismo é diferente, ou seja, num país desenvolvido, o cooperativismo possui um desempenho distinto do que teria num país sub-desenvolvido.

Por outro lado, PINHO (1965), parte da premissa de que o cooperativismo sempre tem servido de refúgio para o qual as pessoas se dirigem quando busca proteção social. Não é a toa que tomando por base o pensador francês CHARLES GIDE (1849-1932), ela afirma que *“a doutrina cooperativista coloca, em primeiro lugar, a pessoa humana e procura, através do self-help (ajuda-te a ti mesmo) e da associação democrática, corrigir os males da sociedade capitalista e prestar serviços.”* (Op. Cit.:26).

No entanto, a autora admite que a mesma defesa que o cooperado em uma cooperativa busca em relação ao capitalismo, ele também busca em relação ao socialismo em sua fase estatal, pois alega que numa economia planificada o estado é quem define como as cooperativas devem atuar, comprometendo assim um dos princípios básicos do cooperativismo que é a autonomia para gestão democrática.

Fazendo uma reflexão acerca da atuação das cooperativas nas economias capitalistas e socialistas, MAURER JUNIOR (1966) e PINHO (1962 e 1965), compartilham a tese de que seja no capitalismo ou no socialismo, o cooperativismo tende a não se desenvolver em sua plenitude, pois tanto num como em outro sistema, não se permite a aplicabilidade total dos princípios cooperativistas, precisamente porque, no capitalismo, o lucro e a competição negam as práticas de cooperação e solidariedade; e no socialismo estatal, a intervenção do estado inibe a prática da auto-gestão. Em ambos, segundo estes autores, há uma barreira a possibilidade de desenvolvimento total do cooperativismo, ou seja, da possibilidade do surgimento de uma ‘república cooperativa’ ou de uma ‘ordem cooperativa integral’, que são modelos de sociedade defendidos por eles. Porém, os dois autores comungam com a tese de que *“em qualquer caso, as cooperativas atuam como importantes instrumentos de desenvolvimento econômico e de valorização do homem, da educação democrática e da educação técnica, da elevação do nível de vida da população e de sua participação consciente no processo de desenvolvimento.”* (PINHO, 1965:149).

Isto significa que o cooperativismo, na visão desses autores e dos outros apresentados neste item, pode servir ao desenvolvimento, tanto do capitalismo como do socialismo.

2.4.3 O cooperativismo como instrumento de proteção e mudança social

De acordo com as informações e debates apresentados no item anterior, o cooperativismo tem servido para ajudar, tanto ao desenvolvimento do capitalismo, quanto do socialismo. Porém na medida em que o cooperativismo se aproxima, apóia e reforça os movimentos sociais, notadamente, os que atuam contra os fenômenos do desemprego e da exclusão social, que têm sido gerados, em grande medida, pelo processo de globalização capitalista e pelo processo da reestruturação produtiva que alimenta e é fruto da atual fase de mundialização do capital, conforme afirma CHESNAIS (1996), o cooperativismo adquire características diferenciadas que permitem sua qualificação como cooperativismo popular e sua aproximação com os vários movimentos sociais, conforme demonstra GOHN (2003).

Os reflexos da globalização capitalista no Brasil embora sinalizem para um crescimento do PIB - Produto Interno Bruto, aumento da renda *per-capita* e índices favoráveis do ponto de vista macro-econômico, não permitem gerar condições para se afirmar que esteja acontecendo melhoria de vida para toda a população. Grande parte da população não se beneficia das melhorias que este tipo de desenvolvimento provoca. Grosso modo, pode-se afirmar que, no geral, ocorre diminuição do emprego formal, a PEA - População Economicamente Ativa cresce mais do que as vagas que são abertas para o emprego, há uma aceleração do crescimento da economia informal e atinge-se níveis altos de pobreza e exclusão social. Embora estes dados oscilem para mais ou para menos, dependendo da conjuntura que se possa estar vivenciando, em grande medida, são estes os efeitos que o desenvolvimento econômico trás pra as classes trabalhadoras, sobretudo nos países sub-desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento como é o caso do Brasil.

No caso específico do Brasil, estes dados são comprovados com certa facilidade, inclusive pelos próprios órgãos de pesquisas que são ligados ao governo, como é o caso do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Que tratando do desemprego apresenta as seguintes informações:

“A proporção de pessoas de 16 a 59 anos que participam do mercado de trabalho, ocupadas ou à procura de ocupação, variou pouco entre 1995 e 2003: passou de 73,2% para 74,9%. Apesar disso, o país assistiu ao crescimento acentuado do desemprego, que saltou de 6,2% para 10%. Esse aumento resulta da criação de postos de trabalho em um ritmo inferior ao do ingresso de novas pessoas no mercado (...) Os estados que possuem regiões metropolitanas são, em geral, os que apresentam os maiores percentuais de desemprego. A taxa de desemprego metropolitana subiu de 7% para 13,9% entre 1995 e 2003, enquanto a de áreas não metropolitanas passou de 5% para 8,2%. As regiões metropolitanas em que o desemprego mais cresceu foram, pela ordem, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os estados com maior taxa de desemprego destacam-se São Paulo e Rio de Janeiro (além do Distrito Federal).” (IPEA, 2005: 32)

Dados como os apresentados acima indicam um cenário de desemprego e exclusão social. Tentando enfrentar e mudar este cenário algumas ações são desenvolvidas por alguns setores da sociedade, entre eles o governo, as empresas e pelos movimentos sociais, sindical e popular. Sobre as ações deste ultimo setor, pode-se destacar as experiências de economia solidária.

Esta economia solidária, que será mais detalhadamente discutida no capítulo seguinte, apresenta até o momento, pelo menos três produtos: 1) criação de laços de solidariedade e cooperação, onde seus esforços práticos demonstram uma potencialização das forças da economia popular e se tornar endógena à economia como um todo, pois garante que, cada vez mais, surja um número grande de unidades de empreendimentos econômicos e solidários que se espalham por todo o país, como demonstra o Atlas da Economia Solidária (ATLAS, 2006), elaborado pela SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária e os FEE's - Fóruns Estaduais de Economia Solidária, com apoio das SRT's - Secretárias Regionais do Trabalho, vinculadas ao MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, que pode ser acessado através do *site* www.mte.gov.br; 2) Reforço na luta pelo exercício da cidadania, pois é uma constante destes empreendimentos estarem envolvidos em redes de solidariedade e/ou fóruns, que estão permanentemente debatendo estratégias para tentar cobrar, principalmente do estado, novas relações sociais e exercício da cidadania. Ou seja, estão envolvidos nas lutas sociais que clamam pela garantia dos direitos básicos do cidadão, conforme demonstram, por exemplo, LISBOA (2004), GOHN (2003); 3) Proteção social, pois tem sido uma das características vitais destes empreendimentos agirem para, sobretudo, proteger os trabalhadores do desemprego e da exclusão social, como demonstram IBASE/ANTEAG (2005) e PINTO (2004), quando apresentam dados de pesquisas nas quais se procurava, dentre outras questões, entender porque os trabalhadores ingressavam nas cooperativas populares ou nas empresas autogeridas, os quais atestam que a resposta dada por cerca de sessenta por cento dos entrevistados é que ingressam nestas organizações para escaparem do desemprego.

Num debate abordado por IBASE/ANTEAG (2004), que envolve o pensamento de autores como GAIGER (1999), TIRIBA (2001), SINGER (1999), ANTUNES (2000), percebe-se que num cenário onde existe como ' pano-de-fundo ' a perspectiva de reordenação produtiva, na qual a centralidade passa a ser o trabalho, conforme argumenta BOCAUYVA (2003), as cooperativas possuem um destaque no sentido de servirem como ambientes nos quais os trabalhadores se refugiam com a intenção explícita de estarem se protegendo contra o desemprego, e a conseqüente exclusão social que ele provoca. Isto pode ser entendida como uma demonstração de que o cooperativismo, neste caso o cooperativismo popular, diante de situações de crises no mundo do trabalho, serve como instrumento, num primeiro momento, exclusivamente de proteção social. Historicamente esta argumentação pode ser reforçada pelo que apresentam COLE (1964), THOMPSON (1989), HOBBSAWM (1986), MILL (2001), e, principalmente, POLANYI (1980).

No entanto o que sugere novidades é o fato de que o cooperativismo popular pode, nos tempos atuais, ter uma enorme capacidade para acomodação do desenvolvimento liberal como demonstra KASMIR (1996) e, ao mesmo tempo, servir de um elemento fundamental para se ir além de um instrumento de proteção social, transformando-se numa importante arma dos movimentos sociais, na perspectiva de se objetivar transformações econômicas e sociais mais profundas, o que sinaliza para a possibilidade de se vivenciar novas formas de estruturação econômica, conforme defendem SINGER (2002), SANTOS (2002), RECH (2000), GOHN (2003), GUIMARÃES (1998), CORAGGIO (1993).

CAPÍTULO III

DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COOPERATIVAS POPULARES: DIÁLOGOS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA, O CAPITAL SOCIAL E AS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

3.1 O surgimento das cooperativas populares

Os desdobramentos dados aos dois fatos que foram observados no final do item anterior demonstram a necessidade de reformulação e de substituição urgente da Lei 5.764. No entanto, por conta da composição política do Congresso Nacional, as divergências são cada vez mais acirradas e também bastante explicitadas, o que demonstra que as divergências práticas, conceituais e jurídicas/legais do cooperativismo brasileiro encontram-se nos mais variados setores da sociedade. Para justificar essas divergências dentro do Congresso Nacional, ainda na primeira metade dos anos noventa do século passado, começaram a tramitar, nas comissões específicas, alguns projetos de lei sobre o assunto. Como não se conseguiu chegar a um acordo para que se pudesse levar a nova lei do cooperativismo para votação, a matéria teve que ser encaminhada para revisões e ficou numa espécie de “esquecimento” durante, pelo menos, cinco anos. Houve uma nova tentativa de se debater o assunto no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, mas, novamente, não se chegou a um acordo que se pudesse levar o projeto de lei para votação em plenário.

Somente no início de 2006 é que aconteceu uma movimentação mais intensa para que se levasse a discussão adiante. Até o presente momento, se decidiu pela escolha de um único Projeto de Lei que possui o número 171, mas as negociações estão tendo pouco avanço. Estão envolvidos nas discussões senadores, deputados e as lideranças dos dois campos do cooperativismo brasileiro: um campo representado pela OCB e outro por representantes das cooperativas que reivindicam não alinhadas com o sistema oficial. Nesse campo atuam, dentre outros, representantes da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), da União e Solidariedade das Cooperativas e Empresas de Economia Solidária do Brasil (Unisol), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs). No momento, o PL 171 está em discussão por comissões do Senado.

Esta situação de impasse, que possui raízes desde a promulgação da Constituição de 1988, deu margem a que várias cooperativas fossem sendo criadas ao longo desses anos, sem que, necessariamente, se filiassem ao Sistema OCB. Eventos importantes marcam estes fatos, como, por exemplo, a criação, em 1989/90, do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA); a criação, em 15 de maio de 1992, da CONCRAB; a realização do seminário “As Perspectivas do Cooperativismo do MST”, em dezembro de 1994, em Caçador, SC, que deu forma conceitual mais sólida para a CONCRAB²³.

Estes fatos tiveram um significado marcante para o desenvolvimento do cooperativismo popular no Brasil, pois significaram uma espécie de publicação de uma ‘carta de alforria’ em relação ao sistema cooperativista convencional/empresarial, precisamente pelo fato de se ter surgido/criado uma confederação de cooperativas sem filiação ao Sistema OCB, tendo, portanto, sua própria forma organizacional. A criação desta Confederação gerou um

²³ Ver, sobre isso, CONCRAB (1995) ou visitar o *site* www.mst.org.br

grande mal-estar para OCB que, sentindo-se desconsiderada, pressionou várias das juntas comerciais, em algumas Unidades da Federação, para que não aceitassem o registro de cooperativas que não viessem a se filiar às organizações das cooperativas dos estados (OCEs) específicas.

Outro marco importante foi a constituição do Comitê de Entidades no Combate a Fome e Pela Vida (COEP), em 1993, como resultado do Movimento Pela Ética na Política e no Âmbito da Ação da Cidadania, idealizado por Herbert de Souza, o Betinho. Esse Comitê incentivou o surgimento de várias organizações coletivas de trabalhadores brasileiros, dentre as quais se destacaram algumas cooperativas populares, como é o caso da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COTRAM), fundada em 1993, na favela de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Esta pode ser considerada a primeira cooperativa popular da era contemporânea com reconhecimento nacional, ou seja, primeira cooperativa a ser reconhecida como uma cooperativa de fato, criada e gerenciada por trabalhadores que são moradores de localidades onde o tecido social apresenta um grande número de pessoas com níveis de exclusão social, desemprego e pobreza muito grandes. Nesse caso, está-se falando de uma cooperativa que atua no seio de uma comunidade que reúne onze favelas que compõem o complexo de favelas de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro (CTTC/ OFICINA SOCIAL, 2002).

Fruto desta experiência e para apoiar essa e outras que pudessem surgir na cidade do Rio de Janeiro, foi criada oficialmente, em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo principal de servir como apoio para o repasse de informações tecnológicas referentes às questões de gestão e administração dessas cooperativas populares. A partir dessa experiência piloto da ITCP da UFRJ, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que teve o apoio decisivo, além do COEP, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco do Brasil, que foram os financiadores e co-financiadores deste Programa, em sua primeira fase²⁴.

Posteriormente, essas incubadoras se disseminaram por todo o Brasil e, em 1999, foi criada a Rede de ITCP's que, em parceria com a Fundação Unitrabalho, constituiu o Programa Rede de ITCP's e Economia Solidária. Este Programa proporcionou uma aproximação com outros projetos desenvolvidos por entidades nacionais que também já atuavam no apoio ao surgimento de cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária, como, por exemplo, a Cáritas Brasileira e a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas (ANTEAG) (dados da pesquisa).

Estes fatos, somados a outros de outras tantas iniciativas isoladas e conjuntas que estavam se desenvolvendo pelo Brasil afora, foram responsáveis pelo surgimento e expansão do cooperativismo popular. No entanto, foi a necessidade que os trabalhadores desempregados, em vias de desemprego ou em situação de precarização no trabalho, que são fenômenos causados, sobretudo, pelos efeitos dos avanços das políticas do liberalismo econômico, que, de fato, impulsionou o surgimento de inúmeras formas de tentar gerar ocupação e renda. À medida que estas iniciativas são coletivas, elas fazem surgir, também, vários tipos de cooperativas populares nas mais diferentes atividades econômicas - desde o setor extrativista e artesanal até o setor de metalurgia e informática, passando pelo setor

²⁴ Com o surgimento da SENAES, este Programa teve um impulso e agregou outros órgãos financiadores, como os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Espera-se que, para uma fase seguinte, consiga-se o apoio dos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário. Também na fase pós-SENAES instituiu-se o Comitê Gestor Nacional do Proninc, que conta a participação da Rede de ITCP's, da Fundação Unitrabalho, da SENAES, do COEP e dos ministérios e órgãos e fundações que se constituem os financiadores e co-financiadores do Programa (Dados da Pesquisa).

financeiro - fazendo eclodir um número cada vez maior desse tipo de cooperativismo, como demonstra o resultado do Mapeamento Nacional da Economia Solidária, elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que pode ser acessado por meio do *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no endereço www.mte.gov.br.

De acordo com autores como GOHN (2003), as cooperativas que fazem parte desse tipo de cooperativismo passam a compor um conjunto de organizações que, mais do que representar uma forma de buscar condições econômicas para a sobrevivência, servem para reforçar as lutas populares contra o atual estágio de desenvolvimento econômico que é levado adiante sob as orientações dos paradigmas estruturantes do liberalismo, como, por exemplo, a prática da competição, da propriedade individual e da busca do lucro como forma de remuneração do capital.

Para reforçar essa tendência, as cooperativas populares estão ajudando a plasmar uma forma diferenciada de atuar em determinados setores da economia, como se observa a partir da avaliação de experiências espalhadas por todo o Brasil, tanto no setor rural quanto no urbano. No setor rural, o Sistema Cooperativista dos Assentados, do MST, compreende que as cooperativas se articulam observando práticas diferenciadas daquelas das empresas capitalistas e, por isso, requerem olhares que enxerguem que:

“Os resultados obtidos pelo acompanhamento dessas cooperativas nos levam a firmar que elas não podem ser analisadas do mesmo modo que empresas capitalistas de grande e médio porte, pois os instrumentos de análise e avaliação usados para aquelas empresas não são adequados para as nossas cooperativas. O que queremos dizer é que nossas cooperativas são pequenas empresas que atuam em ramos de produção muito pouco rentáveis atualmente, tem pouca capacidade de se capitalizar, pouca experiência de gestão e de participação da concorrência do mercado. Mas que, além da viabilidade econômica, visa a realização de objetivos sociais extra-econômicos, que garantam a inserção social de seus sócios e famílias, o que extrapola largamente os fins de uma empresa capitalista” (FERREIRA, 2000:85-86).

No setor urbano, pode-se citar a experiência da Bruscor – Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda., uma empresa autogerida, que, segundo PEDRINI (2000:31), atua reunindo várias dimensões que vão desde a ação econômica até a militância política: *“sua face econômica concretiza-se pela proposta de ser uma empresa autogestionária, com capacidade autônoma de sustentação nos vários níveis, com possibilidade de modernização e competição no mercado”*. Mas, por outro lado, em sua dimensão política, a empresa autogerida possui uma identificação que a caracteriza como uma:

“Organização associativa civil e econômica de interação com os demais atores sociais. Diz respeito também à atuação nas instâncias político-partidárias do município e do Estado, buscando tomar espaços de poder (no legislativo e no executivo), para influenciar as áreas de produção, distribuição e controle dos recursos públicos. É ainda o desenvolvimento a consciência crítica e do exercício da cidadania, dos próprios sócios e da população com quem se envolve na sua prática” (Op. Cit.: 31).

PEDRINI (2000:31) ainda argumenta que, no aspecto social, essa organização se envolve e se articula com outras organizações dos movimentos sociais no sentido de buscar o:

“Seu engajamento na formação e atuação em entidades organizadas do município (de direitos humanos, associações de moradores, conselhos municipais, entidades

ecológicas, etc.) no intuito de pressionar a criação de políticas públicas que venham responder às demandas da população, atender aos direitos de cidadania e aos interesses dos setores populares e do meio ambiente. É a concretização dos valores de solidariedade, da justiça, da igualdade e participação democrática, nas suas ações”.

Talvez seja devido a esses e a outros argumentos que se orientam para o mesmo sentido e que podem ser verificadas em outras experiências²⁵, que SANTOS (2002) elenca o que ele chama de ‘nove teses’ e que, para ele, precisam ser observadas quando forem se estabelecer processos de avaliação acerca dos empreendimentos que possuem, como ponto cardeal, uma forma alternativa de organização econômica. Segundo este autor, as teses são as seguintes:

“Tese 1 – As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos (...) (Op. Cit.:64)”.

Tese 2 – O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo (...) (Op. Cit.:66).

Tese 3 – As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado (...) (Op. Cit.:68).

Tese 4 – As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala (...) (Op. Cit.:68).

Tese 5 – A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda (...) (Op. Cit.:69).

Tese 6 – Existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal (...) (Op. Cit.:71).

Tese 7 – As formas alternativas de conhecimentos são fontes alternativas de produção (...) (Op. Cit.:71).

Tese 8 – Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos (...) (Op. Cit.:72).

Tese 9 – As alternativas de produção devem ter relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade (...) (Op. Cit.:73)”.

Parece evidente que estas teses carecem de estudos e verificações, sobretudo quando QUIJANO (2002) afirma que podemos estar vivendo uma fase de construção do que ele considera como o momento de transição entre a resistência e a busca de alternativa ao capitalismo. Com efeito, ao se referir às experiências às quais também se refere SANTOS (2002) e que possuem fortes relações com as experiências apresentadas acima, o autor considera que se presencia a construção de um possível “novo imaginário anticapitalista”. Este “novo imaginário anticapitalista”, para QUIJANO (2002:482), “Ainda não está

²⁵ Acerca de outras experiências no Brasil, observar, por exemplo, o site www.ecosol.org.br

formulado por (ou associado a) uma teoria crítica do poder, sistematicamente questionada, e suas correspondentes propostas políticas revolucionárias. Já estão ativas, contudo, algumas correntes que fluem nessa direção”.

Esta sintetização demonstra que as teses de SANTOS (2002) são importantes e que os debates levados à cena no Brasil e na América Latina, sobre economia solidária e sobre a formação de capital social - que serão apresentadas neste texto, acerca do exercício do cooperativismo popular na busca da minimização do desemprego e da exclusão social -, são pertinentes. Sendo assim, será importante considerar, como questões complementares e coadjuvantes, quando do desenvolvimento de outras e futuras pesquisas nesta área, as observações apresentadas por Quijano e Santos.

Essas compreensões parecem demonstrar que as cooperativas que surgem dentro ou a partir de movimentos sociais que não visam unicamente à simples sobrevivência econômica, mas também à possibilidade de seus membros utilizarem a atividade econômica para atuar em outras formas de busca de inserção, sobretudo social e política, necessitam ser avaliadas e analisadas por parâmetros diferenciados. Parâmetros esses que, em determinados momentos, privilegiam muito mais os resultados qualitativos do que os quantitativos da cooperativa.

Dessa maneira, também pode-se afirmar que o cooperativismo popular surgiu, se reforça e se expande dentro do contexto de enfiamentos de modelos econômicos, precisamente reforçando as práticas de economia solidária e trazendo consigo variadas formas de produção, uso e reprodução de capital social, conforme se poderá verificar nos itens seguintes.

Por outro lado, pode-se, portanto, destacar que o cooperativismo popular brasileiro é fruto da crise de identidade e de representatividade do cooperativismo convencional que tem na OCB sua principal representante. Mas, por outro lado, pode-se afirmar, também, que ele é fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e sindicais em relação à prática do cooperativismo, já que, a partir dos anos noventa do século passado, esses movimentos passaram a enxergar, com mais nitidez, nessas cooperativas, alternativas para o exercício da cooperação e da solidariedade, mas, sobretudo, passaram a enxergá-las como espaços de organização social e política.

3.2 Raízes do surgimento das cooperativas populares

As raízes do cooperativismo popular no Brasil e suas práticas nos dias atuais remetem ao debate sobre suas formas, correntes, variantes e possibilidades interpretativas que foram apresentados nos itens anteriores. Ou seja, possui relação direta com as condições nas quais as cooperativas são criadas e como elas se relacionam com as propostas de desenvolvimento que se apresentam em disputa na conjuntura econômica, social e política.

Nesse sentido, observando-se as variadas experiências empíricas sobre cooperativas populares que acontecem atualmente no Brasil, por exemplo, as que, dentre outras, se pode constatar nas apresentações de SINGER e SOUZA (2000), PONTE JUNIOR (2000), GUIMARÃES (1988), GAIGER (2004), HECKERT (2003), etc., se pode afirmar que o conceito de cooperativismo popular surgiu da necessidade de contemplar, na prática cooperativista, segmentos da sociedade que, devido as suas condições sócio-econômicas, educacionais, habitacionais, culturais, são alijados dos processos e dos benefícios que proporcionam as plataformas de desenvolvimento que são aplicadas no país.

Não que alguns destes determinados extratos sociais já não tenham participado dos quadros sociais de algumas cooperativas, nem que as cooperativas sejam as únicas formas destes segmentos terem acesso às políticas de desenvolvimento, sobretudo aquelas que apontam para a minimização da exclusão social e do desemprego, mas que, muito raramente, tem-se o registro de cooperativas que foram criadas com esse ou para esses fins específicos.

Nem tampouco, com uma proposta clara de serem ambientes para exercício da cooperação e da solidariedade, numa perspectiva onde a autogestão e a confiança e ajuda mútua, fossem elementos estruturantes e vitais.

Partindo desse tipo de argumentação, chega-se às definições sobre o cooperativismo popular que são sugeridas por autores, como, por exemplo, GUIMARÃES (1998 e 1999), SINGER (2000 e 2002), TIRIBA (2000), SOUZA (2000) e GAIGER (2000), entre outros, sobre os quais podem-se fazer algumas reflexões conceituais e se deparar com a interpretação de que uma cooperativa popular é aquela cuja dinâmica está vinculada a algumas práticas e exercícios, os quais podem ser divididos, por exemplo, em três campos: o econômico, o social e o político. O exercício comum e interligado dessas práticas possibilita, aos cooperados, a condição de estarem mais integrados à cooperativa e, sobretudo, estarem se considerando e, de fato, sendo os atores fundamentais de suas ações.

Para efeito deste estudo, optou-se por definir exatamente estes três campos, precisamente porque se observa com mais evidência, nas mais variadas experiências, que são estas três áreas que mais afetam o dia-a-dia das cooperativas populares. É o que se pode observar, por exemplo, em PEDRINI (2000), quando afirma, acerca de sua pesquisa sobre a Bruscor, que esta é caracterizada como uma empresa alternativa de produção socializada, em que as dimensões política, econômica e social são bastante evidentes. Nesse sentido, para esse autor, a face econômica objetiva a capacidade para sustentação e sobrevivência dos membros da organização; a dimensão política qualifica a organização como agente de ação coletiva e relacionada com outros atores políticos e, no aspecto social, a organização busca o engajamento dos seus membros na luta por políticas que atendam aos interesses do grupo pertencente à organização, bem como aos outros grupos com os quais a organização se relaciona.

Para ICAZA (2004), analisando, grosso modo, uma pesquisa com empreendimentos associativos realizada em vários estados brasileiros²⁶, eles podem ser classificados como dos tipos 1 a 4, em que: o tipo 1 é qualificado como de um nível mais coletivo e solidário; o tipo 2, como mais voltado para a cooperação entre os indivíduos da própria organização; o tipo 3 apresenta um nível de relacionamento mais “familiar”, nesse caso, de menor amplitude e o tipo 4, no qual predominam as relações que buscam o sucesso puramente econômico. Entretanto, pode-se concluir, com esta importante pesquisa, que os empreendimentos associativos que são qualificados com empreendimentos econômicos e solidários (EES) tendem a exercitar práticas que combinem os vários níveis ou tipos de empreendimentos associativos. Nesse sentido, eles atuam, paralelamente, nos níveis político, social e econômico, o que, por sua vez, contribui para fortalecer o conceito dos empreendimentos econômicos e solidários, dentre os quais, as cooperativas populares.

Para perceber, ainda, a atuação no campo econômico, social e político, pode-se analisar a constatação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), como por exemplo, a da UFRJ, para a qual o sentimento se resume na seguinte afirmação:

“Quando fomos trabalhar dentro das comunidades, junto com as cooperativas populares, era, também, o nosso compromisso, pensar como tentar formalizar uma atividade já existente, um circuito já existente, para que a busca de cidadania pudesse ser alcançada. Nesse sentido, a cooperativa tem duas funções: a econômica e a social. Mas, a relação, ou cruzamento destas duas funções força o surgimento e a prática de uma outra, que é a atuação política, pois a cooperativa, à medida que se concretiza, ou se fortalece, não tem como abrir mão desta outra função” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

²⁶ Para maiores informações, observar GAIGER (2004).

Ao que parece, a ação econômica, ou a social, ou a política conduzem sempre uma a outra, ou umas às outras, tornado-se indissociável, por exemplo, a função econômica da função social ou da política. Mas isso não parece ser uma constante dentre todas as experiências, mas se pode afirmar que é uma tarefa que sempre aparece nas agendas dessas cooperativas, como é o caso da Arco-Íris, que atua no complexo de favelas do Caju, na cidade do Rio de Janeiro, que foi uma das cooperativas investigadas durante a pesquisa. Nessa comunidade, a cooperativa tem tido uma função muito importante, como se pode perceber no depoimento abaixo:

“A nossa cooperativa é uma grande ferramenta para a comunidade. Temos consciência de que não salvamos ninguém. A gente ajuda a salvar. A gente não salva porque não temos o poder, por exemplo, de impedir que a polícia entre na comunidade dando tiro para todo lado, mas temos o poder de fazer com que, quando uma pessoa vem para a cooperativa, ela possa ter uma outra visão da vida, de ter consciência de que pode ter uma condição melhor para si e para a sua família. Nesse caso, a esperança que a gente começa a ter é a de uma coisa muito boa, porque, a partir do envolvimento da pessoa na cooperativa, ela é estimulada a mandar a criança para a creche, para o colégio, evitando que ela esteja no meio da rua (...) Sem dúvida, as pessoas mudam. Hoje, elas possuem uma mentalidade diferente. São diferentes porque a cooperativa abriu uma série de possibilidades, desde o incentivo à ação em grupo, na busca de parcerias e de buscar a descoberta de outros caminhos. Tem ajudado na instrução e na formação e na luta para, por exemplo, ajudar na diminuição da violência, atuando como esclarecedora. Neste caso, a cooperativa funciona não somente para encontrar uma forma de gerar renda, mas também de observar os problemas gerais e tentar resolvê-los. Nossa comunidade é tida como uma das mais violentas do Rio de Janeiro e a ação da cooperativa tem ajudado a mudar esta situação, pelo menos para as pessoas que estão participando dela. Todas as famílias que trabalham na cooperativa possuem, hoje, uma visão de querer sempre melhorar a vida da comunidade. Se pode ver que nossa ação vai além só da visão de buscar o emprego, a ocupação”(Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Estas informações e constatações nos levam a compreender porque a cooperativa popular pode ser um importante instrumento de ação econômica, política e social, na região ou na comunidade onde atua.

A partir dessas considerações, é importante qualificar essas formas de atuação, compreendendo que, em termos político-econômicos, essas cooperativas são fundamentadas no exercício da cooperação, em que toda a produção de bens e serviços obedece a regras, e é regida por princípios segundo os quais cada um dos cooperantes envolvidos é ciente de que a sua parcela de contribuição é complementada por outras parcelas desenvolvidas pelos outros membros da sociedade. Isso garante que, nesses trabalhos, não exista a prática de sobrecarrego de uns em detrimento da falta de contribuição dos outros. Ao mesmo tempo, nessas cooperativas, tem-se o princípio de que toda a riqueza produzida coletivamente é distribuída entre aqueles que cooperaram para que aquele determinado bem ou serviço fosse gerado. Dessa forma, todos os que se envolvem na produção ou distribuição dos bens e serviços são beneficiados com os resultados que esses venham a produzir. É isso que garante com que não se possa exercitar a prática da acumulação desigual, num processo de produção e distribuição em que é beneficiado com os resultados aquele ou aqueles que são donos do capital.

Nessa prática, privilegiam-se aqueles que possuem o trabalho e não o capital. Há uma inversão dos valores e dos princípios praticados nas empresas capitalistas, em que os

proprietários se apropriam da maior parte dos resultados produzidos pela cooperação dos que produzem e distribuem. Numa palavra, são respeitados os princípios fundamentais da cooperação, que foram observados por MARX (1983) e explicados por BORGADUS (1964).

Especificamente, como argumenta MARX (1983, pág. 259), *“a cooperação é uma forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”*. Essa forma de atuar na produção pode ser apropriada tanto pelas formas capitalistas como pelas formas socialistas de produção. O que diferencia um modo do outro é que, numa produção socialista, os resultados dessa cooperação são apropriados pelos que cooperam - os que possuem a força de trabalho, caso contrário do modo capitalista, em que a apropriação é feita pelo proprietário da empresa - o dono do capital. De acordo com os argumentos de MARX (1983), a cooperação, tal como se observa nas organizações não capitalistas, foi encontrada nas origens culturais da humanidade, predominantemente nos povos caçadores ou, eventualmente, na agricultura da comunidade indiana. Esta cooperação se fundamenta, sobretudo, na propriedade comum.

As funções econômico-políticas conduzem a um tipo de gestão em cujas práticas de definição de interesses, consideram os princípios da autogestão (FARIA, 1985; CARVALHO, 1983); e, 3) em termos políticos, de práticas de ação coletiva que considerem essenciais o exercício da democracia representativa combinada com a democracia participativa dentro das arenas onde serão travadas as alianças para lutas por emancipação e transformação social e cultural (SANTOS, 2002).

Considera-se, por efeito, um tipo de cooperativismo que rompe com o significado geral que a ele foi atribuído desde quando os socialistas utópicos foram “sepultados”, principalmente após o lançamento do “Manifesto Comunista” (em 1848, por Marx e Engels), quando a luta contra o capitalismo passou a ser compreendida, pela maioria dos socialistas e comunistas, principalmente, como a aplicação de um processo de ruptura violenta que buscava, inicialmente, a tomada do Estado e desde quando as posições de Rosa de Luxemburgo foram mais consideradas do que as posições de Bernstein²⁷. Com efeito, correntes militantes ligadas a esses pensadores passaram a considerar a utilização do cooperativismo como um instrumento conciliador ou reformista. Isso foi reforçado, sobretudo, quando os liberais da época, como Stuart Mill, elogiavam a proposta cooperativista, ressaltando-a como uma forma de poder reunir o que havia de bom no capitalismo e no socialismo (MILL, 2001).

Considera-se, também, um tipo de cooperativismo que se distancia do princípio da neutralidade política defendida pela corrente rochdaliana.

O surgimento desse tipo de cooperativismo pode ser atribuído, sobretudo, aos efeitos causados pelas altas taxas de desemprego e pelo avanço dos índices de pobreza e miséria alcançados, principalmente em países periféricos, como os da América Latina e, em particular, o Brasil. Esses fatos são combatidos pelos movimentos social e sindical.

Com efeito, tornou-se possível, a partir daí, o surgimento de novas formas de lutas dos movimentos social e sindical que, dentre outros feitos, forçam a retomada do debate sobre a utilização do cooperativismo como forma de apresentar alternativas ao desemprego e a pobreza, como argumenta GOHN (2003).

O transcorrer do século XX trouxe, em seu início, a condição da experimentação do socialismo, por meio da Revolução de 1917, que deu origem à URSS, e trouxe, sobretudo a

²⁷ Trata-se de um famoso debate que aconteceu dentro do Partido da Social Democracia Alemã na segunda metade do século XIX, no qual defrontaram-se, principalmente, Rosa de Luxemburgo e Eduard Bernstein, acerca da introdução que Engels escreveu para o livro de Marx ‘A Luta de Classes na França: 1848-1850’, da qual Bernstein se apropria de trechos para fazer uma defesa de uma estratégia mais moderada de ação do Partido. Ver sobre o tema, p. e., ROSA DE LUXEMBURGO (1986) e KARL MARX (1986).

partir de suas últimas décadas, o surgimento do capitalismo globalizado. Por outro lado, trouxe a “falência” da proposta de economia planificada centrada nas mãos do Estado e os resultados negativamente devastadores da globalização capitalista.

Destarte, chega-se aos dias de hoje sendo possível se visualizar o surgimento de novas formas de lutas dos movimentos social e sindical que, dentre outros feitos, tencionam retomar o debate sobre a utilização do cooperativismo como forma de apresentar alternativas ao desemprego e à miséria causada, sobretudo, pelo capitalismo globalizado.

Pode-se, portanto, estar diante de uma espécie de reedição da luta pela instalação de organizações cooperativas, tal como aconteceu no início do século XIX, evidentemente que considerados todos os avanços adquiridos a partir das experiências acumuladas pelas organizações representativas dos movimentos social e sindical.

Essa discussão nos remete aos debates apresentados nos itens anteriores sobre os tipos e variantes interpretativas do cooperativismo. Por outro lado, remete à aceitação de que, em resumo, existem, pelo menos, três grandes correntes de compreensão do cooperativismo: a primeira, que o considera como um fim em si, defendida pela maioria dos integrantes do sistema liderado internacionalmente pela Aliança Cooperativista Internacional; a segunda, que o considera como um instrumento para reforçar os princípios liberais, representada por líderes cooperativistas das chamadas cooperativas agropecuárias brasileiras, por exemplo, e a terceira, que o considera um instrumento para negar a ordem liberal e servir como fundamento para construção de fontes alternativas aos efeitos negativos causados pelo capitalismo globalizado.

Dessa última variante aproxima-se o chamado cooperativismo popular, que pode ser definido a partir das considerações apresentadas no início deste item e que, para GUIMARÃES (2000), é uma prática segundo a qual, dentro das cooperativas, os princípios vão sendo enraizados e absorvidos no sentido de conduzir trabalhadores de baixa renda, integrantes das camadas populares e excluídos dos processos de mercado a praticarem autogestão e elaborar novas formas de produção, distribuição e consumo. Muito mais do que buscar apenas a renda, busca-se exercitar a cidadania. Para OLIVEIRA (2002:24), atuam:

“Na contraposição ao cooperativismo tradicional, com seu conservadorismo político e seu perfil empresarial, estão várias iniciativas de solidariedade, de vivência de princípios de mútua colaboração, que passou a ser denominada de cooperativismo popular. O cooperativismo popular vem resgatar a origem do movimento cooperativista - por isso a complementação com o termo popular, pois fundamentalmente as primeiras cooperativas eram criadas por camadas populares - e reforça as iniciativas de cooperação, enquanto integrantes de um movimento histórico de busca de alternativas ao capitalismo”.

Para CULTI (2002), essas cooperativas populares significam:

“Uma alternativa que possibilita a inserção, especialmente para aqueles excluídos do mercado de trabalho e sem renda e, ao mesmo tempo, cria espaços de autonomia e de protagonistas no processo produtivo e empresarial (...) são impulsionadas predominantemente, por duas situações uma, para evitar a perda de mais postos de trabalho diante da situação em que as empresas empregadoras entram em processo de falência ou extinção (...). Outra situação é a que visa possibilitar a reinserção na produção, pessoas que já foram dela excluídas (...) Estas cooperativas se diferenciam pelo caráter operário e democrático e vêm em resposta à crise do trabalho (...) O crescimento desses empreendimentos vem chamando a atenção dos poderes públicos municipais e estaduais, que passam a analisá-los, e das entidades que assistem às

associações e cooperativas. Todos estes esforços se multiplicam à medida que cada vez mais excluídos descobrem na autogestão e na solidariedade, formas coletivas de reinserção” (Op. Cit.:6).

Partindo dos argumentos de ICAZA e TIRIBA (2003), conclui-se que o cooperativismo popular é um ambiente no qual se pode praticar um tipo de economia popular e no qual o esforço despendido pelo trabalho é em benefício do próprio trabalho e gera condições específicas para que, no seu desempenho, se possam estabelecer alianças com outras formas de relações que extrapolam a questão de busca de um simples espaço para inserção no trabalho e na geração de renda. Vai mais além, transforma-se num dos elos de uma corrente da qual faz parte o movimento social, os sindicatos e outras organizações que pensam uma nova ótica para os processos de mudanças.

Nesse tipo de cooperativismo, pressupõe-se uma aproximação acentuada do exercício dos princípios fundamentais da cooperação²⁸, da prática da autogestão²⁹ e da busca da composição de alianças estratégicas³⁰ contra a pobreza e a exclusão social. Também, trata-se de um tipo de cooperativismo que pressupõe-se aproximar-se de uma certa articulação com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania³¹.

Esse cooperativismo, ao que parece, está se estruturando sob organizações cooperativas que, ao mesmo tempo, agem como cooperativa e como entidade representativa de defesa dos direitos de seus membros. Portanto, pode representar a antítese da neutralidade política defendida pela corrente *rochdaliana*, transformando-se num instrumento de luta política e econômica, e que incorpora tentáculos que o transforma, ao mesmo tempo, em uma espécie de *contrapoder* cooperativo, sobre o qual referem-se, por exemplo, OLIVEIRA (1996), ALENCAR (1993) e RIOS (1987), ao se referirem a sua ação em relação ao cooperativismo empresarial representado pelo sistema OCB.

As definições acima apresentadas sobre cooperativismo popular, possibilitam considerá-lo um tipo de cooperativismo que cada vez mais se envolve com a busca de alternativas para a geração de emprego e renda e para a minimização da exclusão social. Aliada a essa busca, percebe-se, também, uma nova prática de confiança e ajuda mútua, cooperação, solidariedade, exercício de autogestão e busca da condição de exercer cidadania para determinados grupos sociais. Neste sentido, esse cooperativismo possui uma forte relação com o movimento de economia solidária no Brasil e com a produção, a utilização e a reprodução de capital social, bem como com as práticas de proteção social.

Algumas pistas destas relações serão apresentadas nos itens seguintes que consideraram as investigações feitas em campo durante a pesquisa, a partir das cinco cooperativas analisadas. Por esta razão, será necessário, antes de continuar os debates e reflexões, que se faça uma apresentação das cooperativas estudadas, de modo que se tenha uma maior clareza sobre o tipo de ambiente que está sendo observado e sobre qual tecido social se está dando enfoque. Dessa maneira, se terá condições mais claras para se compreender o papel que essas cooperativas populares estudadas possuem nas comunidades onde atuam e que tipos de ações desenvolvem para serem consideradas como importantes atores sociais, econômicos e políticos, nessas comunidades.

Foram cinco as cooperativas pesquisadas durante a pesquisa de campo, conforme indica-se na parte introdutória deste trabalho. São elas:

²⁸ Ver sobre isto MARX (1983) e BORGADUS (1964).

²⁹ Ver, por exemplo, FARIA (1985) e CARVALHO (1983).

³⁰ Ver OFFE e WIESENTHAL (1986).

³¹ Compreendida como o que consideram OLIVEIRA e BAVA (1999)

- Cooperativa de Prestação de Serviços em Informática, Artes Gráficas e Consultoria - Dinamicoop - Dinamismo e Cooperação. Endereço: rua Armando de Albuquerque, 30. Morro dos Macacos. Vila Isabel. Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20560-130. Telefone: 2576-2046, e-mail: dinamicoop@dinamicoop.com ou cooperativa@dinamicoop.com;
- Cooperativa de Trabalhadores do Morro do Andaraí LTDA (Cooperan). Endereço: rua Joana, s/nº - CEMASI Renascer do Andaraí - salas 06 e 07 - Andaraí - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20541-210. CNPJ: 02.860.621/0001-70. Inscrição Municipal: 02.641.550. Telefones: (21) 2520 4096/9893-0712. E-mail: cooperan@bol.com.br ou cooperan.coop@ig.com.br;
- Cooperativa Mista dos Trabalhadores do Parque Royal – Royal Flash. Endereço: Estrada Governador Chagas Freitas, s/n. Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Tel: 3393-9928;
- Cooperativa de Trabalho Arco-Íris – ARCO-ÍRIS. Endereço: rua Carlos Saidon, 1281. Bairro Caju. Rio de Janeiro, RJ. Tel: 2589-5375; 3825-3204; 2485-7686. Site: www.arcoiris.org E-mail: info@arcoiris.org;
- Cooperativa dos Trabalhadores da Mangueira (COOPMANGA). Endereço: rua Visconde de Niterói, 345, no Complexo da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, RJ

Estas Cooperativas possuem históricos e ambientes distintos, muito embora perceba se uma certa similaridade de seus objetivos, estratégias e origens, conforme pode-se observar no Boxe Nº 6.

BOXE Nº 6

BREVE HISTÓRICO DAS COOPERATIVAS ESTUDADAS*

Sobre a Dinamicoop

A Dinamicoop surgiu com o desdobramento de várias ações, vários projetos acontecidos aqui no Morro dos Macacos. A iniciativa maior foi do Centro Comunitário Lígia dos Santos, que é um centro comunitário com um trabalho de 22 anos aqui no Morro dos Macacos. O Centro possui diversas atividades, mas foi com o curso de informática, iniciado em 1995, que ajudou na formação de diversos garotos e que se juntaram para formar a Dinamicoop. O Centro Comunitário, em parceria com o CDI, Comitê para Democratização da Informática, implantou aqui na comunidade a terceira escola de informática e cidadania da rede do CDI. Nesses dez anos foram formadas cerca de 5.300 pessoas em nossa comunidade. A Cooperativa hoje tem uma boa participação na formação dessas pessoas. Se imaginar-se que nossa comunidade tem hoje cerca trinta mil pessoas, segundo o IBGE, e a gente formou esse número, de 5.300 pessoas, pode-se perceber que é um trabalho muito forte. Foram criados espaços alternativos, como uma sala de acesso à Internet; a gente tinha só esse laboratório de aulas, com quatorze máquinas, nessa parceria com o CDI, conseguimos outras máquinas como doações de particulares e outros parceiros. E as primeiras dez máquinas foram doadas por uma companhia telefônica. Já criamos um espaço de acesso à Internet, uma espécie de Ciber Café comunitário e um espaço de cultura digital, que a gente chama de tai.com, que é sigla de todos acessando à Internet na comunidade. Os espaços para instalação desses projetos, nós conseguimos com a prefeitura, que, inclusive, em alguns casos nos cede equipamentos. Hoje somos vários jovens entre 18 a 25 anos que não tinham como

garantir renda, garantir trabalho, emprego... Faltava pra gente ainda uma iniciativa que pudesse alavancar e suprir essa nossa necessidade. Em uma pesquisa recente, de 2001, realizada por uma ONG européia, verificou-se que 59,1% da comunidade, população economicamente ativa da comunidade, não detinha renda nenhuma. Isso é um dado alarmante. E as pessoas que falam mal das comunidades, não somente do Morro dos Macacos, sempre reproduzem o que a mídia divulga, e são coisas geralmente associadas a ligação com o tráfico de drogas, colocando que aquilo é um comércio, é um poder paralelo, é uma fonte de renda. Mas, com esse número, a gente fica se perguntando: “o que essas pessoas vão fazer pra sobreviver? Então, tem que criar algum instrumento. Então, cada dia que passava, a gente era meio que impulsionado a criar alguma iniciativa, e foi nascendo,... Nasceu o Tai.com, nasceram outras alas. Fomos descobrindo caminhos pra garantir um melhor desenvolvimento, que pudesse transformar essa realidade e que, sobretudo, impulsionasse, afrontasse mesmo, esse número alarmante de 59,1% de pessoas sem qualquer tipo de renda. Nesse sentido, pensamos em criar um empreendimento, uma iniciativa que pudesse ajudar a gerar trabalho e renda, nasceu assim a Dinamicoop, Hoje somos 50 cooperados. Já avançamos muito e até já prestamos serviços para a Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro, a Faperj, que nos contratou para treinarmos 30 profissionais que nunca tiveram acesso a computador. Isso foi um momento histórico. O morro estava descendo para mostrar que o morro não só tem o samba e a violência, como é explicitado, tem também a tecnologia, tem também toda essa questão científica. Então, são ferramentas que te abrem um leque enorme. Você tem que mostrar para os meninos da favela que eles possuem essas ferramentas que podem ser utilizadas como instrumentos de trabalho, como sustento. Para a concretização de nossa cooperativa, hoje contamos com a assessoria da ITCP da UFRJ, que muito nos tem ajudado a descobrir outros caminhos. A Dinamicoop já é considerada um patrimônio do Morro dos Macacos.

Sobre a Cooperan

A comunidade do Morro do Andaraí está localizada no bairro de mesmo nome, entre os bairros de Vila Isabel, Tijuca e Grajaú. Composta por mais quatro comunidades adjacentes, denominadas da seguinte forma: Jamelão, Juscelino Kubistchek, João Paulo II e Nova Divinéia, totalizando quase 35.000 habitantes; juntas, formam o que convencionou-se chamar de "Complexo do Andaraí". O Andaraí é um dos bairros mais antigos de nossa cidade, tendo suas terras sido doadas aos jesuítas pela Coroa Portuguesa, nos tempos de Brasil Império. Seus moradores são basicamente formados de cariocas e nordestinos que aqui se fixaram em busca de uma vida melhor. Uma parte da comunidade se distingue por apresentar uma melhor condição de vida e uma grande parte apresenta vários tipos de carência entre estas, até mesmo, a dificuldade no seu auto-sustento, no que diz respeito à alimentação. Boa parte da Comunidade - em torno de 90% - tem rede de água (embora deficitária) e esgoto, iluminação pública e eletrificação de residências. São quatro os acessos pavimentados ao Morro do Andaraí: rua Paula Brito, rua Andaraí e rua Leopoldo e Ferreira Pontes. Recentemente, a comunidade foi urbanizada por ocasião do Programa Favela, do qual fomos Projeto Piloto, quando as vielas foram pavimentadas e outras vias foram abertas, fazendo a ligação das comunidades acima descritas e melhorando o fluxo tanto de automóveis como de pedestres no interior do Morro. Na comunidade, existem três creches

comunitárias e um centro de atendimento social, gerenciados pela prefeitura da cidade, além de uma cooperativa de trabalhadores, uma companhia de dança, a Companhia Étnica de Dança e Teatro, um Grupo de Dança, o Grupo Dança e Paz e uma quadra de esportes, gerenciados pelos moradores e com prioridade de atendimento para o público adolescente e jovem, dada a necessidade de afastá-los da ociosidade. As terras desta comunidade pertenceram aos jesuítas e, hoje, seus moradores lutam pela posse da terra e a titulação das propriedades. A Cooperativa de Trabalhadores do Morro do Andaraí foi fundada em 10/01/1998, como alternativa ao desemprego e à violência que marca o dia-a-dia de um grande número de famílias residentes das nossas comunidades carentes. A necessidade de buscar caminhos para atenuar os problemas que historicamente vêm afetando tanta gente em nosso país aproximou a Associação de Moradores local da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, um projeto da - Coordenação de Pós Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ. A Coppe/UFRJ ministrou o curso de cooperativismo para 106 associados e 46 foram inseridos no mercado de trabalho na área de prestação de serviços de limpeza e conservação, cujo contrato terminou em 2002. Hoje, a Cooperan tem quatro contratos de prestação de serviços com 27 cooperados em atividade e estamos no aguardo da análise de um Projeto de Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo Doméstico, pelo qual estaremos atendendo a um grupo de cooperativados e trinta adolescentes no sentido de contribuir para a preservação do meio ambiente e afastar este segmento de convites que, na maioria das vezes, impreterivelmente, irá levá-los à marginalização social. Nossa proposta é reunir moradores - homens, mulheres e jovens - na Cooperativa que irá se constituir, no plano econômico, em instrumento de ação para a conquista da cidadania e de promoção social visando a sua auto-sustentabilidade, assim como melhorar a qualidade de vida da população atendida. O projeto apresentado pela Cooperan tem por finalidade a qualificação profissional da comunidade, profissionalizar os moradores na área de informática, sem limite de idade e viabilizar o seu acesso à internet e prestar serviços na área de informática. Serviços esses que serão desenvolvidos pelos profissionais formados no projeto, propiciando seu acesso ao mercado de trabalho, sabendo-se que a informática é um dos requisitos básicos exigidos hoje pelas grandes, média e pequenas empresas. No intuito de atingir tal objetivo, dividimos este projeto em etapas, que serão descritas ao longo da proposta, são elas: captação de recursos, cursos profissionalizantes de informática, centro de acesso à internet (Internet ao Alcance de Todos), prestação de serviços e geração de renda. Na área de informática, atualmente, a Cooperan desenvolve as seguintes atividades: atendemos a 180 crianças na faixa etária de 8 a 16 anos, em práticas esportivas, em parceria com a ONG Nova Canaã, que é a responsável pela remuneração dos dinamizadores. O projeto funciona às 3^{as} e 5^{as} feiras, no horário de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 18:00 horas, com 4 dinamizadores e 1 coordenador por turno. Os coordenadores são voluntários, sem remuneração, atendendo a grupos de jovens e de adultos que recebem noções de informática toda 2^a, 4^a e 6^a feiras, em horários alternativos, preestabelecidos de forma experimental e em nível de usuário. Na área social, existe um projeto desenvolvido pelos diretores da Cooperan e sua execução conta com a ajuda periódica de algumas entidades de forma extra-oficial. (doação de papéis, cartuchos – que, na maioria das vezes, são recarregáveis, clips, xerox, etc.). Existem outras atividades nas quais atuamos, por exemplo, na área de ‘atendimentos’, em que a meta é atender às carências de grupos de moradores, tais como: emissão de documentação, atendimento escolar, alimentação, garantias de direitos de crianças e

adolescentes, etc. Com vistas a promover a sua cidadania, esse atendimento é feito pelo Departamento Social da Cooperan. Visa atender, a cada 3 meses, 20 famílias que são encaminhadas para os órgãos competentes, tais como: Fundação Leão XIII, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Juizado de Pequenas Causas, setores da prefeitura, etc. Conforme a supressão de tais carências, o prazo de 3 meses pode ser ampliado ou não. No acompanhamento dos cooperados, a Cooperan conta, atualmente, com 2 contratos e 27 cooperativados em atividades de prestação de serviços (hoje estão em andamento negociações de novos contratos). Este trabalho se dá em acompanhar o desenvolvimento e a execução do trabalho prestado pelos profissionais em atividades. Atualmente, estão lotados em 3 unidades: municípios de Miguel Pereira, Casimiro de Abreu e no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo.

Sobre a Arco-Íris

A nossa história inicia-se quando a ITCP da UFRJ esteve aqui, no ano de 1996, trazendo uma perspectiva de criação de uma cooperativa dentro da nossa comunidade. Os primeiros contatos foram feitos através da associação de moradores. Eles vieram aqui, deixaram alguns panfletos informativos e, através desses panfletos, marcaram reunião com os moradores de nosso bairro. O bairro do Caju é um complexo de nove favelas: parque da Boa Esperança, ladeira dos Funcionários, parque da Alegria, vila Vitória, parque São Sebastião, quinta do Caju, vila Clemente Ferreira, parque Alegria e parque Nossa Senhora da Penha. É um bairro muito violento, devido a esse grande número de favelas (hoje, inclusive, eu cheguei aqui na cooperativa e recebi uma má notícia, avisando que cinco pessoas tinham morrido a tiros e duas delas eram filhos de cooperadas nossas. Todas as duas cooperadas fundadoras de nossa cooperativa e trabalham nela até hoje. As duas com muitos filhos e sem marido). A cooperativa foi uma coisa muito boa que aconteceu aqui na nossa comunidade, apesar de termos enfrentado alguns problemas no início, devido a nossa pouca informação sobre o que era o cooperativismo. Desde esse tempo, a gente vem aprimorando nossos conhecimentos através de cursos de capacitação, alguns deles dados através da Incubadora da UFRJ e em parceria com a OCERJ. A cooperativa foi organizada a partir de 1996 e fundada em 1997, com cerca de cem pessoas – em sua grande maioria, chefes de família, homens e mulheres, que vinham buscando postos de trabalho no mercado formal e não estavam conseguindo. Quando a gente fez a nossa primeira reunião, tinha cem pessoas presentes. Isso foi em março de 1996. Em janeiro de 1997, quando fundamos a cooperativa, tínhamos apenas 38 associados. Com essas 38 pessoas fundamos a cooperativa e, na época, contamos também com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro – na época não existia ainda a Secretaria do Trabalho, que hoje é nossa parceira e tem dado um bom apoio ao cooperativismo – e mais o apoio da UFRJ, que nos abriu as portas para o nosso primeiro contrato. A Cooperativa Arco-Íris teve o seu primeiro contrato assinado com a UFRJ, envolvendo 270 pessoas. Essas 270 pessoas não eram só da comunidade do Caju. Daqui eram apenas 50; o restante eram pessoas de outras cooperativas de outras comunidades que foram escolhidas, também, para criarem cooperativas em outras comunidades carentes, como o morro do Andaraí; morro da Caixa D'água, na Penha; a Cooperativa Fernando Cardin, em Engenho de Dentro; a Coopmanga, no morro da Mangueira; a Cajucoop, no morro do Sossego, em Madureira e mais outras. A Cooperativa Arco-Íris assinou o contrato – que chamamos de guarda-chuva – porque era

a única cooperativa, no momento, que tinha toda a documentação necessária para participar de uma licitação. Era chamado de contrato guarda-chuva porque, além de nós, estava envolvida a Cooperativa Novo Horizonte, que a dona Divina é a presidente. Nós trabalhamos dentro desse processo, que era um processo excelente que nós fizemos, com muita aprendizagem. Inclusive, pudemos fazer vários cursos de capacitação, como o de limpeza hospitalar que até hoje qualificou nossa mão-de-obra para trabalhar com hospitais, porque não é só você querer e chegar num hospital e fazer a limpeza, é preciso que as pessoas que vão fazer esses serviços passem por um aprendizado, pois se trata de um local de extrema possibilidade de contaminação, então, tem que ter qualificação. Isso nos preocupa e é por isso que de seis em seis meses fazemos cursos de aperfeiçoamento que são dados, na maioria dos casos, pelas próprias unidades que nós trabalhamos, que são os hospitais universitários.

Quando acabou esse contrato grande, que era acompanhado pela própria Incubadora, a Cooperativa Arco-Íris, por si só, conseguiu outros contratos dentro da Universidade, tudo isso graças ao nosso trabalho ter sido bem feito e pela confiança adquirida pela Universidade. Nosso trabalho no início foi difícil, por conta de que éramos um 'bando' de pessoas que vinham da favela. O pessoal olhava e dizia "Pó, esse pessoal é da favela, cuidado!". Fomos muito discriminados, mas mostramos que, na favela, tem gente decente, ciente de suas responsabilidades e que está disposta a evoluir, mudar de vida, ter uma preocupação maior com a família e com os filhos, principalmente as mulheres. Haja vista que a maioria das pessoas que trabalham na cooperativa é mulher que, na maioria, não tem marido; são viúvas ou foram abandonadas porque seus maridos foram embora e as deixaram cheias de crianças na comunidade – aliás, muitas dessas crianças, quando crescem, não tendo onde trabalhar, se entregam ao tráfico. Por conta disso, muitas vezes, a gente recebe notícias de fatalidades que ocorrem, como a que aconteceu na madrugada de ontem, quando cinco jovens foram assassinados... Antes da cooperativa quase todo mundo não tinha emprego formal. Eu mesmo vivia como *freelancer*. Era assim, todos viviam de 'biscate'. Era uma diária, um bico qualquer, para ter um dinheiro para sobreviver. A maioria das pessoas vivia assim. A grande maioria nunca tinha tido carteira assinada. Apenas alguns. Com essa onda de desemprego, não tá fácil. Até quem tem curso superior tá ficando desempregado. Imagina quem é de uma favela, com pouca instrução e sem a tal da experiência anterior. Não dá outra: é uma pessoa discriminada e isso torna a situação pior ainda. Se se têm duas pessoas, uma morando no asfalto e a outra na favela, a escolhida vai ser quem? A do asfalto, é lógico. Talvez com a própria onda de discriminação com os favelados. Infelizmente, a gente tem essa vivência na nossa pele, na nossa carne, de tá sempre convivendo com a discriminação. A nossa cooperativa foi criada numa comunidade onde anteriormente somente a violência era notícia. Hoje, a cooperativa representa dezenas de famílias trabalhando. Através da cooperativa, existe, hoje, um grupo de pessoas que recebe uma remuneração, que criou um fundo: o fundo social, que serve para dar cobertura para que a pessoa possa ficar em casa trinta dias sem trabalhar, uma vez por ano, o que significa o descanso anual; serve para pagar o auxílio natalino (esses dois direitos nós não chamamos de férias e nem de 13º, para não confundir com o sistema CLT). Criamos um fundo de investimento, que vem da sobra, ou seja, ao realizar um contrato e se ele gera

uma sobra, nós a destinamos para o fundo de investimento. No final do exercício, nós abrimos este fundo e destinamos, normalmente acontece assim: 50% para distribuir com os cooperados e os outros 50% para investir na infra-estrutura administrativa da cooperativa. O cooperado recebe essa sobra proporcionalmente ao tempo de trabalho que ele tem desenvolvido na cooperativa. A parte que é destinada para a cooperativa, a gente vê qual é a prioridade para se aplicar aquelas sobras, por exemplo: comprar mais um computador, mais uma impressora e assim sucessivamente. Os nossos resultados alcançados, mesmo que pouco significativos, perante as estatísticas do nosso país, para nós, é uma coisa muito satisfatória porque atinge o nosso maior desejo que é o de ter um trabalho, termos uma forma de estarmos produzindo e recebendo algo em troca, um valor pelo trabalho desenvolvido. Foi a organização comunitária assessorada pela Incubadora da UFRJ e com apoio da Associação de Moradores aqui do nosso bairro que conseguimos avançar. A UFRJ estava presente através da Incubadora. Tivemos também o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro que abriu as portas para o nosso trabalho. Nesses sete anos de vivência, a Cooperativa Arco-Íris acumulou experiência na área de limpeza hospitalar, na área da construção civil, na área de copa e cozinha, recepcionista, jardinagem, porteiro, motorista, eletricista, soldadores, montadores de andaime, limpeza de caixa d'água, marcenaria, serralheria, digitadores e mais outras, como telefonia e técnico em telefone analógico e digital. Então, hoje, nós prestamos serviços em todas essas áreas, até porque a gente não é uma cooperativa fechada, isto é, só de uma profissão, porque, devido ao grande desemprego que há em nossa comunidade e pela ampliação das profissões existentes, a cooperativa não podia se fechar para muitas pessoas. Por causa disso, nós, hoje, estamos enfrentando um processo, como réu, no Ministério Público do Trabalho, por eles estarem crendo que nossa cooperativa não é uma cooperativa de fato, é uma falsa cooperativa, exatamente porque não é de um segmento só. Eles estão achando que uma cooperativa que presta serviço na área de manutenção, de limpeza, de construção, não é uma cooperativa. Esse processo tá pra sair o resultado agora. Estamos esperando para ver o que é que o juiz vai decidir sobre a denúncia do Ministério Público. Fizemos nossa defesa e estamos esperando para ver o que é que vai dar. Foram muitas lutas já enfrentadas e serão muitas outras que virão, mas a cooperativa há de ter forças para enfrentá-las.

Sobre a Royal Flash

A Royal Flash começou em 1995, por meio do Projeto Favela Bairro, onde tinha várias sugestões da Prefeitura para empreendedores, comerciantes e tal. Como, no Parque Royal, havia muitas costureiras que costuravam em suas casas, então, foi pensado porque não se fazia um projeto envolvendo as costureiras. Aí veio a idéia da cooperativa de costureiras. Logo após, veio a ITCP da COPPE/UFRJ, para ajudar na conversa sobre a criação da cooperativa. Nós ficamos algum tempo na discussão que durou praticamente um ano e meio e veio a criação da cooperativa, que foi antecedida da discussão do estatuto e do regimento interno. Todo esse processo teve o apoio da ITCP da COPPE, inclusive dando o Curso de Cooperativismo e de Gestão de Cooperativas. Eu não tenho como falar do ontem sem tá pensando no hoje, no agora. Na época foi uma

coisa assim ousada, pois o que a gente procurava era mudar a cultura, a cultura da CLT, do trabalho assalariado, em que a pessoa só trabalha se for mandada e não se tinha a cultura do cooperativismo onde um tá ajudando o outro e sempre se está fazendo alguma coisa em prol do grupo, sem que seja ordenado, mandado. Eu acho que uma das dificuldades da época foi esta: as pessoas estavam acostumadas a serem mandadas, não a estar participando voluntariamente, espontaneamente, sem estar pensando no cooperativismo como uma forma de trabalho tradicional. Hoje, nós perdemos alguns postos de trabalho (...) E o que é que aconteceu? As pessoas, para o próprio sustento, voltaram a trabalhar de CLT, e hoje elas entendem a mensagem que a gente queria passar, lá atrás, do cooperativismo da autonomia da autogestão... Hoje, as pessoas ficam na expectativa de que a cooperativa possa conseguir novos postos de trabalho para que elas possam voltar a ter uma participação mais atuante na cooperativa, com uma consciência muito maior porque agora existe um número muito maior de gente. No começo, eram 21 pessoas numa cooperativa de costureiras, que começou muito bem e aí houve aquela invasão dos tecidos e roupas dos coreanos no Brasil, onde a peça pronta chegava mais barata do que a matéria-prima. Então, muitas confecções, até de grande porte, acabaram fechando as portas porque não agüentaram a “invasão” dos coreanos. Com isso, a gente quase que fechou as portas, não porque não tinha mais ninguém que mandasse produzir roupas, mas porque já comprava a peça pronta dos coreanos pela metade do preço. Aí foi quando surgiu a possibilidade dos postos de trabalho com limpeza na UFRJ e a gente integrou, até sob aquele “guarda-chuva” das cooperativas Novo Horizonte e da Arco-Íris. Este processo foi para buscar uma sobrevivência, porque senão a Cooperativa realmente teria fechado as portas. E aí ficamos lá por um tempo e, apesar de todos os problemas, de todas as dificuldades, foi uma experiência positiva onde nós soubemos aprender verdadeiramente a administrar a cooperativa, porque agente foi recebendo vários elogios em relação à qualidade do trabalho prestado, à presteza das obrigações feitas... E aí, quando nós perdemos esses postos de trabalho,... ficamos um tanto quanto perdidas. Aí, procurando alternativas, temos sobrevivido até hoje pela atividade da costura. Então, são os períodos específicos que nos sustentam: as mudanças de estações e, principalmente, final de ano e carnaval, que agora é o nosso grande ganho. Com a perda dos postos de trabalho, o que revitalizou a cooperativa foram as confecções das peças para o Rock in Rio e para as campanhas do Viva Rio que, além de solicitar uma quantidade muito grande de peças, jogou a gente na mídia. A cooperativa, a partir de sua grande inserção nos problemas da comunidade, passou a ter outras várias atividades, como foi o caso da rua Oliveira, onde as pessoas moravam em palafitas e a cooperativa ajudou na luta para urbanização da região. É por isso que temos depoimentos que dizem que a cooperativa tem uma função social e política muito forte na comunidade, pois ela não está atuando só na busca de resolver o problema do desemprego e da falta de renda, está também preocupada com os problemas da comunidade, como saúde, educação, moradia, etc.

Sobre a Coopmanga

Com sede situada na Rua Visconde de Niterói, 345, no Complexo da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, RJ. A Cooperativa dos Trabalhadores da Mangueira -

Coopmanga atua em quatro comunidades do Complexo da Mangueira: Buraco Quente, Candelária, Telégrafo e Chalé. A Mangueira é uma comunidade tradicional do Rio de Janeiro e também uma das mais citadas, devido à presença, nesta localidade, de uma das escolas de samba mais populares da cidade. A fama, neste caso, não trouxe muitos benefícios. Com efeito, o Complexo possui equipamentos urbanos bastante precários: o esgotamento sanitário e o fornecimento regular de água atingem um número muito restrito de casas, há carência de postos de saúde, de escolas e de outros serviços básicos. Aliado a este quadro, manifestam-se outros limites intrínsecos às condições de segregação imperantes no espaço social carioca: altas taxas de desemprego, falta de oportunidades sociais para a população jovem, violência e outros. A formação da Cooperativa dos Trabalhadores da Mangueira aconteceu, portanto, dentro destes contextos de demandas pela busca de trabalho e renda para o grande contingente de trabalhadores desempregados residentes nessas favelas. No início de fevereiro de 1997, foi fundada a Cooperativa dos Trabalhadores de Mangueira, que recebeu esta denominação em assembléia pelos cooperandos, para homenagear a tradicional escola de samba da área. Atua nas áreas de copa/cozinha, lavanderia, rouparia, manutenção, costura e reciclagem. Com relação à reciclagem, a Coopmanga, hoje, é uma das principais cooperativas populares da cidade do Rio de Janeiro na transformação de garrafas PET em móveis e equipamentos.

(*Elaborado a partir das informações colhidas nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, no período de janeiro a outubro de 2005)

Os históricos dessas cooperativas permitem enxergar os variados cenários em que elas se constituíram e atuam, ajudando, assim, a observar as relações delas com a economia solidária e com o capital social. É necessário observar essas relações, devido ao avanço da economia solidária no Brasil e à constatação de que, em grande medida, essas cooperativas estão atuando neste campo, exatamente a partir do momento em que passam, com mais nitidez, a produzir, utilizar e reproduzir capital social, provocando uma forma diferenciada de se buscar proteção social, conforme justificam os estudos recentes realizados sobre esta temática, a exemplo do que apresenta SANTOS (2002) e as reflexões que serão feitas nos itens seguintes.

3.3 Elos entre as cooperativas populares e a economia solidária

As reflexões apresentadas nos itens anteriores apresentam um paralelo entre as lutas dos trabalhadores e o surgimento do cooperativismo, notadamente com o chamado cooperativismo popular, precisamente para elaborar uma trilha compreensiva que se supõe analisá-lo como sendo um dos principais elementos constitutivos da chamada economia solidária. O que se pretende com isso é considerar que o cooperativismo popular é um importante setor desta economia, conforme conclui o Atlas da Economia Solidária no Brasil³².

³² O Atlas da Economia Solidária no Brasil é resultado do primeiro mapeamento dos empreendimentos econômicos e solidários, realizado sob a coordenação da SENAES e publicado em 2006, podendo ser acessado também pelo *site* www.mte.gov.br.

Outra demonstração da importância do cooperativismo popular no Brasil é, por exemplo, o crescimento da Unicafes, da Unisol, da Anteag e das redes de cooperativas, como a rede Justa Trama.

As relações das cooperativas populares com a economia solidária se dão de formas diferenciadas, sobretudo, se forem observados os graus de envolvimento delas, por exemplo, com o fortalecimento dos Fóruns de Economia Solidária, fato que chama a atenção a respeito das cooperativas estudadas nesta pesquisa, pois apenas uma delas, a DINAMICOOP, ainda não faz parte do Fórum Carioca de Cooperativismo Popular e de Economia Solidária. Para se entender o que significa economia solidária, é importante observar algumas reflexões que estão sendo consideradas sobre ela e que se situam em torno de, pelo menos, três questões básicas: a) **do que se está falando?** b) **de onde surgiu?** c) **como se manifesta?**

Paul Singer entende a economia solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social, afirmando que:

“A construção da economia solidária é uma destas estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...”.(SINGER, 2000:138).

Dando complementaridade a estas argumentações, Singer (2002:10) a compreende como sendo:

“Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cooperativas ou em uma outra sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”.

Como se trata de um conceito em construção, as definições apresentadas acima alimentam um debate no qual CORAGGIO (1993) se insere apresentando que a economia solidária pode ser considerada como um tipo de economia que, segundo ele, parte de uma matriz:

“Económica cuyos agentes son los trabajadores del campo y la ciudad, dependientes o independientes, precarios o modernos, propietarios o no propietarios, manuales o no manuales. Esta propuesta no idealiza los valores ni las prácticas populares actuales, ni tampoco propone superarlas teniendo como meta alcanzar la modernidad capitalista. No supone la desconexión del mercado capitalista ni plantea su proyecto como fase para integrarse a él en analizar. Es una propuesta abierta, en tanto no prefigura de manera definitiva qué análisis, qué relaciones, qué valores, constituirán esa economía. Tampoco acepta la opción excluyente entre sociedad y estado, sino que propone trabajar en su interfase, previendo que el actual proceso de desmantelamiento dará paso necesariamente a la generación de nuevas formas estatales. Esa construcción debe reconocer los puntos de partida económicos, políticos y culturales (la “matriz socioeconómica básica de la economía popular”), que son a la vez sus puntos de apoyo y su objeto de transformación. El objetivo es

lograr la solidaridad orgánica entre estos elementos, donde el desarrollo de unos elementos contribuya al de otros. Esto supone propiciar la constitución de relaciones de interdependencia, materializadas en intercambios mediados por relaciones mercantiles o bien directamente sociales, entre unidades domésticas de una misma comunidad y entre comunidades, creando las bases para nuevas identidades colectivas y para la creciente sustentabilidad del desarrollo popular” (Op. Cit.:5).

Onde,

“El peso de las relaciones económicas (mercantiles y no mercantiles) intra-economía popular es relativamente alto, y muchas de las actividades que allí se realizan cumplen a nivel macrosocial un papel más redistribuidor que creador de riqueza (la intermediación informal “socialmente innecesaria”, por ejemplo). En cualquier caso, no puede postularse que este agregado sea una “economía de solidaridad”, en el sentido de que sus relaciones internas son predominantemente solidarias y no competitivas. El grado y las formas de solidaridad deberán ser determinados en cada caso y coyuntura local o nacional específica” (Op. Cit.:8).

Para CORAGGIO (1993:18), ainda:

“Esta tarea sólo puede ser emprendida por múltiples agentes (políticos, promotores del desarrollo, dirigentes sociales y corporativos, asistentes sociales, investigadores, pastores, técnicos y profesionales, artistas, educadores, etc.) Incluidos en un amplio movimiento cultural, que abarque múltiples formas organizativas - tradicionales y nuevas - y dimensiones de la acción social, que incluya múltiples identidades de lo popular, que tolere ritmos no sincronizados de avance - admitiendo numerosos puntos de iniciativa, que puedan incluso turnarse en mantener el dinamismo, sin apelar a una prematura y tal vez inconveniente centralización - mientras la experiencia se va decantando y la reflexión va haciendo inteligible el movimiento de conjunto y desarrollando un nuevo paradigma social.”

As definições apresentadas acima sugerem exatamente a busca de respostas para a primeira das questões básicas sobre a economia solidária sugeridas neste trabalho, ou seja, **do que se está falando?**

Quanto à segunda, que questiona **de onde surgiu a economia solidária?**, pode-se considerar, conforme defende SINGER (2002:13), que:

“A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução”.

Das contribuições intelectuais e práticas, há que se destacar as de Robert Owen, principalmente as contidas no plano por ele elaborado e sugerido ao governo britânico em 1817, para o qual:

“Os fundos de combate aos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e constituição de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre Aldeias”(SINGER, 2002:25).

Os fundamentos de Owen foram rejeitados pelo governo britânico e ele resolveu radicalizar a sua proposta e, segundo Cole, citado por SINGER (2002:6) *“Quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista”*.

As teses de Owen eram coletivistas. Por isso foram fortemente aceitas pelas correntes que criaram as primeiras cooperativas, tanto os rochdelianos, a partir do consumo, em 1844, como os classistas, ligados ao movimento sindical, que criaram as primeiras cooperativas de produção e serviços [por exemplo, London Co-operative Society (1824), Comunidade de Orbinston (1826), Brighton Co-operative Trading Association (1827)], quanto os políticos, que ajudaram a criar as primeiras cooperativas de crédito, como os alemães Hermann Schulze-Delitzsch, no setor urbano e Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no setor rural, por volta de 1850-52.

Outras contribuições nas quais a economia solidária se apóia e busca sua origem são as feitas por Charles Fourier e Saint-Simon, correntes menos coletivistas, mas não menos importantes para a influência na criação das cooperativas.

Destarte, de acordo com SINGER (2000, 2002), SINGER e SOUZA (2000) a origem da economia solidária coincide com as lutas dos trabalhadores na criação de cooperativas. Sobre isso, SINGER (2000:13), afirma que:

“A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)”.

A terceira questão básica, **como se manifesta a economia solidária**, parece ser a que representa uma das principais centralidades do debate. Fundamentalmente, à medida que se toma como ponto cardeal o questionamento sobre qual **a unidade básica de sustentação da economia solidária**, está-se ajudando a conseguir uma melhor reflexão teórico-empírica, sobre quais os tipos de organização devem ser consideradas gênese da economia solidária.

Nesse sentido, pode-se apresentar que a síntese deste debate no Brasil, campo que delimita as reflexões desta pesquisa, se resume a, pelo menos, cinco variantes que, embora pareçam ora complementares, ora opostas, sinalizam para uma futura definição dos pontos fundamentais ou características necessárias para se definir um marco conceitual sobre a economia solidária.

A **primeira** variante possui argumentações que podem ser observadas em SINGER (2000:13) que, considerando o surgimento e a evolução da economia solidária a partir da luta dos trabalhadores na criação de cooperativas, afirma que se trata de um:

“Modo solidário de produção e distribuição que à primeira vista parece um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele

*constitui uma síntese que supera ambos. A **unidade típica** da economia solidária é a **cooperativa de produção**, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperado não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (“sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores” (grifos meus).*

Nesta compreensão, a unidade típica e não básica seria a cooperativa. Assim sendo, a economia solidária não somente seria constituída por ela, mas tipicamente por ela, o que não deixa de considerar que, para o desenvolvimento da economia solidária, precise de outras formas de associações de trabalhadores.

A **segunda** pode ser representada pelo que considera Mance, para quem a tese da economia solidária não possui argumentação conceitual precisa, pois sua unidade básica de sustentação, a cooperativa e sua concepção geral se baseiam apenas em propostas econômicas.

MANCE (2000)³³, que apresenta as teses de Singer, faz, pelo menos, nove questionamentos: 1) pode provocar aumento de desigualdades; 2) a ação dos governos como condição necessária ao seu sucesso; 3) a questão da solidariedade com as empresas capitalistas; 4) provocação da competição solidária; 5) solidariedade dos pobres; 6) proteção externa no período de aprendizagem; 7) moeda própria para reserva de mercado; 8) competição, qualidade e custos e 9) prestígio e patrocínio externo. Com estas críticas, MANCE (2000:178-179) sugere que se almeje o que ele denomina de “colaboração solidária”, que significa:

“Um trabalho de consumo compartilhado, cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se no máximo possível o exercício completo da liberdade pessoal e pública”.

Para viabilizar sua tese, Mance propõe a criação de redes de colaboração solidária, totalmente independentes do apoio do Estado e de entidades representativas, tanto de trabalhadores como do setor privado.

Neste caso, MANCE (2000:179) sugere que se busque um novo conceito para as práticas solidárias que, segundo o autor, vai além da economia solidária e cria a noção de ‘colaboração solidária’, na qual o objetivo é:

“Garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem viver de todos e de cada um. Não se trata apenas de uma proposta econômica para gerar empregos e distribuir renda. É mais do que isso. Trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana segundo a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja a liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar – nas melhores condições possíveis – a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. Igualmente sob esta mesma compreensão, a

³³ O texto de Mance aparece com uma data anterior ao texto do Singer, pois representa análises baseadas em publicações das teses defendidas por Singer, quando da elaboração do programa de governo a ser defendido nas eleições municipais de 1996, por Luíza Erundina, pelo Partido dos Trabalhadores, em São Paulo.

liberdade pública somente é exercida de modo ético quando promover a ética realização da liberdade privada”.

De acordo com essa noção, a unidade básica de sustentação dessas atividades seriam as Redes. Para MANCE (2000:185):

“Operando com o paradigma da complexidade desenvolvemos uma tese simples: sendo praticado o consumo solidário sob certos parâmetros, qualquer unidade produtiva pode vender a sua produção, gerando um excedente que pode gerar novas unidades produtivas que, conectadas em rede, podem atender a uma diversidade ainda maior de elementos demandados pelo consumo final e produtivo de novas células, incorporando um número maior de consumidores e produtores em um movimento auto-sustentável de expansão. A essa tese acrescentamos uma segunda: as pessoas excluídas nas sociedades capitalistas podem organizar redes de colaboração solidária em qualquer comunidade, em qualquer país, partindo das ações que atualmente desenvolvem de consumo, posto que as compras coletivas permitem melhorá-lo a todos os participantes e ainda poupar recursos que podem financiar atividades de produção solidária que, por sua vez, possibilitam ampliá-lo ainda mais em quantidade, qualidade e diversidade. O conjunto dessas duas Teses nos leva à conclusão de que uma revolução econômica pode ocorrer atualmente se os atores econômicos, que buscam gerar uma alternativa auto-sustentável, conectarem suas ações em uma rede de colaboração solidária”.

Uma **terceira** variante pode ser representada por Coraggio, que sugere a argumentação de uma ‘economia popular’, que, para ele:

*“Emerge das rupturas contínuas impostas repetidamente ao cotidiano popular pela reconstrução global do capital, e dos comportamentos reativos da população trabalhadora em luta por reproduzir a sua vida – é muito importante advertir que a unidade de análise econômica que se deve tomar não deve ser nem a do indivíduo que trabalha por conta própria, nem, tampouco, a da microempresa. Se a perspectiva dessa economia é a da reprodução da vida, **a unidade de análise mais conveniente vem a ser aquela que os antropólogos denominam de unidade doméstica.** Em nossas sociedades, a modalidade de unidade doméstica mais generalizada - mesmo que não a única - é a **família**, nuclear ou extensa, e com base em relações de consangüinidade e afinidade. As transformações que se vêm experimentando fazem inclusive com que essa forma de organização de reprodução também se modifique (...) A unidade doméstica, como já foi dito, pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade, como pode ser unipessoal ou multifamiliar, ou até formada por amigos, por comunidades étnicas (como os grupos de Otavaleños, no Equador), de vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidária de outro tipo qualquer, que compartilhem recursos e articulem estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzir sua vida coletiva. Em todos os casos, seus membros juntam seus recursos, no todo ou em parte, para satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades de todo o conjunto” (CORAGGIO, 2000:94-95. Grifos meus).*

Uma **quarta** vertente é a que categoricamente ‘nega’ a possibilidade da articulação de uma economia solidária. Esta vertente pode ser representada pelas argumentações de VAINER (1999:45-47), considerando que:

“Numa linguagem sofisticada, eu diria que ‘economia solidária’ é um oxímoro, é um paradoxo em si. O mundo da economia, tal como ele existe, o mundo da sociedade onde a economia domina é, sobretudo, na representação dos economistas, mas não apenas – sejam eles clássicos ou neoclássicos -, o mundo natural da guerra de todos contra todos (...) a luta dos trabalhadores é, num certo sentido, entendam-me bem, ‘uma luta contra a economia’, ou seja, uma luta contra as regras e as leis que a economia, os capitalistas e seus porta-vozes, pretendem impor às regras e às leis inexoráveis do mundo (...) A economia é o lugar da competição e da guerra. Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas”.

Em contraposição à proposta de economia solidária, Vainer sugere, baseando-se nas argumentações feitas pelo filósofo marxista francês Henri Léfèbvre, a prática da ‘utopia experimental’ que, para o autor, significa “a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser o outro mundo” (Op. Cit.:60).

Para VAINER (1999:60-61):

*“As cooperativas, os sindicatos que conseguem sobreviver apesar das dificuldades, os partidos políticos que não se subordinam às lógicas burocráticas, as associações culturais e esportivas e os vários momentos de fresta popular autêntica são momentos da **utopia experimental** no sentido de que são momentos de afirmação, no presente, de que o futuro é possível”* (grifos meus).

A **quinta** pode ser representada pelas considerações de Gonçalo Guimarães que, em entrevista concedida ao Jornal da UFRGS, p.6, julho-2000, entende que não existe um movimento constituído de economia solidária, mas sim movimentos de resistência ao aumento do desemprego e da exclusão social. Segundo GUIMARÃES, citado por CORRÊA (2001:5), “*Estes movimentos estão tomando corpo, estão trabalhando na linha da sobrevivência e estão tendo respostas. Não contam com estrutura financeira (...) todos surgem de uma economia altamente popular. Essa economia solidária é, na realidade, uma possibilidade*”.

E vai mais adiante, ao afirmar que é necessário ter uma identidade, para que se possa construir a economia solidária, e essa identidade não deve ficar restrita a área econômica, pois:

“Não há empreendimento sem sociedade. Eu não posso imaginar uma forma de produção se não imaginar um tipo de sociedade (...) Uma é conseqüência da outra. A industrialização não surgiu sem mudar a cidade, sem mudar a relação de poder. Não é possível uma produção capitalista numa sociedade socialista e vice-versa. Se estamos pensando numa outra forma de produção, não consigo ver esta outra forma de produção sem estar inserida numa forma de sociedade. A sociedade é uma organização muito maior do que a produção. Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade” (Op. Cit.:6).

Segundo GUIMARÃES (1998), este projeto só poderá ser estruturado se der prioridade ao desenvolvimento do cooperativismo popular. Isto é, a economia solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico, é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral.

Neste caso, as cooperativas populares, de acordo com Gonçalo Guimarães, desempenham um papel fundamental.

Pelo que foi apresentado se pode observar que existem várias interpretações acerca das questões básicas colocadas para a economia solidária. Evidentemente, estas questões ainda continuam à busca de respostas, exatamente porque a economia solidária é um tema ainda em construção e, portanto, traz consigo toda uma reflexão que medra tanto mais rapidamente quanto mais se alastrem as experiências concretas e se acelerem as investigações empíricas sobre o tema.

No Brasil e na América Latina, as práticas de economia solidária parecem estar sendo inspiradas em revisões das teses inicialmente apresentadas em experiências históricas, como, por exemplo, dos ‘Falanstérios’, de Charles Fourier e das ‘Aldeias Cooperativas’, de Robert Owen.

Em grande medida, certamente, as reflexões sobre essas experiências brasileiras recorrerão às teses de Robert Owen, por ele ser considerado um dos socialistas utópicos³⁴ mais coletivistas e por ter cruzado as suas propostas “utópicas” com a prática político-sindical³⁵. Mas, sobretudo, a chave para o exercício dessas práticas será a necessidade que os movimentos sociais e o movimento sindical terão em buscar alternativas imediatas e concretas para desacelerar a concentração de renda, o desemprego e o avanço da pobreza.

Na busca de contribuir, também, com o avanço nos debates acerca da economia solidária, recente estudo publicado sob a organização de Boaventura de Sousa e Santos³⁶ reúne experiências que enriquecem o debate acerca da tese de que está emergindo uma outra globalização – em grande medida, contrária à globalização liberal – que é constituída de redes transfronteirizadas entre movimentos, lutas e organizações locais e nacionais que, sobretudo, lutam contra a exclusão social, a precarização do trabalho e o avanço da miséria no mundo.

Destarte, a economia solidária e a prática da cooperação popular, em mínima instância, são temas que se transformarão em pontos cardeais importantes dentro das ações do movimento social e sindical, como também deverão ser tratados no âmbito das políticas públicas e em outras relações da sociedade civil com o Estado. Por isso, torna-se cada vez mais importante que se façam investigações acerca das organizações envolvidas com a prática da economia solidária, para que se conheçam mais profundamente suas dinâmicas. Essas dinâmicas, que representam precisamente como este tipo de economia se constitui e funciona, necessitam dialogar com os tipos de unidades que dão sustentação para esta economia, conforme se observou nos debates apresentados neste item. Debate este que, depois da publicação do Atlas da Economia Solidária, em junho de 2006, tomou uma nova forma ou, em mínima instância, provocou a necessidade de sua atualização, exatamente porque o que se descobriu é que o mapa da economia solidária brasileira aponta para caminhos diferentes dos quais o debate a cima precisou sobre os tipos de unidades de sustentação da economia solidária. Pois o que se vê é que, quanto à forma de organização:

“Os empreendimentos econômicos e solários estão distribuídos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros (sociedades mercantis, etc.). No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, predomina o perfil nacional,

³⁴ Para mais informações sobre os chamados socialistas ou pensadores utópicos, ver o Anexo 3.

³⁵ Para ilustrar essas reflexões, deve-se procurar suporte nas informações apresentadas, por exemplo, em COLE (1944), POLANYI (1980), THOMPSON (1997), Mill (2001), SINGER (2002), ENGELS (1945) e HOBBSAWM (1988).

³⁶ SANTOS (2002).

diferentemente das regiões Sul e Sudeste, onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais” (ATLAS, 2006).

Estes dados remetem a novos diálogos entre as variadas vertentes que se debruçam sobre o tema de qual deve ser a principal ou as principais unidades básicas de sustentação da economia solidária. Ao que parece, pelo que demonstra o resultado do primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil³⁷ (ATLAS, 2006) e o que refletirá a fase seguinte deste mapeamento, que já se encontra em andamento sob a coordenação da SENAES, bem como pelo que se pode apurar sobre os debates nos fóruns de economia solidária e em seus diálogos com as políticas públicas como, por exemplo, o PRONINC, exige-se da economia solidária a tarefa de aceleração da constituição de redes, cadeias e teias de empreendimentos solidários, como forma de garantir mais explicitamente o seu avanço, como política e estratégia de desenvolvimento. Isso é o que indica o Documento Final da I Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES, realizada entre 26 e 29 de julho de 2006, cujos anais estão disponíveis na internet, no site www.mte.gov.br.

Dessa maneira, pode-se assegurar que este é um debate em mutação. E se este debate em torno das unidades de sustentação da economia solidária ainda não está definido ou, pelo menos, mais claro ou convergente, os conceitos sobre economia solidária acompanharão esta tendência de mutações. Entretanto, é importante, para qualificar o debate, considerar-se o que se tem de acúmulo sobre o tema e que se tenha como referência sobre o conceito de economia solidária aquele que foi consensualizado no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que é composto por representantes dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e por gestores públicos, os mesmos atores que amadureceram este debate a partir das plenárias nacionais sobre economia solidária e que subsidiaram estas discussões no âmbito do FBES. Este conceito ou definição se baseia na compreensão de que:

“Por economia solidária se compreende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, mas trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Ela se fundamenta na cultura da cooperação da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista” (Documentos oficiais do FBES, que podem ser encontrados no site www.fbes.org.br).

Além do mais, é conveniente considerar que o referido mapeamento também destacou um importante dado que sinaliza para a relação que esses empreendimentos de economia solidária no Brasil possuem com outros setores da sociedade, o que significa seu grau de compromisso e participação social. Nesse aspecto:

“Do total de empreendimentos econômicos e solidários, 67,4% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% têm compromisso social ou comunitário. 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% e redes ou fóruns de economia solidária. Avaliando a situação regional, constata-se que no Sul e no Sudeste os empreendimentos de economia solidária participam acima da média nacional das redes e fóruns de economia soldaria (51,5% e 49,0% respectivamente). No Nordeste os EES se

³⁷ Este mapeamento foi um trabalho ocorrido no segundo semestre de 2005, quando foram visitados 14.954 empreendimentos econômicos solidários, com a realização de entrevistas em todas as unidades da Federação, abrangendo 2.274 municípios. Este mapeamento deu origem ao Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, disponível no site www.mte.gov.br.

destacam pela sua participação nos movimentos sociais e populares (66,1%)” (ATLAS, 2006).

Os dados revelados no mapeamento qualificam a discussão sobre capital social que será abordada a seguir, pois ela ajuda a destacar a capacidade destes empreendimentos de produzirem, utilizarem e reproduzirem capital social. Esse fato, aliás, é percebido com muita clareza nas cooperativas que foram pesquisadas, conforme se pode observar inicialmente nos históricos dessas cooperativas apresentados acima.

3.4 Elos entre as cooperativas populares e o capital social

As reflexões acerca dos temas apresentados acima se ampliam à medida que plugam-se aos seus debates e investigações, questões que se aproximem de temas como **necessidade e capacidades** (Sen, 1993, 2000, 2001), **diversidade** (MALUF, 2000), **empoderamento** (BEBBINGTON, 1999; ROMANO, 2002) e **capital social**.

Observando-se as teses levantadas por estas variantes de compreensão, sobretudo considerando-se as reflexões feitas pelos autores citados, **diversidade** deve ser encarada como um elemento considerado para a elaboração nas políticas de desenvolvimento; **necessidade** pode ser vista como a construção da agenda por um determinado grupo social; **capacidade** é entendida como a forma autônoma de se transformar em ativos de capital os recursos sociais e materiais disponíveis; e, **empoderamento**, indo além da compreensão do World Bank, que o qualifica apenas como uma das formas para garantir a boa governabilidade³⁸, deve ser compreendido, ao mesmo tempo, como abordagem e como processo (ROMANO, 2002). Como abordagem, coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, implicando no desenvolvimento de capacidades (*capabilities*) das pessoas e de suas organizações. Isso significa poder superar as principais fontes de privação das liberdades, construir novas opções, poder e saber escolher, poder implementar e poder se beneficiar das escolhas. Como processo, deve ser entendido como uma forma em que as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Todos os temas acima mencionados possuem, em grande medida, uma forte relação com os processos de empoderamento aos quais são submetidos, ou enfrentam boa parte dos grupos que estão em movimentação para encontrarem alternativas que possam ajudar a reduzir o desemprego e a exclusão social. Dentre esses grupos se encontram as cooperativas populares, sobretudo aquelas que estão alojadas em comunidades cujo perfil aponta para cenários de alta concentração de pessoas com situação muito próxima ou dentro da chamada linha da pobreza.

Na tentativa de contribuir com a busca de empoderamento dessas pessoas e desses grupos, é importante considerar que existe, no meio do caminho, uma trilha a ser seguida e que representa os recursos de que esses grupos dispõem, utilizam e reproduzem, com o objetivo de construir suas estratégias de ação. O conjunto desses recursos e suas combinações com determinadas características que as organizações representativas de grupos sociais possuem, pode ser entendido como capital social.

Durante esta pesquisa foram realizadas análises teóricas que puderam ajudar na compreensão destes recursos, pelo fato de eles, por um lado, serem bastante utilizados pelas cooperativas populares. Por outro lado, por ajudarem no entendimento das formas de atuação dessas cooperativas. Nesse sentido, baseando-se nas informações e articulações teóricas que serão apresentadas a seguir, pode-se considerar que a maneira como se dá a produção, a

³⁸ Ver www.worldbank.org/poverty/empowerment No texto Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook.

utilização e a reprodução desses recursos, sejam eles materiais ou imateriais, pelas cooperativas populares, significa um potente modo de se observar a ação dessas cooperativas. Dessa maneira, considerando-se que o conjunto desses recursos significa, precisamente, o que é reconhecido dentro das ciências sociais como capital social, pode-se assegurar que este representa um bom filtro teórico para se buscar estas compreensões, exatamente por representar uma ferramenta analítica que contém características que contemplam as ações dos grupos em suas organizações e nas redes das quais essas organizações participam.

Convém destacar que as investigações que foram feitas nas cooperativas se resumiram às ações que elas estão desempenhando para combater o desemprego e a exclusão social de seus associados. Ou seja, por meio das argumentações conceituais sobre capital social, procurar-se-á uma interpretação das mobilizações que os grupos sociais, vinculados às cooperativas populares investigadas durante este estudo, fazem na busca de descobrir alternativas para escapar, por exemplo, de situações que os submetem à condição de exclusão social. Conforme se detectou durante a pesquisa, esta condição tem sido provocada, no atual cenário econômico brasileiro, em grande medida, pela falta de trabalho ou pelo desemprego. Aliás, a apresentação do histórico das cooperativas analisadas, feita anteriormente, reflete exatamente cenários como estes.

Para utilização desta categoria de análise é preciso que se faça uma leitura sobre a trajetória que ela seguiu até se constituir como tal. É conveniente ressaltar que não se fará aqui uma interpretação epistemológica ou uma nova formulação interpretativa deste *framework*. O que se pretende é demonstrar o cenário de discussão no qual se insere o debate acerca de capital social, tentando, com isso, fazer uma síntese de suas variantes, apresentar as principais críticas feitas a ele e demonstrar os consensos e as contribuições conceituais que as discussões acadêmicas e as investigações empíricas já produziram. Nesse sentido, haverá condições de se entender, com mais evidência, a forma como as cooperativas populares se aproximam dos processos de uso, produção e reprodução de capital social.

Convém destacar que, por capital social, para efeito deste estudo, se entendem as vantagens que as pessoas e seus grupos utilizam para ampliar os seus acessos a recursos materiais e imateriais, no sentido de buscar novas relações com outros atores, garantir sua reprodução econômica e social e provocar determinadas mudanças nas relações de poder com o mercado, com o Estado e com o resto da sociedade. Das relações com essas três esferas fundamentais da sociedade depende o grau de acesso a esses recursos que esses grupos alcançarão. Caso essas relações impeçam esse acesso, provavelmente, serão afetadas as aspirações sobre a possibilidade de uma democratização do uso de tais recursos (BEBBINGTON, 1999).

Ao que parece, de acordo com considerações elaboradas a partir das observações feitas durante o acompanhamento de negociações e de reuniões que aconteceram durante a fase de campo da pesquisa, nas cooperativas populares analisadas, o grau de acesso a esses recursos, em mínima instância, depende do tempo que elas permanecem em atividades e do aumento do nível das relações que elas passam a manter com as três esferas anteriormente relacionadas.

No entanto, para que se possa estabelecer uma melhor compreensão sobre o significado de capital social, é interessante considerar: a) desde quando³⁹ Thorstein Veblen, em 1899, sugeriu que o conceito de capital social poderia ser utilizado para designar o conjunto de atributos que a ‘classe ociosa’ estadunidense usava para manter seu domínio sobre outras classes; b) desde que Lydia Judson Hanifan, em 1920, considerou que capital social poderia ser um conjunto de vantagens, como bem-estar, companheirismo, simpatia e intercâmbio social que determinadas pessoas tinham em suas vidas individuais ou em família para buscar uma unidade social; c) desde que Glenn Loury, em 1977, afirmou que capital

³⁹ Sobre o histórico acerca da construção do conceito de capital social, pode-se ver mais em ASSAF e FELDMAN (1999); BAGNASCO et al. (2003); HERMET (2002).

social servia para indicar as redes de relações familiares e sociais que podem aumentar o capital humano; d) desde que Pierre Bourdieu, em 1980, fazendo uma distinção entre capital econômico e capital cultural, sugeriu que existe um capital social que, para ele, significa uma rede de relações pessoais diretamente utilizadas pelos indivíduos para buscar seus fins, ou melhorar sua posição social; e) desde que Mark Granovetter, em 1985, sugeriu que determinados recursos sociais eram utilizados por determinadas organizações para melhorar suas atividades produtivas; e, f) desde que Oliver Williamson, em 1975, sugeriu que se poderiam subtrair custos de transação nas atividades econômicas, desde que fossem aproveitadas determinadas características as quais determinados grupos sociais possuem, como, por exemplo, a confiança e a reciprocidade, que vários economistas e, sobretudo, sociólogos passaram a se referir a capital social de modo mais acintoso.

Quando este tema passou a ser incluído nas discussões acerca do desenvolvimento, ele passou a servir de parâmetro para debates que envolvem a participação da sociedade e suas sinergias com o Estado em programas e políticas de desenvolvimento. Isso, sobretudo, quando se considera que os programas de desenvolvimento não podem dispensar uma incisiva ação do Estado e uma inevitável participação da sociedade ou controle social⁴⁰.

Também se pode considerar que, no início dos anos 1980, quando se deu a retomada do debate sobre o papel do Estado, sua autonomia e os efeitos causados pela dispersão de suas instituições dentro das teses neoliberais de participação do Estado no desenvolvimento provocaram a necessidade da realização de mais estudos que observassem qual o papel das organizações sociais nos processos de desenvolvimento e suas relações com as ações do Estado. Este processo, de certa forma, reacendeu, de acordo com ABU-EL-HAJ (1999), o interesse das ciências sociais pelo estudo sobre o Estado e suas sinergias com a sociedade civil.

Neste cenário, segundo ABU-EL-HAJ (1999), foi resgatado o conceito de capital social. Esse conceito COLEMAN (1988) havia desenvolvido e foi retomado por estudos elaborados, por exemplo, por ROBERT PUTNAM (1993 e 1995), por PETER EVANS (1995) e por JONATHAN FOX (1996).

Esses estudos provocaram reações e debates em torno do conceito sobre capital social e fizeram surgir uma legião de estudiosos interessados em verificar o tema, por meio de leituras conceituais, de debates acadêmicos, e ou de investigações empíricas, que tentam analisá-lo como paradigma social, ou como teoria social, ou, ainda, como instrumento ou categoria de análise das organizações sociais ou dos processos de desenvolvimento. Enfim, ele se transformou em um dos importantes temas dentro da agenda política acadêmica no campo das ciências sociais e da chamada sociologia econômica.

Reservados estes importantes fatos, torna-se necessário compreender melhor o assunto sobre o qual se está falando.

Num diálogo entre a ação do Estado, os projetos de desenvolvimento e a atuação da sociedade neste processo, Peter Evans e Dientrich Ruerschmeyer levantaram a hipótese de que é necessário, para a implementação de políticas de desenvolvimento, que o Estado detenha certa autonomia em relação aos grupos de interesse. Dessa forma, proporcionaria-se o fortalecimento de sua intervenção e provocaria-se um novo desenho para uma nova reordenação social, na condução dos processos de desenvolvimento.

Esta é uma das argumentações que remetem a um debate envolvendo algumas variantes conceituais sobre estado, que podem se dividir em, pelo menos, três: 1) a tendência descentralizadora, que pretende abrir espaços para que os grupos de interesses possam atuar e garantir seus objetivos; 2) a tendência democratizadora que estimula a mobilização da sociedade para ampliar a sua ação coletiva, de forma que se garanta, prioritariamente, os

⁴⁰ Sobre esta questão, para PUTNAM (1993), Albert Hirschman e Alexis de Tocqueville são importantes articuladores.

anseios da população mais carente e 3) a autonomia relativa que observa ser fundamental dar prioridade à preservação das instituições, cujo endereço é o da garantia da governabilidade (ABU-EL-HAJ, 1999).

Para refletir sobre estas variantes interpretativas, é preciso que se observe o grau de complexificação social. Nesse sentido, torna-se necessário considerar o nível de organização em que se encontra na sociedade. Evidentemente, esse nível de organização e de estratégias, que transparece entre todos os grupos de interesses, depende de suas ações coletivas, conforme Offe e WIESENTHAL (1986). Assim sendo, o Estado, por sua vez, precisa se estruturar para lidar com estas ações, conforme observam MARSH e STOKER (1997).

Dessa reflexão medra o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil nos processos de desenvolvimento, o que remete à necessidade de se destacar o nível de organização social de que a sociedade dispõe, bem como de observar quais são os recursos utilizados pelos vários grupos sociais. Evidentemente, quando se mergulha em uma reflexão desse tipo, percebe-se que esses recursos podem ser materiais e imateriais e se agrupam em alguns tipos de capital. Segundo JAMES COLEMAN (1990), citado por ABU-EL-HAJ (1999: 68):

“Existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infraestrutura e financiamentos), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade (...) A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos sócio-econômicos e humanos disponíveis”.

Em outros momentos, COLEMAN, citado por PISELLI (2003:55 e 56), afirma que:

“El concepto de capital social, entonces, se refiere a la estructurade lãs relaciones sociales, entre dos o más personas. Como otras formas de capital, el capital social es productivo; es un recurso para la acción que hace posible al actor (individual o colectivo) el logro de ciertos fines que de otro modo (o con costos muy altos) serían inalcanzables (...) El capital social es el resultado de estrategias de inversión, itencionales inintencionales, orientadas a la construcción y reproducción de relaciones sociales duraderas, capaces de procurar, con el tiempo, lucros materiales e simbólicos (...) Está constituido por el conjunto del recursos relacionales que el individuo en parte hereda y que ampliamente construye por sí solo, en la familia y en otros círculos sociales. Como componente de la estructura social, se concreta en características estructurales y normativas de un determinado sistema social; organizaciones, normas, instituciones, etcétera”.

Para Coleman, as formas de capital social são múltiplas e, quanto mais os indivíduos dependerem uns dos outros, mais essas formas se multiplicam e fortalecem a sua característica principal que é a de ser um bem público. Segundo o autor, *“Como atributo de la estructura social em que la persona está insertada (embedded), el capital social no es propiedad privada de algunas de las personas que obtienen ventajas con él”* (COLEMAN, 1999:315, citado por PISELLI, 2003:57).

Essas conceituações de Coleman conduzem a interpretações variadas que podem ser consideradas como culturalistas ou neo-institucionais. Ou seja, pode-se compreender que, quando Coleman sugere que o capital social pode ser herdado, isso possibilita uma interpretação segundo a qual as pessoas só podem adquiri-lo se herdarem de alguém, o que

leva a imaginar que se precisa de herança cultural. Por outro lado, ao se fazer uma interpretação de que este capital pode ser adquirido por meio de práticas institucionais, isso significa que será preciso ter uma nova institucionalidade que permita isso.

Em função dessas possibilidades interpretativas, houve uma ‘divisão’ entre os estudiosos pioneiros do capital social. Por exemplo, pode-se considerar que Putnam seja um representante dos culturalistas e que Peter Evans e Jonathan Fox sejam considerados como representantes dos neo-institucionalistas.

Estes autores foram caracterizados assim porque suas obras principais os conduziram a isso. PUTNAM (1993), ao realizar um estudo sobre o papel que a sociedade civil teve na reordenação política da Itália, concluiu que, nas regiões em que as pessoas eram mais integradas a organizações do tipo horizontal e que, portanto, tinham no exercício cívico da participação em organizações uma herança cultural, presenciava-se um melhor desenvolvimento. Já nas regiões onde não se observava essa característica, havia uma maior tendência ao subdesenvolvimento e à existência de entraves ao exercício da democracia.

Noutra vertente, EVANS (1996) e FOX (1996) argumentam que não é somente por herança cultural que se adquire capital social e que não é de toda verdade que somente esta herança produza horizontalidade nas organizações. Estes autores defendem que, em grande medida, é o Estado que bloqueia, ou não, o avanço na horizontalidade das organizações e, portanto, necessita ser redesenhado institucionalmente para possibilitar isso.

Segundo ABU-EL-HAJ (1999), EVANS (1996) e FOX (1996):

“O pressuposto básico de que as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, é a exclusividade da mobilização dos recursos sociais. O Estado, na sociedade moderna, é a arena principal da convergência das demandas sociais, determinando, em última instância o sucesso das iniciativas voluntaristas. Em outras palavras, o poder de intervenção e o seu caráter moldam a interação social e determinam o sentido do espaço público. As instituições públicas, nessa visão, forjam os rumos da ação coletiva, valorizando seu potencial ou aniquilando sua capacidade de ação” (Op. Cit.:71 e 72).

No caso específico das cooperativas populares, percebe-se que o Estado participa de determinadas ações que podem ajudar em suas práticas, pois, se, acaso, o Estado tenha o interesse de frear estas práticas, ele o faz de várias maneiras, como se pode perceber no que se conseguiu observar durante a pesquisa de campo e que é explicitado nos depoimentos transcritos a seguir e que esclarecem essas práticas do Estado:

“Devido ao grande desemprego que há em nossa comunidade e pela ampliação das profissões existentes, a Cooperativa Arco-Íris acumulou experiência em várias áreas e, por isso, não somos uma cooperativa fechada, isto é, só de uma profissão. Por causa disso, estamos enfrentando um processo, como réu, no Ministério Público do Trabalho, pois eles acreditam que nossa cooperativa não é uma cooperativa de fato, é uma falsa cooperativa, exatamente porque não é de um segmento só. E estão ameaçando fechar a cooperativa. Ou seja, a gente luta para diminuir o desemprego e o Estado fecha as portas que estamos abrindo” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Da mesma maneira, uma outra cooperativa vem recebendo negativas por parte do Estado, exatamente porque, segundo as informações coletadas durante a pesquisa, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro não ajudou na resolução dos problemas que as cooperativas tentavam resolver. O depoimento a seguir reflete a questão, afirmando que:

“Com a Prefeitura tem sido difícil de se conseguir as coisas. Por exemplo, em fevereiro de 2001, César Maia lançou um decreto em que dava prioridade para as cooperativas populares na confecção dos uniformes escolares da rede municipal de ensino. Isso foi lindo, maravilhoso! E ainda citou, saiu até na imprensa, as cooperativas Royal Flash, Pierre Cardin e Coopmanga. Daí nos sentamos com a Secretaria de Educação e discutimos qual a forma que dava para a gente fazer o serviço. Nisso nós acreditávamos que o pedido para todas as escolas fosse desmembrado. Não fosse ser tudo de uma vez. Nós, das cooperativas, nos juntamos e ganhamos a licitação. Só que, quando saiu a encomenda, foi para que fosse entregue tudo de uma só vez, 40 mil peças. Isso foi terrível. As cooperativas tentaram chegar até o Prefeito para expor o nosso problema porque ele seria a única pessoa que podia fazer com que a coisa acontecesse, mas, infelizmente, a gente não conseguiu. Então, faltou vontade política para que a coisa acontecesse na prática, porque no papel tudo estava lindo, maravilhoso! Na época da publicação do decreto, nós passamos uma semana inteirinha dando entrevistas para a imprensa sobre o que nós esperávamos com aquele decreto, mas, infelizmente, nada na prática aconteceu” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

São fatos como estes que justificam a afirmação de que o Estado possui uma função importante no processo de construção do capital social, por parte das organizações. Isso abre um debate importante sobre as relações do Estado com a sociedade, tendo como elo destas discussões o capital social. Em decorrência disso, outros autores procuram fazer adições das teses de Putnam com as teses de Fox e Evans, pois, grosso modo, ambas possuem equívocos no que diz respeito a seus pressupostos básicos. Mas, por outro lado, sugerem pistas importantes para se pensar formas melhores de relações do Estado e da sociedade nos processos de desenvolvimento. Esse debate faz surgir outras variantes acerca do capital social, que serão observadas mais adiante.

Quando se debatem temas relacionados com o desenvolvimento, nos dias atuais, necessariamente, há a necessidade de poder combinar os enfoques voltados para as teses do desenvolvimento social, indicando uma espécie de regra segundo a qual se deve considerar o social antes do econômico, sobretudo quando se está pensando em cenários que apresentam altos índices de desemprego e de exclusão social. Isso abre, segundo KLIKSBURG (2000), uma nova perspectiva nas discussões sobre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Para este autor, as reformulações em curso sobre o pensamento econômico convencional, que apenas visa o desenvolvimento econômico, estão se fragilizando e, cada vez mais, buscando dar ênfase ao que chamam de capital humano. Nesse sentido, aumentar capital humano significa dar mais atenção à melhoria das condições de saúde, educação e conhecimento, sobretudo nas camadas mais pobres, fórmula esta que ajuda na possibilidade de se obter uma boa sustentação para o desenvolvimento econômico e de uma boa governabilidade.

Por outro lado, pode ser que, ao se desenvolver o capital humano e na medida em que este se reforce e se aproxime das questões culturais, se estará ajudando a construir capital social. Para Kliksberg, esta estratégia só reforça a discussão epistemológica, política e metodológica acerca do capital social, sobretudo quando se observa que estas sugestões partem de estudiosos ligados ao Banco Mundial. Com essa preocupação, o autor sugere que se acentuem as investigações em torno dos processos de desenvolvimento que envolvam, principalmente, experiências nas quais a própria população está tendo um papel imprescindível, pois, segundo Kliksberg, isso conduz a ações coletivas que se fundamentam

na cooperação e na participação horizontal e, por isto, se orientam por valores vitais a determinadas comunidades, como, por exemplo, o exercício da democracia.

Dessa forma, o autor defende que essas experiências, de fato, são geradoras de capital social – sobretudo quando indicam privilégios para a solidariedade, responsabilidade pessoal e grupal, transparência nas relações, criação de confiança, iniciativa pessoal e amor ao trabalho – dentro de uma outra perspectiva diferente daquela que se orienta apenas para garantir a governabilidade. Neste caso, estar-se-ia diante de uma tese que considera que, desde quando essas experiências se articulem com outras similares, se transformam em usinas de capital social, que são utilizados para se alcançar objetivos que não só estritamente sociais, mas, em grande medida, estes são os seus pontos cardeais fundamentais. Para exemplificar experiências desse tipo, Kliksberg apresenta as experiências desenvolvidas na Villa El Salvador, no Peru, a das feiras de consumo familiar da Venezuela e a do orçamento participativo, na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Para o autor, essas experiências sintetizam os pontos fundantes para propostas de desenvolvimento que observem, de fato, no exercício da democracia, a alavanca principal nesses processos. Para Kliksberg, isso será tanto mais avançado quanto mais for produzido, utilizado e reproduzido o capital social. No entanto, é preciso que se considere a questão cultural de cada lugar, para que não se incorra no risco de criar pacotes/modelos.

Ao se observar experiências como as citadas por KLIKSBERG (2000) e outras, como as encontradas em YUNUS (1997), em GUIMARÃES (1999), em SINGER e SOUZA (2000) e em SANTOS (2002), dentre outras, pode-se perceber que se está falando de exemplos nos quais o capital social é aplicado de forma diversa. No entanto, as experiências citadas tratam-se de mobilizações que envolvem busca de alternativas para as teses do desenvolvimento econômico, ou seja, que buscam privilegiar grupos que estão em situação de exclusão social.

Porém, é importante considerar que, quando se fala sobre capital social, se está fazendo referência a distintas possibilidades de manifestação, já que ele pode ser utilizado diferentemente. Por exemplo, o capital social pode ser construído e utilizado pelos empresários ou pelos trabalhadores, pelas organizações criminosas e pelas organizações de combate ao crime, pelos grupos sociais ou pelas instituições de governo ou, ainda, pelas instituições não governamentais. Nesse sentido, ele representa um conjunto de características e instrumentos utilizados para buscar o benefício de um determinado grupo. Porém, à medida que essas buscas estejam em sintonia e estejam voltadas para garantir uma boa governabilidade ou uma boa qualidade de crescimento sustentável, o capital social será um forte aliado no reforço das teses que possuem no Banco Mundial sua sustentação, como se pode ver em ASSAF e FELDMAN (1999). Por outro lado, quando essas buscas convergem para objetivos que envolvem a busca de alternativas comuns, como, por exemplo, minorar a pobreza, o desemprego e a exclusão social, mas, sobretudo, que vislumbrem a possibilidade do empoderamento dos grupos e o avanço do exercício da democracia, o capital social passa a ser aliado das teses de autores que concebem que, ao utilizarem, produzirem e reproduzirem capital social em rede, vários grupos sociais provocam a busca por alternativas econômicas e sociais que considerem suas necessidades e condições próprias e a busca da emancipação. É o que se verifica nas experiências citadas e se aproxima, por exemplo, do que sugerem e argumentam autores como SANTOS e RODRÍGUEZ (2002) e SANTOS (1995), ou seja, próximo do que Gorz, citado por SANTOS e RODRÍGUEZ (2002), afirma ser uma busca de se aplicar reformas revolucionárias dentro do capitalismo, que facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalista.

Pela compreensão de que o capital social pode ter variadas fontes e ser apropriado por variados grupos sociais, pode-se afirmar que ele possuirá mais destaque, tanto quanto mais se aproximar ou emanar de organizações constituídas por parcelas ou grupos da sociedade que buscam aproximação com as tendências culturais e com as questões cotidianas, sobretudo

aquelas que reforçam práticas coletivas de mudanças que são favoráveis às camadas populares. As ações coletivas, dentro do que consideram OFFE e WIENSENTAL (1986), desenvolvidas por essas organizações, e as relações entre elas podem ser o mais forte ingrediente para a reprodução de capital social, pois, conforme argumenta Norman Uphoff, citada por FELDMAN e ASSAF (1999), são nas inter-relações e na complementaridade, ou seja, nas ações em rede, que o capital social se fortalece.

Se considerar-se que as ações coletivas em rede reproduzem capital social com mais facilidade, há que se refletir que essa reprodução se dá em via de mão múltipla, em que, por exemplo, se reproduzem, ao mesmo tempo, os capitais sociais dos empresários e dos trabalhadores, do crime organizado e das organizações que combatem o crime, das instituições governamentais e das organizações que representam a sociedade civil, das organizações não governamentais e de outras formas de representação da sociedade, e até das organizações que atuam no mercado, pois, grosso modo, todas essas organizações possuem o seu capital social. Esta reflexão sugere que seja feita sempre uma distinção sobre que tipo de capital social se está considerando. Sendo assim, isso remete à necessidade de, em primeiro lugar, se definir sobre qual classe ou classes sociais se refere ou quais os grupos sociais se está considerando. Será precisamente isso que poderá fazer uma limpeza do campo reflexivo e, a priori, evitará o caminho que conduz a discussões infundáveis, quiméricas e que geram uma espécie de gincana teórica ou oxímoro sobre o conceito, em que, para cada afirmação, sempre vai existir uma posição favorável e uma desfavorável, as quais produzirão questões que precisarão de respostas ou defesas que alimentarão outras formulações e assim por diante.

Para escapar desse moto-contínuo, é importante considerar que existem diferentes capitais sociais que são gerados, utilizados e reproduzidos por diferentes grupos, segmentos ou extratos sociais que possuem objetivos, fins, estratégias e táticas diferentes e que, portanto, possuem pontos cardeais distintos e ação coletiva diferenciada, dependendo, inclusive, de enfrentar dinamicidades e situações distintas, que se aproximam do que PISELLI (2003), se referindo à capital social, defende ser um conceito dinâmico e situacional. Portanto, considerando-se isso, é agora conveniente demonstrar as principais discussões e conceituações acerca do capital social, mas, situando que estas discussões e conceituações terão sempre relação com o capital social produzido, usado e reproduzido pelas camadas populares da sociedade, pois com isso se poderá aproximar das realidades vivenciadas e pelas cooperativas populares sobre as quais esta pesquisa centrou seus olhares.

Nesse sentido, vários autores embarcam nestas discussões tornando-as cada vez mais importantes para a estruturação melhor de uma teoria sobre capital social. Assim sendo, o que se tem observado é que, a cada nova pesquisa realizada, a cada reordenação de concepções, o capital social vai se clareando como um *framework* importante para se analisar os papéis das organizações representativas da sociedade nos processos de desenvolvimento, sobretudo quando esses processos destacam a necessidade da busca de alternativas para minorar a pobreza, o desemprego e a exclusão social.

É com esta preocupação que diversos pesquisadores têm conduzido suas pesquisas e alimentado o debate acerca do capital social. Para KLIKSBERG (2000), segundo análises do Banco Mundial, além do capital humano, o capital social tem sido chave decisiva no progresso tecnológico, no crescimento sustentável, na competitividade, num bom governo e na estabilidade democrática. Especificamente sobre capital social, caem vários olhares que, cada vez mais, o tornam uma importante ferramenta para o desenvolvimento. Nesse sentido, segundo este autor, persiste a necessidade de definir o que seria capital social, mas, ao mesmo tempo, ele sugere não ser possível se conseguir uma definição consensuada. Isso pode significar que, à medida que determinadas instituições, grupos sociais ou agências passam a utilizar este instrumento como uma de suas bases de formulação e análise de programas de

desenvolvimento e de definições de suas estratégias de ação, como o faz, por exemplo, o Banco Mundial, abre-se um leque interpretativo que aponta para, pelo menos, dois sentidos.

O primeiro sugere tratar-se de um instrumento híbrido e a ele pode ser atribuído o sentido próprio conveniente a uma determinada situação, mantendo assim independência de qualquer ação ordenada num processo de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que os indivíduos ou grupos usam apenas para resolver problemas momentâneos, ou isolados, que não remetem a nenhuma perspectiva empoderadora ou articulada com outras ações dentro de um processo de desenvolvimento. Isso, de certa forma, se relaciona como as primeiras formulações sobre capital social que ainda não passavam de primeiras concepções, principalmente com as de Bourdieu e as de Coleman, que, segundo PIZZORNO (2003), são simplistas e instrumentais, pois se referem apenas a recursos que os indivíduos usam para estratégias individuais, cuja formação se explica como sendo fruto de uma ação deliberada ou que o consideram como recursos que são usados, não como reciprocidade, pois sempre um grupo ou um indivíduo, ao usá-lo, vai tirar vantagem sobre outro indivíduo ou grupo, mesmo que pertençam à mesma condição social que o outro. Ou seja, é próxima das relações de competição.

O segundo sentido sugere que ele seja relacionado como um dos elementos centrais nos processos de desenvolvimento, pois permite uma ação de reciprocidade entre grupos afins, em que se pode vislumbrar a constituição de redes de solidariedade, cooperação, ajuda e confiança mútua.

É precisamente com esse segundo sentido que se assemelham as práticas das cooperativas populares, pois, conforme se pôde observar durante a pesquisa, elas são fortemente movidas por essas práticas e ações que envolvem tanto questões de necessidades cotidianas quanto processos de ordenações políticas direcionadas a reforçar as lutas de outros atores sociais, como, por exemplo, o movimento de economia solidária.

Para se ter mais clareza acerca das definições sobre capital social, é importante dizer, nesse momento, que os seus conceitos iniciais não são considerados como contrapontos aos atuais, mas que estes são complementares àqueles. No entanto, vale o registro de que alguns autores tomam, por exemplo, as argumentações de Bourdieu e Coleman, bem como algumas de outros autores mais recentes, para fazer críticas estratificadas. Convém, dessa forma, considerar que capital social é um conceito em elaboração cumulativa, em cujas construções as primeiras contribuições, como as de Bourdieu, são valiosas.

Embora tendo clareza do risco de cair na armadilha de se fazer ‘retrospectiva’ histórica sobre a construção do conceito de capital social, será fundamental, aqui, apresentar a trajetória que este conceito teve ao ser plasmado. A demonstração dessa trajetória dará bases para a sustentação de que o capital social pode ser uma ferramenta teórica poderosa para a compreensão das estratégias das cooperativas populares na tentativa de ajudar a minimizar questões como as do desemprego e da exclusão social.

Para isso, devem ser consideradas algumas contribuições de vários pesquisadores. Na tentativa de ajudar numa melhor reflexão, é conveniente que se distribua esta ‘narrativa’ em partes que envolvam, num primeiro momento, a origem histórica do conceito; depois, se apresente o surgimento da concepção que marcou o início dos debates acerca do capital social; em seguida, é importante apresentar as variantes que proporcionaram o surgimento de correntes diferentes sobre o conceito. Na seqüência, será valioso demonstrar as contribuições e as críticas que procuram ajudar numa formulação mais apurada acerca do conceito de capital social como categoria de análise para os processos que podem apontar pistas para o desenvolvimento.

Ao fazer-se esta apresentação da trajetória sobre capital social, tem-se a finalidade de demonstrar o grau de contribuição que ele tem oferecido para uma melhor estruturação e ação

das cooperativas populares, no sentido de que estas, ao fazerem uso deste capital social, reforçam as estratégias de desenvolvimento da economia solidária.

Quanto à origem do conceito, pode-se perceber que existem vários relatos ou interpretações. De acordo com HERMET (2002), Thorstein Veblen, em *The Theory of the Leisure Class*, de 1889, foi quem primeiro se referiu a capital social para designar os atributos que a, por ele chamada, ‘classe ociosa’ utilizava para dominar a sociedade nos Estados Unidos. Estes atributos, aliados ao forte poder monetário, eram usados pelos ‘dominantes’ para viverem do trabalho alheio. Lydia Judson Hanifan, em *The Community Center*, de 1920, argumentou que o capital social significava vantagens que as pessoas conseguem no cotidiano e que ajudam na unidade social e na interação dos indivíduos e de suas famílias, como, por exemplo, bem-estar, simpatia e companheirismo (ASSAF e FELDMAN, 1999). Glen Loury, em *A Dynamic Theory of Racial Income Differences*, de 1977, citado por ASSAF e FELDMAN (1999) e por PIZZORNO (2003), considera que o capital social é um importante instrumento para explicar como se forma o ‘capital humano’ que foi definido pelos economistas como sendo a acumulação de conhecimentos e habilidades com os quais os indivíduos contribuem para o processo produtivo da riqueza.

Porém, o termo capital social só foi mais destacado quando os economistas passaram a compreender que as relações sociais de intercâmbio e o sistema social que dela deriva contribuem muito para o desenvolvimento econômico, ou seja, que as relações de não intercâmbio comercial, como, por exemplo, as associativas, as de ajuda mútua e as de solidariedade, são muito úteis às relações econômicas. Portanto, o que era ‘terreno’ da sociologia passou a ser invadido pelos economistas que passaram a chamar essas relações de capital social (PIZZORNO, 2003). Foi nesse sentido que, percebendo a necessidade da sociologia averiguar essas águas comuns às duas disciplinas, passou-se a dar mais ênfase às reflexões acerca do capital social. Dessa forma, Pierre Bourdieu, em *Le Capital Social: Notes Provisoires*, de 1980; em *Questões de Sociologia*, de 1984 e em *The Forms of Capital*, de 1986, formula que capital social são: « *los recursos que derivan de la posesión por parte de un actor social, de relaciones de mutuo conocimiento o reconocimiento* » (BOURDIEU, 1980, citado por PIZZORNO, 2003:21). Para Bourdieu, o capital social é:

« Um atributo individual e coletivo de distinção e, com isso, de domínio dos membros das categorias privilegiadas. Este atributo se apóia, segundo ele, no capital econômico (segurança material), no capital cultural (o fácil manejo do conhecimento) e no capital relacional ou capital social de que dispõe cada um daqueles membros que se diferenciam da gente comum: capitais todos eles são, além do mais, conversíveis em um capital simbólico no qual se baseiam as elites de todos os tipos para garantir sua posição proeminente » (BOURDIEU, 1984, citado por HERMET, 2002:101).

O capital social pode ser, ainda, considerado por BOURDIEU (1986:249), citado por ASSAF e FELDMAN (1999:10), como:

“The aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition - or in other words, to membership in a group - which provides each of its members with the backing of the collectively-owned capital (...) The volume of the social capital possessed by a given agent thus depends on the size of networks of connections he can effectively mobilize and on the volume of the capital (economic, cultural e symbolic) possessed in his own right by each the those to whom he is connected”.

Segundo estes autores, Bourdieu chama a atenção para o fato de que se não for dado um destaque especial ao mecanismo de delegação e representação, pode-se capacitar apenas um pequeno número de indivíduos. Isso reforçaria sua tese inicial de que apenas uma pequena elite pode ser portadora e usuária de capital social, ou que pode conduzir este pequeno número de indivíduos a agir de forma que possibilite ou surja um tipo de domínio que pode conter a semente de um futuro desfalque ou má apropriação do capital que o grupo montou ou construiu junto (ASSAF e FELDMAN, 1999).

Estas argumentações de Bourdieu sugerem pistas diversas sobre as possibilidades de construção, uso e reprodução de capital social, dentro das organizações sociais e, sobretudo, dentro das redes que estas estabelecem, principalmente quando são atores de determinados processos de desenvolvimento. Em grande medida, as observações de Bourdieu influenciaram vários sociólogos a pensar no assunto. Um dos primeiros a fazer isso foi o norte-americano James Coleman. Diferentemente dos economistas, que definem o capital social como sendo uma riqueza qualquer que permite obter um determinado fim, James Coleman, em *Foundations of Social Theory*, de 1990 e em *Social Capital in the Creation of Human Capital*, de 1988, argumenta, segundo HERMET (2002), que o capital social pode ser:

“Um recurso inscrito no modo de organização da vida econômica e social de uma população, ou melhor, como um bem coletivo - public good – de que ninguém pode apropriar-se individualmente e que, na prática, intervém na vida social, na forma de um respeito às obrigações mútuas e às normas de comportamento vigente que, por sua vez, geram relações de confiança e transcendem as meras preocupações de interesse para criar o marco moral do grupo em questão. De uma maneira mais ampla, esse capital estimula, além disso, a acumulação de outros tipos de capital, tais como o escolar e universitário mais elevado dos membros de categorias bem inseridas na sociedade” (Op. Cit:102).

Ao construir seu conceito, James Coleman reconhece, segundo PIZZORNO (2003), que a intenção que guia o uso do capital social é a de corrigir a distorção individualista da economia neoclássica. Em outras palavras, Coleman afirma que:

“La novedad de este concepto consiste en guiarnos para que miremos los mismos fenómenos que tradicionalmente analizaba la sociología en sus relaciones estructurales (de relaciones de causa y efecto), pero de un modo nuevo, es decir, asumiendo, como punto de vista epistemológico, el de un sujeto de acción que trata las relaciones sociales en las que se mueve como medios para la consecución de determinados fines. El capital social, constituido por las relaciones sociales posee un individuo no conforma entonces más que éste puede utilizar, junto a otros, para la mejor persecución de sus propios fines” (Op. Cit:21).

Quando Coleman amplia a concepção inicial de Bourdieu sobre capital social, conduzindo-o para uma reflexão dentro do campo do coletivo, abre uma discussão que conduz a um princípio que é aceito, de forma quase que geral entre os pesquisadores do tema e que pode ser resumido no entendimento de que capital social são recursos utilizados coletivamente e que, cada vez mais, necessitam, para sua reprodução, de articulações em rede. Este debate foi ampliado pela discussão sobre o caráter individual e coletivo do capital social, conforme argumenta Fortunata Piselli e pela discussão sobre a relação que as organizações mantêm com o Estado, com o mercado, nos processos de desenvolvimento e de reorganizações sociais dos mais variados países.

De certa forma, foi esta última discussão que possibilitou a realização de pesquisas que serviram como bases empíricas para sustentação do conceito de capital social. O que se passou a considerar nos últimos anos é o grau de contribuição que o capital social proporciona para a qualidade das instituições e o grau de contribuição destas nos processos de desenvolvimento. É conveniente, portanto, entender quais as contribuições dadas ao conceito ao longo do tempo.

PIZZORNO (2003) resume as contribuições fundantes do conceito de capital social, dizendo que existe uma convergência para as contribuições iniciais de Pierre Bourdieu, James Coleman e Alejandro Portes, este último tendo como co-autora Julia Sensenberg. Segundo PIZZORNO, BOURDIEU (1980) se interessou pelo uso dessa noção quando estudou estratificação social, sobretudo para entender como os círculos sociais operam para convalidar e reforçar as distinções de classe. Para Pizzorno:

“Desde el punto de vista teórico, la concepción de Bourdieu es bastante simple: el capital social se explica unicamente de modo instrumental, como recurso para las estrategias individuales, y su formación se explica como el fruto de la acción deliberada” (PIZZORNO, 2003: 48).

Por esse modo de compreensão, Bourdieu, segundo Pizzorno, não considera as questões relativas à natureza das relações que o uso destes recursos possui para provocar sociabilidade, nem tampouco as questões que possuem relações com os modos de controle, por exemplo, de confiança e reciprocidade não instrumental, por parte dos grupos envolvidos.

Noutras condições, James Coleman considera também capital social em uma compreensão instrumental em que os indivíduos e grupos utilizam os mecanismos de confiança e reciprocidade sempre em um campo onde a aplicação ou o uso deste são sempre feitos, desde que o grupo sinta que pode tirar benefícios oportunos disso. Não considera, portanto, o potencial de identidade do outro, nem a reciprocidade do tipo universalista, por meio da qual os grupos sociais tiram proveitos mútuos distanciando-se do tradicional *jogo de soma zero*. Coleman exemplifica situações de confiança e reciprocidade apoiando-se numa espécie de estrutura normativa que influencia determinadas sociedades, como, por exemplo, as que existem em bairros de Jerusalém onde, diferentemente das de Chicago, as mães permitem que seus filhos circulem sozinhos pelos bairros, pois se apóiam numa cultura de confiança e de apoio mútuo entre as famílias. No entanto, Coleman, segundo PIZZORNO (2003), não explica como se forma essa estrutura de relações de confiança e ajuda mútua.

Uma terceira contribuição que é considerada para dar sustentação ao conceito de capital social é a apresentada por Portes e Sensenberg, em *Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action*, de 1993. Para estes autores, as formas de capital social possuem quatro fontes: interiorização de valores, intercâmbio de reciprocidades, solidariedade coletiva e confiança imposta. Pelas argumentações de PIZZORNO (2003), essas quatro fontes possuem relações com quatro tradições sociológicas, respectivamente: a durkheimiana, a simmeliana, a marxista e a weberiana. A primeira e a terceira fontes seriam alimentadas por algum princípio e a segunda e a quarta são meramente instrumentais (movidas por cálculos de benefícios individuais). Esta estrutura, ou esboço teórico, se transforma em um modelo ‘virtual’, segundo Pizzorno, à medida que não explica como se constituem a interiorização dos valores e quando se deve servir uma teoria ou outra. Por exemplo, quando a teoria marxista pode explicar a fundamentação do princípio que serve de referência às práticas de solidariedade coletiva? Pela avaliação de Pizzorno, parece que esta estrutura teórica sugerida por Portes e Sensenberg carece de mais fundamentações explicativas.

Se essas três vertentes de contribuição necessitam de uma relação teórica mais robusta, talvez seja por isso que continuam as discussões e investigações em torno do conceito de capital social. É por isso que se exigem cada vez mais investigações sobre o tema. Foi nesse sentido que ocorreram as contribuições apresentadas por Robert Putnam, Jonathan Fox e Peter Evans, que passaram a servir como balizadoras de variantes interpretativas ‘distintas’ ou, minimamente, com bases de argumentações teóricas diferentes.

Os estudos de ROBERT PUTNAM (1993 e 1995) conduziram a uma reflexão sobre capital social como sendo uma ação comunitária, ou seja, fazem referências a recursos que são utilizados e que se traduzem em características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para facilitar as ações coletivas da sociedade e torná-la mais eficiente. O capital social, dessa forma, facilita a cooperação espontânea, a ajuda mútua e a reciprocidade entre os grupos sociais e entre estes e as instituições do Estado e de mercado, promovendo a estruturação de redes de relacionamentos. Isso pode, portanto, patrocinar, por exemplo, um novo panorama de participação cívica e de desempenho institucional.

Para Putnam, um dos componentes básicos do capital social é a cooperação voluntária ou espontânea, pois ela impulsiona as ações coletivas e força a busca de respostas para os seus dilemas históricos, como, por exemplo, o de procurar combinar a democracia representativa com a democracia participativa ou direta⁴¹. No entanto, Putnam, referindo-se a uma revisão bibliográfica sobre o tema, afirma que:

“A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil em uma comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 1993:177).

Putnam crê, complementarmente, que o capital social possui como fundamento básico a confiança mútua e que ela é responsável por boa parte do sucesso entre as relações sociais e econômicas. Não havendo confiança não pode haver certeza quanto aos contratos, acordos ou vigência das leis. Segundo Putnam, a confiança também depende de herança cultural e de regras e sistemas para se consolidar. Seriam essas regras e sistemas que assegurariam com que a confiança e a cooperação fossem exercidas não apenas no campo individual, mas, fundamentalmente, no coletivo ou social. Neste caso, essas regras (normas, acordos, contratos) e os sistemas (redes) garantiriam a reciprocidade de confiança e cooperação.

Além do mais, Putnam considera que é preciso determinar sobre que confiança se está falando e, por isso, afirma que:

“A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente. Você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade) fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer. Você só confia porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas de que dispõe e suas conseqüências, a capacidade dela e tudo mais, você espera que ela preferirá agir assim”(PUTNAM, 1993:180)

Este autor acredita que a confiança se transforma de pessoal para coletiva quando o estoque de capital social é aumentado, sobretudo quando se fortalece o grau de reciprocidade generalizada, que, em geral, está associado a um amplo sistema de intercâmbio social. Essas combinações remetem, segundo ele, à prática da participação horizontal que sustenta os

⁴¹ Sobre isto ver OFFE E WIESENTHAL (1986).

sistemas horizontais. Por sistemas horizontais, Putnam considera aqueles em que a ação coletiva já teve minimizado os seus dilemas, garantindo o exercício da democracia. Segundo ele, esta regra conduzirá para um desempenho institucional mais favorável para a comunidade em geral. Em uma palavra, afirma que, ao longo da história, as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico e o desenvolvimento institucional. Por isso assegura que “*o capital social corporificado nestes fundamentos, favorecem o desempenho do governo e da economia e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, estado forte*” (PUTNAM, 1993: 186).

Prossegue, afirmando que:

“Em todas as sociedades os dilemas da ação coletiva obstam as tentativas de cooperar em benefício mútuo, seja na política ou na economia. A coerção de um terceiro é uma solução inadequada para esse problema. A cooperação voluntária (por exemplo, as associações de crédito rotativo) depende do capital social. As regras de reciprocidade generalizadas e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para cooperação futura. A própria confiança é uma propriedade do sistema social, tanto quanto um atributo social. Os indivíduos podem ser confiantes (e não simplesmente crédulos) por causa das normas e dos sistemas em que se inserem seus atos” (Op. Cit:186).

Putnam considera que o capital social tende a ser cumulativo, da mesma forma que a ausência deste também o é. É nesse sentido que ele considera o capital social como sendo cultural. Em sua compreensão, o capital social não é fácil de ser construído e ampliado, mas, quando isso ocorre, “*é fundamental para fazer a democracia funcionar*” (Op. Cit:194).

Em suas reflexões o autor acredita, sobretudo, no poder que tem o capital social para ajudar numa determinada relação institucional entre o Estado e a sociedade, no sentido de garantir mais democracia e mais desenvolvimento econômico. No entanto, considera que as instituições são difíceis de serem transformadas, negando, dessa forma, a chance de conseguir, em países com pouca herança democrática, uma possível nova institucionalidade que venha a garantir com que esse determinado país migre de uma situação em que predominam as relações verticalizadas, para uma outra em que predominem as relações sociais que tenham na horizontalidade (relações intra e interinstitucionais mais democráticas) sua base de sustentação para o desenvolvimento.

Reside nos pontos acima o núcleo que alimenta a discordância metodológica sobre as considerações finais a que chegou Putnam em seus estudos sobre a institucionalidade italiana.

Foi para confrontar esses argumentos que, por exemplo e principalmente, Jonathan Fox e Peter Evans elaboraram teses que contrapõem-se às de Putnam. Para esses autores, Putnam comete erros ao não considerar ser possível que um determinado país de herança cultural verticalista (autoritária) possa mudar sua estrutura social (formas que a sociedade encontra para produzir suas relações). E também ao não considerar que o Estado, por meio de suas instituições, pode ter um papel importante na transformação das entidades da sociedade civil e do setor privado, no sentido de ajudar com que os seus desempenhos sejam mais ou menos favoráveis na busca de novas relações institucionais das quais dependem os processos de desenvolvimento econômico ou de transformação social.

Nesse sentido, abrem-se duas variantes no debate sobre capital social. A primeira, que seria chamada de variante culturalista é representada por Putnam e a segunda, a variante neo-institucional, representada por Fox e Evans, para os quais são necessárias mudanças institucionais para a construção de capital social. Para esta última corrente, o Estado possui

uma função determinante, tanto positiva como negativa, na definição do perfil das organizações sociais, ou seja, onde o Estado se dispõe a incentivar e ajudar nos avanços das relações sociais horizontalizadas, percebe-se uma maior acumulação de capital social; o contrário também é verdadeiro.

Considerando-se estas contribuições, a discussão acerca do capital social é ampliada, incorporando a necessidade de compreender qual o papel que o Estado, a sociedade civil e o mercado (setor privado empresarial/industrial) possuem na construção de capital social e, conseqüentemente, no perfil de sua contribuição nos processos de desenvolvimento, usando cada um os seus capitais sociais. Atingindo este nível, pode-se dizer que a discussão passa a ser direcionada para as relações ou sinergias entre o público e o privado.

Assim sendo, quando Putnam afirma que existe uma complementação entre a meritocracia burocrática (estado) e as iniciativas coletivas que surgem do associativismo horizontal, pode-se considerar que, por um lado, é possível crer que a confiança interna das associações impulsiona um grande engajamento cívico e, por outro, que a normalização das instituições públicas reforçaria e incentivaria as iniciativas sociais coletivas. Por que não? Então, pode-se concluir que a reciprocidade mútua dessas duas instâncias incentiva o potencial transformador e valoriza o bem-estar geral da sociedade (ABU-EL-HAJ, 1999), favorecendo o surgimento de políticas que assegurem um melhor desenvolvimento e uma diminuição das desigualdades sociais. Por este viés, o próprio Putnam pode ser compreendido como um autor que valoriza as relações público-privado, no sentido não somente negativo ou de mão única, ou seja, num plano em que as instituições públicas não influenciam nas vidas das organizações não estatais.

No entanto, esta consideração não suspende o debate entre as correntes culturalistas e neo-institucionais, pois este desenho institucional das relações entre o público e o privado carece de uma definição mais detalhada do papel do Estado. É precisamente este o centro das discussões entre os argumentos de Putnam e Evans. Enquanto, para Putnam, existe uma demarcação clássica entre a ação pública e privada, em que o Estado, ao se isolar, reforça a sua autonomia, para Evans, se o Estado se isolar, ele não assegura nem sua autonomia e nem o seu potencial transformador. Segundo Evans, as sinergias entre o público e o privado são essenciais para ajudar na construção de capital social.

Por outro lado, enquanto Putnam afirma que o associativismo horizontal é uma contingência linear das tradições culturais de determinadas comunidades, Evans defende que o associativismo horizontal pode ser adquirido, mesmo em comunidades sem tradição democrática ou em países em que prevalecem os regimes autoritários. Com essa compreensão, Evans considera que a ausência de horizontalidade, em grande medida, é fruto das ações políticas autoritárias e centralizadas dos estados.

Esse debate reforça as considerações culturalista e neo-institucionais de capital social. Para a primeira, o capital social tende a ser gerado a partir de herança cultural (Robert Putnam) e a segunda considera que serão as mudanças institucionais, sobretudo as estatais, que ajudam a gerar capital social. Para estes últimos, se o Estado democratizar suas instituições, estará diretamente influenciando mudanças nas organizações representativas da sociedade (Peter Evans). Porém, se as instituições do Estado forem coercitivas e autoritárias, tendem a se transformar em inibidoras da horizontalização associativa (Jonathan Fox). Portanto, para Fox e Evans, especialmente para o último, a função do Estado oscila entre reguladora e incentivadora das interações sociais (ABU-EL-HAJ, 1999).

Outras vertentes de compreensão do capital social se desenvolvem em torno das concepções iniciais sobre reciprocidade econômica, elaborada por MARK GRANOVETTER (1985) e OLIVER WILLIAMSON (1975), conforme apresenta Trigilia (2003); em ALBERT HIRSCHMAN (1958 e 1984), como demonstra ABU-EL-HAJ (1999) e em F. FUKUYAMA (1995), conforme destaca BAGNASCO (2003).

As discussões em torno do capital social evoluem à medida que ele passa a receber ingredientes pró e contra. Por exemplo, como destaca KLIKSBERG (2000), vários autores procuram dar ênfases a aspectos variados. Segundo KLIKSBERG, KENETH NEWTON (1997) afirma que o capital social pode ser visto como um fenômeno subjetivo “*compuesto de valores y actitudes que influyen en como as personas se relacionan entre sí. Incluye confianza, normas de reciprocidad, actitudes y valores que ayudan a las personas a transcender relaciones conflictivas y competitivas para conformar relaciones de cooperación y ayuda mutuai*” (KLIKSBERG, 2000:29).

Para STEPHAN BAAS (1997), o capital social tem a ver com coesão social, com as possibilidades de ações conjuntas entre as políticas de governo com as expressões culturais e comportamentais de setores da sociedade, tornando-a mais coesa. Nestes casos, as práticas institucionais horizontalizadas impactam positivamente na geração de redes de confiança que favorecem um bom governo e a equidade social. Segundo este autor, citado por KLIKSBERG (2000:29), “*El capital social desempeña un rol importante em estimular la solidaridad y em superar las fallas del mercado mediante acciones colectivas y el uso comunitario de recursos*”.

Outras contribuições são as de JAMES JOSEPH (1998) e BULLEN e ONYX (1998). Para estes autores, segundo KLIKSBERG (2000), capital social representa um conjunto de idéias e ideais por meio dos quais os indivíduos se mobilizam para defender causas públicas e se articular com outras organizações sociais afins, governamentais ou não, para criarem redes baseadas em princípios de confiança, normas de ação e reciprocidade.

As visões críticas se apresentam em várias versões. LEVI (1996), avaliando os estudos de Putnam, considera que este autor atribui ao capital social um conceito romântico e inibidor dos mecanismos alternativos para construção e uso de um capital desse tipo, bem como limita as suas conceituações teóricas. WALL, FERRAZZI e SCHRYER (1998) consideram que se trata de um conceito que carece de refinamentos para poder servir como uma categoria de análise e mensuração. SERAGELDIN (1998) considera que, embora haja um consenso de que capital social é relevante para o desenvolvimento, não se tem ainda clareza de como ele pode ser gerado e utilizado e como pode ser sistematizado e estudado empiricamente (KLIKSBERG, 2000).

Continuando numa perspectiva crítica, HERMET (2002) argumenta que capital social está carregado de um caráter muito acadêmico e formal de *inventário*, do qual saltam à vista as banalidades. Segundo este autor, em vez de falar em detalhes de uma *lista* que não acrescenta nada aos debates atuais,

“Não valeria mais a pena, então, pensar unicamente na participação sem apetrechos, sem usá-la com uma noção demasiado vaga e pedante de capital social ou de seus equivalentes? (...) Além disso a noção de capital social apresenta outros problemas ao se entregar a um elogio indiscriminado da diversidade cultural (...) e em ver recursos culturais criadores ali onde existe apenas algo mais que obstáculos coletivos; em ressuscitar o mito do desenvolvimento autocentrado em escalas microscópicas; enfim, em afirmar posições subalternas e retrógradas, apesar das novas virtudes que se lhes atribuem” (Op. Cit:107).

De acordo com HERMET (2002), a noção de capital social traz consigo um perigo latente, pois, ao designar um “*Um tipo de relações cooperativas baseadas na confiança que favorecem o desenvolvimento de uma sociedade em seu conjunto*” (Op. Cit: 110), quando, na verdade, o que se vê, comumente, na prática é que:

“grupos ou redes específicas, coerentes e minoritários, que dispõem de uma especialidade e de círculos de relações muito superiores aos que possuem a maioria dos

membros da comunidade - ilusória - considerada em tais circunstâncias, exercem, graças a essa vantagem comparativa, uma hegemonia econômica sobre ela; formando uma minoria empreendedora, em um meio que não o é, obtêm, no melhor dos casos, um benefício exclusivo do desenvolvimento. E até parecem, mais comumente, garantir-se dessa forma uma renda de situação dominante que desaparecia se um autêntico processo de desenvolvimento estende-se à população majoritária, cujo imobilismo econômico e social garante a perenidade de tal renda” (Op. Cit:110 e 111).

Segundo Hermet, o conceito de capital social alimenta o risco de instalação de ilhas de desenvolvimento dentro de territórios subdesenvolvidos.

Evidentemente, as contribuições positivas e negativas ajudam a pensar melhor sobre qual o tipo de contribuição que o capital social pode dar aos processos de desenvolvimento. Mas, sobretudo, são essas contribuições que levam a refletir sobre qual, de fato, pode ser a contribuição do capital social para o desenvolvimento dos grupos sociais, ou seja, quais os avanços que o capital social proporciona para os seus usuários e construtores porque, se a utilização do capital social servir apenas para garantir um bom processo de desenvolvimento e, por sua vez, garantir a instalação de uma boa governabilidade, isso não terá grandes resultados ou retornos para as reflexões acerca das grandes questões sociais. A novidade seria esperar que, de fato, o capital social pudesse ajudar no empoderamento das pessoas e dos seus grupos, para que esses possam agir em rede e, conseqüentemente, intervir mais positivamente nos processos de mudanças sociais, notadamente na busca da garantia do exercício da democracia. É com esses pontos cardeais que se espera que o capital social sirva como um importante instrumento de ação para se combater o desemprego e a exclusão social, por exemplo, e, assim, se materializar como uma categoria de análise ainda mais robusta.

Nesse sentido presencia-se que as mais variadas pesquisas que se desenvolvem tentando compreender quais os efeitos que a produção, o uso e a reprodução de capital social provocam nos mais variados grupos sociais, remetem a descobertas que solidificam a idéia de que será a combinação do capital social com outros instrumentos de que dispõe a sociedade em movimento que poderão cimentar as estratégias que vislumbram a prática da democracia, da minimização das distorções sociais e da busca da emancipação⁴². Portanto, não será apenas o capital social o responsável pelo avanço das interações sociais, mas a sua relação com outros instrumentos dos quais dispõem os movimentos sociais. Todavia, o capital social é, cada vez mais, reconhecido como sendo de muita valia nesses processos.

As pesquisas realizadas sobre o tema podem comprovar a sua importância e o seu avanço teórico, à medida que se observam as evidências empíricas. Por outro lado, estas pesquisas reforçam o caráter de categoria de análise importante na qual o capital social tem se transformado. Dentre os estudos acerca do capital social, KLIKSBERG (2003) destaca: o de KNACK e KEEFER (1997) sobre as relações de confiança e as normas de cooperação cívica e crescimento econômico em vários países; o de NARAYAN e PRITCHETT (1997), que analisam o grau de associatividade e rendimento econômico em comunidades rurais da Tanzânia; o de La Porta, LÓPEZ de SILANES, SHLEIFER e VISHNY (1997), que tentaram convalidar as teses de Putnam em uma ampla mostra de países para encontrar correlações entre o grau de confiança existente em uma sociedade e os fatores como ausência de corrupção, qualidade burocrática, eficiência judicial; o de PAASCH e CARVER (1999), que mediram como o capital social influi nos rendimentos educativos das crianças; o de SANDERS e NEE (1996), que analisaram a família como capital social nos casos dos imigrantes dos Estados Unidos e do Kawachi, KENEDY e LOCHNER (1997), que estudaram a relação entre capital social, equidade e saúde pública.

Kliksberg ainda apresenta algumas experiências empíricas que ele considera como sendo casos relevantes de usinas de geração de capital social. A primeira é o caso da Villa de

⁴² Por emancipação se está referindo às teses de SANTOS (1995).

El Salvador, no Peru, uma cidade que foi erguida e é administrada pelos próprios habitantes, que são consideradas pessoas pobres que tinham ocupado terras públicas, o que originou a cidade (estima o autor que, hoje, esta cidade conte com, aproximadamente, trezentos mil habitantes). A segunda é o caso das Feiras de Consumo Familiar da Venezuela, que são parte da Central de Cooperativas de Serviço Social Lara, a CECOSOLA. Essas feiras conseguem reduzir em até quarenta por cento os custos dos produtos consumidos pelas famílias que as usam. A terceira experiência citada por Kliksberg é a do orçamento participativo da cidade de Porto Alegre, no Brasil, que, segundo ele, é muito importante na construção e prática de solidariedade, confiança, reciprocidade e estabelecimento de normas e sistemas, além de significar um bom exemplo de sinergia entre o setor público e a sociedade civil.

Várias outras contribuições teóricas e empíricas são dadas para o fortalecimento do conceito de capital social, como se pode perceber, por exemplo, em KLIKSBURG e TOMASSINI (2000) e em ASSAF e FELDMAN (1999). Essas contribuições, segundo BAGNASCO et al. (2003), ajudam na explicação e na sedimentação do conceito que, partindo de COLEMAN (1990), foi ampliado por Putnam e que, segundo PISELLI (2003:75), pode ser compreendido como situacional e dinâmico, e pode significar as:

“Características de la organización social, como la confianza, las normas de reciprocidad y las redes de asociacionismo cívico, que promueven la cooperación y la acción colectiva de la sociedad (Putnam, 1993, p. 196). Sobre todo, son las redes sociales de tipo horizontal y las normas de reciprocidad generalizada que generan la confianza, mantienen bajo control los comportamientos oportunistas y favorecen la acción colectiva. Y, naturalmente, prerrequisitos indispensable para la producción del capital social es que las relaciones de solidaridad y coopeación se extiendan más allá de los confines de la familia y del parentesco” (Op.Cit.:202).

Considerando-se a definição acima, ao que parece, existe, entre os estudiosos do tema, uma aceitação tácita desta definição, o que tende a ajudar para um conceito consensualizado. Ficam, portanto, os debates apresentados acima transferidos para a esfera acadêmica, onde se fazem as discussões tentaculares e se analisam os resultados das evidências empíricas que, cada vez mais, estão sugerindo pistas para que se busquem respostas para os ‘gargalos’ do conceito. No entanto, é à luz da definição acima sugerida que a maioria das pesquisas que utilizam capital social como categoria de análise ou como *framework* de interpretação, é levada adiante.

É por isso que, embora se façam vários *links* do capital social com outras temáticas, o que se procura averiguar são os níveis, formas ou características de confiança mútua, reciprocidade, cooperação e solidariedade, que os grupos sociais demonstram por meio de suas organizações, principalmente aquelas que conseguem se articular em redes. Por outro lado, quando se observa, também, qual o tipo de papel que é desempenhado pelo Estado, pelo mercado (setor privado) e pela sociedade civil dentro dos processos de desenvolvimento, o capital social se mostra como um considerável poder de análise, pois consegue dar cimentação a um debate que remete à compreensão desses papéis. Algumas pesquisas assumem este perfil. Um exemplo é a de CHÉVEZ (2002), que consegue fazer um diálogo entre capital social e as teses sobre desenvolvimento de Amartya Sen para averiguar se os conselhos municipais representam espaços para a mobilização das capacidades sociais na busca de desenvolvimento, analisando, para isso, três experiências em municípios do estado de Minas Gerais.

Foi nesta mesma direção que esta pesquisa se apoiou nos conceitos e reflexões sobre capital social. Principalmente para poder adquirir elementos pelos quais se pudesse, de maneira mais detalhada, entender a atuação das cooperativas populares nas suas tentativas de

minimizar o desemprego e a exclusão social dentro das comunidades que atuam. Mas também para ajudar a entender como elas buscam alianças para dialogar com mais poder com o Estado, o mercado e o restante da sociedade civil.

Ao que parece, capital social é uma categoria de análise que muito pode contribuir para que a compreensão das estratégias utilizadas por essas cooperativas populares, pois, na tentativa de encontrar alternativas que visem à minimização do desemprego e da exclusão social, e, por outro lado, ajudem no desenvolvimento de práticas que reforcem a economia solidária no Brasil, essas cooperativas, necessariamente, precisam estar em permanente diálogo com o que se pode chamar de elementos constitutivos do capital social, ou seja, cooperação, solidariedade, ajuda e confiança mútua.

Essa afirmação pode ser feita, pois as questões de confiança, solidariedade, regras de reciprocidade e ajuda mútua, que constituem o conceito de capital social, têm sido os pontos cardiais que guiam as cooperativas populares. Resta saber como isso está se dando e como pode colaborar com os processos de alternativas ao desenvolvimento que aglutinam pequenas-grandes conquistas e que tendem a dar maior volume aos processos que, na busca dessas alternativas, provocam empoderamento dos grupos e ajudam nas lutas emancipatórias às quais SANTOS (2002 e 1995) se refere e que significam as formas como os grupos sociais estão enfrentando os efeitos causados pelo neoliberalismo, pela autoregulação do mercado e pela incapacidade das instituições públicas de encontrar respostas para os altos índices de pobreza, exclusão social e desemprego. Mas isso não foi o objetivo central desta pesquisa, e se pode, até mesmo, pensar em transformar estas questões em sugestões para outros trabalhos. De fato, o que se extrai deste debate acerca do capital social é a necessidade de perceber como as relações de solidariedade, cooperação, ajuda e confiança mútua estão ajudando as cooperativas a alcançar seus objetivos que, no atual contexto econômico nacional, se restringem exclusivamente a buscar a minimização do desemprego e da exclusão social e, em certa medida, reforçar práticas de economia solidária.

Foram, portanto, as reflexões acerca das ligações que o cooperativismo popular tem com a economia solidária, por meio dos elos que são fornecidos pela produção, uso e reprodução de capital social, que conduziram esta pesquisa. Tentou-se aclarar dúvidas que permeiam as práticas dos grupos que se organizam em cooperativas populares, para ousar descobrir formas de melhorar seu modo de viver. Nesse sentido, foram analisadas cooperativas populares que se aproximam das discussões consideradas aqui. Notadamente, essas cooperativas são constituídas por pessoas que fazem parte das camadas sociais mais próximas do padrão que se pode dar aos excluídos.

Foi pensando nisso que definiram-se, para se fazer as observações, algumas cooperativas populares que atuam em comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro, conforme demonstram os históricos apresentados no item 3.2, exatamente porque elas encarnam o perfil de uma população pobre, desempregada e carente. Além do mais, pelas argumentações construídas após o processo de investigação, sobretudo a partir das observações, que significaram um importante instrumento de coleta de dados, além das entrevistas e das análises documentais, pode-se afirmar que a prática dessas cooperativas não pode ser definida como alinhada exclusivamente a nenhuma das três variantes do cooperativismo apresentadas no início deste capítulo. Dessa forma, elas não são criadas para reforçar o capitalismo, nem se apresentam como terceira via, muito menos podem ser destacadas como experiências que podem servir apenas ao modo socialista de produção. No entanto, as observações e as análises dos documentos, bem como os depoimentos colhidos nas várias entrevistas feitas com associados dessas cooperativas, asseguram que elas sugerem um tipo de ação que reforça a luta contra a minimização do desemprego e da exclusão social. Mas, ao se relacionarem com outras cooperativas e com outros empreendimentos da economia solidária, reforçam uma articulação nacional que se move no sentido de apontar pistas para

um modelo alternativo de desenvolvimento e que, em seu conteúdo, mostra muito de prática democrática, empoderamento, desenvolvimento de capacidades e de produção de capital social. Em relação ao capital social, pode-se destacar que as cooperativas investigadas possuem uma boa medida de práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua.

Essas questões serão abordadas especificamente no item seguinte, tentando explicitar como, no cotidiano, essas cooperativas demonstram essas práticas. Antes disso, é conveniente dizer que a combinação da análise das duas citações abaixo reforça essa afirmação feita a partir das compreensões elaboradas sobre os dados da pesquisa.

A primeira citação se refere ao motivo da criação dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, dentre eles as cooperativas, e a segunda se refere ao compromisso e à participação social desses empreendimentos. Ou seja, esses empreendimentos, assim como as cooperativas investigadas, escolhem a alternativa ao desemprego como a principal força que leva ao seu surgimento e possuem, na relação com outros movimentos sociais, sua estratégia de se articular em rede e atuar como ator político capaz de influenciar a forma de melhorar o acesso aos recursos materiais e imateriais que são componentes do capital social.

Conforme ATLAS (2006):

"Os três principais motivos para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos têm destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Essa situação modifica-se de acordo com as várias regiões. O motivo "alternativa ao desemprego" é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e na região Nordeste (47%). Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de "obter maiores ganhos" (48%) e "fonte complementar de renda" (45%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o "complemento de renda" (46% e 53% respectivamente)" (Op. Cit.: 26).

Por outro lado, o compromisso e a participação social dos empreendimentos de economia solidária revelam os seguintes dados:

"Do total de EES, 67,4% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% têm compromisso social ou comunitário; 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou fóruns de Economia Solidária. Avaliando a situação regional, constata-se que no Sul e no Sudeste, os EES participam acima da média nacional das redes ou fóruns de ES (51,5% e 49,0% respectivamente). No Nordeste os EES se destacam pela sua participação nos movimentos sociais e populares (66,1%)" (Op. Cit.:50).

Essas informações, cruzadas com o dado sobre a gestão coletiva e o exercício da democracia dentro dos empreendimentos, que segundo ATLAS (2006:44), podem ser avaliados com base na periodicidade das reuniões e assembleias dos empreendimentos, apontam para o fato de que:

"79% dos EES afirmaram realizar assembleias ou reuniões com periodicidade de até 3 meses, sendo que 49,2% realizam assembleias ou reuniões mensalmente, 10,5% semanal ou quinzenalmente e 11,2 bimestral ou trimestralmente. Na região Nordeste o destaque está na participação da periodicidade mensal (64,7%) e na região Sudeste, a periodicidade semanal ou quinzenal (21,1%) está acima da média

nacional. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a periodicidade anual ou superior destaca-se em relação à média nacional (24,9% e 28,0% respectivamente)”

A articulação entre essas informações pode representar, num primeiro momento, que os empreendimentos de economia solidária, inclusive as cooperativas populares, surgem para atuar no sentido de dar proteção social para seus membros. Contudo, à medida que se observam outras ações dessas organizações, pode-se afirmar que este *mix* de atuação, por exemplo, das cooperativas populares, reforçando a economia solidária por meio do uso do capital social, sugere um novo ator político que, articulado com os outros atores da economia solidária⁴³, conforme se observa na informação acima, forma um amplo movimento que, ao mesmo tempo, busca proteção social e alternativas de desenvolvimento, caracterizando-se como um fenômeno a ser bastante acompanhado.

3.5 As cooperativas populares como instrumentos de proteção e mudança social

Para se elaborar um debate cuja sustentação, ou base, seja as práticas e dinâmicas das cooperativas populares, mas que, sobretudo, se possa analisá-las como sendo instrumentos que produzem, usam e reproduzem capital social na perspectiva de fortalecer redes de economia solidária, é importante que esta elaboração tenha a articulação com outros movimentos sociais, exatamente aqueles que buscam enfrentar o desemprego e a exclusão social.

Nesse sentido, o que se pode destacar é a forma como as cooperativas populares atuam. Por isso, neste item serão destacadas as relações que as cooperativas investigadas possuem com este tecido de relações sociais, políticas e econômicas, consideradas como fios integrantes da construção do que, no campo das discussões acerca da economia solidária, se convencionou chamar de ‘outra economia’.

Para que isso seja feito, vamos relacionar as elaborações teóricas feitas nos itens anteriores com as experiências empíricas analisadas, sempre tendo como suporte as declarações oferecidas pelos entrevistados, as observações feitas pelo pesquisador e as análises documentais, pois foram estas três técnicas de coletas de dados que metodologicamente foram utilizadas durante a pesquisa. Será a relação entre as reflexões teóricas e os resultados da investigação empírica que nos ajudará no alcance dos objetivos estabelecidos para a pesquisa, notadamente a compreensão do que as cooperativas populares investigadas estão fazendo para minimizar o desemprego e a exclusão social de seus associados e como elas estão se aproximando das práticas de economia solidária.

Como forma de facilitar esta relação, será fundamental que as formulações analíticas sobre os resultados da pesquisa de campo sejam distribuídas de forma tal que possibilite o acompanhamento dos debates e argumentações dentro de um padrão que possa se aproximar, ao mesmo tempo, do esquema investigativo montado para a pesquisa e da necessidade de se atingir os objetivos desejados. Dessa forma, é conveniente lembrar que partiu-se da constatação de que, provavelmente, para minimizar o desemprego e a exclusão social, as cooperativas populares precisam utilizar e produzir capital social e se articularem em redes de solidariedade. Exatamente para adquirirem condições de, além do local, agir em outros níveis que possam possibilitar relacionamentos com outros movimentos sociais, no sentido de intervir em novas relações sociais que beneficiem as camadas populares. Esta constatação foi

⁴³ “Os empreendimentos econômicos solidários estão distribuídos em cooperativas, associações, grupos informais e outros (sociedades mercantis, etc.). No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%), organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina o perfil nacional, diferentemente das regiões Sul e Sudeste onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais” (ATLAS, 2006:19).

feita a partir da análise de pesquisas realizadas anteriormente por autores como, por exemplo, GAIGER (2004); MARCHI (2004), SINGER e SOUZA (2000) e SANTOS (2002).

À medida que as práticas das cooperativas foram sendo investigadas, ou seja, à medida que as evidências empíricas foram sendo explicitadas, foi-se formando uma compreensão sobre a importância delas para o desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridas e no território em que agem. Precisamente, porque as suas atuações refletem no engajamento de um número crescente de pessoas que nunca tinham se aproximado de nenhum tipo de atividade que pudesse ajudar, por exemplo, na minimização do desemprego, nem que pudesse resultar em uma forma de agir coletivamente nas discussões sobre as condições de vida dos moradores daquelas comunidades.

Por exemplo, no complexo de favelas do Caju, onde atua a cooperativa Arco-Íris, as pessoas foram se engajando na cooperativa e, a partir desse engajamento, passaram a ter atuação em outros projetos da comunidade, como o Projeto Primeiro Emprego, o Projeto Mães do Caju – que luta pela diminuição dos assassinatos dos seus filhos –, como o projeto que criou o Instituto Alternativo de Ações Solidárias, o Projeto “Contos de Favela”. Já na área de atuação da Coopmanga, complexo de favelas da Mangueira, as pessoas, a partir de suas integrações na cooperativa, passaram a atuar em projetos como o de reciclagem de materiais. No morro dos Macacos, em Vila Izabel, onde atua a Dinamicoop, outros projetos foram criados a partir da atuação da cooperativa, como, por exemplo, o Projeto Internet para Todos. Já no Morro do Andaraí, onde atua a Cooperan, as ações da cooperativa ajudaram a incentivar várias ações de apoio e ajuda mútua, onde os moradores passaram a exercitar práticas de solidariedade, sobretudo buscando participar do controle social de projetos que garantam a distribuição mais ordenada de cestas básicas e outros incentivos de programas governamentais. Na Ilha do Governador, onde atua a Royal Flash, a participação dos associados da cooperativa, em parceria com a associação de moradores, com projetos ligados a igrejas e com projetos de urbanização da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, resultou no projeto de revitalização e urbanização da Rua Oliveira que, anteriormente, era uma região de palafitas (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Portanto, os depoimentos apresentados a seguir, reforçados pelas análises que foram feitas pelo pesquisador, mediante os dados coletados durante as observações e mediante as evidências encontradas nos documentos que foram investigados durante o estudo, ajudam a perceber que existe uma sintonia entre as lutas pelo avanço do exercício da cooperação, da solidariedade, da confiança e da ajuda mútua com o cotidiano dessas cooperativas. Isso pode reforçar a tese de que esse tipo de atividade, mais uma vez ressaltando o que historicamente já aconteceu em outros momentos e espaços históricos, serve de instrumento para que os trabalhadores possam buscar proteção social, sobretudo no que diz respeito à tentativa de diminuir os índices de desemprego, pobreza e exclusão social. Configura-se, portanto, em um forte elemento a ser considerado nos programas de desenvolvimento sustentável e no avanço do exercício da democracia.

Nesse sentido, a análise dos dados da pesquisa mostra que as cooperativas populares merecem destaque, tanto como unidades de sustentação da economia solidária, quanto como unidades produtoras de capital social e que isso faz com que elas se aproximem e estejam amalgamadas com outros movimentos sociais. Isso é percebido, precisamente, porque estas existem, fundamentalmente, em função de elementos que são constitutivos aos conceitos de uma e de outra e são, também, grandes aliados destes últimos. Dois desses elementos se destacam: a cooperação e a solidariedade, sempre sendo utilizados na luta contra o desemprego e a exclusão social.

Portanto, foi precisamente sobre estes dois elementos que foram destinados os olhares mais profundos durante o estudo, para que se pudesse entender como as cooperativas pesquisadas estão atuando nesses campos. Esta decisão se prendeu à justificativa de que, à

medida que se entende como essas cooperativas exercitam a cooperação e a solidariedade, se pode entender, com mais evidência, como elas ajudam no desenvolvimento da economia solidária e no uso e reprodução de capital social.

Conforme foi apresentado na introdução deste documento, essa cooperação é compreendida como uma ação política que privilegia as relações de complementaridade das ações entre atores envolvidos em níveis de atividade social semelhante, sendo reforçada pela autogestão e a coletivização. Essa solidariedade é compreendida como valor que as pessoas utilizam e cujas ações são reforçadas pela ajuda e a confiança mútua. Por este ângulo de compreensão, e pelas elaborações que o pesquisador consegue fazer a partir das interpretações dos dados coletados - sobretudo aqueles observados em reuniões e rodadas de negociações com contratantes dos serviços das cooperativas, bem como outros encontrados em documentos disponíveis nas cooperativas, principalmente as atas de reuniões -, constata-se que o exercício da cooperação estimula, dentre outras funções voltadas especificamente para dentro das cooperativas, a aproximação dessas cooperativas com outras que lhes são semelhantes e com outros empreendimentos que, em mínima instância, reforçam as práticas da economia solidária. Por outro lado, as ações de solidariedade estimulam o uso, a produção e a reprodução do capital social.

A partir das considerações elaboradas acima, pode-se perceber que, segundo os entrevistados, o significado e a prática da cooperação podem ser vistos como ações dos mais variados tipos. Um deles é a aproximação com as associações de moradores, conforme a afirmação de que:

“Juntamente com a Associação de Moradores e mais algumas cooperativas, estamos criando o Instituto Alternativo de Ações Solidárias. Ele deverá ser oficialmente fundado no próximo dia 31/01/2004 e terá como finalidade principal apoiar as ações solidárias em comunidades carentes que possuam grande número de excluídos e desempregados” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Esse tipo de ação, para a comunidade do Caju, na compreensão do associado entrevistado, representa uma das formas mais importantes de exercício de cooperação. Isso porque, a criação do Instituto, no qual várias ações serão aglutinadas, ajudará a que os moradores da comunidade possam cooperar entre si, fortalecendo suas aspirações de terem mais destaque no contexto da cidade, fugindo, portanto, da fama de ser uma comunidade violenta. Este Instituto se encarregará, como uma das primeiras ações, da publicação do primeiro livro da série ‘Contos de Favela’, no qual escritores da própria comunidade relatam suas experiências de vida e histórias de sua comunidade. O segundo livro terá como tema as histórias contadas pelas mães que pertencem à ONG As Mães do Caju, ou Associação de Mães da Comunidade do Caju, as quais tiveram filhos, parentes ou maridos assassinados em função dos conflitos tráfico-tráfico ou tráfico-polícia. Foi a Cooperativa que possibilitou este tipo de cooperação entre os vários movimentos existentes na comunidade.

Outras ações de cooperação são voltadas para a relação entre as cooperativas populares. Pelo que se pode observar no depoimento a seguir, há uma boa proximidade entre essas cooperativas, pois afirma o entrevistado que:

“Temos conversado com outras cooperativas para ver se fazemos atividades conjuntas. Por exemplo, uma das idéias foi juntar várias cooperativas para se atender um grande pedido de material. Nesse caso, envolvíamos a Royal, a Pierre Cardin, Coopmanga e a Coojac (de Jacarezinho). Tentamos isso num contrato de 40 mil peças com a Prefeitura. Infelizmente este contrato não se efetivou por conta de uma exigência da burocracia e uma falta de vontade política de algumas pessoas da

prefeitura em resolver o caso. Mas, o importante foi que a nossa aproximação e os frutos que tivemos dessas conversas surtiu efeitos para outras ações conjuntas” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Especificamente, este é um exemplo de prática de cooperação no qual se busca um melhor desenvolvimento econômico da comunidade em que a Royal Flash atua e em outras, onde funcionam outras cooperativas populares. Garante-se, assim, a formação de redes de cooperação que podem dar, segundo avaliação dos entrevistados e a conclusão a que o pesquisador pôde chegar, no fortalecimento dos laços entre essas cooperativas e na possibilidade de reforço de práticas de economia solidária no estado do Rio de Janeiro. Aliás, todas as cooperativas populares investigadas durante a pesquisa fazem parte do Fórum Carioca de Cooperativismo Popular, que representa a célula estadual do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Dados da pesquisa, maio a julho de 2006).

A articulação citada entre essas cooperativas ajudou a reforçar outras ações de cooperação, pois,

“... a partir daí, se estruturou a idéia de se formar uma Central de Cooperativas. Uma representação jurídica que fosse representar todo esse grupo de cooperativas populares. O que essa Central ia fazer? Ela iria promover o desenvolvimento dessas cooperativas e, também, fazer aquele papel de buscar mercado. Além disso, iria angariar recursos, dar capacitação para os cooperados dessas cooperativas e montar uma central de comércio para que essas cooperativas possam comercializar seus serviços e produtos. Esse foi um dos principais objetivos da Central. E após uma série de encontros, isso pôde ser consolidado” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2005).

A formação da Central de Cooperativas Populares mostrou mais uma forma de como essas cooperativas podem cooperar entre si para se fortalecerem política e economicamente, sobretudo em seus locais de atuação, pois, de acordo com um entrevistado:

“A articulação da cooperativa com o seu entorno, ou seja, parcerias com os moradores, parcerias com ações de igrejas, ações comunitárias, políticas públicas, isso também nos faz perceber o engajamento da cooperativa enquanto agente de mudanças e não apenas como uma unidade de produção. Ou seja, a participação dela no debate e nas suas articulações fora da cooperativa também é uma forma da gente perceber como ela se articula para resolver os problemas do seu entorno. Por outro lado, começam a se articular com outras formas de organizações no mesmo campo político, para participarem, seja de redes de economias solidárias, seja em feiras de troca. A participação das cooperativas populares no Encontro Nacional de Empreendimento da Economia Solidária, que aconteceu, no ano passado (2003), em Brasília, as visitas aos Fóruns Estaduais, a representação delas no Fórum de Cooperativas Populares, são conquistas interessantíssimas” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Por meio dessas considerações, feitas por um assessor da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ, percebe-se que as cooperativas cooperam entre si, mas, fundamentalmente, cooperam com outros movimentos no entorno onde atuam, para alcançarem conquistas para além do seu campo específico de atuação. Dessa forma, transparece sua atuação na comunidade e fora dela, como agente que se preocupa com a resolução de problemas que atingem a todos os trabalhadores que se encontram em situação

de exclusão social ou de desemprego, reforçando assim as redes de economia solidária. Mas, sobretudo, a torna-se cooperativa um ator dos movimentos sociais.

Além das formas de buscar a cooperação para atuar como agente de mudança para fora de si, as cooperativas fazem a cooperação interna, que é reforçada pelas práticas de auto-gestão e democracia, que são elementos básicos para o exercício da cooperação como ação política.

Dessa forma, pôde-se perceber, em alguns depoimentos, como a democracia se apresenta dentro dessas cooperativas:

“Nós temos assembleias e, toda vez que é necessário, acontecem reuniões setoriais, quer dizer, nos locais onde estão localizadas grandes concentrações de cooperados. A gente chama de reuniões de setor. Isto é, por exemplo, tem um grupo que trabalhava na limpeza e outro na manutenção; daí a gente faz reunião no próprio setor” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Esse é um exemplo de situação que ocorre para que se garanta a participação, o mais direta possível, dos cooperados nas decisões da cooperativa.

“A partir de 2004 nós acertamos uma grade de reuniões onde a Diretoria se reúne uma vez por mês e o Conselho Fiscal também. Os cooperados vinculados a contratos também se reúnem uma vez por mês. No mais, podem acontecer reuniões extraordinárias” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Essa outra forma de se reunir, garantindo que, em todos os níveis da cooperativa, as questões estejam sendo acompanhadas, faz com que as informações circulem e a cooperação seja estimulada.

“Com o nosso trabalho, as coisas foram se mostrando mais sólidas. Com pouco tempo já foi sendo preciso escolher pessoas para coordenar grupos. Eu mesma fui coordenadora de um grupo e, depois, fui do conselho fiscal da cooperativa” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Noutro depoimento contata-se que:

“Sempre foi assim. A gente sempre pregava uma para outra que cada associado era o dono da cooperativa, era responsável por aquilo. Neste caso, sempre distribuimos responsabilidades. Tinha as coordenadoras de setores que mudavam a cada três meses. Por quê? Porque, para que quem ainda não fosse coordenador, pudesse também ser e entender que aquela lição era uma forma de que aquela pessoa se sentisse atuando na condução do negócio. Todos os problemas eram discutidos e sentidos por todos, ou seja, sempre teve democracia e participação” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Em mais um depoimento que reforça a importância das reuniões e o nível de participação dos cooperados nelas a entrevistada disse que:

“As nossas reuniões iam longe em muitas discussões. Teve reunião que durou 5 ou 6 horas. Essas reuniões aconteciam todas as semanas. Além de ter as reuniões nas unidades onde trabalhávamos. Isso mudou nossas vidas. Isso mudou nosso modo de agir, inclusive dentro de casa” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Para um entrevistado de outra cooperativa investigada, a grande importância das reuniões é que elas estimulam as pessoas a falar e a expor suas opiniões:

“Sempre o grupo todo participa. Quando eu falo a gente, eu nunca estou falando eu, eu, eu. É sempre o grupo. E sempre com esta cultura de sentar à mesa e discutir o que é melhor pra gente, com a cultura de ouvir e ser ouvido. No começo, tinha gente que só escutava, mas o volume e a sistemática das reuniões foram ajudando a desinibir as pessoas. Atualmente, ninguém fica sem falar, sem opinar, sem ajudar a decidir”

(Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2006).

Numa visão externa da cooperativa, ou seja, de pessoas que não são membros dela, mas que acompanham as suas práticas, como é o caso dos assessores, pôde-se observar que, para estes, existe um nível de participação muito grande nas reuniões, como se pode perceber no seguinte relato:

“Eles participam, discutem, se envolvem, botam o que eles querem botar na reunião, é democrático. Não tem essa que só porque o presidente está ali, o vice... Podendo inibir os cooperados. Nessas cooperativas isto não existe. Não interessa quem esteja presente ou não, inclusive os assessores. Tudo é muito democrático” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2006).

Num outro modo de avaliação, também por parte de assessores, pôde-se perceber que outra forma de participação acontece, ou é estimulada, por meio dos cursos que são ministrados para os cooperados e nos desdobramentos que eles provocam na estrutura gerencial das cooperativas, ou seja, nas reuniões e assembléias. Nesse sentido, o entrevistado afirmou que:

“A participação nos cursos e eventos de quem não era da direção fortaleceu a possibilidade de rodízio na gestão das cooperativas... Isso pode não garantir a democracia, mas se isso não existir, cristaliza a diferenças entre os setores dirigentes e o restante dos cooperados. Assembléias muito mais vezes do que apenas uma vez por ano é fundamental pra se garantir a democracia. Eu não posso dizer que uma cooperativa é democrática apenas porque ela faz cinco assembléias por ano, mas eu posso constatar que ela não é democrática se não fizer nenhuma, ou fizer apenas uma, como é exigido pela lei. Pela negação, eu posso te mostrar como você pode estar tendo uma cooperativa autogestionária ou não” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2005).

Os depoimentos indicam a capacidade das cooperativas exercitarem a democracia interna e de tentarem praticá-la dentro de princípios que reforçam a autogestão, em que todo o processo de acompanhamento das atividades e seus resultados são compartilhados o mais abertamente possível e envolvendo o maior número de cooperados. Por outro lado, perceberam-se as mais variadas tentativas de se garantir a participação de todos, não só na manutenção sistemática das reuniões e assembléias, mas também numa metodologia de reuniões que garanta a participação dos associados, desde a elaboração da pauta da reunião até a tomada de decisões finais. Esse fato pôde ser percebido nas observações durante a realização de assembléias e reuniões menores e nos estudos realizados em algumas atas, quando constatou-se que vários temas são debatidos exaustivamente por um número bastante considerável de associados. Este processo reforça uma das principais características das

cooperativas populares: suas práticas autogestionárias e a participação direta, as quais que reforçam a cooperação e o exercício da democracia.

Outro elemento fundamental nas práticas das cooperativas populares que, conforme as análises do pesquisador, fazem sua ligação ser umbilical com a economia solidária e o capital social, é a solidariedade. Pelos depoimentos coletados, percebe-se que as práticas dessas cooperativas reforçam essas tendências, sobretudo quando se pôde constatar que o fortalecimento da cooperativa e a participação do associado nela conduzem a interpretações das mais variadas. Uma das afirmações de um dos entrevistados, nesse sentido, foi a seguinte:

“Já falei muito que quando um de nós vai para um colégio técnico e tira um curso e volta para a comunidade com a maior felicidade de estar repassando estes cursos para outras pessoas, isso é uma vontade de compartilhar aquilo que eles aprenderam com outras pessoas. Eles sabem que isso vai ser utilizado para o bem, que vai ser potencializado em ações afirmativas, transformar pessoas, transformar vidas, ver que não basta olhar só para o seu umbigo, mas para o bem do seu entorno, dos seus vizinhos... Quando eu venho para cá, eu não venho porque vou fazer um favor, venho porque acho que este é mais do que meu papel. Então, tem que vir com vontade de fazer, de ser solidário” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2006).

Esse parece ser um forte indício de prática e exercício de solidariedade, que também pôde ser observado no depoimento de uma cooperada de outra das cooperativas investigadas, quando afirmou que:

“Naquela época, como estava acontecendo o curso de cooperativismo e para não se perder tempo, na hora do descanso do almoço, o grupo se juntava e fazia a discussão do curso” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Este depoimento foi reforçado por outro, transcrito a seguir, e que foi feito por uma entrevistada da mesma cooperativa da qual participa a que deu o depoimento anterior:

“Bem lembrado, na hora do almoço! Todo mundo cansado, mas ia. Era muito difícil, principalmente com as pessoas com pouca leitura. Mas foi aquilo que fez despertar, por exemplo, o entender sobre a diferença do trabalho com o patrão e assalariado, do trabalho na cooperativa, com solidariedade, que, inclusive, é diferente do autônomo ou individual. Então, tudo é muito carregado de experiência. Outro exemplo de solidariedade foi na questão da moradia. Morávamos em palafitas, com a água entrando dentro de casa. Com o dinheiro que eu ia ganhando, ia comprando entulho e fazendo aterramento. As outras pessoas da comunidade que também estavam junto conosco começaram a fazer o mesmo. E aí, uma das ações da cooperativa foi organizar este movimento. Foi assim que conseguimos ter hoje nossas casas de alvenaria e estarmos longe da água. Isso aconteceu na rua Oliveira” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Na compreensão dessa entrevistada, estava-se vivenciando um forte momento de solidariedade que, segundo ela, trouxe muito reforço para a cooperativa. Esta constatação é reforçada pelo depoimento de outro cooperado de outra cooperativa, que disse o seguinte:

“Desse jeito a cooperativa se transforma numa espécie de família. Quando acontece uma ‘perda’, todos nós ficamos tristes. Por exemplo, esse acontecimento de hoje, onde a polícia matou cinco moradores da comunidade, dos quais, dois são filhos de

cooperadas. É como se a perda fosse da nossa família. E foi a cooperativa que proporcionou isto. Antes, a gente passava na favela, via um cadáver no chão e não ligava muito não, ia embora. Hoje, nós estamos aprendendo a ser mais solidários e sentir o drama do irmão. E isso não é só de gente da nossa cooperativa, é também em relação às outras cooperativas amigas nossas, como foi o caso Seu Osvaldo lá da cooperativa do morro do Andaraí” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Por outro ângulo de observação, a solidariedade se exprime em outras ações que a cooperativa executa, como se pode ver no seguinte depoimento:

“A gente criou um departamento social para dar os primeiros atendimentos à comunidade. Ele não só atende demandas de emprego. Ele cuida também da questão de emissão de documentos, encaminhamento para questão de reforço alimentar, questões médicas, etc. Foi uma forma que a cooperativa encontrou de procurar atender à comunidade em outras áreas além daquela que ela já atende, que é a falta do trabalho. Esse é mais um dos trabalhos que a gente faz aqui no Andaraí” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Pelas avaliações das atividades dessas cooperativas, a pesquisa indicou tratarem-se de práticas que podem sinalizar para a solidariedade entre as pessoas e os grupos, nos mais variados níveis. São valores que, aos poucos, vão transformando as ações individuais em coletivas, à medida que as ações da cooperativa vão se desenvolvendo. Reforça, dessa maneira, a solidariedade que é tão necessária para que se possa ter condição de lutar pelo fim da exclusão social e do desemprego nessas comunidades. Esta solidariedade pode ser reforçada pelas práticas de ajuda e confiança mútua, que são recursos importantes do capital social.

Os depoimentos que se seguem indicam que esses recursos reforçam a solidariedade como um valor importante na dinâmica dessas cooperativas.

“A cooperativa também ajuda a diminuir a violência, atuando nessa parte de buscar dar instrução e esclarecimentos. A nossa comunidade mesmo, que é tida como violenta, nós já ajudamos a diminuir isso um pouquinho. Muitas vezes, a pessoa passa para o outro lado, porque não teve oportunidade nenhuma. A cooperativa que funciona dentro da comunidade tá ali observando os problemas de perto e ajudando a resolvê-los. É uma forma de ajudar uns aos outros e aumentar a confiança naquilo que nos une” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

O depoimento de um cooperado de outra cooperativa investigada reforça a importância da confiança como elemento importante para o fortalecimento das ações da cooperativa.

“A maioria do pessoal da comunidade nos respeita e muito. Porque se não respeitasse, meu irmão, você ia chegar aqui e ver tudo quebrado, eu não ia conseguir te receber aqui, entendeu? Eu ia ter que encontrar com você em outro lugar. Eu acho rola uma confiança porque, se não, as pessoas não procuravam a gente aqui, vindo em busca de ajuda e informações, principalmente querendo se agregar. E qual é a força que a gente tem? Tem a confiança entre nós e a vontade de se ajudar. Isso impõe respeito e a prova é que o nosso trabalho se mantém. A cooperativa está viva. Ficar numa boa assim na comunidade é uma conquista. Quer dizer, aquilo tudo que nos motivou no início foi fortalecido pela relação de confiança que construímos

dentro da cooperativa e com todos os nossos parceiros. E essa confiança, igual eu falei, fortalece o indivíduo e o grupo” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

A análise dos dados da pesquisa revela que as cooperativas populares podem ser consideradas como ambientes de produção e reprodução de capital social e como unidades de sustentação da economia solidária. Ou seja, seus objetivos principais reforçam sua função como agente social e econômico, à medida que seu funcionamento cotidiano apontou para o exercício da cooperação, da solidariedade, das práticas de democracia e de ajuda e de confiança mútua. Sobretudo, essas cooperativas pesquisadas orientam suas ações na direção de uma prática de proteção social, precisamente quando dão enfoque mais específico à questão da minimização do desemprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que hoje se configura, sinaliza uma tendência segundo a qual o cooperativismo brasileiro encontra-se dividido em pelo menos duas grandes linhas de ação. Um cooperativismo que se organiza para reforçar a ordem econômica liberal e outro que tenta apoiar um possível novo setor da economia nacional. Setor este, que pretende não ter na competição e na busca desenfreada do lucro, suas únicas justificativas de sustentação.

Essa ambigüidade nos remete ao debate que apresenta um contexto de encontros dentro do cooperativismo nacional que, em certa medida, possui relações com os duplos movimentos aos quais se refere POLANYI (1980), cujas explicações teóricas e históricas foram apresentadas no primeiro capítulo desta tese. Precisamente, se refere a um contexto onde se opõem dois movimentos, um que tenta reforçar e perpetuar o sistema capitalista predominante e outro que ajuda e se relaciona com outras mobilizações sociais que lutam contra os efeitos causados por este capitalismo, especialmente o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Neste caso, o cooperativismo brasileiro, apresenta duas formas de atuação diferenciadas que foram discutidas nesta tese quando se aprofundaram os debates sobre os tipos de cooperativismo e as formas como têm atuado no cenário econômico, político e social brasileiro. Especificamente já está se tratando aqui do cooperativismo popular, bastante pesquisado e aprofundado nesta tese.

Levando-se em consideração esta perspectiva de análise pode-se dizer, em conformidade com o que se foi descobrindo com o desenvolvimento da pesquisa, que as cooperativas populares pesquisadas se relacionam com a economia solidária. Para que isto ocorra usam, produzem e reproduzem capital social. À medida que este relacionamento se fortalece, as cooperativas populares têm proporcionado a seus integrantes possibilidades de vislumbrar a diminuição do desemprego e da exclusão social. Mas, também a partir do momento em que se articulam com outros movimentos sociais e, ampliam suas agendas, passam a atuar como agentes de mudanças sociais no território em que atuam. Isto significa que se apresentam, num primeiro momento, como instrumentos de proteção social e num segundo momento, podem ser consideradas como instrumentos de mudança social. Dessa maneira, possuem uma diferente atuação em relação as cooperativas empresariais. Por esta interpretação, se pode observar que o cooperativismo popular atua numa perspectiva que aponta para pelo menos, duas direções. Na primeira ele reforça a economia solidária e, na segunda, sinaliza para uma nova prática de cooperativismo. Evidentemente não se está afirmando que apenas por ser uma cooperativa considerada popular, ela reforce a economia solidária e/ou se contraponha ao cooperativismo empresarial. E, muito menos se está afirmando que este processo aconteça de forma linear.

Na primeira direção, o cooperativismo popular pode ajudar a desenvolver a economia solidária estabelecendo relações de solidariedade e cooperação, conforme apresentado nos capítulos três e quatro. Precisamente, à medida que se apresentam como formas organizativas da economia solidária atuando ou favorecendo a criação de redes e cadeias de empreendimentos econômicos e solidários.

Na segunda direção, o cooperativismo popular se contrapõe mais claramente ao cooperativismo empresarial, em um confronto que se demonstra, em mínima instância, através de pelo menos três tipos de argumentos. O primeiro deles, seria os argumentos estatísticos, o segundo o argumento da relação com o estado e o terceiro, o argumento da legislação.

Sobre os argumentos estatísticos⁴⁴, pode-se perceber, inclusive através de dados divulgados pela OCB e por órgãos governamentais, a constatação do crescimento cada vez mais lento do surgimento das chamadas cooperativas agropecuárias em detrimento do crescimento das chamadas cooperativas de agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária. Enquanto vê-se surgir os bancos cooperativos ou cooperativas de crédito de grande porte, observa-se surgir com uma velocidade muito maior o surgimento das cooperativas de micro-crédito, de moedas sociais e de bancos populares. Enquanto as empresas em regime de falência vão sumindo, em seus lugares vão surgindo inúmeras cooperativas que gerenciam as chamadas empresas de auto-gestão. Enquanto cada vez menos surgem empresas ou falsas cooperativas - as “coopergatos” ou “cooperfraudes” - agenciadoras de mão-de-obra, em seus lugares vão surgindo verdadeiras cooperativas de trabalho e de serviços que unem e aglutinam milhares de trabalhadores desempregados, sub-empregados ou em situação precária de emprego, para ajudar na sua reinserção no mundo do trabalho e de geração de renda. Enquanto as cooperativas convencionais ou cooperativas empresas, nos seus mais variados ramos, acirram as competições entre si na disputa por nichos de mercados internos e externos, mais surgem redes ou consórcios de intercooperação entre as cooperativas populares, formando redes de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Enquanto surgem cada vez menos cooperativas convencionais de consumo - aquelas que quando criadas pensavam em se transformarem em grandes supermercados -, surgem mais pequenas cooperativas que se articulam e montam os mais variados esquemas de compras em comum, ou ajudam a montar e fazer funcionar outras formas de consumo e distribuição de bens e serviços como as feiras de trocas, clubes de trocas, círculos de trocas, sistemas de comércio justo e consumo ético, etc. Enquanto cada vez mais cooperativas empresas, se inserem no rol das grandes empresas geradoras de lixo e poluentes, mais surgem cooperativas que envolvem cooperantes que atuam como recicladores e aproveitadores de resíduos sólidos, formando verdadeiras redes de limpeza nacional. Enfim, enquanto a OCB se enfraquece do ponto de vista da representatividade do sistema cooperativista nacional, surgem uniões, associações, confederações e redes de cooperativas populares e de economia solidária, que, no campo e na cidade, se proliferam e apresentam para o Brasil e para o mundo exemplos como a UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas e Empresas de Economia Solidária no Brasil; a UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária; a CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileira; a ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão; ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária; e a Rede Justa Trama - Cadeia Produtiva Solidária do Algodão Agroecológico.

O segundo, é o argumento que trata da relação das cooperativas com o estado. Enquanto existe e se desenvolve um tipo de cooperativismo que enxerga no estado uma forma de parceria para o desenvolvimento do liberalismo econômico e, para alcance deste objetivo, tem no estado um agente que financia, direta ou indiretamente, suas atividades. E, ainda, exige do estado uma completa desregulamentação para que as cooperativas empresariais possam agir livremente no mercado interno e externo, como é o caso exemplar do cooperativismo que atua fortemente no ramo agro-exportador, representado pelas cooperativas agropecuárias vinculadas a OCB. Por outro lado, existe um outro tipo de cooperativismo que está em permanente diálogo com o estado mais em um outro nível, ou seja, cobrando do estado uma ação que possibilite a este cooperativismo, que normalmente é aquele que se aproxima das práticas de economia solidária, o chamado cooperativismo popular, a chance de servir ao desenvolvimento nacional de maneira sustentável e que possa apoiar um processo que objetive a diminuição das desigualdades sociais e econômicas. Estas

⁴⁴ Os dados aqui apresentados podem ser encontrados nos sites www.tem.gov.br; www.portaldocooperativismo.org.br; www.fbcs.org.br; www.ecosol.org.br.

cobranças, normalmente, surgem a partir das propostas surgidas do compromisso do estado na elaboração e aplicação de políticas públicas que considerem estas organizações cooperativas como suas aliadas, como instrumentos de apoio a um outro tipo de desenvolvimento. Nesta situação descrita, este tipo de cooperativismo estabelece relações com o estado, considerando-o ao mesmo tempo, ator e arena das discussões que ocorrem em torno das propostas de desenvolvimento, ou seja, ora o estado ajuda a elaborar e implementar estas políticas, ora representa o ambiente onde as políticas são democraticamente elaboradas, afastando assim a possibilidade de o estado atuar permanentemente como tutor ou controlador deste tipo de cooperativismo.

Nesta relação com o estado, estas duas linhas de atuação do cooperativismo brasileiro, irão demandar ações e investimentos do estado de modos bastante distintos. Enquanto o cooperativismo empresarial exigirá uma aparente relação de autonomia, o que transparece é uma real situação de dependência, como é o caso das cobranças permanentes de subsídios e refinanciamentos de dívidas. Por outro lado, exigirá um completo apoio creditício para que possa, cada vez mais, se estabelecer perante o mercado, através de suas cooperativas-empresas, como unidades de qualidade competitiva, sobretudo no setor rural ou agro-exportador, espaço onde essas cooperativas já dominam boa parte da produção e exportação nacional. Fica estabelecida assim uma situação de cumplicidade econômica, onde são preservadas as bases do desenvolvimento econômico liberal.

De outra maneira bem distinta, o cooperativismo popular vinculado à economia solidária, demandará uma autonomia que garanta o exercício da autogestão dentro das organizações cooperativas e exigirá recursos que possam servir, por exemplo, de apoio ao desenvolvimento de suas ações dentro de uma perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária; bem como no fortalecimento de redes de produção e distribuição de bens e serviços que, prioritariamente, se destinam ao abastecimento interno - priorizando assim os gêneros de primeira necessidade, os quais em sua grande maioria são oriundos das unidades de produção familiar e conseqüentemente de suas organizações cooperativas - e, sobretudo, tenham como objetivo principal a minimização da pobreza, da exclusão social e do desemprego.

Claramente se percebe nas ações e demandas destas duas linhas de práticas cooperativistas, propostas de desenvolvimento diferenciadas para o país. Certamente que o estado vai querer dialogar com os dois campos, mais o que é importante destacar é a natureza dos diálogos e quais seus objetivos fundamentais. Certamente, o cooperativismo popular vinculado a economia solidária, vai buscar, cada vez mais, a elaboração e implantação de políticas públicas que possam gerar desconcentração de renda e de poder, contrariamente as cooperativas empresariais.

À medida que as cooperativas populares atuam no sentido de contrapor-se ao cooperativismo empresarial e ajudam a reforçar a economia solidária, elas estão promovendo o uso, produção e reprodução de capital social que pode significar o acesso dessas cooperativas a recursos materiais e imateriais que possibilitam o avanço do exercício da democracia e das práticas de confiança e ajuda mútua. O que, por sua vez, pode ajudar a vislumbrar-se novas relações dessas cooperativas com o estado, com o mercado e com o restante da sociedade civil.

O terceiro argumento é o argumento da legislação. Da mesma maneira que os outros dois argumentos conduzem para que se enxergue um duplo movimento ou duas grandes linhas de ação cooperativista, no campo da legislação o cenário não é diferente, pois o que se presencia atualmente é um embate nacional pela aprovação da 'nova lei do cooperativismo'. Enquanto o cooperativismo empresarial representado pela OCB, busca a aprovação de uma lei que mantenha os fundamentos básicos com uma estrutura cooperativista que garanta a reprodução da concentração de poder e renda; o cooperativismo popular ligado ao movimento

de economia solidária defende uma lei que possa, exatamente, fazer o contrário. Este conflito tem se expressado em um país que exerce a democracia representativa, por exemplo, através do Congresso Nacional, onde há vários anos encontra-se em tramitação o Projeto de Lei – PL 171, que em torno de sua aprovação ou contrários a ele agrupam-se parlamentares comprometidos com distintos projetos de desenvolvimento nacional.

Retomando as questões norteadoras da pesquisa, pode-se afirmar que em todas as cooperativas pesquisadas, parcelas significativas de seus cooperados e cooperadas estão sendo apoiadas com políticas de inclusão social e/ou de empregos diretos ou indiretos que podem ser oriundas tanto de políticas públicas como, principalmente a partir de ações desempenhadas diretamente pelas próprias cooperativas ou em articulação com outras cooperativas populares. Exemplificando pode-se citar os contratos de prestação de serviço conseguidos pela Cooperativa Arco Íris junto a UFRJ; o contrato de prestação de serviços junto a FAPERJ, conseguido pela Dinamicoop; o contrato de prestação de serviços junto ao Sindicato dos Eletricitários, conseguido pela Cooperan. Observa-se ainda a participação em políticas públicas de geração de emprego e renda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do Governo Federal, da Cooperativa Royal Flash e da Coopmanga. A complexidade da execução de tais propostas ficou evidenciada pela forma como se tenta dar continuidade aos contratos, pois, em certa medida, estes projetos sofrem mudanças a partir da troca de governos. Isto apenas para exemplificar alguns dos problemas que podem ocorrer e afirmar que as conquistas não são progressivas, em muitos casos existem retrocessos muito significativos, como foi o caso do contrato de prestação de serviços que a Coopmanga tinha com o Hospital da UERJ e que foi rompido em função da mudança no quadro administrativo daquele hospital.

A saída do isolamento e a conquista de relações sociais mais amplas foram verificadas a partir da construção da central de cooperativas populares, onde estas cooperativas investigadas são consideradas como uma de suas principais articuladoras. Essa central proporcionou: força política, maior poder de barganha no mercado, mas, sobretudo significou a chance de se dar maior visibilidade para estas cooperativas. Outro significativo exemplo de relações ampliadas foi o engajamento dessas cooperativas com o Fórum Carioca de Cooperativas Populares, que para o estado do Rio de Janeiro, significa, ou representa, o Fórum Estadual de Economia Solidária. A vinculação destas cooperativas com este Fórum reforça suas relações com outras cooperativas, com outros empreendimentos de economia solidária, bem como suas relações com outras entidades governamentais ou não.

Inúmeras são as alternativas encontradas pelas cooperativas populares pesquisadas, para se articularem com a economia solidária, entre as quais podem ser destacadas as informações apresentadas acima. Evidentemente que estas relações constituídas, ainda estão em processo de construção e refletem o exemplo de todo o processo de desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Considerando o conceito de capital social como o conjunto de vantagens que as pessoas e seus grupos utilizam para ampliarem os seus acessos a recursos materiais e imateriais, no sentido de buscarem novas relações com outros atores, a pesquisa revelou que as cooperativas investigadas conquistaram novos patamares neste sentido. Sobretudo, quando se observa que os recursos mais acessados foram os das práticas de solidariedade e ajuda e confiança mútua, que reforçaram o exercício da cooperação entre essas cooperativas e dentro delas próprias. Desta maneira apoiaram seus cooperados para que pudessem exercitar novas formas de relações sociais no sentido de buscarem melhorias de vida, como foi o caso específico da Rua das Oliveiras, localizada na comunidade onde atua a Cooperativa Royal Flash, detalhado no capítulo 3.

Em todas as questões levantadas, é importante ressaltar que a atuação dos mediadores, parcerias ou assessorias foi fundamental. Reforça-se, deste modo, que além das cooperativas

atuarem buscando alianças entre si, também ampliam suas relações com outros atores com estruturas diferenciadas de ação e de poder na sociedade. Todo este processo ainda aponta para desafios permanentes para as cooperativas, pois se trata de algo muito recente no campo da busca de novas relações sociais, principalmente para os cooperados e cooperadas.

A essas experiências pesquisadas, somam-se outras centenas de iniciativas semelhantes espalhadas por todo o Brasil, em ações coordenadas e atuando no campo de políticas públicas. Essas experiências, na maioria das vezes, estão vinculadas aos movimentos sociais, tais como: movimento ambientalista, movimento de atingidos por barragens, movimento feminista, movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, dentre outros.

Estas articulações se caracterizam como uma nítida prática de solidariedade e cooperação, em favor de conquistas que podem ajudar na melhoria de vida de boa parte da população brasileira, notadamente aquela que se encontra na condição de exclusão social e desemprego.

Provavelmente, para minimizar o desemprego e a exclusão social as cooperativas populares precisam utilizar e produzir capital social e se articularem em redes de solidariedade. Exatamente para adquirirem condições de além do espaço local, atuarem em outros níveis que lhes possibilitem relacionamentos com outros movimentos sociais, no sentido de intervirem em novas relações sociais que beneficiem as camadas populares.

Todas as reflexões efetuadas até o momento e durante o desenvolvimento da pesquisa, apontaram para uma perspectiva de que esse processo analisado sirva, sobretudo, para o emponderamento dos cooperados, no sentido de que assim possam intervir, isoladamente ou em conjunto com outras forças, nos ambientes em que vivem e possam reforçar a luta pela democratização econômica, social e política do Brasil, objetivando, em mínima instância, uma diminuição da pobreza, do desemprego e da exclusão social.

Outras questões podem ser aprofundadas a partir das análises e considerações apresentadas neste estudo. Essas questões podem ser expressas, por exemplo: na reflexão sobre o resgate aos princípios fundamentais do cooperativismo; na observação sobre o cooperativismo popular como mecanismo de política pública para programas de desenvolvimento; na participação das cooperativas populares no desenvolvimento da economia solidária; na relação das cooperativas populares com as organizações ou entidades de assessorias governamentais ou não. Questões como estas simbolizam importantes temas a serem observados em pesquisas futuras, vislumbrando formas de se estar contribuindo com o avanço e acompanhamento de fenômenos sociais contemporâneos como os que nesta tese foram observados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. In: *BIB/ANPOCS*, nº 47. São Paulo: Relume-Lumará, 1999. p.65-79.
- ALBARRAN, Lilia N.B.; RAMIREZ, Mariana Ravenet. *Revolucion agraria y cooperativismo en Cuba*. Havana: Ciências Sociais de Havana, 1989. 207p.
- ALENCAR, E. *Nova abordagem cooperativista - cooperativa como um instrumento de contraposição*. Lavras: UFLA-DAE, 1993. 9p. (Apostila).
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. *O longo séc. XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- ASSAF, Susan; FELDMAN, Rossing. *Social capital: conceptual frameworks and empirical evidence*. Washington: The World Bank – Social Development Department/Social Capital Initiative. 38 p. (Working Papper, 5). 1999.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006. 60 p.
- BAGNASCO, Arnaldo. Teoría del capital social y political economy comparada. In: BAGNASCO, Arnaldo; PISELLI, Fortunata; PIZZORNO, Alessandro e TRIGILIA, Carlo. *El capital social: instrucciones de uso*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.89-121.
- BARAÚNA, Augusto Cezar Ferreira de. *A terceirização à luz do direito do trabalho*. São Paulo: LED, 1997.
- BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo a vantagem competitiva*. São Paulo: ATLAS. 1998.
- BEBBINGTON, Anthony. *Capitals and capabilities: a framework for analysing peasant viability rural livelihoods and poverty in the andes*. London: IIED/DFID, 1999. 54p.
- BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento. *Revista Coleção Cooperativista*, Recife, p.80-108, 1980. (Série Debates).
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *Metamorfoses do trabalho e cooperação produtiva: a gênese, as vertentes e a plataforma da economia popular e solidária*. 2003 Tese (Doutorado)-IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.
- BORGADUS, Emory S. *Princípios da cooperação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Lidador, 1964a. 91p.

BORGADUS, Emory S. *Problemas de cooperação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Lidador, 1964b. 118p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Empregos formais*. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – Séc. XV-XVIII: o tempo no mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v.3.

BURSZTYN. M. *O poder dos donos*. Petrópolis: Vozes, 1985. 177 p.

CARAVANTES, Geraldo R., PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. *Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson, 2005. 592p.

CARVALHO, N.V. *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 156p.

CATTANI, Antônio David. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CHEVÉZ, Maura Lygya Zelaya de. *Os conselhos municipais de desenvolvimento rural: um espaço para a mobilização das capacidades locais na busca do desenvolvimento? Um estudo a partir de três experiências em Minas Gerais*. 2002. Tese (Doutorado)-CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. 4.ed. São Paulo: MacGraw-Hill/Makron Books, 1993. 653p.

COLE, G.D.H. *Historia del pensamiento socialista*. V. I, Los Precursores (1789-1850). 3.ed. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964. 342p.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, n.94, p.95-120, 1988.

COLEMAN, James S. *Foundation of social theory*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.

CONCRAB. *Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo, 1985. 17p. (Coleção Caderno Cooperação Agrícola, 4).

CORAGGIO, José Luís. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Questões debatidas” In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.91-141.

CTTC/OFFICINA SOCIAL. *Construindo alternativas de trabalho e renda*: PRONINC. Rio de Janeiro: CTTC, 2002. 118p.

CULTI, Maria Nezilda. *O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade*. In: CONGRESSO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. Holanda, 2002.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge O. Sobre o fórum social mundial. Rio de Janeiro: CPD/UFRRJ. 2003. (Apostila).

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L & PM, 1986. 96p.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945. 117p.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidency on synergy. *World Development*, v.24, n.6, p.1119-1132, 1996a.

EVANS, Peter. Introduction: development strategies across the public-private divide. *World development*, v.24, n.6, p.1033-1037, 1996b.

FARIA, J.H. *Relações de poder e formas de gestão*. Curitiba: Criar/CDE/FAE, 1985. 87p.

FASE. *Os mandioqueiros e a cooperativa de calçado*. Garanhuns, 1982. 22p. (Apostila).

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p.81-107.

FIORI, J.L. *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.

FLORÃO, S.R. dos S. *Coopail: uma experiência no campo da cooperação*. 1995. 131p. Tese (Mestrado em Economia Rural)-Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB.

FOLLMANN, José Ivo. Participação cooperativa e mudança social. *Revista Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.15, n.27, p.51-72, 1980. (Série Cooperativismo, 6).

FOX, Jonathan. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. *World development*, v.24, n.6, p.1089-1103, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. In: CEDOPE São Leopoldo: CEDOPE, 1999. v.10. (Série Movimentos Sociais e Cultura, 15).

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a. p.267-286.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 417p.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século xxi: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. 143p.

- GORGEN, S.A.; STÉDILLE, J.P. (Org.). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991. 184p.
- GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Ossos do ofício*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 1998. 135p.
- GUIMARÃES, Gonçalo. Por uma tecnologia do trabalho. In: _____. *Sindicalismo e cooperativismo*. São Paulo - Rio de Janeiro: ITCP - COPPE/RITCP's/ UNITRABALHO, 1999a. p.113-124.
- GUIMARÃES, Gonçalo. (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/RITCP's/UNITRABALHO, 1999b.
- HECKERT, Sônia Maria Rocha. (Org.). *Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas*. Juiz de Fora: UFJF, 2003. 22p.
- HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 366p.
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 1978. 467p.
- IBASE/ANTEAG. *Autogestão em avaliação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Anteag. 2004. 125p.
- ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Radar social - 2005*. Brasília, 2005. 144p. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2006.
- KAUTSKY, Karl. As sociedades cooperativas. In: _____. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972. p.161-177.
- KLIKSBERG, Bernardo. El rol Del capital social y de la cultura em processo de desarrollo. In: KLIKSBERG, Bernardo; TOMASSINO, Luciano (Org.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- LAUSCHNER, Roque. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. *Revista Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.17, n.12, p.57-116, 1982. (Série Cooperativismo, 36)
- LAUSCHNER, Roque. Administrações públicas cooperativas. *Revista Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.19, n.43, p.55-72, 1984. (Série Cooperativismo, 13).
- LENIN, V.I. Sobre a cooperação. In: _____. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1980. p.657-662.
- LIMA, Jacob Carlos. Possibilidades e limites das cooperativas do nordeste: alternativa ou falta de opção. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. (Org.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999. 120p. (Coleção Cadernos Sempre Viva).

- LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionários em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.19, n.56, p.56-62, out. 2004.
- LISBOA, Armando de Melo. *Desordem do trabalho, economia popular e economia social*. Florianópolis: UFSC, 2004. 32 p. (Apostila).
- LUXEMBURGO, Rosa de. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Global Editora, 1986. 124p.
- MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, p.58-86, out. 2000.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARCHI, Rita de Cássia. (Org.). *Trabalho e trabalhadores no vale do Itajaí: uma leitura crítica*. Blumenau: Cultura em Movimento. 2004. 256p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Ched, 1980. 57p.
- MARX, Karl. Cooperação. In: _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.257-266.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global Editora. 1986. 183p.
- MAURER JUNIOR, Theodoro M. *O cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo: Pioneira-Methodista, 1966. 328 p.
- MILL, John S. *Capítulos sobre o socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. 123p.
- MONIZ, Edmundo. *A guerra social de canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MOREIRA, R.J. *Relações entre a acumulação industrial e a agricultura brasileira após os anos 50*. Rio de Janeiro: FGV-EIAP-CPDA, 1981. 30p.
- NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto. 2000. p.65-80.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 10., 1988, Brasília. *Documento final...* Brasília, 1988.
- OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre classe social e a forma de representação. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1986.
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo M. de. *COPROCOL: um caso de contrapoder cooperativo?* 1996. 132p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

OLIVEIRA, Francisco; BAVA, Silvio Caccia. *O que é formação para a cidadania?* 1999. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2006.

PAMPLONA Filho, Rodolfo. *Tutela coletiva e desemprego: o que o Ministério Público do Trabalho pode fazer contra o desemprego?* In: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2030>>. Acesso em: 14 dez. 2006.

PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p.31-48.

PINHO, Diva Benevides. *Cooperativas e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Pioneira, 1962. 299p.

PINHO, Diva Benevides. *doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira, 1965. 168 p.

PINHO, Diva Benevides. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977. 177p.

PINTO, João Roberto Lopes. *Economia solidária: um elogio à associação e tempos de crise*. 2004. 214p. Tese (Doutorado)-IUPERJ, Rio de Janeiro.

PISELLI, Fortunata. Capital social: un concepto situacional y dinámico. In: BAGNASCO, Arnaldo; PISELLI, Fortunata; PIZZORNO, Alessandro e TRIGILIA, Carlo. *El capital social: instrucciones de uso*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.53-88.

PIZZORNO, Alessandro. Por qué pagamos la nafta. Por una teoría del capital social. In: BAGNASCO, Arnaldo; PISELLI, Fortunata; PIZZORNO, Alessandro e TRIGILIA, Carlo. *El capital social: instrucciones de uso*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.19-52.

PNUD. Renda per capita no Brasil. Disponível em: <www.pnud.org>. Acesso em: 4 nov. 2006.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites In: _____. *Mercado de trabalho – conjuntura e análise*. Brasília: TEM/IPEA, 2004. v.9.

POCHMANN, Márcio; AMORIN, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez. 2003. 222p.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306p.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. (Org.). *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão, 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1993. 249p.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: american's declining social capital. *Journal of Democracy*, v.6, n.1, p.65-78, 1995.

- QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.475-514.
- RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2000.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo?* São Paulo: Brasiliense, 1987. 70p. (Coleção Primeiros Passos, 189).
- ROMANO, Jorge Osvaldo. *Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza*. Rio de Janeiro: ACTIONAID, 2002. 24p.
- SALES, Ivandro da Costa. *Os desafios da gestão democrática da sociedade: em diálogo com Gramsci*. Sobral. Recife: UFPE, 2005. 212p. (Edições UVA).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. “Introdução: para ampliar o cânone da produção” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.23-77.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.28/29, p.313-333, 1993.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SINGER, Paul. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria*. Brasília/DF: Centro de Educação e Documentação Popular Outubro, 1998. 409 p.
- SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SÓRIA e SILVA, Sidharta. *O novo paradigma do trabalho e a mutação do sindicalismo*. 2000. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/14sidharta.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2006.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 289p.

TAUILE, José Ricardo et al. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final*: junho de 2004. Brasília: MTE/IPEA/ANPEC/SENAES. 2005. 186p.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP - COPPE/ RITCP's/ UNITRABALHO, 1999. p.37-61.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP & A Editora. 2001. 151p.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 1997.

ANEXOS

ANEXO I - BREVE HISTÓRICO DAS LEIS COOPERATIVISTAS NO BRASIL

Histórico das Leis e Decretos que contemplaram as cooperativas no último século. O Governo brasileiro, atento ao desenvolvimento do cooperativismo, sempre buscou ampará-lo através de legislações.

O primeiro Decreto que menciona o cooperativismo surgiu no dia 06 de janeiro de 1903, sob o nº 979, permitindo aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito, bem como cooperativas agropecuárias e de consumo, sem maiores detalhes. Em 05 de janeiro de 1907, surgiu o Decreto nº 1.637, onde o Governo reconhece a utilidade das cooperativas, mas sem ainda reconhecer sua forma jurídica, distinta de outras entidades.

A Lei nº 4.948, de 21 de dezembro de 1925, e o Decreto nº 17.339, de 02 de junho de 1926, tratam especificamente das Caixas Rurais Raiffeisen e dos Bancos Populares Luzzatti.

Já o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, apresenta as características das cooperativas e consagra as postulações doutrinárias do sistema cooperativista, mas foi revogado em 1934, sendo restabelecido em 1938. Em 1943 foi novamente revogado, para ressurgir em 1945, permanecendo em vigor até 1966.

Apesar de todos os transtornos, foi uma fase de muita liberdade para formação e funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais.

A partir de 1966, com o Decreto-Lei nº 59, de 21 de novembro, e regulamentado pelo Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, o cooperativismo foi submetido ao centralismo estatal, perdendo muitos incentivos fiscais e liberdade já conquistadas. Finalmente, no dia 16 de dezembro de 1971, foi promulgada a Lei nº 5.764, ainda em vigor, que define o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento, sistema de representação e órgãos de apoio. Enfim, contém todos os requisitos para a viabilização do Sistema Brasileiro de Cooperativismo.

Atualmente tramita no Congresso Nacional um Projeto de Nova Lei do Cooperativismo PL – 171, que se encontra em fase de debates nas devidas comissões para poder ir pra definição em plenário.

ANEXO 2 - CARTA AO PRESIDENTE LULA⁴⁵

⁴⁵ Extraída de Leboutte, 2003

Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento

Somos um conjunto de organizações que se reúne periodicamente como Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro): ANTEAG, FASE, CÁRITAS BRASILEIRA, IBASE, PACS, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, Governo do Rio Grande do Sul (1998 a 2002) e Prefeitura de Porto Alegre, entre outras. Algumas dessas organizações estão vinculadas à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e promovem as mais diferentes iniciativas de apoio e articulação de uma parte das tão diversificadas práticas da Economia Solidária no país, construindo fóruns e redes locais e estaduais de participação.

Essas organizações de expressão nacional, a partir do I Fórum Social Mundial, constituíram o GT Brasileiro, que vem articulando a participação nos FSM's de dezenas de redes nacionais, continentais e mundiais da Economia Solidária.

Animados pela perspectiva anunciada pelo governo eleito, que passa a sinalizar suas ações: a inversão de prioridades, o combate à fome e ao desemprego, a constituição do Conselho nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de construção do tão necessário Pacto Social, parte do GT Brasileiro de Economia Solidária propõe-se a apresentar alguns elementos de contribuição para uma Política Pública Nacional de Economia Solidária.

O desenvolvimento de uma ação governamental da Economia Solidária pode constituir-se numa inovadora política pública de âmbito federal de promoção, apoio e fortalecimento de práticas sociais e econômicas, como alternativa ao desemprego e à exclusão provocados pelo mercado e suas políticas neoliberais.

A Economia Solidária tem a potencialidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população.

Muitos empreendimentos de caráter associativo e autogestionário de homens e mulheres desempregados, aqueles em ocupações precárias e informais, constituem-se com base em relações de cooperação e solidariedade. Diversas experiências, como grupos de produção de alimentos, reciclagem, trabalhadores organizados em prestação de serviços, trabalhadores de indústrias nos diversos setores produtivos e iniciativas de produção rural, são exemplos de práticas autogestionárias, que têm gerado trabalho e renda sustentados em relações cooperativas e solidárias.

Diversas destas experiências já fazem parte de Políticas Públicas de Economia Solidária, em âmbito municipal e estadual, dos governos democráticos populares, a exemplo de iniciativas em outros países, como o caso do Ministério de Economia Solidária na França.

Constituir políticas governamentais voltadas à promoção da Economia Solidária tem sido uma resposta às necessidades reais dos trabalhadores e um estímulo à geração de trabalho e distribuição de renda. Além disso, pode proporcionar crescimento da produção e da renda, visto que os objetivos dos empreendimentos solidários não estão centrados na acumulação de capital, mas no reinvestimento e distribuição entre os trabalhadores.

Para além dos aspectos econômicos, a Economia Solidária é portadora também de uma ética e cultura transformadora das relações humanas, comunitárias e sociais, recolocando a centralidade do ser humano e seu bem estar e a sustentabilidade econômica e social, cultural e ambiental das ações por ele desencadeadas.

Propor a constituição de empreendimentos coletivos solidários, em que as pessoas diretamente envolvidas possam visualizar alternativas de autonomia e emancipação e, conseqüentemente, livrar-se da natural dependência, submissão ao paternalismo e ao

**ANEXO 4 – A SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – LEI E
DECRETO DE CRIAÇÃO E ESTRUTURA**

De acordo com LEI Nº 10.683 - DE 28 DE MAIO DE 2003, fica estabelecido:

Art. 30. São criados:

- I - o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- II - o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III - a Assessoria Especial do Presidente da República;
- IV - a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República;
- V - o Porta-Voz da Presidência da República;
- VI - a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- VII - a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
- VIII - o Conselho de Articulação de Programas Sociais;
- IX - o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- X - o Ministério do Turismo;
- XI - o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
- XII – o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação;
- XIII – o Conselho Nacional de Economia Solidária.
- XIV - o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. (Incluído pela Lei nº 11.075, de 2004)

De acordo com o DECRETO Nº 4.764, DE 24 DE JUNHO DE 2003, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 47 e 50 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

DECRETA:

Art. 16. À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Art. 17. Ao Departamento de Estudos e Divulgação compete:

I - colaborar com o desenvolvimento e divulgação de pesquisas na área da economia solidária;

II - articular-se com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, para a promoção de ações de formação no campo da economia solidária;

III - promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e promoção da economia solidária;

IV - coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da economia solidária; e

V - apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária.

Art. 18. Ao Departamento de Fomento à Economia Solidária compete:

I - promover ações e elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;

II - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas de economia solidária;

III - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante a abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;

IV - promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e

V - cooperar com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e outros órgãos de governo para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários.

ANEXO 5 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Conselho Nacional de Economia Solidária CNES foi criado pelo mesmo ato legal, aprovado em junho de 2003, que instituiu, no Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Desde então a SENAES vem sendo construída, enquanto atua como entidade do Governo Federal, que propõe, organiza e implementa políticas de apoio à economia solidária. A SENAES tem como principal parceiro o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entidade que nasceu no mesmo momento em que a Secretaria foi inaugurada e que congrega a grande maioria dos movimentos sociais, agência de fomento e de assessoria da economia solidária no Brasil. Faz parte do Fórum, também, um número crescente de empreendimentos solidários. *O CNES foi concebido como órgão consultivo e deliberativo de interlocução permanente entre a SENAES e os setores da Sociedade Civil e do Governo Federal que atuam em prol da economia solidária. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de economia solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas**. As funções de Secretaria- Executiva do Conselho serão exercidas pela SENAES. Como esta está associada à maioria daquelas políticas, servirá de elo, sempre que for conveniente, entre o Conselho e os agentes do Governo Federal. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações visando garantir que representará efetivamente, tanto a sociedade quanto o Estado. Esta representatividade será essencial para que a interlocução, em seu seio, resulte no aprimoramento permanente das políticas de economia solidária. Acordou-se, finalmente, que o Conselho será composto por 56 entidades divididas entre três setores: Governo, Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades Não Governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.

Da relação das entidades que estarão representadas no CNES consta:

Governo: MTE; SENAES; MDA, MC; MMA; MAPA; MDS; MF; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Aquicultura e Pesca; SEPPIR; MIN; MCT; MEC; BNDES; CEF; BB; FONSET; e REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (19 entidades: 13 ministérios, 3 bancos federais, 2 redes de administradores estaduais e municipais e a SENAES)

Empreendimentos de Economia Solidária: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária ANCOSOL; Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão ANTEAG; Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária CONCRAB; União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária UNISOL; União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária UNICAFES; 15 representantes de empreendimentos econômicos, indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, totalizando vinte entidades.

Outras organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais: Articulação do Semi-Árido ASA; SEBRAE; Grupo de Trabalho da Amazônia GTA; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC; Rede Cerrado; Rede Mulheres Economia; UNITRABALHO; Movimento Nacional de Catadores; Movimento Nacional Quilombolas; Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Cáritas Brasileira; Fórum de Comércio Ético e Solidário; Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito - ABCRED; Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG; Pastoral Social da CNBB;

OCB, totalizando dezessete entidades.

O Conselho Nacional de Economia Solidária deverá ser instalado, com esta composição, por decreto do Presidente da República.

Extraído do seguinte endereço na internet, consultado em 06.06.06:

<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/programa/2006/Conselho/Default.asp>

* Grifos feitos pelo autor

**ANEXO 6 - O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS
DOCUMENTOS BÁSICOS (CARTA DE PRINCÍPIOS, PLATAFORMA DE LUTAS)**

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Secretaria Executiva

SCS Quadra 2 – Bloco C

Edifício Wady Cecílio II, 3o andar

70.300-500 Brasília – DF

Fone/Fax: (61)322-3268

E-mail: forum@fbes.org.br

Página: www.fbes.org.br

A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)

Em torno do espaço e da agenda do Fórum Social Mundial destacam-se fortes elementos constitutivos da

recente trajetória da economia solidária no Brasil:

A constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária

Criado em 2001 para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I FSM, O GTBrasileiro constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais. As 12 Entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GTBrasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED). Ao final de 2002, o GTBrasileiro deparou-se com a vitória de Lula.

A carta ao governo Lula e a I Plenária Nacional da Economia Solidária

A carta ao Lula propondo a criação de uma Política de Apoio à economia Solidária foi reforçada e ampliada na I Plenária Nacional que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária. As negociações junto ao governo Lula avançaram positivamente.

A II Plenária Nacional no FSM-2003 e as decisões de mobilizações pelo país

O governo Lula anuncia no Fórum Social Mundial de 2003 (FSM2003) o compromisso de criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária sob a direção do professor Paul Singer. A II Plenária Nacional, realizada durante o FSM, decide mobilizar as bases estaduais, até então com poucos Fóruns e articulações estaduais, para o debate sobre a IDENTIDADE (carta de Princípios), a PLATAFORMA de LUTAS, o CARÁTER e a COMPOSIÇÃO do Fórum a ser criado. Foram 18 estados que realizaram suas Plenárias preparatórias.

A III plenária nacional cria o FBES para duas tarefas: a mediação e a mobilização

Com mais de 800 representantes, delegados das 18 Plenárias estaduais, a III Plenária Nacional cria o FBES, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, em torno de uma Carta de princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária). Esta assumiu a Plataforma de Lutas como parte de seu Plano de Governo. A III Plenária define também a composição e o funcionamento do FBES.

O I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária (agosto de 2004)

O I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária reuniu 2.500 representantes, agora de

todos os estados brasileiros, onde foram criados Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais. Em alguns estados, a ampliação do Fórum consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais. É assegurada a participação majoritária dos empreendimentos.

A Economia Solidária no centro do FSM2005

No FSM2005 a Economia Solidária foi desafiada para gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente, contra os produtos nocivos das transnacionais, e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais. Por isso diz-se que não só um outro mundo é possível, mas uma outra economia acontece!

Estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro da Economia Solidária

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária estrutura-se conforme a estrutura abaixo. Consiste fundamentalmente na articulação entre três segmentos do movimento de ES: empreendimentos solidários,

entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GTBrasileiro), além de 3 representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes 3 representantes por estado, 2 são empreendedores e 1 é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional reúne-se 2 vezes ao ano. O Conselho Interlocutor faz a interlocução do movimento de ES com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, e consiste em uma parte da Coordenação Nacional: as entidades e redes nacionais de fomento e 1 representante de cada estado (deve ser um empreendedor). Para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos, há uma secretaria executiva, apoiada por uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional. Existem ainda Grupos de Trabalho (GT's) que se conformam conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da Plataforma da ES. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

Princípios da Economia Solidária

Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros,

aprovou a Carta de Princípios, abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado naquela ocasião. Ela tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a economia solidária não é.

1. Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa

contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada. As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria. As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas. A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absolver todo esse contingente de excluídos. Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária. Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências - O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital/dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

- Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem

afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.

- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

-A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos.

- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

- A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

- A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

- A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A

Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Plataforma da Economia Solidária

A construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002 em São Paulo), até chegar à versão que apresentamos abaixo, em 7 eixos, que é resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, que está disponível nos Fóruns Estaduais e na secretaria executiva nacional.

Finanças Solidárias

1. O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sobre controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados.

2. Destacar linhas que apõem as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer ainda linhas

especiais para empreendimentos de autogestão em sua fase inicial ou já estruturado, bem como para comercialização de produtos.

3. Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil, tendo o crédito solidário como um dos modelos incentivadores dos empreendimentos solidários com base na devolução de pagamentos não financeiros (banco de horas, equivalência produto/serviços etc).

4. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIP's, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário.

5. Revogar as limitações legais impostas às instituições operadoras de crédito popular, como ONG's e OSCIP's, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros. Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.

7. Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.

8. Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas.

9. Criar linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária, facilitar aos empreendimentos populares o acesso ao crédito e, particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a Economia Solidária.

10. Assegurar que partes dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinados à Economia Solidária.

11. Possibilitar a organização aberta e o fomento de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre a mesma e ampliando sua articulação em complexos e redes.

12. Modificar as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.

13. Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.

14. Que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" as microfinanças solidárias.

15. Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

16. A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos a democratização da

pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à autogestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

17. Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local.

18. Construir programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais.

19. Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário, ampliando os critérios por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento.

Marco Legal

1. Que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao governo e a sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc, criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas.

2. Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

3. Tributação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens, classificando-os como essenciais, semi essenciais e não essenciais.

4. Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc.

5. Rediscutir a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária.

6. Estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil.

7. Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar.

8. Elaboração de uma nova legislação para o cooperativismo (lei 5.764) e empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo.

9. Que o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária.

10. Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.

11. Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.

12. Definir zonas especiais de interesse e de implantação de projetos de

Economia Solidária a serem definidos no Plano Diretor Urbano – PDU e Estatuto das Cidades.

13. Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional.

14. Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações.

15. Pressionar os poderes competentes para que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).

16. Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

Educação

1. Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação,

introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.

2. Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.

3. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.

4. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na

Economia Solidária, com financiamento público (convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.

5. Subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.

6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.

9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

10. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não

tenham acesso ao ensino formal.

11. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.

12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.

14. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

Comunicação

1. Utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de sites na internet, a criação de um disquete Economia Solidária etc, garantindo a horizontalidade da informação.

2. Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

3. Difusão das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação.

4. Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária, bem como o estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com o tema da Economia Solidária.

5. Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

Redes de Produção, Comercialização e Consumo

1. Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

2. Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de Economia Solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

3. Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e

consumidores e a integração entre cidade/campo.

4. Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária, viabilizando assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo.

5. Aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da Economia Solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.

6. Criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da Economia Solidária, como forma de incentivo a Economia Solidária e possibilitando maior distribuição de renda.

7. Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

8. Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

9. Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas, como exemplo, central de cooperativas coletivas.

10. Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Democratização do Conhecimento e Tecnologia

1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

2. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

3. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.

4. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado

pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.

5. Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCP's, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.

6. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.

7. Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

8. Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.

9. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.

10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.

11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.

12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc.

Organização Social de Economia Solidária

1. Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação.

2. Assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados.

3. Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos âmbitos que possuem interface com a Economia Solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.

4. Fortalecer as bases através de redes por segmentos e por territórios.

5. Organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar as condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária.

ANEXO 7 – SETORES NOS QUAIS SÃO DESENVOLVIDOS O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo pode ser praticado em vários setores. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, hoje no Brasil as cooperativas se distribuem nos seguintes ramos ou atividades:

1. **AGROPECUÁRIO**: composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperado;
2. **CONSUMO**: composto pelas cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados;
3. **CRÉDITO**: composto pelas cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados;
4. **EDUCACIONAL**: composto por cooperativas de professores, cooperativas de alunos de escola agrícola, cooperativas de pais de alunos e cooperativas de atividades afins;
5. **ENERGIA, TELECOMUNICAÇÃO e SERVIÇOS**: composto pelas cooperativas cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços específicos;
6. **ESPECIAL**: composto pelas cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas;
7. **HABITACIONAL**: composto pelas cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social;
8. **MINERAL**: composto pelas cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
9. **PRODUÇÃO**: composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva, através da pessoa jurídica, e não propriedade individual do cooperado;
10. **SAÚDE**: composto pelas cooperativas que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana;
11. **TRABALHO**: composto pelas cooperativas de trabalhadores de todas as categorias profissionais, para prestar serviços a terceiros;
12. **OUTROS**: Composto pelas cooperativas que não se enquadrarem nos ramos acima definidos, como por exemplo, o de Transporte de Cargas e Passageiros.

ANEXO 8 – INFORMATIVO SOBRE OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS E DAS VIRTUDES DO COOPERATIVISMO

De acordo com a lei cooperativista brasileira em vigor e de acordo com os documentos básicos que regem o cooperativismo de acordo com a OCB, pode-se destacar as seguintes informações relevantes sobre o cooperativismo:

1. Definição de Cooperativa

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida - ACI/Manchester/1995.

Para o Cooperativismo Brasileiro: Cooperativa é uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários - X CBC/Brasília/1988.

2. Valores do Cooperativismo

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

3. - Princípios do Cooperativismo

Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

Adesão voluntária e livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

Gestão democrática e livre

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Participação econômica dos membros

Os membros contribuem equitativamente para o capital das cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível.

benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Educação, formação e informação

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Intercooperação

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

4. Direitos e deveres dos cooperantes**Direitos**

utilizar os serviços prestados pela cooperativa;
tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
propor ao Conselho de Administração e às Assembleias Gerais as medidas que julgar convenientes aos interesses do quadro social;
efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;
obter, durante os trinta dias que antecedem a realização da assembleia geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os Balanços e os Demonstrativos;
votar e ser votado para cargos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;
no caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o estatuto.

Deveres

integralizar as quotas-partes de capital;
operar com a cooperativa;
observar o estatuto da cooperativa;
cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
respeitar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício;
participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

ANEXO 9 – QUADRO DAS DIFERENÇAS ENTRE AS COOPERATIVAS, AS ASSOCIAÇÕES E AS EMPRESAS OU SOCIEDADES MERCANTIS.*

Sociedade Cooperativa	Associação	Sociedade Mercantil
* É uma sociedade de pessoas	◆ É uma sociedade de pessoas	◇ É uma sociedade de capital
* Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos ou financeiros	◆ Objetivo principal é realizar atividades assistenciais, culturais, esportivas etc.	◇ Objetivo principal é o lucro
* Número ilimitado de cooperantes	◆ Número ilimitado de associados	◇ Número ilimitado de acionistas
* Controle democrático = uma pessoa tem apenas um voto	◆ Cada pessoa tem um voto	◇ Cada ação representa um voto
* Assembléias: quorum é baseado no número de cooperantes	◆ Assembléias: quorum é baseado no número de associados	◇ Assembléias: quorum é baseado no capital
* Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade.	◆ Não tem quotas-partes	◇ Transferência das ações a terceiros
* Retorno dos excedentes proporcional ao valor das operações.	◆ Não gera excedentes	◇ Lucro proporcional ao número de ações.

*Quadro elaborado a partir das investigações teóricas feitas durante a pesquisa.

**ANEXO 10 – QUADRO DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS
CAPITALISTAS E DE AUTOGESTÃO**

INDICADORES DA FORMA SOCIAL DE PRODUÇÃO	empresa	
	capitalista	Autogerida
1. Quem assume a gestão, o mando e viabiliza o trabalho do empreendimento?	Capitalista.	Trabalhadores industriais.
2. Qual o fator de produção que é arrendado?	Trabalho.	Capital.
3. Qual a taxa fixa de arrendamento paga ao fator de produção/	Salário.	Juros e correção monetária.
4. A quem é destinado o excedente (ou “plus-valia”, ou sobretrabalho, ou lucro ou sobra líquida)?	Capitalistas.	Trabalhadores industriais.
5. Quem assume o risco do empreendimento?	Capitalistas.	Trabalhadores industriais.
6. Sob que forma é remunerada a renda representada pelo excedente?	- Investimento (novas ações) - Consumo (dividendos).	- <i>Investimento social sob forma de reservas</i> - <i>Investimento pessoal sob forma de quotas partes dos trabalhadores</i> - Consumo (melhorando os “adiantamentos” ou “retiradas” dos trabalhadores).
7. Qual o objetivo da atividade sócio-econômica como critério interno de racionalidade da empresa?	Beneficiar os capitalistas (gerando lucros).	Beneficiar os trabalhadores (gerando serviços).
8. Qual a suposição do modelo de estrutura?	A acumulação dos capitalistas, com subordinação do trabalho ao capital, beneficiará todos os trabalhadores.	A acumulação individual e social dos trabalhadores, com subordinação do capital ao trabalho, beneficiará todos os trabalhadores.
9. Qual o tipo de propriedade dos meios de produção que é mantida pelo sistema econômico?	Propriedade privada dos meios de produção e do resultado da obra coletiva baseada na “cooperação”.	Propriedade individual ou pessoal dos meios de produção da posse ou exploração coletiva. O resultado da cooperação é dividido pelos cooperadores.

Extraído de LAUSCHNER, Roque. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. In: **Perspectiva econômica**, ano XVII, vol. 12, nº 36. Série Cooperativismo. São Leopoldo - RS: UNISINOS, 1982, p.p.57-116.

ANEXO 11 – BREVE HISTÓRICO ACERCA DO SURGIMENTO DA CAMPANHA E DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS COOPERATIVAS POPULARES URBANAS NO BRASIL.

A necessidade pela qual passa várias sociedades do mundo inteiro em tentar buscar alternativas que minimizem a exclusão social, o desemprego e o avanço da pobreza, tem provocado esforços dos mais variados.

No Brasil, em função de um pujante avanço da pobreza e de um desenfreado crescimento do desemprego - onde se destaca claramente a incapacidade do modelo econômico e do de desenvolvimento de gerar postos de trabalho na mesma aceleração em que cresce a população economicamente ativa e, também, em função da preocupação com o aumento das manchas espalhadas pelo mapa da geografia nacional da exclusão social - muitas mobilizações são desenvolvidas na tentativa de mudar este quadro. Algumas dessas mobilizações se deram, por exemplo, em ressonância das campanhas de combate à fome, que possui no COEP - Comitê das Entidades Públicas no Combate a Fome e pela Vida, que teve na pessoa do Herbert de Sousa, o Betinho, um de seus principais articuladores.

Dentre essas mobilizações merecem destaque as que optaram pela criação de cooperativas populares com o objetivo de integrar grupos de trabalhadores desempregados ou parcelas excluídas da sociedade. Um exemplo notável é o da Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares - Rede de ITCP's⁴⁶. Esta Rede tem ajudado em vários estados brasileiros o surgimento de cooperativas.

O avanço dessas cooperativas e de outras tantas iniciativas de combate ao desemprego e a exclusão social, como por exemplo, as desenvolvidas pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG; pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM, ligados a Central Única dos Trabalhadores - CUT, que criaram a União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo - UNISOL; pela Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, Criada por uma articulação inicial da CUT, do DIEESE e da Fundação UNITRABALHO; pelo MST, através da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB; e pelas ONG's como a FASE, PACS, Cáritas Brasileira; por algumas prefeituras, como por exemplo, a de Porto Alegre; enfim, por uma série de outras fontes, aceleraram os debates no Brasil acerca da economia solidária. Alimentados, em parte, pelos resultados positivos dessas experiências e, por outro lado, pelos debates acadêmicos acerca dessa possível 'outra economia' que tem tido destaque nas discussões acontecidas em todos os encontros do Fórum Social Mundial.

Como se trata de temas que ainda precisam de maiores investigações científicas, não se dispõe de dados que possam demonstrar o grau de contribuição que essas experiências têm dado para os processos de desenvolvimento nas regiões onde atuam. No entanto, é possível destacar que muitas delas demonstram grande contribuição às reflexões acerca de descobertas de novas formas de organização popular e de novas alternativas no combate ao desemprego e a exclusão social, como se pode perceber em Singer e Souza (2000); Guimarães (1998); Santos (2002).

Por outro lado, baseado nas simulações apresentadas pelos estudiosos do capital social, percebe-se que esse tipo de ação coletiva desenvolvida por determinados grupos

⁴⁶ Para saber mais acerca desta Rede ver Guimarães (1998 e 1999); Singer e Souza (2000); Singer (2002) e Sousa (2002)

sociais - principalmente aqueles formados por trabalhadores desempregados e em situação de exclusão social - pode dar suporte ao que se pode chamar de usina de produção e reprodução de capital social. Como se dispõe ainda de pouca informação mais precisas sobre isto, esta pesquisa, contribui com reflexões e descobertas que podem ajudar numa melhor formulação sobre o papel que as cooperativas populares desempenham na formação e uso de capital social. Portanto será preciso compreender-se as estratégias adotadas por essas cooperativas neste sentido.